

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA
CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

**A DINÂMICA FUNCIONAL DA REDE URBANA DO OESTE PAULISTA
ESTUDO DE CASOS: OSVALDO CRUZ E INÚBIA PAULISTA**

POR

TÂNIA MARIA FRESCA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Orientador:

- Dr. ROBERTO LOBATO CORRÊA

FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA

JUNHO DE 1990

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

A DINÂMICA FUNCIONAL DA REDE URBANA DO OESTE PAULISTA
ESTUDO DE CASOS: OSVALDO CRUZ E INÚBIA PAULISTA

POR

TÂNIA MARIA FRESCA

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA, CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO, DO DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UFSC, EM CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM GEOGRAFIA.

Comissão Examinadora:

Roberto Lobato Corrêa

Dr. Roberto Lobato Corrêa - UFRJ - Orientador/Presidente

Armen Mamigonian

Dr. Armen Mamigonian - UFSC/USP - Membro

Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira

M.Sc. Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira - Membro

M.Sc. Ivo Sostisso - UFSC - Membro/suplente

APROVADA EM DEFESA PÚBLICA

EM 15 / 06 / 1990

FLORIANÓPOLIS/SC - 1990

Aos meus avós, imigrantes ita
lianos, que me ensinaram pelo
exemplo de suas vidas, a ne-
cessidade de lutar por nossos
ideais.

AGRADECIMENTOS

A Coordenadoria de Pós-Graduação em Geografia da UFSC através do Prof. Odair Gercino da Silva, Prof. Luiz Fernando Scheibe e Marli T. Costa pelo apoio ao desenvolvimento deste trabalho;

A CAPES pela concessão da Bolsa de Mestrado;

Ao Departamento de Imprensa - Setor Fotográfico da UFSC pelo valioso trabalho de reprodução e revelação das fotos utilizadas neste trabalho;

A todas as pessoas de Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista que gentilmente me permitiram entrevistá-las e que através de seus relatos, às vezes da própria vida, deram-me valiosas informações para a elaboração desta dissertação;

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Inúbia Paulista e em especial ao Sr. Aparecido Gomes de Carvalho, pelo tempo dispendido em fornecer informações à respeito da cidade;

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Osvaldo Cruz pelo auxílio na consulta aos arquivos da década de 1940 e 1950 e pelo fornecimento de material cartográfico;

A Solange e Vicente pelo apoio, sempre que necessário e pelo estímulo para superar as dificuldades;

Aos amigos do Curso de Mestrado e do Departamento de Geociências que ao longo dos anos convividos tornaram mais leve a realização desta dissertação.

A Alexandre Silva, Rejane e Jocelan, Cátia Silveira e Egon Luís Schaden pelas atividades fundamentais como a elaboração final de mapas e figuras, tradução, revisão do texto e datilografia;

Expresso gratidão particular aos meus pais, que sempre acompanharam com interesse o desenvolvimento de minhas atividades acadêmicas e que sempre estimularam o desenvolvimento profissional. Deles recebi alento e coragem para prosseguir. Por tudo, eu agradeço;

A Roberto Lobato Corrêa, meu orientador, quero expressar com destaque os agradecimentos pela orientação aberta, amizade, estímulo e sobretudo por indicação de caminhos a serem seguidos. Mais que um orientador, um Geógrafo amigo a quem sempre serei grata.

S U M Á R I O

AGRADECIMENTOS	iv
SUMÁRIO	vi
LISTA DE MAPAS	ix
LISTA DE FIGURAS	x
LISTA DE FOTOS	xi
LISTA DE TABELAS	xiii
RESUMO	xvi
RÉSUMÉ	xvii
I - INTRODUÇÃO	1
NOTAS	8
II - O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA REDE URBANA DE MARÍLIA E SUA DINÂMICA	9
1. As Frentes Pioneiras na Alta Paulista	24
1.1. Os processos sociais em São Paulo e nas frentes pioneiras	24
1.2. A atuação dos agentes de valorização do território	34
2. A Gênese da Rede Urbana	52
2.1. O desenvolvimento agrícola	52
2.2. A fundação de patrimônios	65
2.3. O padrão espacial da rede urbana	68

3. A Antiga Funcionalidade da Rede Urbana	75
3.1. O desenvolvimento das atividades urbanas.	75
3.2. As interações espaciais	82
4. As Transformações na Rede Urbana	84
4.1. As razões das transformações	84
4.2. A natureza das transformações no mundo rural	87
4.3. As transformações das funções urbanas ...	103
4.4. As novas interações espaciais	112
NOTAS	115
III - OSVALDO CRUZ E INÚBIA PAULISTA EM 1950 - A PLEN <u>I</u> TUDE DAS RELAÇÕES FUNÇÕES-FORMA	122
1. A Gênese das Cidades	122
1.1. A atuação dos agentes de valorização do território	122
1.1.1. o patrimônio de Osvaldo Cruz	130
1.1.2. o patrimônio de Inúbia Paulista ..	142
1.2. O desenvolvimento agrícola	146
1.2.1. o desenvolvimento agrícola em Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista	146
2. A Funcionalidade Plena	150
2.1. As atividades urbanas em Osvaldo Cruz ...	153
2.1.1. o comércio atacadista	153
2.1.2. o beneficiamento de produtos rurais	159
2.1.3. o comércio varejista	163
2.1.4. os serviços	166
2.1.5. as indústrias	169
2.2. As atividades urbanas em Inúbia Paulista.	172
2.2.1. o comércio atacadista	174
2.2.2. o beneficiamento de produtos rurais	174
2.2.3. o comércio varejista	175
2.2.4. os serviços	178

3. As interações Espaciais	179
3.1. As interações cidade-campo	179
3.2. As interações regionais e interregionais.	181
NOTAS	186
 IV - OSVALDO CRUZ E INÚBIA PAULISTA NOS ANOS 80 - A RE DEFINIÇÃO FUNCIONAL	 190
1. As Transformações Gerais e suas Especificações em Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista	190
1.1. As transformações na agricultura	190
1.1.1. as transformações na estrutura fun diária, na produção e nas relações de produção	190
1.1.2. o processo migratório	201
1.1.3. as inovações	203
1.2. As transformações na circulação	210
2. O Impacto das Transformações em Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista	211
2.1. O impacto em Osvaldo Cruz	212
2.1.1. as mudanças funcionais	212
2.1.2. as interações espaciais	228
2.2. O impacto em Inúbia Paulista	235
2.2.1. as mudanças funcionais	235
2.2.2. as interações espaciais	249
NOTAS	253
 V - À GUISA DE CONCLUSÃO: O PAPEL DAS PEQUENAS CIDA- DES NA REDE URBANA DO OESTE PAULISTA	 257
 VI - BIBLIOGRAFIA	 270
 LISTA DAS ENTREVISTAS	 280

LISTA DOS MAPAS

Mapa 1 - Penetrações laterais na Alta paulista por volta de 1920	28
Mapa 2 - Rede urbana de Marília	72
Mapa 3 - Oeste Paulista: espigões, ferrovias e principais cidades - 1950	154
Mapa 4 - Área de atuação da firma atacadista - Casa Califórnia - de Osvaldo Cruz por volta de 1950.	155
Mapa 5 - Interações espaciais <u>de</u> e <u>para</u> Osvaldo Cruz por volta de 1950 (I)	183
Interações espaciais <u>de</u> e <u>para</u> Osvaldo Cruz por volta de 1950 (II)	185
Mapa 6 - Interações espaciais <u>de</u> e <u>para</u> Osvaldo Cruz nos anos 80	236

LISTA DAS FIGURAS

- Figura 1 - Esquema de uso da terra em pequena propriedade no Oeste Paulista por volta de 1950 .. 151
- Figura 2 - Esquema de abastecimento de Osvaldo Cruz e dos pequenos estabelecimentos varejistas por volta de 1950 157
- Figura 3 - Relações espaciais mantidas pela agroindústria canavieira em Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista nos anos 80 204
- Figura 4 - Relações mantidas pela avicultura de Osvaldo Cruz nos anos 80 209
- Figura 5 - Interações espaciais de e para Osvaldo Cruz nos anos 80 (I) 233
- Figura 6 - Interações espaciais de e para Inúbia Paulista nos anos 80 250

LISTA DAS FOTOS

Foto 1 - Primeiro hotel construído no Patrimônio de Califórnia em 1940 pela Colonização Alta Paulista	131
Foto 2 - Construção da primeira olaria no Patrimônio de Califórnia em 1941 - Olaria Helvética	132
Foto 3 - Trecho da estrada SP-294 (comandante João Ribeiro de Barros) no sentido Osvaldo Cruz - Marília em 1941	134
Foto 4 - Primeira missa realizada no Patrimônio de Califórnia, hoje Osvaldo Cruz no dia 06 de junho de 1941	135
Foto 5 - Primeira igreja edificada no Patrimônio de Califórnia em 1942	136
Foto 6 - Vista parcial do Patrimônio de Califórnia em 1941	138
Foto 7 - Vista parcial do Patrimônio de Califórnia a partir do cruzamento da atual Av. Brasil com a rua Eng. Kiefer em 1941	139
Foto 8 - Vista parcial de Osvaldo Cruz em 1944	140
Foto 9 - Vista parcial de Osvaldo Cruz em 1952	141
Foto 10 - Frigorífico Frisane em Osvaldo Cruz, 1990 ...	205
Foto 11 - Vista parcial da Granja Borguetti em Osvaldo Cruz, 1990	207

Foto 12 - Vista da avenida Brasil, a partir do cruzamen to com a rua FEB, de Osvaldo Cruz em 1990 ...	220
Foto 13 - Indústria de Móveis Linoforte em Osvaldo Cruz, 1990	225
Foto 14 - Vista da Granol Indústria, Comércio e Exporta ção S.A. de Osvaldo Cruz, 1989	226
Foto 15 - Edifício St.Moritz em Osvaldo Cruz, 1990	229
Foto 16 - Terceiro edifício em construção em Osvaldo Cruz, 1990	230
Foto 17 - Vista parcial de Osvaldo Cruz em 1990	231
Foto 18 - Vista de Inúbia Paulista em 1989	237
Foto 19 - Cooperativa de Consumo Inúbia Paulista em Inú bia Paulista, 1990	241
Foto 20 - Aspecto de um armazém de secos e molhados de Inúbia Paulista em 1990	243
Foto 21 - Vista de estabelecimentos comerciais de Inú- bia Paulista em 1990	245
Foto 22 - Aspecto de um bazar de Inúbia Paulista em 1990	246
Foto 23 - Estação Ferroviária de Inúbia Paulista em 1990	247
Foto 24 - Vista da avenida Campos Sales de Inúbia Pau- lista em 1990	248
Foto 25 - Igreja de Inúbia Paulista em 1990	251

LISTA DAS TABELAS

Tabela 1 - Propriedades rurais em São Paulo, 1905 - na cionalidade do proprietário	19
Tabela 2 - Evolução do número de municípios no estado de São Paulo no período de 1532 a 1948	23
Tabela 3 - Demonstração das áreas de terras das fazen das da CAIC - situação em 31/12/1937	43
Tabela 4 - Demonstração das áreas de terras das fazen das da CAIC - situação em 31/12/1940	43
Tabela 5 - Demonstração das áreas de terras das fazen das loteadas pela CAIC - situação em 31/12/1945	44
Tabela 6 - Demonstração das áreas de terras loteadas pela CAIC - situação em 31/12/1950	45
Tabela 7 - Demonstração das áreas de terras loteadas pela CAIC - situação em 31/12/1954	47
Tabela 8 - Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais dos municípios de Alta Paulista - 1950	53
Tabela 9 - Principais produtos agrícolas da Alta Pau lista - 1940	55
Tabela 10 - Principais produtos agrícolas da Alta Pau lista - 1950	56

Tabela 11 - Produção de algodão na Alta Paulista - 1940/1950	61
Tabela 12 - Produção de café na Alta Paulista - 1940..	63
Tabela 13 - Produção de café na Alta Paulista - 1950..	64
Tabela 14 - População total, urbana e rural dos municí- pios de Alta Paulista - 1940	80
Tabela 15 - População total, urbana e rural dos municí- pios da Alta Paulista - 1950	81
Tabela 16 - População total, urbana e rural dos municí- pios da Alta Paulista - 1970	91
Tabela 17 - População total, urbana e rural dos municí- pios da Alta Paulista - 1980	92
Tabela 18 - Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais dos municípios da Alta Paulista - 1960	94
Tabela 19 - Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais dos municípios da Alta Paulista - 1980	96
Tabela 20 - Principais produtos agrícolas dos municí- pios da Alta Paulista - 1970	98
Tabela 21 - Principais produtos agrícolas dos municí- pios da Alta Paulista - 1980	99
Tabela 22 - Produção de café nos municípios da Alta Paulista - 1970	100
Tabela 23 - Produção de café nos municípios da Alta Paulista - 1980	101

Tabela 24 - Produção de ovos nos municípios da Alta Paulista - 1970/1980	103
Tabela 25 - Indústrias em Osvaldo Cruz - 1950	171
Tabela 26 - Principais produtos agrícolas de Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista - safra 1987/1988..	194
Tabela 27 - Comércio varejista em Osvaldo Cruz - 1988.	219
Tabela 28 - Indústrias em Osvaldo Cruz - 1988	221
Tabela 29 - Evolução do comércio varejista em Inúbia Paulista de 1960 à 1988	238

RESUMO

Este trabalho constitui-se em uma contribuição ao entendimento da dinâmica funcional urbana de duas cidades do Oeste Paulista: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista.

Trata-se de duas pequenas cidades, mas com tamanhos diferentes, fundadas no início da década de 1940 como parte do processo de incorporação de novas terras valorizadas pelo café, através de frentes pioneiras.

No presente trabalho pretende-se verificar a dinâmica de ambas as cidades enfocando-se as relações funções-forma em dois momentos: os anos 50 e os anos 80. Nas análises procura-se abordar os processos que originaram estas relações e atribuíram às duas pequenas cidades determinados papéis na rede urbana de Marília em cada um dos momentos estudados.

As pequenas cidades enquanto formas criadas desempenharam nos anos 50 plenamente as funções que lhes foram atribuídas. As relações funções-forma daquele momento específico estavam em sua plenitude, embora Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista se apresentassem diferenciadas em termos de tamanho e funções centrais desempenhadas.

Nos anos 80 o que se verifica são processos cada vez mais complexos que incidindo sobre as cidades suscitam novas funções e o espaço se modifica para atender as transformações da sociedade. Como resultado Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista apresentam-se no momento atual bastante diferenciadas em termos de relações funcionais demonstrando maneiras particulares de inserção de cada pequena cidade na rede urbana de Marília.

RÉSUMÉ

Ce travail constitue une contribution à la connaissance de la dynamique fonctionnelle urbaine de deux villes situées à l'État de São Paulo: Osvaldo Cruz et Inúbia Paulista.

Il concerne deux petites villes, de tailles différentes, fondées au début des années 1940 faisant partie du processus d'incorporation de nouvelles terres valorisées par la culture du café, à travers d'avancées pionnières.

Dans ce travail le but est de vérifier la dynamique de ces villes en mettant en évidence les relations fonctions-forme sur deux périodes: les années 50 et les années 80. Dans les analyses on recherche l'approche des processus qui ont généré ces relations et ont attribué aux deux petites villes certains rôles dans le réseau urbain de Marília, dans chacune des périodes étudiées.

Les petites villes, en tant qu'entités créées, ont pleinement joué dans les années 50 les fonctions dont elles avaient été attribuées. Les relations fonctions-forme de ces deux périodes spécifiques étaient dans leur plein épanouissement, quoique Osvaldo Cruz et Inúbia Paulista aient montré des différences en termes de taille et d'accomplissement de leurs fonctions centrales.

Dans les années 80, on observe des processus de plus en plus complexes, lesquels se répercutant sur les villes suscitent de nouvelles fonctions et l'espace se modifie pour répondre aux transformations de la société. En conclusion, Osvaldo Cruz et Inúbia Paulista se présentent actuellement assez différenciées en termes de relations fonctionnelles, démontrant des manières particulières d'insertion de chaque petite ville dans réseau urbain de Marília.

I - INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por finalidade analisar a dinâmica funcional urbana de duas cidades do Oeste Paulista: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista. Trata-se de dois núcleos urbanos de tamanhos diferentes, porém pequenos, que foram gerados no mesmo tempo, no mesmo processo e na mesma região.

A diferença de tamanho entre eles vai refletir-se nos distintos graus de complexidade de suas atividades. Inúbia Paulista apresenta-se como um centro local, ou seja, nele estão presentes aquelas atividades básicas que respondem às necessidades vitais da população urbana e de sua restrita hinterlândia: o comércio varejista e a prestação de alguns serviços.

Osvaldo Cruz, por sua vez, apresenta-se como uma cidade dotada de um grau de complexidade maior, estando presente além daquelas funções supra citadas, outras que evidenciam um domínio territorial¹ muito maior como o comércio atacadista, indústrias e alguns serviços especializados.

Ambas as cidades, como já foi colocado acima, foram geradas no mesmo tempo, no mesmo processo e na mesma região. A região é a Alta Paulista, delimitada ao norte pelo Rio Aguapeí, ao sul pelo Rio do Peixe, ambos afluentes do Rio Paranã e a oeste pelo próprio Rio Paranã. O termo Alta Paulista deve-se, como em outros casos, no Oeste paulista à presença da ferrovia, a Companhia Paulista de Estrada de Ferro. A ocupação dessa região se deu a partir do início da década de 1920 através da continuidade do processo de incorporação de novas terras valorizadas em função da cultura do café, sendo incorporada através de frentes pioneiras.

No caso específico de Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista, ambas foram fundadas no início da década de 1940, quando

a marcha de povoamento atinge efetivamente suas terras.

Empreender a tarefa de analisar o papel dessas pequenas cidades implica na necessidade de inserí-las em um contexto maior; na necessidade de se ter um quadro mínimo de relações que transcenda o espaço das duas cidades de modo a não se perder em uma descrição empirista e idiográfica que se esgota na ilusão de aparências únicas. De fato, se considerarmos apenas o lugar como se ele tudo explicasse por si mesmo, cairíamos numa análise idiográfica. É preciso levar em conta "... a história das relações, dos objetos sobre os quais se dão as ações humanas ... é preciso apreender os objetos e as relações como um todo"².

Esse quadro mínimo de relações a que temos que nos ater é constituído pela rede urbana e no caso em estudo pela rede urbana de Marília, estruturada na região da Alta Paulista.

A rede urbana pode ser compreendida como o verdadeiro arcabouço da economia, refletindo e condicionando as transformações econômico-sociais da sociedade. Sua gênese e dinâmica estão inseridas no processo histórico, atribuindo a ela uma natureza eminentemente social e, ao mesmo tempo, tornando-a uma dimensão espacial da organização social, refletindo e condicionando a sociedade que a engendrou.

A rede urbana é o "conjunto de centros funcionalmente articulados"³ que constitui a armadura do espaço. Com base em Harvey compreendemos que as redes urbanas são "formas criadas e produzidas para mobilização, extração e concentração geográfica de quantidades significativas do produto excedente socialmente definido"⁴. Neste conjunto, cada cidade deve cumprir de algum modo um dado papel, pois caso contrário terá sua existência inviabilizada, ou seja, perderá sua razão de existir.

Isto ocorre pelo fato de que no momento em que uma forma é criada, ela só se torna relevante quando um valor social lhe é atribuído, através de processos intrínsecos a uma

dada estrutura sócio-econômica. Este valor social atribuído é representado através de funções desempenhadas pela forma. A forma, entretanto, pode em um dado momento não corresponder plenamente às funções que lhe foram atribuídas. Nesse caso ou ocorre uma substituição de funções ou então a forma perde sua razão de existir pois não existe forma sem função⁵.

Por outro lado, a rede urbana é um reflexo da sociedade que a engendrou e como tal traduz a sociedade através de arranjos distintos. Estes arranjos distintos referenciam-se ao processo de ocupação do território, à distribuição da população no espaço, ao nível de renda da população, à estrutura fundiária e às relações de produção, à agropecuária e às vias de tráfego. De uma maneira geral estes arranjos refletem a lógica capitalista de acumulação que caracteriza-se pela minimização dos custos e maximização dos lucros suscitando, por exemplo, determinados padrões locacionais, determinadas hierarquias urbanas e novos modos de circulação.⁶

A rede urbana é um condicionante social, pois todos os objetos sociais são simultaneamente reflexão e condição. Condição na medida em que define os pontos focais da vida de relações e as vias de tráfego por onde fluem as relações que possibilitam a criação e transformação constante e desigual de atividades e cidades.⁷

Há que se considerar também o caráter mutável da rede urbana. Sendo uma dimensão sócio espacial da sociedade⁸ ela passa a alterar-se de acordo com as transformações da sociedade. Estas alterações podem ocorrer nas formas, nas funções ou em ambas pois se a sociedade muda a rede urbana terá que mudar para dar conta dessas mudanças.

Mas uma pergunta se coloca: como é possível entender uma realidade complexa e mutável a partir do estudo de duas cidades pequenas?

Através da interpretação das relações entre o singular, o particular e o geral. O singular constitui-se em algo que não se repete como um objeto, um processo, uma proprieda

de, um lugar. Mas o singular não é tomado como algo de forma isolada, autônoma, absoluta. Ele está essencialmente relacionado ao geral e ao particular haja vista que nos diferentes singulares manifesta-se a universalidade do movimento real. Deve portanto, ser apreendido dentro do processo real.

Aquilo que é singular só pode ser compreendido em função do geral e por causa dele. Da mesma forma o "... singular e o geral não existem de maneira independente mas somente por meio das formações particulares ... que são momentos, aspectos destes últimos"⁹.

O particular torna-se a unidade do singular e do geral, ou seja, torna-se um membro intermediário real das determinações do geral que se especifica em momentos particulares incorporando novas singularidades. Isto implica em que a correlação do singular e do geral no particular manifeste-se igualmente na transformação do singular em geral e vice-versa no decurso do movimento e do desenvolvimento.

De acordo com Kosik¹⁰, para a apreensão do todo, do geral, é preciso cindi-lo. "É preciso arrancar os fatos do contexto, isolá-los e torná-los relativamente independente"¹¹ e, ao mesmo tempo, construir a explicação da realidade. Através do pensamento reconstrói-se e explica-se a realidade no qual "o todo não é apenas um conjunto de relações, fatos e processos mas também sua criação, estrutura e gênese"¹².

Neste contexto, através de Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista, dois casos singulares que se referem aos novos papéis atribuídos às pequenas cidades, buscamos compreender o particular — a rede urbana de Marília — e o geral, a nova funcionalidade da rede urbana, fruto das transformações econômico-sociais da sociedade.

Através do estudo de dois lugares singulares, mas em íntima conexão com outros lugares, é possível encontrarmos as determinações mais gerais porque o todo, o geral, o universal expressa-se no mais local, no mais singular por meio de muitos particulares.

Uma outra preocupação que norteou este trabalho diz respeito ao que se entende por cidades pequenas, não buscando-se definições rígidas, mas tentando encontrar elementos que caracterizem uma cidade como sendo pequena.

Para dar o encaminhamento a esta questão partimos das indicações de SANTOS quanto à existência de uma "dimensão mínima a partir da qual as aglomerações de população deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população com verdadeiras especializações do espaço"¹³.

É preciso que haja, segundo o referido autor, um limite mínimo de "complexidade das atividades urbanas capazes, em um momento dado, de garantir um crescimento auto-sustentado e um domínio territorial"¹⁴. Sendo assim a cidade local acaba por responder às "necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica em uma vida de relações"¹⁵. Havendo necessidades a serem satisfeitas regularmente há a criação de atividades regulares, especialmente destinadas a responder às necessidades de bens e serviços.

Sendo assim, tanto Osvaldo Cruz como Inúbia Paulista caracterizam-se por possuírem uma dimensão mínima em termos de população, o que lhes possibilita uma especialização do espaço. Apresentam-se também, com um limite mínimo de complexidade das atividades urbanas que lhes garante um crescimento auto-sustentado e um domínio territorial.

No entanto, Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista apresentam-se diferenciadas em relação a dimensão da população e complexidade das atividades urbanas. A primeira possuía em 1980 uma população urbana de 17.633 habitantes e uma complexidade das atividades urbanas bastante representativa, se comparada com Inúbia Paulista que, na referida data, possuía uma população urbana de 1.697 habitantes e as atividades urbanas direcionadas apenas às necessidades vitais mínimas de sua população.

Embora os dois núcleos urbanos satisfaçam as condi

ções mínimas para serem consideradas como verdadeiras cidades¹⁶, as diferenças em termos de tamanho entre ambas não nos permitiu o uso do termo cidades locais, optando-se assim, pelo termo cidades pequenas.

Esta temática não tem sido na Geografia objeto de muitos estudos, sendo a literatura acerca do tema pouco significativa. Os estudos tem sido preferencialmente direcionados as metrópoles.

Buscamos no presente trabalho verificar como as cidades pequenas existem, como elas se inserem nas novas condições das relações sociais, econômicas e espaciais. Para tanto, abordamos a origem das cidades, as funções desempenhadas, os fatores que geraram mudanças, as funções exercidas atualmente e o seu significado.

O trabalho foi estruturado de modo que no segundo capítulo abordamos o processo de formação da rede urbana de Marília e sua dinâmica. Focalizamos o processo de ocupação da região da Alta Paulista relacionada ao momento da diversificação agrícola e da continuidade da incorporação de novas terras à produção agrícola. Procuramos neste processo histórico a compreensão da estruturação da rede urbana regional. A seguir, analisamos a antiga funcionalidade da rede urbana, ou seja, como as cidades se organizavam para responder às relações advindas das características sociais e econômicas bem como as transformações na rede urbana.

No terceiro capítulo abordamos o estudo das duas cidades pequenas, Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista, em 1950, quando se tinha a plenitude das relações funções-forma, isto é, quando ambas as cidades foram criadas para exercerem determinadas funções que se lhes eram correspondentes. Para tal, analisamos a gênese de ambas, como ocorreu a funcionalidade plena e como eram as interações espaciais.

No quarto capítulo, por sua vez, analisamos Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista na década de 1980, quando temos a re-

definição funcional. Abordamos as transformações gerais e suas especificações em Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista, bem como o impacto das transformações nos mesmos.

À guisa de conclusão discutimos o papel das pequenas cidades na rede urbana do Oeste Paulista.

N O T A S

- 1 SANTOS, Milton. Espaço e sociedade: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982, p.70.
- 2 SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988, p.57-58.
- 3 CORRÊA, Roberto Lobato. A rede urbana. São Paulo: Ática, 1989, p.8.
- 4 HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980, p.204.
- 5 LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. (Tradução por T. C. Netto). São Paulo: Documentos, 1969, p.83.
- 6 Cf. CORRÊA, Roberto Lobato. Op. Cit., p. 48-49.
- 7 Ibid. p.48-49.
- 8 Ibid. p.8.
- 9 CHEPTULIN, Alexandre. A dialética materialista: categorias e leis da dialética. (Tradução por Leda R. C. Ferraz). São Paulo: Alfa-Omega, 1982, p.194.
- 10 KOSIK, Karel. Dialética do concreto. (Tradução por Célia Neves e Alderico Toríbio). 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.48.
- 11 Ibid. p.48.
- 12 Ibid. p.42.
- 13 SANTOS, Milton. Espaço e sociedade ... p.71.
- 14 Ibid. p.70.
- 15 Ibid. p.71.
- 16 Ibid. p.70.

nas. Do Rio de Janeiro em direção à São Paulo a continuidade da expansão cafeeira não encontrou grandes obstáculos. Havia uma estrutura prévia em termos de cidades, população, fazendas e sistema viário que permitia a ligação ao Porto de Santos através do qual se exportava a produção açucareira. Por conseguinte, a incorporação da região de Campinas à produção cafeeira foi apenas uma questão de tempo e quando ocorreu, rapidamente a produção do Vale do Paraíba Fluminense em palideceu frente a produção paulista.

Dessa região, de Campinas, a cafeeicultura avançou por todo o território paulista, mas não sem antes resolver algumas crises.

O primeiro grande problema do último quartel do século passado foi a crise escravista. A necessidade de "braços para a lavoura", se resolveria pela implantação de uma política de imigração subsidiada, resultando na implantação definitiva do trabalho assalariado através da relação particular do colonato. Muito antes da Lei Áurea em 1888, os fazendeiros já haviam levantado a questão da falta de mão-de-obra para suas fazendas e da consequente impossibilidade de dar continuidade à cafeeicultura se essa questão não fosse resolvida. Por isso, em 1871 já se encontrava a primeira organização de fazendeiros e financistas para formar a "Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração com o propósito de facilitar aos nossos fazendeiros a aquisição de trabalhadores livres"². A solução já havia sido encontrada e, portanto, a abolição da escravidão, apenas intensificou a imigração subsidiada, na qual os fundos públicos passaram a ser canalizados às companhias que se responsabilizavam pelo recrutamento e transporte dos imigrantes. Com esta política, em 1902 os imigrantes estrangeiros em São Paulo somavam mais de um milhão de habitantes³, e a expansão cafeeira pode continuar de modo a atender à demanda no centro da economia mundial.

Ao mesmo tempo que a imigração em massa da Europa Meridional convergia para as fazendas de café, a demanda cres

cente por este produto na Europa e América do Norte possibilitava cada vez mais o aumento de sua produção no Brasil. Cada vez mais, São Paulo, enquanto maior produtor, vinculava-se à economia internacional reforçando-lhe o papel, ainda neste momento, de fornecedor de produtos tropicais. E para dar continuidade a essa produção, era preciso resolver o segundo grande problema: o transporte.

Incompatível seria dar continuidade à expansão cafeeira com o transporte apoiado em tropas de muares, uma vez que se conduzia cada vez maiores quantidades de café aos portos. À medida que a distância e a produção aumentavam, urgente se fazia a implantação de um novo sistema de transporte. Adotou-se então, o que havia de mais moderno: o transporte ferroviário. Essa questão já suscitava discussões desde 1835, quando surgiu a primeira lei referente à ferrovias autorizando concessão de privilégios para construção de estradas de ferro⁴.

Mas somente em 1856 tem-se a concessão para o início da construção da estrada de ferro que ligou Santos a Jundiaí, ferrovia esta construída e controlada pelos ingleses e concluída em 1867.

A partir de então organizaram-se novas companhias ferroviárias como a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, a Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, a Estrada de Ferro Sorocabana, entre outras. Estas ferrovias foram "organizadas e financiadas pelos fazendeiros paulistas de café e seus aliados no comércio e governos locais, mas a tecnologia, os trilhos e os vagões eram britânicos"⁵. Com isto, o sistema ferroviário em São Paulo em 1890 já apresentava uma extensão de 2.425 km⁶.

Assim, o vínculo entre café e ferrovias é claro: as ferrovias foram implantadas para dar seqüência à produção cafeeira; sem elas não teria sido possível expandir esta cultura para o Oeste Paulista. Ao mesmo tempo, a construção das

ferrovias foi um meio dos fazendeiros capitalistas investirem seu capital dando seqüência a um padrão de acumulação calcado sobretudo na produção cafeeira. "A aristocracia paulista demonstrou amplamente sua capacidade de iniciativa ... construindo ferrovias para o escoamento da produção (Paulista, Mogiana, etc), promovendo imigração de mão-de-obra européia para as fazendas, implantando estabelecimentos bancários, etc"⁷.

Com as soluções encontradas - imigração e ferrovias - foi possível dar continuidade à expansão cafeeira. Os preços do café estavam em alta no mercado externo quando em 1880 foram implantadas de forma sistemática a imigração e as ferrovias, havendo então um extraordinário aumento do número de pés de café cultivados. As condições eram extremamente propícias.

Foi nesse contexto que o sistema de cidades também se expandiu. Em 1870, o estado de São Paulo contava com 81 municípios e em 1929 já havia se elevado para 245 municípios. Tais números evidenciam o vínculo existente entre café e criação de cidades. Para OHTAKE, o "efeito urbanizador da atividade cafeeira é encontrado pela análise dos processos necessários para estruturar e reproduzir o complexo cafeeiro, que incidiram sobre o conjunto da organização social, particularmente no que se refere às transformações na divisão social do trabalho e suas conseqüências para a organização do espaço"⁸.

Os processos podem ser identificados num primeiro momento, pela necessidade da cafeeicultura em deslocar-se constantemente à busca de solos virgens para aumentar a produtividade. As técnicas agrícolas utilizadas em sua produção exauriam rapidamente os solos, o que resultava na permanente necessidade dos cafeeicultores das zonas decadentes em deslocar-se para áreas virgens a fim de se manter a atividade.

Ao mesmo tempo em que esta natureza móvel do café estava presente, a cafeeicultura demandava a existência de um setor urbano cada vez mais presente, onde inúmeras atividades deveriam ser organizadas para suprir-lhes a própria necessidade.

Essas atividades urbanas ligadas à cafeeicultura no final do século passado e início deste, eram as indústrias de equipamentos para benefício do café e da sacaria, o comércio de exportação e importação, o setor financeiro, a rede ferroviária e as atividades de infra-estrutura como portos e armazéns, e é claro o comércio varejista e atacadista⁹. Organizava-se o espaço de modo a atender principalmente a economia cafeeira, onde café e fundação de cidades caminhavam lado a lado. Isto aconteceu até o final dos anos 1950 quando tem-se o final da ocupação do território paulista. Porém a partir da década de 1920, o papel a ser atribuído às cidades, como veremos adiante, não será o mesmo do final do século passado. As cidades não mais serão fundadas com o principal objetivo de fornecer subsídios apenas a cafeeicultura, mas dar sustentação às atividades agrícolas de produção de alimentos e matérias-primas à população urbana e ao setor industrial respectivamente.

Imigração subsidiada, implantação de ferrovias, criação de cidades, alta no mercado internacional para o preço do café, eram estímulos à expansão. Mas é preciso considerar um outro mecanismo que ao ser implantado garantiu plenamente as condições para a continuidade da cafeeicultura. Trata-se da intervenção estatal na economia, vale dizer no café, que irá explicar a razão do mesmo continuar a ser produzido após 1929.

Com as condições favoráveis a ampliação da produção nas décadas de 1880/1890 ocorreu uma febre expansionista ampliando em muito o número de pés de café no estado. Mas não se esperava a eminência da primeira grande crise do café, em meados de 1890, quando os preços do produto começaram a decair face a uma superprodução que se repetiria anos mais tarde. Por este motivo o ritmo das plantações começou a diminuir no final de 1890, mas somente em 1902 é que se verifica a primeira medida oficial para combater a crise. Tratava-se de um "... imposto, inicialmente por cinco anos sobre todos os novos pés de café, posteriormente renovado por mais cinco anos"¹⁰.

Como a implantação desta medida não proibiu os fazendeiros de continuar a interiorização da frente pioneira, novas fazendas iam se abrindo, e a produção continuava a ser elevada conduzindo a superprodução de 1906. Esta resultou no "... primeiro programa de subsídios aos preços aprovado na Convenção de Taubaté entre os principais produtores de café, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais"¹¹.

Para tanto, o governo estadual recorreu à empréstimos estrangeiros para emissão de dinheiro com o qual comprava os excedentes para estabilizar os preços. Iniciou-se aqui o enorme poder do Estado em intervir na economia cafeeira. Após esta primeira política de valorização, outras se sucederam.

Estabilizados os preços do café após a Convenção de Taubaté, sua produção volta a ser estimulada com conseqüente ampliação das lavouras.

Em 1917/1918 um segundo programa de valorização do café foi implantado para contrabalançar os efeitos da Primeira Guerra Mundial, sustentado desta vez pelo governo federal. Com o fim da primeira guerra e as fortes geadas de 1918, os preços aumentaram vertiginosamente o que estimulou novos plantios. Nova superprodução somada a crise dos EUA em 1920/22 resultaram na queda dos preços neste período. "Uma nova desvalorização da moeda em 1921, juntamente com uma política de regulação custeada do mercado a partir de 1921 (iniciada pelo governo federal e transferida em 1924 ao governo estadual), produziram uma rápida recuperação do preço, que novamente encontrou expressão em novos plantios"¹². Esta medida vigorou até 1929, quando verifica-se, então, a crise mundial.

Do que foi exposto, fica evidente a importância da intervenção estatal na manutenção da economia cafeeira. Embora certas medidas tivessem sido tomadas pelos cafeicultores no transcorrer das crises econômicas, como por exemplo o rebaixamento dos salários dos colonos, o fato é que cada vez

mais o governo era chamado a intervir na economia para valorizar e sustentar os preços, mesmo que para isso fosse obrigado a recorrer à empréstimos estrangeiros. Isto dava a garantia aos fazendeiros de continuar sua acumulação de capital. Ora, a implantação destas medidas não impedia que os fazendeiros expandissem a produção, muito pelo contrário, serviam de estímulo a sua ampliação, o que demonstra as dimensões do Estado agro-exportador. Portanto, mesmo com as crises, a acumulação de capital estava garantida, embora as taxas de lucros fossem diferentes entre as diversas zonas cafeeiras, diretamente relacionadas à produtividade de cada região.

À medida que a economia cafeeira se expandia, criavam-se as condições para sua própria transformação. Aumentava a cada dia a população rural, o número de cidades, a população urbana, a extensão da rede ferroviária, que no conjunto passavam a dar sinais das transformações em marcha. A agricultura, durante a década de 1910, é chamada a se diversificar cada vez mais, com o cultivo de produtos destinados a atender a demanda de uma população que se urbanizava, tanto na capital como pela própria sequência das frentes pioneiras que aumentava o número de cidades. Além disto, a agricultura passa a produzir matéria-prima para a indústria que se intensificava; ampliava-se a cada dia um mercado potencialmente consumidor para produtos industrializados representado sobretudo pelos imigrantes; a estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais apresentava sinais de modificação com a ampliação do número de pequenas e médias propriedades; a indústria paulista ampliava sua capacidade produtiva de responder às demandas; a capital estadual tem seu papel de principal cidade reforçado a cada dia pelo aumento do número de habitantes, pela concentração das indústrias, dos bancos e dos serviços.

Assim é que no transcorrer da década de 1910 vê-se ampliar significativamente a produção de alimentos e matérias-primas. Após a crise do início do século, o café volta a recuperar seus preços e os fazendeiros insistem na sua pro

dução. Mas quem foi o responsável pelo aumento da produção agrícola se os fazendeiros continuavam com o café?

A cafeeicultura nunca foi uma monocultura em seu sentido mais puro. Ao lado da produção do café concorria o cultivo de produtos agrícolas alimentares.

A instalação definitiva do trabalho assalariado nas fazendas, através da relação particular do colonato, produziu entre outros fatos, a possibilidade dos colonos cultivarem sua própria alimentação, descrita por HOLLOWAY¹³ como uma receita não monetária.

Os salários dos colonos, segundo o referido autor, vinham de três fontes diversas: a primeira através do pagamento estabelecido por contrato pelo cuidado dos pés de café. Cada família responsabilizava-se pelo cuidado de alguns mil pés, que variavam de dois a quinze, dependendo do número de enxadas e do tamanho da família. Nesse contrato estavam inclusas as capinas, o replante, a coroação e o espalhamento do cisco.

A segunda fonte de receita monetária vinha da colheita do café. A família de colonos era contratada para a colheita, não ficando necessariamente presa ao talhão que cuidava. Dessa forma toda a mão-de-obra podia ser aproveitada, inclusive a de mulheres e crianças, para a retirada em um menor tempo possível das cerejas dos cafezais. Para o colono, esta prática de separar os tratos culturais da colheita era mais vantajosa nas terras novas, onde a produtividade era maior.

A terceira fonte de renda provinha de trabalhos ocasionais. Esta fonte era menos importante que as duas anteriores, pois a primeira chegava a prover metade de toda a renda obtida. Os trabalhos ocasionais realizados pelos colonos destinavam-se a consertar cercas, transportar carroças com café dos campos à estação férrea, consertar prédios, etc. Estes trabalhos eram pagos diária ou mensalmente, estipulado por contrato.

Essas eram as três fontes monetárias que compunham os salários dos colonos. Vejamos agora as fontes não monetárias. A primeira delas era a moradia gratuita, nem sempre de boa qualidade, distribuídas em conjuntos que formavam as "colônias". Com o acirramento das crise de mão-de-obra, os fazendeiros passaram a melhorá-las como forma de atrair os imigrantes.

A segunda fonte e a que mais interessa é a permissão dos fazendeiros aos colonos para cultivarem sua própria alimentação, principalmente milho, feijão, às vezes arroz, batata, etc. Desta permissão resulta a prática dos cultivos intercalares, ou seja, o cultivo de produtos em meio às ruas dos cafezais, permitindo que o mesmo tempo que o colono dispensava no cafezal pudesse ser usado para cuidar da sua roça, o que representava para ele economia de tempo. Neste sentido, os colonos não eram apenas trabalhadores assalariados, eram também pequenos produtores familiares no campo.

Freqüentemente a permissão para os colonos praticarem as culturas intercalares suscitou conflitos, pois à medida que os rendimentos do café decresciam, os fazendeiros tendiam a retirar a permissão. Mas esta perspectiva afugentava os trabalhadores que, correntemente se dirigiam às zonas novas em que tal prática era permitida e onde a produtividade era maior por serem cultivos recentes. Isto obrigava os fazendeiros a darem concessão pelo risco de ficarem sem mão-de-obra.

O cultivo dos produtos intercalares pelos colonos lhes proporcionava a subsistência e os excedentes eram vendidos tanto aos fazendeiros como para outros mercados, como as "vendas", as feiras, ou ainda nas cidades. Somava-se à venda dos cereais, a criação de porcos, galinhas e um número limitado de cabeças de gado, mais o cultivo de hortaliças que ao final lhes possibilitava a venda dos animais bem como seus subprodutos: ovos, leite, linguiças, salames, queijos, etc. Dessa forma, o dinheiro recebido pela venda destes produtos

somava-se às outras fontes de renda, o que era uma possibilidade a mais para acumular.

A par das dificuldades de se quantificar os ganhos reais dos colonos (ganho total menos os gastos com manutenção)¹⁴, o fato é que estes conseguiram acumular tanto pelas fontes de receitas acima descritas, como pela utilização total da força de trabalho familiar. Conseqüentemente, puderam ter acesso à propriedade da terra concorrendo para a transformação do latifúndio cafeeiro.

Enquanto os colonos prosseguiam com sua economia, os fazendeiros continuamente enfrentavam crises, crise de falta de mão-de-obra (vimos acima a mobilidade dos colonos e acrescenta-se aqui a possibilidade da emigração), de superprodução, de queda de preços e dificuldades de escoamento. E com a crise do final e início deste século, muitos fazendeiros das zonas velhas foram severamente atingidos não só pela crise dos preços, mas também "pela necessidade de concorrer num mercado livre de trabalho, onde a pressão por melhoria de salários e condições gerais de vida dos trabalhadores afetaram gravemente a base financeira das explorações de menor rendimento, apressando assim seu colapso"¹⁵.

E dada as contingências que afetaram muitas dessas explorações, os fazendeiros, impossibilitados de resolverem suas crises financeiras de outra maneira, viram-se forçados a retalhar suas propriedades em pequenos e médios estabelecimentos. Muitos dos colonos instalados no estado paulista desde o último quarto do século XIX já haviam conseguido, através de sua pequena produção camponesa, acumular certa quantidade de capital que poderia ser investida na aquisição de um pequeno lote possibilitando-lhes sua ascensão social. Se nas zonas antigas o retalhamento das grandes propriedades foi iniciado no final do século XIX e início do século XX, nas zonas novas a pequena e média propriedade foi resultado da atuação em grandes empresas do loteamento e proprietários individuais.

Com base na tabela 1 apresentada a seguir, verificamos no início do século XX um aumento

da pequena e média propriedade nas terras já exauridas e desgastadas pela má utilização com a cafeeicultura que a partir de então, por seus novos proprietários, foram direcionadas à produção de culturas alimentares como milho, arroz, feijão, etc.

A esta diversificação, acrescenta-se medidas tomadas pelo governo como a Lei nº 1.452, de 30 de dezembro de 1905 que taxou em 50% alguns produtos de importação entre os quais gêneros alimentícios¹⁶. Estes eram insuficientes para o abastecimento da população nacional, o que obrigava a importação dos mesmos atingindo por vezes 30% ou mais do consumo nacional¹⁷. Mas a produção para exportação do café compensava a importação. Com a crise do início do século e rebaixamento dos preços do café, medidas como a Lei 1.452 são tomadas com o intuito de aumentar a produção de gêneros alimentícios e diminuir as importações.

TABELA 1

PROPRIEDADES RURAIS EM SÃO PAULO, 1905
NACIONALIDADE DO PROPRIETÁRIO

TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	BRASILEIROS	ITALIANOS	PORTUGUESES	ESPAÑHÓIS	ALEMÃES	OUTROS
57.184	48.700	5.239	1.621	476	674	474

FONTE: SÃO PAULO. Estatística Agrícola e Zootécnica, 1904-1905. Apud HOLLOWAY, Thomas.

Durante a década de 1910 assiste-se a ampliação significativa da produção de gêneros alimentícios sobretudo por ex-colonos que ascenderam socialmente à condição de pequenos proprietários enquanto os fazendeiros insistiam na produção do café.

A continuidade da expansão das frentes pioneiras é, em realidade, reflexo do que acabamos de expor. A frente pioneira continuou se expandindo por continuar havendo mercado consumidor para o café e terras disponíveis. Além disto, o poder de pressão que os imigrantes possuíam frente aos fazendeiros era muito intenso pois havia escassez de mão-de-obra e abundância de terras disponíveis. Conseqüentemente, os colonos podiam e exerceram pressões para tornarem-se proprietários, tendo em vista que eles através do trabalho assalariado e da produção agrícola intercalar conseguiram acumular. Embora nem todos os colonos conseguissem ascender à condição de proprietários, o fato é que os fazendeiros viram-se obrigados a vender suas terras quando das crises e dirigiram-se às frentes pioneiras para adquirir novas glebas e dar continuidade à produção cafeeira.

A par das transformações agrárias paulista, a indústria também se efetivava, apresentando um crescimento quantitativo e qualitativo.

Se em 1870, quando se iniciou a industrialização brasileira, o estado de São Paulo pouco participava deste setor da economia, a partir da Primeira Guerra Mundial este estado tornou-se a principal área industrial brasileira; superando inclusive o Rio de Janeiro. Este vinha liderando a industrialização brasileira desde o último quartel do século XIX e em 1907 por exemplo, o Rio de Janeiro contribuiu com 33,1% da produção industrial brasileira enquanto o estado de São Paulo participou com apenas 16,5%.¹⁸

Paulatinamente criavam-se as condições para a liderança paulista na indústria, com uma acumulação proporcionada pela economia cafeeira, incluindo-se a própria exportação do café, as estradas de ferro, as cidades, os bancos, o comércio e outros serviços e, é claro, pela forte presença do mercado consumidor representado pelos imigrantes. Não pretendendo aqui, por não ser este o nosso objetivo, analisar a gênese e a dinâmica da industrialização paulista, porém incompleta ficaria nossa exposição sem mencionar a importância

dos imigrantes que transformaram-se em industriais. Se a industrialização paulista teve seu início calcado sobretudo nas indústrias têxteis de propriedade da aristocracia rural paulista, rapidamente esta perdeu seus negócios em favor dos imigrantes europeus. Estes ao se instalarem no Brasil traziam consigo simultaneamente força de trabalho e as relações capitalistas na indústria e agricultura, características da Europa Meridional naquele momento. Traduziam-se em "mercado consumidor para produtos como massa, banha de porco, salama, chocolates, etc"¹⁹, o que estimulava a implantação de indústrias alimentícias dirigidas para esta classe.

Segundo MAMIGONIAN, "nas duas primeiras décadas do século XX houve forte coincidência e relações de causa efeito entre crescimento industrial de São Paulo e: 1) ascensão do empresariado industrial imigrante e dos colonos de café à condição de pequenos proprietários rurais e 2) decadência da aristocracia tradicional paulista da condição de empresários industriais e de grandes proprietários rurais"²⁰.

Assim, quando da Primeira Guerra Mundial, o estrangulamento do comércio exterior permite o avançar da reestruturação da economia paulista. O café teve sua exportação diminuída; a importação de produtos alimentares torna-se proibitiva, o que é excelente reforço à ampliação da produção de alimentos tornando o estado paulista em um exportador dos seguintes gêneros: 32.650 ton de carne (1918), 54.750 ton de feijão (1917), 54.750 ton de arroz (1918)"²¹. Como já nos referimos anteriormente, esta produção foi realizada sobretudo por ex-colonos, o que acelerou-lhes a ascensão social. A partir da referida guerra suas economias passam a ser investidas na compra de terras nas zonas novas como na Alta Paulista, Alta Sorocabana, Araraquarense. "Esta ascensão teve várias conseqüências: reforçou o mercado consumidor da indústria paulista, permitiu rápida modernização da agricultura de São Paulo, etc. Os novos proprietários rurais imigrantes passaram a utilizar técnicas mais modernas (máquinas, adubos, novas variedades) e a produzir cada vez mais para o mercado urbano de São Paulo ..."²².

Mas ao lado destas transformações estava cada vez mais presente a urbanização devido ao estreito vínculo entre a expansão territorial da cafeeicultura e a fundação de cidades. À medida que a produção cafeeira se expandia para o oeste paulista, concomitantemente e como parte integrante desta economia, novas cidades iam surgindo. Já as cidades fundadas anteriormente ao café surgiram como decorrência das penetrações para o interior pelos bandeirantes; dos caminhos provocados pelo comércio do gado mular e pela agricultura de subsistência e do açúcar. Todas as cidades surgidas como decorrência destes momentos, entretanto, não provocaram a dimensão urbana que o café provocou. A tabela 2 apresentada na página seguinte nos mostra a evolução do número de municípios no estado de São Paulo de 1532 a 1948.

Somente a partir de 1870 é que se eleva rapidamente o número de municípios criados, pois até então, a economia existente não suscitou uma urbanização intensa. Foi a partir de 1870 que iniciou-se a estruturação básica da rede urbana paulista. A marcha de ocupação prosseguia e junto com ela, as cidades como parte integrante desta economia. Eram sobretudo, cidades que visavam atender a demanda das cafeeicultura, ali localizando-se o comércio de exportação e importação, uma indústria de equipamentos para o beneficiamento do café, oficinas das ferrovias, armazéns, comércio atacadista e varejista, e diversos serviços.

TABELA 2

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MUNICÍPIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO
NO PERÍODO DE 1532 A 1948

PERÍODO	MUNICÍPIOS CRIADOS
1532/1599	4
1600/1699	12
1700/1799	13
1800/1849	19
1850/1859	22
1860/1869	11
1870/1879	19
1880/1889	23
1890/1899	38
1900/1909	-
1910/1919	31
1920/1929	53
1930/1938	18
1939/1948	42

FONTE: SÃO PAULO. Departamento de Estatística. Quadro demonstrativo do desmembramento dos municípios: quinquênio 1954-1958. 6ª ed., 1954 apud OHTAKE. p.23.

Como salientamos anteriormente, esta organização do espaço resultante da economia cafeeira, foi a partir da década de 1920 reestruturada. Este momento representou um marco de transição do padrão prevalecente de acumulação: de base agrária se transformaria em urbano-industrial. E sendo assim, a rede urbana paulista criada até então foi apropriada pela nova etapa da divisão territorial do trabalho que lhes atribuiu novos papéis e funções. E para as áreas onde a marcha da ocupação ainda estava se dirigindo, a estruturação das redes urbanas regionais já se fazia de modo a atender as necessidades do novo momento das relações econômico-sociais, da nova etapa da divisão territorial do trabalho. Veremos a seguir um destes casos: a Alta Paulista.

1. AS FRENTES PIONEIRAS NA ALTA PAULISTA

1.1. OS PROCESSOS SOCIAIS EM SÃO PAULO E NAS FRENTES PIONEIRAS

No início da década de 1920 a ocupação do Oeste Paulista já se traduzia em duas frentes avançadas de povoamento. A primeira representada pela Alta Sorocabana, região compreendida entre os rios do Peixe, Paranapanema e Paranã, e sua respectiva ferrovia: a Estrada de Ferro Sorocabana. Em 1922, a referida ferrovia atinge a última estação, em Presidente Epitácio, às margens do rio Paranã²³. A segunda frente avançada era representada pela Noroeste, região compreendida ao norte do rio Aguapeí e ao sul do Tietê e sua respectiva estrada de ferro: a Noroeste do Brasil, que em 1920 já havia alcançado as margens do rio Paranã. Esta última, é o claro exemplo do momento em que as ferrovias antecederam a ocupação.

Se até as décadas anteriores, as ferrovias acompanhavam a ocupação, às vezes tardiamente, em 1920 tem-se o exemplo da estrada de ferro antecedendo ao povoamento. E quando os trilhos não antecederam, acompanharam pari passu como é o caso da Estrada de Ferro Sorocabana²⁴. Não mais se permitia o isolamento; um meio de transporte eficiente era exigência para o avançar das frentes pioneiras. As distâncias tornavam-se cada vez maiores para o escoamento da produção, bem como para a obtenção de produtos manufaturados. Além do mais, a mão-de-obra não se dirigia para regiões onde não houvesse transporte, representado sobretudo pelas ferrovias.

Apesar dos traçados com poucos critérios técnicos, seguindo ao sabor das exigências dos grandes fazendeiros, as ferrovias permitiram com muito maior facilidade a rápida e efetiva ocupação das terras, tanto na região da Noroeste, como na Alta Sorocabana. Isto não significa dizer que em 1920 a Sorocabana e a Noroeste já estavam fortemente povoadas:

havia sim, o principal elemento de penetração, a ferrovia.

Restava, entretanto, uma das últimas regiões no Oeste paulista a ser ocupada: a Alta Paulista, compreendida entre os rios do Peixe, Aguapeí e o Paran. Enquanto as outras regiões vizinhas povoavam-se, a Alta Paulista permanecia como extenso sertão, ocorrendo apenas tímidas penetrações laterais, que pouco deram resultados em termos de ocupação. Entretanto, nesta época a maior parte de suas terras já eram de domínio privado, mas nela ainda não estava presente um meio moderno de circulação.

A Alta Paulista seria tributária da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, mas esta companhia demorou muito em estender seus trilhos por toda a região, provocando uma ocupação em que o transporte não foi dado pela ferrovia, mas pelas estradas de rodagem e caminhões. Sendo uma das últimas regiões a ser incorporada no estado de São Paulo, vejamos por que da diferença em termos de transporte.

A Companhia Paulista de Estrada de Ferro nasceu como empresa privada em 1868²⁵. Nasceu como fruto da iniciativa de grandes proprietários rurais da região de Campinas que pretendiam estender os trilhos da estrada de Ferro Santos-Jundiaí até Campinas, com o objetivo de facilitar-lhes a exportação do seu principal produto, o café.

Neste sentido, a aristocracia rural paulista mostrava toda sua força e capacidade de iniciativa, utilizando-se do capital cafeeiro para a construção de ferrovias, que seriam, as ferrovias do café.

A referida companhia alcança seus objetivos iniciais em 1872 quando os trilhos atingem Campinas. A partir de então, a Paulista continuou a desenvolver seu tronco básico atingindo em 1900 a extensão de 807 km²⁶. Em 1920, já conta va com 1.245 km, porém seus trilhos ainda estavam parados em Piratininga. A razão da demora em dar prosseguimento na sua extensão, está no fato de que, a Companhia Paulista ainda fi

gurava em 1920 como empresa privada. Ora, sendo seus proprietários grandes fazendeiros do café, estes já haviam passado por várias crises econômicas, vale dizer, várias crises cafeeiras que implicaram em rebaixamento dos preços, impostos sobre novos plantios, retração do mercado externo, Primeira Guerra Mundial. Todos estes fatores geradores de crises concorreram para que o prolongamento dos trilhos ficasse prejudicado. Está neste fato, a razão da Paulista ter sido uma das últimas estradas de ferro a atingir as margens do rio Paraná, diferindo da hipótese de que a mesma estava à espera de que a ocupação se adensasse para dar prosseguimento aos trilhos.

Sendo assim, a companhia só atinge os limites do estado no final da década de 1950, quando então o governo estadual toma ao seu encargo a administração do sistema ferroviário paulista. Isto a diferencia, por exemplo, da Estrada de Ferro Sorocabana que já em 1905 passou às mãos do governo estadual, que em 1907 a arrendou a um sindicato franco-norte-americano e em 1919 retornou ao seu controle²⁷. Estas medidas auxiliaram e em muito a continuidade da extensão dos trilhos, realizada com base na sustentação governamental.

Tendo permanecido como empresa privada, a Companhia Paulista esteve à sorte das oscilações da crise do café.

Entretanto, estes fatos não impediram que a ocupação na região da Alta Paulista fosse iniciada. Embora o tenha sido mais tardiamente quando comparada à Noroeste e a Alta Sorocabana, o fato é que aconteceu. E quando aconteceu, foi apoiada num novo meio de transporte: as estradas com seus caminhões e jardineiras, que foram implantadas, inclusive pela própria Companhia Paulista.

Mas antes que qualquer estrada ou ferrovia fosse implantada no espigão da Alta Paulista, o seu desbravamento teve início como extensão da área de influência das duas regiões vizinhas, graças às estradas e os caminhões²⁸. Se a ocupação e a ferrovia chegaram anteriormente a cada uma das duas

regiões vizinhas, é claro que as mesmas disputariam o controle das futuras plantações na Alta Paulista.

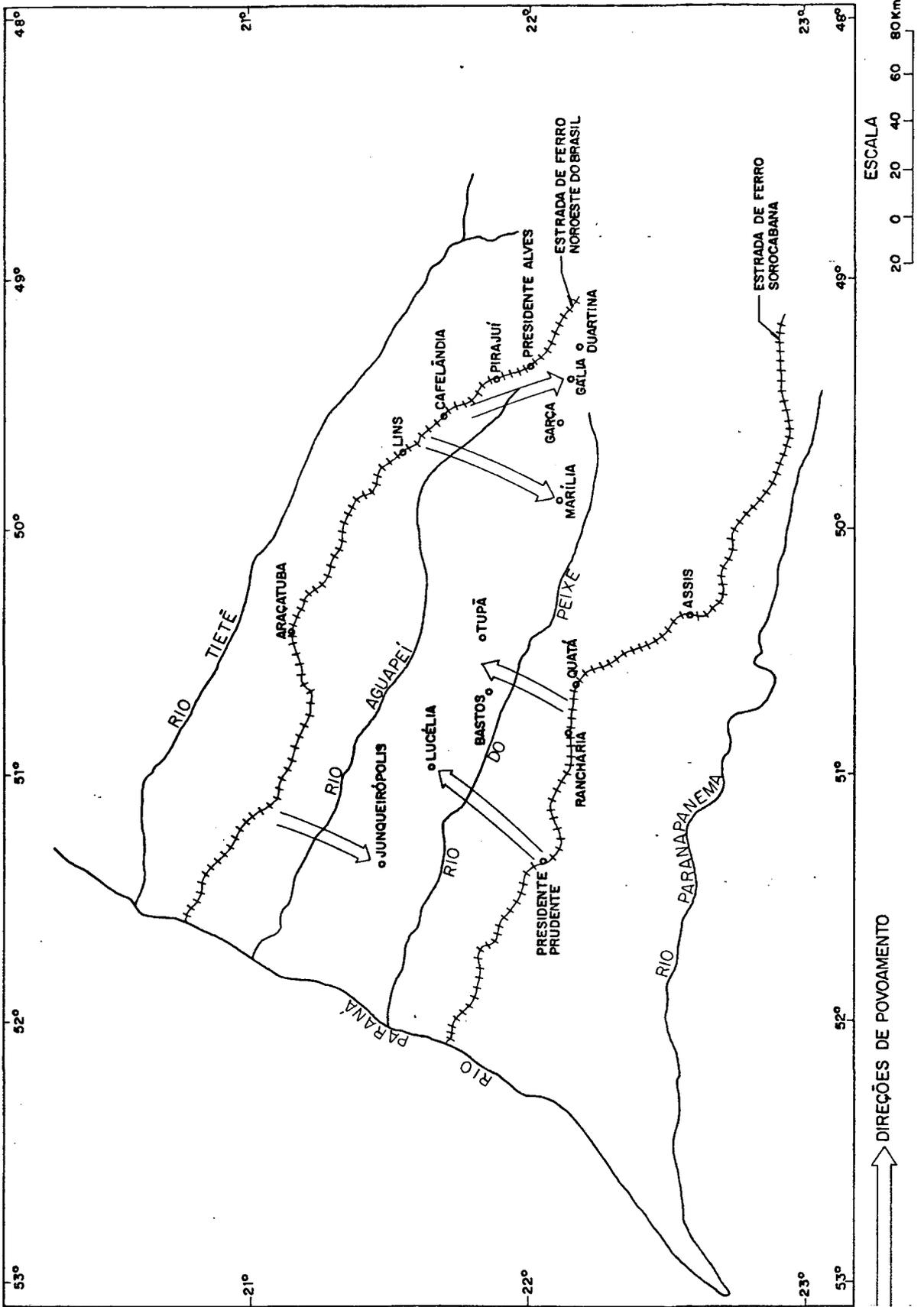
Em 1914, o governo do estado havia construído um caminho que ligava Cafelândia, na região Noroeste, à Platina na Alta Paulista, sem que houvesse nenhuma estação ferroviária por perto. Embora prematura, a estrada sobreviveu. Outras se sucederam, partindo respectivamente da região Noroeste e da Alta Sorocaba. Os municípios de Presidente Alves, Pirajuí e Cafelândia, foram como que cabeças de ponte para a penetração nas zonas de Duartina, Getulina, Garça, Gália e Marília.

A penetração dos pioneiros em Tupã foi igualmente realizada através de caminhos abertos entre as estações de Quatã e Rancharia. Com ousadia outros plantadores com base em Presidente Prudente abriram as primeiras estradas na floresta onde se encontra hoje a cidade de Lucélia na região da Alta Paulista. As primeiras famílias chegadas à Bastos vieram por estradas ligadas à linha da Alta Sorocabana. No extremo oeste da Alta Paulista, as primeiras ligações partiram da Noroeste.

Esquemáticamente apresentado a seguir, o mapa 1 nos mostra que a ocupação inicial da Alta Paulista se processou lateralmente, provocando por certo, acirrada concorrência entre as duas regiões vizinhas, onde os limites eram incertos. Esta disputa das companhias ferroviárias foi resolvida em favor da terceira companhia, a Paulista. Com problemas financeiros impedindo o prolongamento dos trilhos, rapidamente se resolveria a questão do "controle" da região tributária através da abertura das estradas rodoviárias por sobre o espigão. A partir de então, intensificou-se a ocupação, agora predominantemente no sentido leste-oeste.

Já nos referimos anteriormente aos trilhos da Companhia Paulista que estavam parados em 1920 em Piratininga. Esta cidade foi ligada à ferrovia em 1905 mas somente no início da década de 1920 é que a companhia construiu estrada rodoviária ligando Piratininga à Marília. A disputa pela produ-

MAPA 1 - PENETRAÇÕES LATERAIS NA ALTA PAULISTA POR VOLTA DE 1920.



ção da área situada nas proximidades de Marília se acirrava, daí terem sido implantados ligações antes que os trilhos a atingissem.

A partir de então as ligações de Marília deixam de ser realizadas via Noroeste para se fazerem através de Piratininga. Esta era a base de partida para os imigrantes que se dirigiam às zonas recém desbravadas de Gália, Garça, Duartina e Marília: entre 1926 e 1930, dos 233.200 trabalhadores estrangeiros e nacionais que passaram pela Hospedaria dos Imigrantes, 5,8% desceram do trem em Piratininga²⁹. Da mesma forma, quando os trilhos atingiram Marília em 1928, obrigatoriamente se fez o prolongamento da estrada em direção oeste. Liga-se portanto, Marília a Tupã e quando a ferrovia atinge a última cidade, é feito novo prolongamento da rodovia, desta vez até as margens do rio Paranã.

A Companhia Paulista fez "... construir uma estrada que, partindo de Tupã, vai até Adamantina e a partir daí, ainda carroçável mas menos cuidada, atinge Gracianópolis (hoje Tupi Paulista) e mais adiante, o Rio Paranã, no porto das Marrecas"³⁰.

A Alta Paulista conhece, portanto, uma dinâmica totalmente diferente de suas regiões vizinhas. A ocupação calçada nas rodovias, que precedendo os trilhos, foi construída por uma empresa de estrada de Ferro. Segundo MONBEIG, em toda a zona pioneira, o primeiro caminhão apareceu por volta de 1924, e rapidamente esta revolução dos transportes se estendeu por toda a franja pioneira, que permitiu aos novos ocupantes das zonas recém desbravadas na Alta Paulista, o transporte de suas produções, quer seja pela empresa rodoviária da Companhia Paulista, ou pela empresa rodoviária da Estrada de Ferro Sorocabana. Esta última teve atuação decisiva na coleta da produção agrícola das áreas onde as ferrovias não haviam chegado. A extensão do domínio da Estrada de Ferro Sorocabana foi realizado preferencialmente sob a responsabilidade de escritório montado na cidade de Bastos, de onde partiam caminhões para coletar a produção agrícola e expor-

tã-la pela estação ferroviária de Rancharia e Quatã³¹.

Em realidade, foi através da implantação de um sistema viário juntamente com a ação de empresas de colonização e de fazendeiros loteadores que se permitiu a expansão da frente pioneira.

Realizadas as condições para fazer avançar em sua plenitude a efetiva ocupação, afluíam para a região os grandes proprietários, as empresas de loteamentos, a mão-de-obra representada por imigrantes recém chegados, destacando-se entre eles os japoneses; imigrantes de segunda ou terceira geração, bem como a mão-de-obra nacional, em especial a dos mineiros e nordestinos.

A partir da década de 1920, a entrada de imigrantes europeus começou a diminuir, sendo as migrações internas as responsáveis, em parte, pela continuidade do fornecimento de força de trabalho às zonas novas. Estas migrações internas dizem respeito aos imigrantes que já estavam no estado de São Paulo, nas zonas velhas que sucessivamente deslocavam-se para as zonas novas pelas vantagens oferecidas: a continuidade das culturas intercalares, permitidas pelos altos rendimentos proporcionados pelos solos recém desbravados, antes que o café crescesse e a perspectiva de parte destes colonos ascenderem à condição social de pequenos proprietários pois já tinham acumulado uma quantia de capital que lhes possibilitariam a aquisição de um pequeno lote de terras. Além destes imigrantes que deslocavam-se das zonas antigas, houve presença marcante na Alta Paulista dos novos imigrantes, os japoneses.

Tendo diminuído a imigração européia, esta foi em parte substituída por japoneses, que pelo apoio do governo de seu país de origem, organizaram-se em colônias, em grande maioria como pequenos proprietários. Estes tiveram na Alta Paulista grande destaque, localizando-se em Bastos, Marília, Pompéia e também nas regiões de Noroeste e Alta Sorocabana. Os imigrantes japoneses contribuíram muito para a ocupação da Alta Paulista, bem como para o desenvolvimento da cotoni-

cultura que se destacou a partir da década de 1950.

O outro grupo de mão-de-obra que afluiu para a região, foram migrantes brasileiros, oriundos de Minas Gerais e do Nordeste, que indistintamente para os últimos ficaram conhecidos como "baianos". Estes sucessivamente passaram a substituir a mão-de-obra tão rara na ocupação da Alta Paulista, trabalhando no desmatamento, nas fazendas de café, nas atividades de construção de edificações e mais tarde na coticultura.

Quanto aos grandes proprietários, já vimos que estes eram obrigados a continuamente se dirigirem para as zonas novas a fim de continuarem suas atividades, pois a pressão exercida pela mão-de-obra, as crises sucessivas do café e a contínua diminuição dos rendimentos o obrigavam a se desfazer de suas terras através da sua venda total ou pela fragmentação da mesma.

Entretanto, na Alta Paulista, cujas terras estavam em grande parte, desde a década de 1920, sob o controle do capital privado representado por políticos, comerciantes de exportação e importação, industriais e profissionais liberais, não se observou uma ocupação calcada sobre as grandes propriedades. Elas estavam presentes, mas a pequena propriedade era a predominante. Foram os "sitiantes" os responsáveis pelo grande dinamismo da ocupação da região e do desenvolvimento de atividades que a nova etapa da divisão territorial e social do trabalho requisitava.

Este avanço da frente pioneira tinha porém, um grande impulsionador: o café. Era o café ainda na década de 1920 um forte estímulo para fazer avançar a fronteira agrícola, mas veremos que sua participação na produção agrícola continuamente diminuirá. A razão pela qual o café continuou a ser produzido após a Primeira Guerra Mundial foi a política de sua defesa, reforçada em 1924 com a criação do Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café. Com base na sustentação governamental, a produção do referido produto pôde avançar

até 1929 pois os preços estavam garantidos pelo Estado.

Irrompe-se contudo, a crise mundial de 1929 abalando fortemente a hegemonia da classe dos cafeicultores juntamente como a mais importante fonte de dividendos para o país. Com a crise instaurada após 1929, necessário tornava-se a adoção de medidas que visassem encontrar soluções para o problema do café.

Em 1931, foi criado o Conselho Nacional do Café e implantou-se novo programa de sustentação dos preços, fixando impostos de dez centavos, depois quinze centavos por saca de café a ser exportada como forma de financiar a retenção do excedente, e a incineração imediata de parte dos estoques.

Novas medidas foram sendo tomadas com o mesmo intuito: proteger a economia cafeeira. Assim, em 1932 proibiu-se novos plantios mas devido à dificuldade de controle nas zonas novas, a expansão continuava. Em 1933, com a safra volumosa (grande participação do oeste pioneiro) adotou-se a divisão da safra em três quotas: 40% da produção a ser vendida ao Departamento Nacional do Café pelo preço médio, visando sua incineração; 30% da produção para exportação e 30% compradas por preço fixo pelo Departamento para armazenagem.

Afora outras medidas que pudessem ser adotadas, foi essa a política de sustentação que vigorou até 1937, quando então ocorreram mudanças radicais. Os países concorrentes do Brasil na produção do café não tinham adotado as medidas de sustentação de preços; os estoques no Brasil se avolumavam e o preço para retenção eram altos; a pressão por parte dos cafeicultores frente ao governo aumentava, clamando por alterações urgentes na política governamental. A solução adotada foi um dumping internacional com o fim de "... abaixar os preços internacionais para aumentar as exportações brasileiras e obrigar os concorrentes estrangeiros a negociar um acordo internacional do café, os impostos de exportação foram grandemente reduzidos, as taxas de câmbio (que até então eram controladas pelo Banco do Brasil) foram liberadas e a intervenção do governo no mercado foi interrompida"³².

Esta política adotada, já em 1939 não impediu que no vo descontentamento se alastrasse pois o mercado europeu que consumia 40% da produção, fechou-se em função da Segunda Guerra Mundial. Várias tentativas foram feitas mas somente em 1940, com o Acordo Internacional do Café entre os EUA e mais quatorze países exportadores é que a oferta passou a ser regulada com o estabelecimento de quotas de importação para aquele país³³.

E foi através de todas estas medidas que o avanço da produção cafeeira no oeste paulista antes e depois de 1929 pôde se concretizar. A incorporação de novas terras tinha como principal pressuposto a produção cafeeira mas o café não seria mais a atividade dominante; a agricultura já nesta década estava suficientemente diversificada para sustentar a marcha de ocupação independente dele. Transformações nas relações econômico-sociais estavam pois, a requisitar nova organização espacial, ou seja, uma organização espacial diferente daquela suscitada pela economia cafeeira.

A industrialização paulista, iniciada nas últimas décadas do século XIX, desenvolve-se até a primeira Guerra Mundial concentrando-se principalmente nos ramos têxtil, alimentício, baseada no mercado consumidor transplantado da Europa com a imigração. Da década de 1920 em diante, diversificam-se os ramos industriais iniciando investimentos em novos setores como o cimento, siderurgia, química, etc. Esta nova fase da economia concentra as atividades industriais principalmente na capital paulista e cidades vizinhas. A concentração urbana acentua-se, a indústria possibilita a prática de uma agricultura moderna com utilização de máquinas, adubos, sementes, etc.

Embora a industrialização estivesse concentrada na capital e seus arredores, o fato é que esta nova etapa da economia paulista assentada na acumulação urbano-industrial, teve repercussões por todo o estado e como não podia deixar de ser, na Alta Paulista. A organização do espaço

foi realizada de modo a atender às exigências desta economia urbano-industrial.

1.2. A ATUAÇÃO DOS AGENTES DE VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

As terras sobre as quais se estendeu a ocupação na Alta Paulista já eram, em 1920, em sua grande maioria de propriedade privada. Privada no sentido jurídico do termo, embora nelas estivessem assentadas populações indígenas e indivíduos esparsamente distribuídos, provenientes sobretudo de Minas Gerais. Os indígenas, à medida que a ocupação avançava, dirigiam-se mais para oeste, mas só depois de resistirem tenazmente às invasões de suas terras. Os mineiros, que esparsamente se distribuíam pela região, migraram de Minas Gerais após a decadência da mineração, estabelecendo-se em meio a floresta, praticando uma agricultura de subsistência e uma atividade criatória, principalmente de suínos.

Os suínos eram criados à solta e muitas vezes seus subprodutos como a carne, banha, linguiças, etc, eram vendidos às cidades do leste. Em razão da ocupação prévia da região, esta era acentuadamente dispersa quando do avanço da frente pioneira. Mas o requisito jurídico da propriedade já estava dado e quando não o estava, a influência política ou armada foi mais forte para alcançar-se os objetivos.

A ocupação do território paulista pelo café, que se fazia há mais de setenta anos e com grande rapidez, havia provocado uma procura muito grande por terras virgens, pois elas eram garantia de elevados rendimentos e alta produtividade.

Os fazendeiros sucessivamente adquiriram terras à oeste com o fim, também, de continuar suas atividades, pois a leste os solos já estavam muito desgastados e as crises econômicas os forçavam a se desfazerem das terras que eram adquiridas pelos

ex-colonos. Se por um lado, as terras foram adquiridas pelos fazendeiros das zonas decadentes, também o foram por comerciantes de exportação e importação, industriais, profissionais liberais enriquecidos e políticos.

Lélio Piza e Almeida, Luiz de Toledo Piza, Junqueira Neto, Alfredo Campos Sales, Max Wirth, são alguns dos muitos exemplos de proprietários que adquiriram as terras com o fim específico de especulação fundiária. Esta especulação iniciada antes do avanço da ocupação nos é dado como exemplo por uma gleba que hoje corresponde aproximadamente aos domínios territoriais de Osvaldo Cruz, Inúbia Paulista, Sagres e Salmourão que, apossada desde 1845, fora revendida sucessivamente a oito proprietários até 1920³⁴. Isto demonstra que nestes processos de venda e revenda de terras, os lucros e renda fundiária já eram obtidos, a terra mais do que nunca convertia-se em um excelente investimento; a única mercadoria capaz de gerar ao mesmo tempo lucros e renda.

E como tal, MONBEIG já salientava que "... a especulação generalizou-se, a terra virgem produz lucros (acrescenta-se aqui renda)³⁵ antes de produzir colheitas e os preços não param de aumentar"³⁶.

As terras que eram de propriedade particular anterior ao avanço da fronteira agrícola, passaram a ser, quando do avanço desta, sucessivamente fragmentadas com o fim específico de especular. Esta especulação tomou a forma de loteamentos que eram a garantia da obtenção de lucros e rendas antes da produção agrícola.

Para estes loteamentos, havia se formado ao longo de todo este período uma camada potencialmente compradora de um pequeno lote de terras, representada por imigrantes que conseguiram acumular uma certa quantia necessária para a realização da compra (total ou parcial).

Se anteriormente o cerceamento da ascensão dos colonos era um imperativo necessário para a continuidade da pro-

dução cafeeira, agora esta ascensão não só foi conquistada como representava novas relações sociais, evidenciando transformações da sociedade brasileira.

Em primeiro lugar porque a especulação fundiária tornou-se um dos caminhos para a reprodução de uma parcela do capital, bem como estes novos proprietários serão os responsáveis pelo fornecimento de produtos agrícolas e matérias-primas para a reprodução de outra parcela do capital personificada nas atividades urbanas e nas indústrias. Tudo isto fazia parte das transformações que se operavam na divisão territorial do trabalho em São Paulo.

A diversificação agrícola, que veremos adiante, juntamente com as modificações na estrutura agrária paulista forneceram à economia, juntamente com outros fatores, a possibilidade de efetivar a transição da economia de base agrária para aquela de base urbano-industrial. E neste processo, a participação do oeste, incluindo-se aqui a Noroeste e Alta Sorocabana, foi fundamental.

Os loteamentos na região estudada foram realizados por empresas especializadas em colonização, por grandes proprietários e por sociedades ligadas ao capital estrangeiro. Basicamente foram estes três grandes grupos de agentes os responsáveis pela valorização do território.

A sociedade ligada ao capital estrangeiro foi representada pela Sociedade Colonizadora do Brasil (Yugen-Sekin-Buraziru-Takusyohu-Kumiai) mais conhecida pela sigla BRATAC. Tratava-se de uma sociedade representativa da Federação das Associações Ultramarinas fundadas em Tóquio em 1927. Eram associações fundadas em quase todas as províncias japonesas com o fim de impulsionar o movimento migratório. Se desde a década de 1920, o Brasil começou a receber imigrantes japoneses, em 1925 tornou-se o principal receptor de tais imigrantes. Ao mesmo tempo em que a imigração correspondia a uma política oficial do governo daquele país, correspondia também a "... política de expansão de capitais japoneses que procuravam novos mercados para investimentos fora da Ásia"³⁷.

Sendo assim, a BRATAC, que fora constituída no Brasil em 1928 como empresa de economia mista, cujo capital era proveniente do governo japonês e de particulares "... recrutavam e encaminhavam os imigrantes para a colonização agrícola, sem deixá-los isolados no seu destino, mas organizando-os como colonos-proprietários em núcleos planejados"³⁸. E para atingir-se os objetivos propostos, a BRATAC adquiriu glebas por várias regiões no estado de São Paulo. Na Alta Paulista adquiriu a Fazenda Bastos com 12.000 alqueires no então município de Campos Novos futuramente desmembrado e pertencente hoje à Alta Paulista. Além da compra das terras, da divisão das mesmas em lotes para o estabelecimento dos imigrantes, a referida sociedade também atuava através de cooperativas, bancos (Casa Bancária BRATAC), indústrias (Algodoeira BRATAC), de fornecimento de serviços de transporte de ônibus e caminhões para os colonos que moravam mais afastados da ferrovia.

Diferentemente dos imigrantes até então entrados no Brasil, o próprio governo japonês tomou a si a tarefa de recrutar e enviar os japoneses para o Brasil, dando ao mesmo tempo o amparo econômico e social para o bom suceder dos empreendimentos. Em realidade, tamanho suporte técnico e financeiro à imigração tinha como contrapartida a possibilidade de implantar no Brasil parte dos capitais oriundos daquele país em novas atividades como, por exemplo que os imigrados produzissem matérias-primas a serem exportadas ao Japão. É o que aconteceu com o algodão produzido pelos japoneses na Alta Paulista que em sua grande maioria era adquirida pelo Japão, através da Algodoeira BRATAC.

Este é o primeiro agente de valorização do território que atuou na região em tela através dos loteamentos da Fazenda Bastos, hoje município de Bastos, pertencente à rede urbana de Marília.

O segundo grupo de agentes era representado pelos grandes proprietários, que constituíam empresas de loteamento contratando para tanto, técnicos especializados como topó

grafos, engenheiros, arquitetos e é claro, vendedores. Quando não se constituía empresa, o proprietário contratava tais técnicos, ficando todo o processo de divisão da gleba e venda dos lotes sob seus cuidados diretos.

De uma forma ou de outra, os loteamentos começavam a ser realizados primeiramente com a divisão da gleba em pequenos lotes. O traçado dos lotes se processou de modo a garantir aos seus futuros ocupantes o acesso à água e ao esgoto, onde está presente a estrada rodoviária e futuramente a ferrovia. Como resultado deste tipo de parcelamento, obteve-se lotes com formas geométricas, longos e estreitos³⁹, sendo sem dúvida, a melhor maneira de dividir a terra de modo a dar aos lotes o mesmo preço. Toda essa primeira etapa dos loteamentos não requereu grandes despesas, pois dada as condições de relevo, o serviço topográfico tornava-se pouco necessário podendo mesmo não ser realizado. Mas quando os vendedores levavam os compradores para ver seu lote, o faziam com base na planta.

Como grandes empreendimentos capitalistas, os loteadores eram obrigados a promover além da divisão da gleba outros requisitos necessários para que as vendas fossem bem sucedidas. O primeiro requisito era a construção de estradas que interligassem o interior da gleba ao futuro centro urbano. Lembre-se que a artéria principal do sistema rodoviário já fora construída pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro, que em etapas sucessivas, ligou Marília ao Rio Paraná.

Os fazendeiros loteadores deveriam, portanto, complementar a ligação conectando a gleba ao novo patrimônio a ser criado. Isto dava aos novos proprietários a certeza do escoamento da produção e era o grande requisito para tornar as terras atrativas, pois sem essas ligações os novos proprietários não se dirigiriam à frente de expansão, uma vez que já era sabido que os trilhos ferroviários estavam ainda muito distante. Em 1928 estavam parados em Marília. E antes que os lotes fossem postos à venda, a rede de estradas secundárias interligadas à artéria principal localizada por sobre

o espigão já se fazia presente, de modo que todos os proprietários puderam se servir deste sistema de transporte.

O segundo grande requisito para o sucesso dos loteamentos estava nas condições financeiras. Normalmente o pioneiro que se dirigia aos novos loteamentos não possuía grande soma de capital. Eram poucos os seus recursos acumulados ao longo de toda uma vida. Sendo assim, este novo "sitiante" não tinha condições para pagar o lote à vista, necessitando pois de um sistema de crédito. Além disto ele precisava de um mínimo de capital para dar início aos trabalhos como o desmatamento, construção da casa, etc. Os loteadores então, implantaram um sistema de pagamentos à prazo sem a fixação de juros. Os colonos poderiam pagar seus lotes em várias prestações anuais, normalmente quando das épocas de colheita, que deveria lhe render o suficiente para saldar a dívida. Este sistema de pagamento à crédito utilizado pelos proprietários deve ser entendido em primeiro lugar pelos poucos recursos de capital que os colonos dispunham e em segundo lugar pela fraqueza, ainda, da organização do crédito, que não se destinava à aquisição de terras.

Somente a partir da década de 1940 é que os bancos na Alta Paulista começaram a se alastrar pelos novos municípios, mas não conseguiram rapidamente romper com outros mecanismos de financiamento como os oferecidos pelos "maquinistas", pelos comerciantes de café e por agentes de coleta de produtos agrícolas. E a implantação do pagamento à crédito pelos loteadores era um grande instrumento atrativo para os novos compradores de terras. Todo um sistema de propaganda era montado e distribuído às mais variadas regiões do estado: cartazes, rádio, jornais e vendedores, foram utilizados para atrair compradores. Na pessoa do vendedor estava sem dúvida, a melhor entre todas as propagandas. Este ia às diferentes zonas, percorrendo fazendas e explicando aos colonos a vantagem das novas terras, bem como as excelentes condições de pagamento. Recorria para tanto, ao pagamento do transporte e hospedagem aos novos compradores para que vissem os lotes.

Mas dentre todos esses requisitos, um deveria estar pelo menos previsto para se concluir o mínimo de requisitos aos novos proprietários. Trata-se da existência de um centro urbano, os "patrimônios" para utilizar a expressão clássica destas futuras cidades. Portanto, os planos de loteamento além da divisão da gleba, da construção de estradas, do sistema de crédito, deveriam prever a construção de uma cidade. A existência antecipada ou concomitante das aglomerações urbanas era indispensável. Veremos que a fundação dos patrimônios estava vinculada diretamente à nova etapa da divisão territorial e social do trabalho, onde eles cumprirão novos papéis até então pouco requisitados pelas relações econômico-sociais.

Todos estes requisitos foram de fundamental importância para que a valorização do território efetuada pelos grandes proprietários através dos planos de loteamentos permitisse a efetiva ocupação. Foi através da atuação destes agentes que a maior parte das terras foram incorporadas à produção na referida região.

O terceiro agente de valorização das terras a atuar na Alta Paulista foi a Companhia Agrícola de Imigração e Colonização - CAIC. Esta companhia foi fundada em 16 de julho de 1928 com o nome de "Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil". Foi fundada pelos então proprietários da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, embora não figurasse neste momento como subsidiária ou coligada. Nesta primeira versão da companhia seus objetivos eram voltados para "o fornecimento de braços à agricultura e a indústria de nosso Paiz e da colonização do seu solo"⁴⁰.

Em 1928, a política de sustentação dos preços do café ainda assegurava aos seus produtores a possibilidade de dar continuidade à expansão do mesmo. Mas, o problema da mão-de-obra andava pari passu, principalmente pelo fato de o governo ter decretado o fim do subsídio ao processo imigratório. Isto abria possibilidades de outras empresas particulares darem sequência a esta atividade lucrativa, embora a

companhia começasse a recorrer ao trabalhador de outras regiões do país, principalmente da região Nordeste.

Além de atuar na solução do problema da mão-de-obra, a companhia atuava também na colonização e nesta primeira etapa, as terras que seriam inicialmente colonizadas estavam nas zonas antigas, mais precisamente em Cravinhos e Ribeirão Preto. Nestes municípios a companhia adquiriu grandes fazendas que foram devidamente retalhadas e postas à venda. Segundo CARNEIRO⁴¹, nesta primeira versão da companhia não houve grandes resultados já que pouco mais de um ano após sua fundação estoura a grande crise de 1929. Mas o que importa ressaltar é que neste momento a referida companhia entrara na atuação direta da especulação fundiária, adquirindo terras nas zonas onde a produção cafeeira estava em decadência, loteando-as em pequenas e médias propriedades para vendê-las. Atingida pela crise, a companhia permaneceu por alguns anos com atuação restringida, quando em 08 de outubro de 1934, a "Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil" transforma-se em Companhia Agrícola de Imigração e Colonização - CAIC.

Neste processo de transformação, a Companhia Paulista de Estrada de Ferro teve fundamental participação, pois "... decidê-se pela incampação da empresa anterior, sua reorganização e conseqüente transformação na CAIC"⁴². Neste momento fica claro a atuação da companhia ferroviária como controladora da empresa de colonização e imigração, que terá por objetivos além da atuação como loteadora nas zonas decadentes, organizar loteamentos também nas zonas novas que serão tributárias da Companhia Paulista: a Alta Paulista.

Contará para isso com auxílio de outras empresas co- ligadas como a Companhia Paulista de Transportes - CPT, que será a responsável pela construção de estradas rodoviárias antes da expansão dos trilhos e pela canalização de passageiros e cargas para a ferrovia. E na Alta Paulista, antes que os trilhos cobrissem toda a região, utilizou-se das "jardineiras" e dos caminhões para executar os serviços acima referidos.

Como dissemos anteriormente, a CPT sofreu concorrência da Estrada de Ferro Sorocabana e da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, sendo a primeira a vencedora no controle do transporte na região.

Companhia Paulista de Estrada de Ferro, Companhia Agrícola de Imigração e Colonização, Companhia Paulista de Transportes, foram na realidade componentes de uma grande empresa que teve na especulação fundiária uma grande atividade lucrativa. E se a ferrovia só atingiu as barrancas do Rio Paraná no final da década de 1950, foi porque a mesma já havia possibilitado a ocupação da Alta Paulista com base nos loteamentos e no transporte rodoviário. Os lucros e rendas já haviam sido auferidos.

Sendo assim, a CAIC enquanto empresa de colonização e imigração teve papel de grande importância em ambas as atividades na Alta Paulista. Quanto à imigração, gradativamente sua atuação foi desaparecendo. Nos primeiros momentos, após sua reorganização em 1934, tem-se alguns resultados com a imigração estrangeira, mas pari passu esta é substituída pela migração nacional, com mão-de-obra oriunda do Nordeste, atingindo em 1939 a cifra de 11.352 migrantes. A partir de então, poucas referências são observadas nos relatórios anuais da referida companhia.

A atividade que passa a ganhar destaque são os loteamentos. As tabelas apresentadas a seguir nos dão idéia da atuação deste agente na Alta Paulista. Organizada em 1934, somente em 1937 é que temos o início dos loteamentos na região e, a partir de então suas atividades progressivamente aumentam.

TABELA 3

DEMONSTRAÇÃO DAS ÁREAS DE TERRAS DAS FAZENDAS DA CAIC
SITUAÇÃO EM 31/12/1937

FAZENDAS	MUNICÍPIO	TOTALS		VENDIDAS		VAGAS	
		LOTES	ÁREA ALQUEI RE	LOTES	ÁREA ALQUEI RE	LOTES	ÁREA ALQUEI RE
Tupã	Marília	183	1.000	35	338,00	148	662
Victória	Marília	168	839,5	12	75,90	156	763,60
A. Bastos	Marília	29	247,5	-	-	29	247,50
Total Alta Paulista		380	2.087	47	413,90	333	1.673,10
Total Geral		1.310	10.862,29	466	6.504,31	844	4.363,98

FONTE: COMPANHIA DE AGRICULTURA, IMMIGRAÇÃO E COLONISAÇÃO. Relatório da directoria, 4, 1938.

TABELA 4

DEMONSTRAÇÃO DAS ÁREAS DE TERRAS DAS FAZENDAS DA CAIC
SITUAÇÃO EM 31/12/1940

FAZENDAS	MUNICÍPIOS	ÁREA (ALQUEIRE)			NÚMERO DE COMPRADORES
		TOTAL	VENDIDA	VAGA	
Tupã	Marília	1.000,00	837,90	162,10	28
Victória	Marília	829,50	340,99	488,51	361
A. Bastos	Marília	247,50	237,75	9,75	16
São Luiz	Tupã	150,00	-	150,00	-
Total Alta Paulista		2.227,50	1.416,64	810,36	405
Total Geral		49.339,27	36.678,31	12.460,96	2.319

FONTE: COMPANHIA DE AGRICULTURA, IMMIGRAÇÃO E COLONISAÇÃO. Relatório da directoria, 7, 1941.

TABELA 5

DEMONSTRAÇÃO DAS ÁREAS DE TERRAS DAS FAZENDAS
 LOTEADAS PELA CAIC
 SITUAÇÃO EM 31/12/1945

FAZENDAS	MUNICÍPIOS	ÁREA (ha)			NÚMERO DE COMPRADORES
		TOTAL	VENDIDA	VAGA	
Tupã	Tupã	2.420,00	2.420,00	-	47
Victória	Parapuã	2.007,39	2.007,39	-	379
A. Bastos	Parapuã	598,95	598,95	-	18
Boston Cattle	Lucélia	26.970,90	26.666,15	304,75	541
São Luiz	Tupã	363,00	-	363,00	-
Pitangueiras	Tupã	2.420,00	1.210,00	1.210,00	1
Boston - 6ª seção	Lucélia - Osvaldo Cruz	8.470,00	7.393,43	1.076,57	141
Boston - 7ª seção	Osvaldo Cruz	7.260,00	6.858,15	401,85	68
Drumond	Osvaldo Cruz	242,00	168,78	73,22	107
Calcutã	Lucélia	10.998,90	3.648,81	7.350,09	49
Total Alta Paulista		61.751,14	50.971,66	10.779,48	1.351
Total Geral		213.655,61	181.786,96	31.868,65	4.361

FONTE: COMPANHIA DE AGRICULTURA, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. Relatório da diretoria, 12, 1946.

TABELA 6

DEMONSTRAÇÃO DAS ÁREAS DE TERRAS LOTEADAS PELA CAIC
SITUAÇÃO EM 31/12/1950

FAZENDAS	MUNICÍPIOS	ÁREA (ha)			NÚMERO DE COMPRADORES
		TOTAL	VENDIDA	VAGA	
Tupã	Tupã	2.420,00	2.420,00	-	47
Vitória	Parapuã	2.007,39	2.007,39	-	380
A. Bastos	Parapuã	598,95	598,95	-	18
Boston Cattle	Lucélia	26.970,90	26.970,90	-	549
São Luiz	Tupã	363,00	-	363,00	-
Pitangueiras	Tupã	2.420,00	2.420,00	-	2
Boston - 6 ^a seção	Lucélia - Osvaldo Cruz	8.470,00	8.457,18	12,82	141
Boston - 7 ^a seção	Osvaldo Cruz	7.260,00	7.260,00	-	70
Drumond	Osvaldo Cruz	242,00	169,08	72,92	114
Calcutã	Lucélia	10.998,90	10.998,90	-	198
Brasília 2 ^a	Pompéia	3.765,52	3.019,52	746,02	118
Marrecas	Lucélia	8.712,00	8.224,17	487,83	106
Terrenos em Adamantina	Adamantina	0,37	-	0,37	-
Marrecas 2 ^a	Lucélia	1.827,74	883,72	944,02	41
Total Alta Paulista		76.056,77	73.429,79	2.626,98	1.784
Total Geral *		326.586,29	292.298,80	34.299,24	7.549

FONTE: COMPANHIA DE AGRICULTURA, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. Relatório da diretoria, 17, 1951.

* Foi excluído deste total uma gleba em Três Lagoas (MS) de 413.700 ha por alterar a atuação da CAIC no estado de São Paulo; excluiu-se também terrenos urbanos em Três Lagoas (MS).

Em 1937, conforme aponta a tabela 3, era ainda pequena a área loteada pela CAIC na Alta Paulista, apenas 2.087 alqueires, valor correspondente a 19,21% de toda a terra comercializada pela empresa. Importa notar também, o tamanho destes lotes, que em sua maioria não ultrapassavam 8,5 alqueires correspondendo a pequenas propriedades.

Entretanto, em 1940 conforme a tabela 4 o percentual de terras comercializadas para a região comparadas ao total geral reduziu-se acentuadamente em termos relativos, perfazendo apenas 4,5%. Isto se deve ao fato de que a CAIC começou a adquirir maiores quantidades de terras em outras zonas, como por exemplo na Alta Sorocabana e na região de Ribeirão Preto. Mas, quando observa-se o número de compradores, mais uma vez o direcionamento dos loteamentos fica claro, ou seja, para as pequenas e médias propriedades que perfizeram 17% do total geral.

Por sua vez, em 1945 (vide tabela 5) os valores elevam-se tanto em termos absolutos como relativos. De 5.344,80 ha em 1940, eleva-se para 61.715,14 ha correspondendo a 28,90% do total geral de terras loteadas pela CAIC na Alta Paulista. Também o percentual de compradores eleva-se para 30,97%.

Mais uma vez em 1950, os dados da tabela 6 voltam a demonstrar a importância da atuação desta empresa na valorização do território em toda a região. Dos 363.058,94 ha (excluído aqui os dados referentes a gleba fora do estado paulista), 85.813,03 ha estão na região em tela, o que significa 23,63% de toda a área. Por outro lado o número de compradores também mantém a média correspondendo a 21,56% do total.

Na tabela número 7, na página a seguir estão inclusas todas as terras loteadas pela CAIC até 1955 para se ter uma idéia da dimensão que esta empresa assumiu no que tange aos loteamentos em todo estado de São Paulo. Esta atuação se deu tanto nas zonas antigas como Ribeirão Preto, Campinas, como nas zonas novas à exemplo da Noroeste, Alta Sorocabana e Alta Paulista. A referida empresa, tornou-se portanto, uma empresa especializa-

DENOMINAÇÃO	MUNICÍPIOS	Á R E A (ha)			Nº DE COMPRADORES
		TOTAL	VENVIDA	VAGA	
SÃO JOSÉ	GUARIBA	3.096,50	3.096,50	-	24
SÃO JOSÉ DAS CORRENTES	PIRATININGA	949,20	949,20	-	16
CARV. ARAUJO - SECÇÃO B	CAPITAL	30,13	27,32	2,81	79
SÃO LUIZ	TUPÃ	363,00	-	363,00	-
ITAIM - 2ª SECÇÃO	CAPITAL	105,92	101,70	4,22	116
SERRA ALTA	RIBEIRÃO BONITO	554,78	554,78	-	8
JANGADA	COROADOS - BILAC	12.564,35	12.564,35	-	429
DUMONT	RIB. PRETO - SERTÃOZINHO	14.739,03	14.739,03	-	249
ANHUMAS	JABOTICABAL	1.627,06	1.677,06	-	18
PITANGUEIRAS	TUPÃ	2.420,00	2.420,00	-	2
BOSTON - 6ª SECÇÃO	LUCELIA - OSWALDO CRUZ	8.470,00	8.456,64	13,36	141
BOSTON - 7ª SECÇÃO	OSWALDO CRUZ	7.260,00	7.260,00	-	70
BOSTON MONT'ALVÃO	MARTINOPOLIS	6.841,34	6.841,34	-	163
BARREIRINHO	BARRA BONITA	1.507,49	1.491,18	16,31	40
SANTA LOURDES	BÕA ESPERANÇA	693,33	693,33	-	3
SÃO DOMINGOS	RIBEIRÃO BONITO	1.320,11	1.320,11	-	15
GUARICANGA	AVAI	1.575,49	1.575,49	-	1
PALESTINA	RIBEIRÃO PRETO	605,00	605,00	-	13
RESTINGA	RIBEIRÃO PRETO	2.997,41	2.997,41	-	12
PARAISO	SERRA AZUL	1.219,97	1.209,83	10,14	10
SÃO BENTO	RIBEIRÃO PRETO	1.557,32	1.557,32	-	23
SANTA MARIA 2ª	ARARAQUARA	805,86	805,86	-	7
CAJU	LEME	2.563,99	2.563,99	-	17
SANTA ETELVINA	DESCALVADO	1.336,80	1.336,80	-	7
ESCÓCIA	MARTINOPOLIS	242,00	205,13	36,87	171
DRUMOND	OSWALDO CRUZ	242,00	169,08	72,92	114
SÃO LUIZ 2ª	SERRA AZUL	3.438,58	3.438,58	-	21
GUANABARA	ARARAQUARA	1.290,80	1.290,80	-	5
SÃO SEBASTIÃO	ANALANDIA	1.858,37	1.858,37	-	35
SÃO FRANCISCO	ANALANDIA	1.203,80	1.203,80	-	7
SÃO JOÃO DOS PATOS	PEDERNEIRAS	860,38	644,11	216,27	27

...

DENOMINAÇÃO	MUNICÍPIOS	Á R R E A (ha)			Nº DE COMPRADORES
		TOTAL	VENDIDA	VAGA	
CAPITINGA	LEME	3.413,89	2.425,24	988,63	38
BOM RETIRO	SÃO CARLOS	6.675,40	6.675,40	-	11
BOSTON MONT'ALVÃO 2ª	MARTINÓPOLIS	954,69	954,69	-	21
PAE CARÁ	SANTOS	196,95	-	196,95	-
CATINGUEIRO	SERRA AZUL	856,85	856,85	-	7
RETIRO	ARARAQUARA	8.345,61	7.749,92	595,69	26
SANTA MARIA DA GLÓRIA	ANALANDIA	274,67	274,67	-	3
LUNARDELLI	CATANDUVA	3.377,33	3.377,33	-	16
CALCUTA	LUCÉLIA	10.998,90	10.998,90	-	198
SANT'ANA	LINS	2.763,64	2.763,64	-	17
ÁGUA VIRTUOSA	RIBEIRÃO BONITO	2.756,38	2.756,38	-	17
SANTA FÉ DO SUL	FERNANDÓPOLIS	1.452,00	1.272,48	179,52	1.060
PAGET	FERNANDÓPOLIS	75.988,00	73.958,91	2.029,09	1.549
SÍTIO DARE	MACATUBA - PEDERNEIRAS	144,06	97,55	46,51	4
URUBUPUNGÁ	PERREIRA BARRETO	4.767,40	4.767,40	-	1
GUAIUBA	SANTOS	152,70	19,23	133,47	354
BRASÍLIA 2ª	POMPEIA	3.765,52	3.606,84	158,68	141
VILA PAULISTA	CAMPOS DO JORDÃO	121,00	121,00	-	19
SÃO RAFAEL	DESCALVADO	1.452,00	1.419,25	32,75	17
MARRECAS	LUCÉLIA	8.712,00	8.265,09	446,91	107
SANTA CRUZ	VIRADOURO	738,10	738,10	-	1
TERRENOS EM ADAMANTINA	ADAMANTINA	0,37	-	0,37	-
MARRECAS 2ª	LUCÉLIA	1.827,74	1.728,79	98,95	44
SANTA MARIA - CACHOEIRINHA	PIRAJUI	2.879,70	2.879,70	-	29
BÔA VISTA	CAFELANDIA - LINS	2.173,91	2.173,91	-	22
ARAPUÁ	TRÊS LAGOAS	413.700,00	136.077,43	227.622,57	201
FLÔRES	CRAVINHOS - RIB.PRETO	2.663,30	2.663,30	-	81
SÃO MANOEL	CRAVINHOS - RIB.PRETO	4.840,00	4.840,00	-	92
TERRENOS EM TRÊS LAGOAS	TRÊS LAGOAS	11,75	11,75	-	23
SÃO BENTO - GUARIBA	GUARIBA	1.694,00	1.694,00	-	12
PRIMAVERA	MARÍLIA	1.401,89	1.401,89	-	39

DENOMINAÇÃO	MUNICÍPIOS	Á R E A (ha)			Nº DE COMPRADORES
		TOTAL	VENDIDA	VAGA	
REIRO DE SANTA RITA	COLINA	1.197,90	1.197,90	-	14
BRASILÂNDIA	RANCHARIA	17.325,09	17.325,09	-	74
NOSSA SRA. APARECIDA	COLINA	484,00	484,00	-	13
STO. ANTONIO A. LIMPA	LINS	931,70	916,31	15,39	13
IRACEMA	RIBEIRÃO PRETO	1.778,70	1.776,33	2,37	44
SÃO JOÃO - DOURADO	DOURADO	899,03	568,83	330,20	8
SANTA FÉ DO SUL	FERNANDÓPOLIS	216,80	4,42	211,76	77
SÃO SEBASTIÃO PARAISO	JAÚ	326,70	326,70	-	1
SÃO PEDRO	DOURADO	145,20	-	145,20	-
NOVA RESTINGA	RUBIACEA	1.452,00	750,83	701,17	9
ESPÍRITO SANTO	IBITINGA	2.370,78	-	2.370,78	-
SÃO JOÃO - TIBIRIÇÁ	GARÇA	6.050,00	5.579,00	471,00	47
ALTO ALEGRE	BIRIGUI	793,76	-	793,76	-
S O M A		774.461,32	485.939,56	288.521,76	8.864

FONTE: COMPANHIA DE AGRICULTURA, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. Relatório da diretoria, 21, 1955.

da nos loteamentos e para tanto contava com toda uma infraestrutura necessária em termos técnicos, serviços e financeira. Tal qual os proprietários fundiários, a CAIC também procedia no sentido de fornecer aos seus futuros compradores todos os serviços necessários como a construção de estradas rodoviárias, transporte, no caso fornecido pela CPT, venda dos lotes a prestação e também atuação na fundação de patrimônios.

A partir de 1955, poucas informações se tem a respeito da continuidade dos loteamentos pois os relatórios deixam de ser publicados, podendo-se subentender que esta atividade já estava bastante reduzida. Na referida data a área a ser vendida era de apenas 13.208,56 ha em São Paulo, percebendo-se o direcionamento da sua atuação para o então estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul.

Em 1961, a empresa foi encampada pelo governo estadual, que dando prosseguimento ao mesmo processo, absorveu a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, que tornou-se FEPA SA S.A. Mas cumpre ressaltar que a CAIC cumpriu seu papel de empresa através do qual progressivamente apropriava-se da renda fundiária para os grandes grupos monopolistas via expansão da frente pioneira. E no caso, era a Companhia Paulista de Estrada de Ferro que a partir do final da década de 1920 encontrou na especulação fundiária uma alternativa para continuar a obtenção de lucros e rendas.

E foi através da atuação da BRATAC, CAIC e dos proprietários fundiários que a valorização do território na Alta Paulista se fez; que a ocupação se processou via loteamentos voltados basicamente em termos numéricos para as pequenas e médias propriedades; que foi possível o auferimento de lucros e o cumprimento do papel de fornecedores de produtos alimentares e matérias-primas para a população urbana e a crescente industrialização.

2. A GÊNESE DA REDE URBANA

2.1 - O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

A partir da atuação dos agentes da valorização descritos anteriormente, resultou para toda a Alta Paulista uma estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais calcada nas pequenas e médias propriedades. O aumento considerável das primeiras deu-se como resultado do processo de especulação fundiária no qual auferir lucros e rendas antes que a ocupação se efetivasse tornou-se uma excelente opção para os grandes proprietários e empresas ligadas à colonização. Assim, à guisa de exemplificação os pequenos estabelecimentos rurais⁴³ — correlatos às pequenas propriedades — com área de até 100 ha representam em 1950 conforme indica a tabela 8, 87% do número total de unidades produtivas, atingindo suas áreas 40% do total.

Embora os loteamentos estivessem voltados para os pequenos e médios estabelecimentos, verificou-se também a presença dos grandes, ou seja, aqueles com áreas acima de 500 ha que representavam em 1950, 1,16% e 34,57%, respectivamente em termos numéricos e área.

O aumento do número das pequenas propriedades nasceu no bojo do próprio desenvolvimento das relações sociais que se estabeleciam no estado de São Paulo e veio a cumprir funções que permitiram a continuidade das transformações que se operavam naquele momento, as décadas de 1920 e 1930. Vinha pois, para produzir produtos alimentares, matérias-primas e café que sustentassem a urbanização e a indústria paulista.

Se desde a década de 1910 a produção agrícola já começava a se diversificar, tendo sido a Primeira Guerra forte estímulo para seu desenvolvimento que resultou em exportações de carne, arroz, feijão, etc, nas décadas subsequentes esta diversificação tornou-se mais importante. Esta produção

TABELA 8

ESTRUTURA DIMENSIONAL DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS
DOS MUNICÍPIOS DA ALTA PAULISTA - 1950

MUNICÍPIOS	TOTAL ESTABELECIMENTOS	ÁREA TOTAL (ha)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COM ÁREA MENOS DE 10 ha	ÁREA (ha)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE 10 A MENOS DE 100 ha	ÁREA (ha)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE 100 A MENOS DE 500 ha	ÁREA (ha)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE 500 A MENOS DE 1000 ha	ÁREA (ha)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COM ÁREA DE 1000 ha	ÁREA (ha)
Garça	741	70.627	187	1.226	421	12.728	104	24.707	19	13.814	10	18.152
Vera Cruz	527	24.119	167	1.056	312	9.604	44	9.376	2	1.423	2	2.660
Álvaro de Carvalho	325	15.493	185	1.098	120	2.739	11	2.310	5	3.378	4	5.968
Júlio Mesquita	41	9.881	3	11	29	1.193	6	1.168	2	1.778	1	5.731
Getulina	994	75.838	249	1.631	625	20.637	94	20.146	15	10.459	11	22.965
Marília	2.779	128.829	1.130	7.146	1.441	42.321	170	38.853	27	19.589	11	20.920
Oriente	377	20.660	79	546	269	7.951	24	5.535	3	1.639	2	4.889
Pompéia	3.095	84.314	1.778	10.575	1.210	29.385	82	19.109	16	11.193	9	14.052
Quintana	622	32.477	263	1.688	323	8.048	24	5.655	4	2.849	8	14.237
Herculândia	373	23.931	42	317	292	10.100	30	6.566	8	5.654	1	1.294
Tupã	3.544	101.310	1.549	9.025	1.863	52.544	112	19.729	10	7.056	9	12.956
Bastos	397	15.201	76	424	302	11.349	19	3.428	-	-	-	-
Rinópolis	482	29.136	45	285	390	13.018	39	7.732	6	4.133	2	3.968
Parapuã	585	27.851	126	784	408	12.962	47	9.101	2	1.132	2	3.872
Oswaldo Cruz	929	46.660	191	1.195	672	21.001	36	7.029	4	2.592	6	14.843
Lucélia	1.503	34.478	837	4.875	636	14.216	17	3.097	7	5.592	4	6.698
Adamantina	1.342	50.635	387	2.395	856	25.455	82	15.228	4	2.657	3	4.895
Flórida Paulista	1.463	41.210	697	4.218	714	18.296	44	9.384	5	3.186	3	6.126
Pacaembu	2.367	66.021	1.607	9.242	718	16.456	29	6.449	4	2.761	10	31.063
Junqueirópolis	313	26.204	110	623	174	4.837	22	5.318	2	1.085	4	8.341
Dracena	695	61.112	210	1.095	400	13.522	65	13.244	9	6.716	11	26.535
Tupi Paulista *	778	45.573	91	519	622	19.392	55	9.491	2	1.192	8	14.979
Paulicéia	12	5.124	-	-	4	220	6	1.403	6	-	2	3.441

FONTE: IBGE. Censo Agrícola: São Paulo, 1950.

* - Na data do recenseamento denominada-se Gracianópolis.

agrícola que inicialmente esteve vinculada ao sistema do colonato, a partir de 1920 tornou-se mais independente da cafeeicultura. Isto não significa que as pequenas propriedades não produzissem café, mas a produção de outros gêneros alimentares tornava-se mais importante.

E na Alta Paulista, como também em outras regiões, as terras incorporadas desempenharam papel fundamental com sua produção agrícola para a efetiva transformação da economia com base industrial.

Os compradores que se dirigiam para a Alta Paulista, principalmente provenientes da Noroeste e Alta Araraquarense, ao adquirirem seu lote, dispunham de muito pouco capital para investir em suas propriedades. Com o desmatamento o pouco que lhes restava era consumido e isto os obrigava imediatamente a iniciar a produção com gêneros alimentícios para garantir o sustento de suas famílias.

Neste primeiro momento plantava-se um pouco de tudo: feijão, arroz, milho, tubérculos, árvores frutíferas, etc. Mas destes produtos, os principais eram o milho e o arroz que garantiam, no início da ocupação, a obtenção de lucros com a venda dos excedentes e que permitiam o pagamento da prestação do lote. Como o solo tinha sido recentemente ocupado, sua fertilidade era alta permitindo uma grande produtividade das culturas. Segundo MONBEIG⁴⁴, o arroz após 1930 teve maior desenvoltura e permitiu sua transformação em cultura comercial, principalmente nas áreas onde houvesse maneiras eficientes de transportá-lo.

Como na Alta Paulista o transporte rodoviário permitia este rápido escoamento, somada a elevação dos preços dos produtos, o pequeno produtor seria influenciado a produzi-los em detrimento de outros produtos como o milho. Este último também era cultivado juntamente com o feijão, e a mandioca, mas sempre em segundo plano.

A tabela nº 9 dá uma idéia da quantidade de gêneros

TABELA 9

PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DA ALTA PAULISTA - 1940

MUNICÍPIO	ARROZ (t)	FEIJÃO (t)	MILHO (t)	MANDIOCA (t)
Garça	4.512	959	5.613	3.245
Vera Cruz	1.694	478	1.730	1.039
Getulina	2.656	502	3.705	831
Marília	4.937	1.438	13.924	3.001
Pompéia	7.284	1.689	3.888	1.425
Tupã	4.440	1.133	5.602	4.479
TOTAL REGIÃO	25.523	6.199	34.462	14.020
TOTAL ESTADO	269.949	115.159	1.229.354	317.912
% REGIÃO/ESTADO	9,45	5,38	2,80	4,41

FONTE: IBGE. Censo Agrícola: São Paulo, 1940.

TABELA 10

PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DA ALTA PAULISTA - 1950

MUNICÍPIOS	ARROZ (t)	FEIJÃO (t)	MILHO (t)	MANDIOCA (t)
Garça	1.159	346	2.849	114
Vera Cruz	853	291	1.600	27
Álvaro de Carvalho	415	100	795	-
Júlio de Mesquita	193	6	120	1
Getulina	1.384	363	3.963	27
Marília	4.172	888	7.682	139
Oriente	660	226	2.537	13
Pompéia	1.995	193	4.698	49
Quintana	539	71	1.381	-
Herculândia	584	125	1.204	19
Tupã	6.736	700	1.162	587
Bastos	174	18	1.356	18
Rinópolis	4.091	553	2.978	10
Parapuã	1.914	321	1.681	450
Oswaldo Cruz	6.939	923	4.349	38
Lucélia	3.272	915	3.086	34
Adamantina	6.424	972	4.710	216
Flórida Paulista	5.977	584	3.414	940
Pacaembu	7.605	653	2.320	6
Junqueirópolis	2.272	65	275	6
Dracena	6.187	312	1.549	1.094
Tupi Paulista*	8.203	1.116	2.150	-
Paulicéia	63	19	36	-
TOTAL DA REGIÃO	71.811	9.760	55.895	3.818
TOTAL DO ESTADO	740.247	95.603	1.183.520	199.086
% REGIÃO/ESTADO	9,70	10,20	4,72	1,91

FONTES: IBGE. Censo Agrícola: São Paulo, 1950.

* - Na data do recenseamento denominava-se Gracianópolis.

alimentícios produzidos na Alta Paulista em 1940. Embora a ocupação ainda não tivesse abrangido toda a região, as terras em produção contribuíram com 9,45% da produção estadual de arroz, 5,38% de feijão, 2,80% de milho e 4,41% mandioca.

Em 1950 (vide tabela 10 na página anterior) a região participou com 9,70% da produção total do estado de arroz, 10,20% de feijão, 4,72% de milho e 1,91% de mandioca.

Neste processo de diversificação agrícola com base nos gêneros alimentares e matérias-primas, teve particular importância a produção do algodão, considerado como produto "... típico da transição da economia de base agrária para a economia industrial (matéria-prima para indústria e produto de exportação substituto para o café nos anos 30)"⁴⁵.

Até a década de 1920, o algodão teve pequeno destaque na economia paulista⁴⁶. Era produzido por fazendeiros nas terras onde era impossível a produção do café e seu cultivo era destinado, a princípio, à indústria têxtil de sacaria para o café e à produção de tecidos para a população urbana e rural. Como era uma produção instável, as indústrias paulistas eram obrigadas a recorrer ao algodão nordestino, cujo custo era bem mais elevado pelas taxas de transporte.

Entretanto, a Primeira Guerra Mundial concorreu para que os preços internacionais do algodão se elevassem acentuadamente, o que por sua vez veio a estimular sua produção em São Paulo, que em 1921 contribuiu com cerca de 70% do consumo das indústrias no estado⁴⁷. As fiações paulistas ampliaram-se ainda mais até 1926 quando são duramente atingidas pela queda dos preços internacionais com conseqüente queda na produção interna e desestímulo a sua produção em favor do café. Entre 1926 e 1929 houve grande aumento nas plantações de café com base na sustentação governamental.

Em 1929 com a crise nacional ocorreram transformações positivas em favor do algodão; em primeiro lugar pela

queda violenta dos preços do café estimulando a produção algodoeira como substituta do primeiro para a exportação; em segundo lugar para a solução da demanda têxtil paulista que a partir de então retoma o seu crescimento⁴⁸. Para tanto, medidas foram tomadas como a contribuição científica na melhoria das sementes pelo Instituto Agrônomo de Campinas e melhorias nas práticas agrícolas. Estes fatos auxiliaram significativamente a ampliação do algodão em São Paulo, contribuindo para que de 8.700 toneladas em 1931, 7,4% da produção nacional, passasse em 1936 para 50,8% da produção nacional, ou seja, 178.500 toneladas.

E rapidamente a expansão algodoeira atinge a Alta Paulista e como ressaltava MONBEIG o "... sincronismo entre o apogeu da cultura algodoeira e o da pequena propriedade é notório ... o plantador de algodão é essencialmente um sítante, um homem que reside no local, que cultiva ele mesmo o solo, seja ou não proprietário"⁴⁹.

Com os estímulos a sua produção, o pequeno produtor e arrendatário, rapidamente se incorporaram ao seu cultivo, pois contavam para isso com elevados preços, mercado consumidor, sistema de transporte, além das melhorias técnicas que progressivamente foram sendo adotadas. Passa os gêneros alimentícios para segundo plano em favor do algodão.

Este será produzido pelos pequenos proprietários, pelos grandes nas terras impróprias ao café através dos arrendamentos, parceria ou meação. De acordo com MONBEIG, o arrendamento não teve sucesso considerável, sendo substituído rapidamente pela meação, pois a perspectiva da pecuária estimulava o grande proprietário a realizar contratos de meação obtendo ao final deste, a terra coberta por pastagens.

Entre os cotonicultores, merece destaque a participação japonesa. Como vimos anteriormente, na Alta Paulista a BRATAC teve decisiva participação no processo de ocupação, loteando glebas destinadas basicamente aos

imigrantes nipônicos. Esta imigração subsidiada pelo governo japonês tinha como objetivos facilitar a entrada de capitais oriundos de seu país e que pudessem ser investidos em várias atividades.

Uma das atividades para a qual o capital japonês se destinou foi o setor de beneficiamento, fiação e exportação do algodão⁵⁰. A partir de então passou a incentivar sua produção pelos japoneses contando com a atuação de empresas como a Nishi Haku Meuka Kabushiki (Sociedade Algodoeira Brasil-Japão Ltda) fundada no Japão em 1936, destinada à importação do algodão brasileiro que passou a operar no Brasil com o nome de BRAZCOT Ltda., financiando os cotonicultores e comprando a sua produção⁵¹. Esta empresa agia por todo o interior e na Alta Paulista instalou máquinas descaroçadoras e armazéns em Marília; financiava cooperativas em Bastos, a Fazenda Bastos. Além da referida empresa, a própria BRATAC a partir de 1936 cria a Casa Bancária BRATAC que financiava a lavoura, instalando agências em Marília e Bastos.

Desta forma, os imigrantes nipônicos foram direcionados para a produção algodoeira, seja como proprietários ou como arrendatários. Segundo MONBEIG⁵² o arrendamento esteve muito vinculado aos japoneses que graças a essa forma de trabalho muito lhes proporcionou a ascensão social, embora fossem responsáveis pelo rápido exaurimento do solo.

Na Alta Paulista os japoneses apresentavam-se fortemente agrupados nos municípios de Marília, Pompéia, Getulina e Bastos. Nestes municípios, o percentual que lhes correspondia na produção algodoeira em 1945 era de 57% para Bastos e 40% para os demais. À medida que se caminhava para oeste, a importância dos japoneses na cotonicultura diminuía atingindo em Rinópolis 30%, Parapuã 17%; Osvaldo Cruz 23% e Lucélia 14%⁵³.

Durante as décadas de 1930 e 1940, o algodão na Alta Paulista teve importância fundamental, porém esta produ-

ção não se vinculou apenas ao fornecimento da matéria-prima para as indústrias têxteis, pois paralelamente se desenvolveu o aproveitamento industrial do caroço do algodão pelas indústrias de óleos vegetais alimentícios: em 1940, a Alta Paulista participou com 12,28% da produção estadual e em 1950 com 17,14% (vide tabela 11).

Cumprе assinalar que o desenvolvimento desta cultura possibilitou a "entrada no mercado paulista de empresas de capital estrangeiro ligadas a industrialização no ramo alimentar, dando os primeiros passos no sentido de constituir o que, com o passar do tempo viria a se configurar como grandes complexos agroindustriais transnacionais no setor de alimentos"⁵⁴. Atuaram além das japonesas, empresas como a Anderson Clayton e a SANBRA, além da S. A. Reunidas e F. Matarazzo de capital nacional.

Estas empresas industriais atuaram muito no sentido de incentivar a produção do algodão na Alta Paulista que era direcionada tanto às indústrias têxteis como às alimentícias.

Contudo, a par da diversificação agrícola efetuada no estado São Paulo e de forma mais intensa desde a década de 1920, o café continuava presente. Se em outros momentos não fora única e exclusivamente monocultura, agora mais do que nunca não o será. Ao seu lado estarão presentes outros produtos além da pecuária.

Tendo-se uma ocupação centrada basicamente sobre pequenas propriedades, não havia condições de plantar única e exclusivamente café já que os custos de sua produção eram bastantes elevados e o agricultor não teria condições de esperar de três a cinco anos para obter sua primeira safra. Além do mais, este agricultor, normalmente ex-colonos, estava habituado a praticar cultivos intercalares. Sendo assim, ele plantaria o café, mas ao seu lado outros produtos como o milho, amendoim e o feijão estariam presentes como culturas intercalares.

TABELA 11

PRODUÇÃO DE ALGODÃO NA ALTA PAULISTA - 1940/1950

MUNICÍPIOS	PRODUÇÃO 1940 (t)	PRODUÇÃO 1950 (t)
Garça	11.838	1.391
Vera Cruz	4.378	818
Álvaro de Carvalho*	-	770
Júlio de Mesquita*	-	105
Getulina	1.649	1.216
Marília	41.487	7.608
Oriente*	-	1.343
Pompéia	19.312	11.315
Quintana*	-	2.487
Herculândia	-	610
Tupã	24.574	10.694
Bastos*	-	1.264
Rinópolis*	-	2.519
Parapuã*	-	2.429
Oswaldo Cruz*	-	4.468
Lucélia*	-	7.925
Adamantina*	-	6.142
Flórida Paulista*	-	1.917
Pacaembu*	-	9.251
Junqueirópolis*	-	526
Dracena*	-	877
Tupi Paulista*	-	626
Paulicéia*	-	89
TOTAL DA REGIÃO	103.238	76.390
TOTAL DO ESTADO	840.597	445.559
% REGIÃO/ESTADO	12,28	17,14

FONTE: IBGE. Censo Agrícola: São Paulo, 1940-1950.

* Em 1940 figuravam como distritos ou ainda não haviam sido fundados.

Mesmo tendo-se uma ocupação centrada com base na diversificação agrícola, em 1940 conforme dados da tabela 12, a Alta Paulista participou com 9,79% da produção total do estado. Significativo torna-se o número de cafeeiros novos na região que representava 36,57% do total estadual.

Em 1950 de acordo com a tabela 13, esses percentuais se elevaram correspondendo a 14,57% da produção estadual e 30,09% dos cafeeiros novos. Isto significou para a Alta Paulista a continuidade de sua produção ao lado de outras culturas.

Resta-nos ainda assinalar que, o desenvolvimento agrícola posto em prática na região estudada tornou-se rapidamente uma agricultura capitalizada. Como tal passou a utilizar-se de máquinas e implementos agrícolas que a nascente indústria metal-mecânica paulista estava por produzir. Com isto, a agricultura na Alta Paulista, e também em outras regiões, pôde firmar-se como agricultura altamente mercantilizada tendo tido importante papel no desenvolvimento urbano.

TABELA 12

PRODUÇÃO DE CAFÉ NA ALTA PAULISTA - 1940

MUNICÍPIOS	C A F É		
	QUANTIDADE (t)	CAFEIROS EM PRODUÇÃO	CAFEIROS NOVOS
Garça	18.130	12.639.515	686.943
Vera Cruz	6.016	4.925.257	435.072
Getulina	8.152	9.549.686	1.066.827
Marília	22.423	15.980.921	531.123
Pompéia	14.730	16.238.335	1.814.349
Tupã	1.570	1.944.223	3.112.440
TOTAL DA REGIÃO	71.021	61.277.937	7.646.754
TOTAL DO ESTADO	724.949	1.072.897.875	20.906.044
% REGIÃO/ESTADO	9,79	5,71	36,57

FORTE: IBGE. Censo Agrícola: São Paulo, 1950.

TABELA 13

PRODUÇÃO DE CAFÉ NA ALTA PAULISTA - 1950

MUNICÍPIOS	C A F É		
	QUANTIDADE (t)	CAFEEIROS EM PRODUÇÃO	CAFEEIROS NOVOS
Garça	21.868	15.735.273	1.677.103
Vera Cruz	9.742	6.092.552	235.780
Álvaro de Carvalho	1.269	912.400	35.870
Júlio de Mesquita	2.984	1.433.377	155.560
Getulina	18.784	16.920.364	1.072.050
Marília	25.084	14.958.207	1.163.417
Oriente	4.277	282.622	3.449.587
Pompéia	5.132	5.469.830	347.000
Quintana	1.719	2.063.800	227.600
Herculândia	1.753	2.551.000	407.200
Tupã	10.415	20.535.890	3.957.198
Bastos	63	47.450	6.400
Rinópolis	4.384	5.203.180	1.813.900
Parapuã	2.022	2.825.330	1.864.633
Oswaldo Cruz	6.446	9.518.315	3.725.280
Lucélia	2.398	2.726.344	1.632.698
Adamantina	3.594	6.725.954	4.835.537
Flórida Paulista	1.249	3.966.342	6.504.418
Pacaembu	139	910.360	4.990.980
Junqueirópolis	26	137.500	2.025.476
Dracena	310	748.962	4.684.573
Tupi Paulista	2.078	2.294.160	9.119.725
Paulicéia	-	-	30.500
TOTAL DA REGIÃO	126.036	122.059.212	53.926.615
TOTAL DO ESTADO	864.862	956.717.406	137.936.022
% REGIÃO/ESTADO	14,57	12,75	39,09

FONTE: IBGE. Censo Agrícola: São Paulo, 1950.

2.2. A FUNDAÇÃO DE PATRIMÔNIOS

De meados do século XIX até a década de 1920, a fundação de cidades e a estruturação da rede urbana do Oeste Paulista esteve vinculada principalmente à cafeeicultura. Esta exigia um segmento urbano que lhes oferecesse determinados serviços, comércio e indústria. Esta última representada pelos equipamentos de beneficiamento de café e sacaria para sua embalagem. Os serviços se estabeleceram através das oficinas de estrada de ferros, transporte e equipamentos urbanos, enquanto, o comércio através dos atacadistas e varejistas.

À medida que o café avançava em direção ao oeste do estado, cidades iam sendo fundadas visando subsidiar a economia cafeeira para não somente efetivá-la mas também garantir sua reprodução. As cidades e a urbanização decorrentes deste processo até a década de 1920, estavam portanto, respondendo às necessidades da divisão territorial e social do trabalho naquele período.

Entretanto, a partir de 1920 tem-se o início de uma nova etapa da divisão do trabalho, na qual a economia que até então era de base predominantemente agrária transformava-se em economia de base urbano-industrial. Transformações foram sendo operadas na estrutura agrária e na produção agrícola, passando a ocorrer a fundação de cidades e a estruturação de novas redes urbanas regionais de acordo com novas exigências da economia.

As cidades fundadas a partir deste momento, passaram a atender às novas exigências, enquanto as anteriormente fundadas foram sendo apropriados e reestruturadas pela economia urbano-industrial.

E foi no contexto de uma economia profundamente orientada pelo capital privado que emergiram os futuros centros urbanos, denominados no momento de seu nascimento de "patrimônios". Estes fizeram parte de todos os empreendimentos lo-

teadores, que abrangiam a divisão da gleba em lotes, a construção de estradas rodoviárias e a fundação de um patrimônio.

A presença de um núcleo urbano tornou-se condição sine qua non para que os loteamentos fossem bem sucedidos. Sem estes o grande número de pequenos proprietários não se dirigiriam para as zonas pioneiras já que não haveria garantia de acesso ao mercado para os produtos cultivados nem tampouco o fornecimento de bens e serviços que ocorria nos núcleos urbanos.

Sendo assim, ao mesmo tempo em que os lotes rurais iam sendo postos à venda, os lotes urbanos também o eram, o que permitiu um rápido desenvolvimento destes patrimônios. Não mais nasciam espontaneamente e desorganizados, isto é, a partir da construção da capela, e de um armazém em torno dos quais a população ia se concentrando. Nasciam como resultado de todo um planejamento e, em alguns casos, a planta urbana precedia ao ato de fundação.

O ato de fundação era quase que invariavelmente o mesmo: após a derrubada de uma área coberta por mata, construía-se uma capela e era realizada a primeira missa, sendo normalmente o loteador o responsável pela fundação. A partir de então, rapidamente desmatava-se o solo, realizava-se algum trabalho de arruamento e as primeiras edificações apareciam.

Normalmente estas edificações eram de madeira e as primeiras construções destinavam-se ao hotel, local onde muitos compradores permaneciam até que as negociações fossem realizadas. Da noite para o dia afluíam para estes novos patrimônios uma quantidade muito grande de pessoas; com o objetivo de comprar lotes, estabelecerem-se como comerciantes ou mesmo como mão-de-obra, já que a mobilidade espacial desta era bastante intensa.

E em pouco tempo tinha-se um ambiente construído, o patrimônio, que futuramente se transformaria em uma cidade. Todos tiveram, a princípio o mesmo aspecto:

"casas de tábuas, com tetos de telhas vermelhas, orlam numa fila hesitante, uma rua principal, a estrada em geral sem esgoto, nem calçadas. Às vezes, algumas ruas perpendiculares desembocam bruscamente dos cafezais e dos campos de algodão, na artéria central. Uma grande praça ervosa, grande demais para uma rua tão franzina abranje a igreja, um cruzeiro, uma escola e umas poucas casas de alvenaria. O que melhor se distingue é o posto de gasolina do mecânico local, com brilhantes anúncios, que sobressaem na pintura acinzentada do conjunto"⁵⁵.

Mas, nem todos tinham a mesma chance. Muitos dos patrimônios fundados desapareceram e outros não conseguiram ascender à condição de centros urbanos, permanecendo como vilarejos ou povoados.

Na Alta Paulista em cêrca de três décadas se estruturou a rede urbana de Marília, evidenciando-se a rapidez com que a ocupação se efetivou. A fundação dos "patrimônios" ocorreu predominantemente até o final da década de 1940, embora grande parte só tenha se tornado sede municipal na década de 1950. Mesmo que a ocupação de algumas áreas tenha se processado inicialmente por penetrações laterais a partir da Alta Sorocabana e da Noroeste, o fato é que esta tomou impulso a partir do movimento proveniente de leste.

2.3. O PADRÃO ESPACIAL DA REDE URBANA

A totalidade é um todo estruturado e em curso de desenvolvimento e auto criação. Nunca apresenta-se definitiva e acabada, nunca manifesta-se igualmente em todos os tempos e lugares, sendo, pois, desigual e estando em constante transformações.

A totalidade social apresenta-se espacializada e neste sentido o seu movimento de transformação estará sempre requisitando alterações na concepção e no uso que o homem faz do espaço, conduzindo, portanto, a frequentes alterações na organização espacial.

A cada vez que a totalidade passar por um processo de mudança, implicando em mudanças nas relações sociais, econômicas e políticas, da mesma maneira tais mudanças acontecerão em relação ao espaço que se transformará para adaptar-se às novas necessidades da sociedade⁵⁶. Isto mostra a imbricação existente entre o arranjo dos elementos naturais e artificiais cristalizados no espaço social e o conjunto das relações sociais, que estão no cerne do processo de mudança.

E é neste sentido que SANTOS coloca que "a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial"⁵⁷.

Diante do exposto, é preciso pensar a organização espacial enquanto manifestação da totalidade. Tanto a compreensão da organização espacial "... como sua evolução só se torna possível mediante a acurada interpretação do processo dialético entre formas, estruturas e funções através do tempo"⁵⁸.

Segundo SANTOS, forma é o aspecto visível de uma coisa, referindo-se ademais ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão, inclusive o padrão espacial que nos interessa. Função sugere tarefa ou atividade esperada de uma forma, pes

soa, instituição ou coisa. É preciso aqui analisar a relação existente entre forma e função.

De acordo com LEFEBVRE⁵⁹ uma dada forma sempre comporta uma reciprocidade de compromisso, isto é, sempre desempenha uma ou mais funções. Entretanto, para se compreender o significado da palavra forma é preciso separá-la de seu conteúdo e quando liberta ela emerge pura e transparente, portanto, inteligível. Mas na sua pureza ela não tem existência, não é real, não existe.

Separando-se do conteúdo, a forma se separa do concreto. Para o referido autor "não há forma sem conteúdo. Não há conteúdo sem forma. Aquilo que se oferece à análise é sempre uma unidade entre forma e conteúdo"⁶⁰.

Entretanto, empreender uma análise da organização espacial somente com estas categorias, retirando-se portanto, sua natureza histórica e social, tornaria a análise funcionalista. Assim, necessita-se das categorias estrutura e processo para se apreender o todo.

Estrutura, segundo SANTOS, implica a interrelação de todas as partes de um todo, o modo de organização ou de construção. Através da estrutura compreende-se o modo pelo qual os objetos estão inter-relacionados ou então, como nos coloca CORRÊA, que a "estrutura é a natureza social e econômica de uma dada sociedade em um dado momento do tempo"⁶¹.

Processo pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança. Na medida em que implicam tempo e mudança, os processos adquirem uma dimensão de tempo histórico, capaz de fornecer a compreensão da evolução da organização espacial.

Se por um lado a adoção do conceito de função e forma conduz a uma análise funcional, a da estrutura e processo

isoladamente torna a análise a-espacial. Se se combina estrutura e forma cai-se numa relação sem mediação, abandonando-se as categorias de processo e função.

Diante de tais colocações é preciso empreender a análise levando-se em consideração a estrutura, o processo, a função e a forma. Não basta identificar cada uma das categorias, é preciso levar em conta todos os elementos, pois somente através "... de um ponto de vista holístico é que se pode compreender uma totalidade"⁶² Quando se trabalha com totalidade não se pode levar em consideração apenas um dos aspectos da realidade; cada um dos aspectos é importante para a compreensão do todo, não se podendo negligenciar nenhuma das partes que a constituem.

Além do mais, para se compreender cada uma das partes é preciso verificar como funcionam no interior da estrutura total e é claro, levando-se em conta seu caráter dinâmico.

De acordo com SANTOS, a estrutura continua a ser o ponto explícito pelo qual precisamos elaborar nossa análise, sendo o conceito de formação sócio-econômica o mais adequado ao estudo da sociedade e do espaço, já que este é capaz de expressar a totalidade espacial em seu movimento⁶³. Entretanto, nada impede que o estudo tenha, ao nível do empírico, como objeto concreto, uma forma espacial, no caso a rede urbana.

Neste contexto, quando uma forma é criada, ela só se torna relevante se um valor social lhe é atribuído, através de processos intrínsecos a uma dada estrutura sócio-econômica. Porém, quando do movimento da totalidade social, esta acarreta "... mudanças no equilíbrio entre as diferentes instâncias ou componentes da sociedade, modificando os processos, exigindo novas funções e atribuindo diferentes valores às formas geográficas. O espaço responde às alterações na sociedade por meio de sua própria alteração"⁶⁴.

A rede urbana torna-se pois, uma dimensão sócio-espacial da sociedade⁶⁵, torna-se o verdadeiro arcabouço da economia, onde se verifica a criação, apropriação e circulação do valor excedente⁶⁶ bem como reflete e condiciona as transformações econômico-sociais da sociedade. Sendo assim,

*"a rede urbana pode ser considerada como uma forma espacial através da qual as funções urbanas se realizam. Estas funções — comercialização de produtos rurais, vendas varejistas, prestação de serviços diversos — reportam-se aos processos sociais, dos quais a criação, apropriação e circulação do valor excedente constitui-se no mais importante, ganhando características específicas na estrutura capitalista"*⁶⁷.

Observando-se o mapa 2 com os centros urbanos da rede de Marília, verifica-se que os mesmos estão em sua grande maioria localizados ao longo do espigão divisor das Bacias Hidrográficas do Peixe-Aguapeí, espigão sobre o qual passam os trilhos da Companhia Paulista de Estrada de Ferro (FEPASA S.A.) e a rodovia SP 290 (Comandante João Ribeiro de Barros).

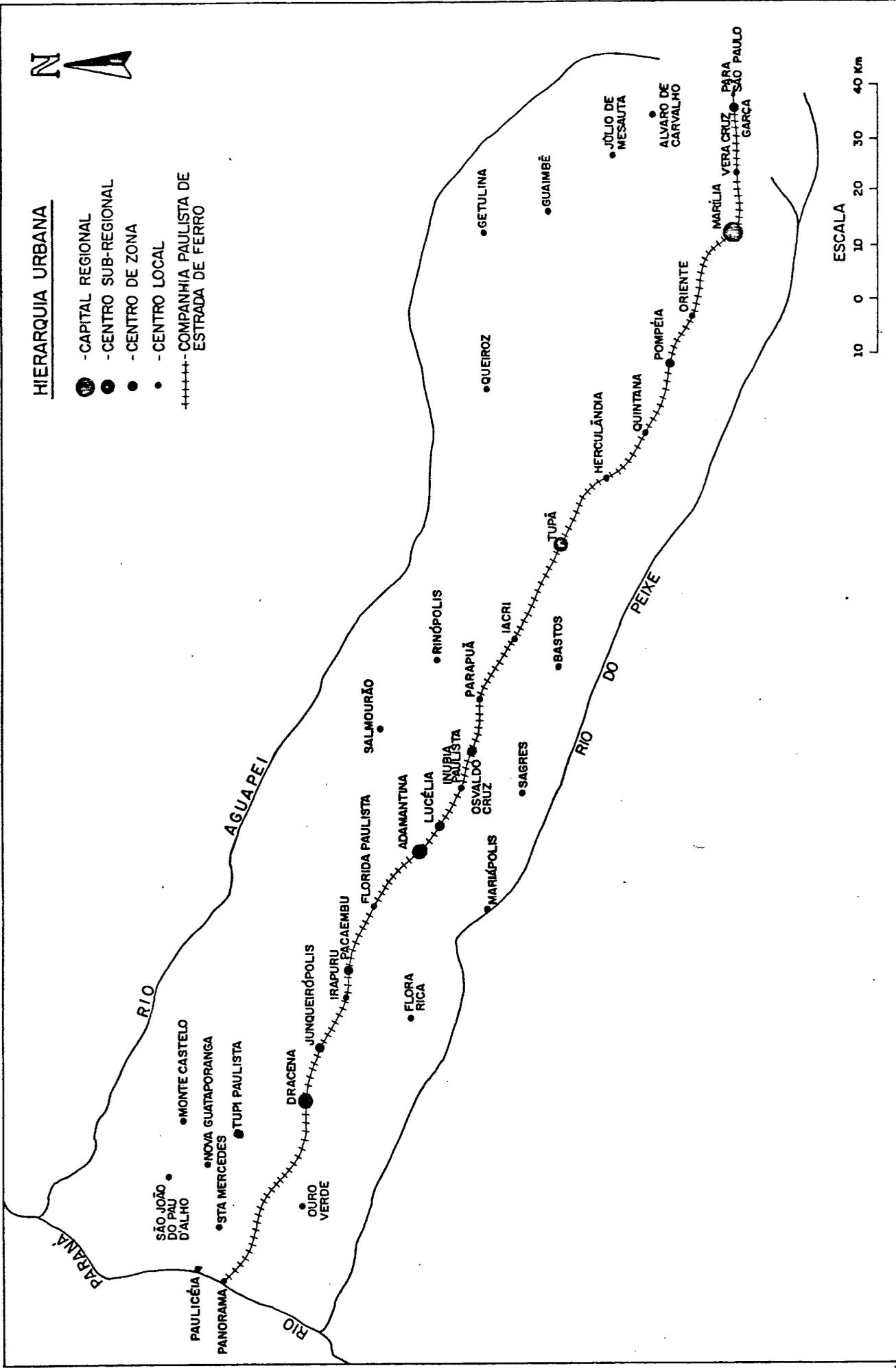
Referimo-nos anteriormente, à importância das vias de circulação para a ocupação da região em tela, ocupação esta que veio ao encontro das necessidades do capital através da especulação fundiária.

Tendo-se em vista esta permanente necessidade, os fundadores das cidades que de antemão já sabiam qual seria o traçado dos trilhos, construíram as primeiras edificações próximas ao local da futura estação da estrada de ferro. A localização dos núcleos urbanos foi extremamente dirigida pelas vias de circulação, pois estas eram a garantia ao estabelecimento das relações com os demais centros urbanos; ga-

MAPA 2 - REDE URBANA DE MARÍLIA

49°30' 21"

52° 21'



52° 21'

49°30' 21"

rantia para o transporte da produção agrícola e garantia ao consumo de bens e produtos oferecidos pelos núcleos urbanos. Embora a maioria dos núcleos urbanos fossem fundados com a expectativa de logo serem servidos pelas ferrovias, os trilhos demoraram muito a atingir todos os núcleos, completando sua linha somente no final da década de 1950. A ferrovia direcionou a localização, mas foi a rodovia o principal eixo de circulação utilizado na Alta Paulista. A rodovia, construída pela Companhia Paulista no trecho Marília Panorama, seguiu pelo espigão, mantendo um certo paralelismo com a ferrovia.

Este padrão de ocupação assumido pela rede pode ser relacionado com a Teoria das Localidades Centrais⁶⁸ no que se refere ao arranjo espacial. De acordo com a referida teoria, um dos princípios que pode nortear a estruturação da rede de localidades centrais é o princípio do transporte. Segundo CORRÊA quando ocorre este princípio "... a organização espacial da rede é de tal modo que existe uma minimização do número de vias de circulação; os principais centros alinham-se ao longo de poucas rotas"⁶⁹. No caso em estudo, a rede urbana de Marília apresenta quase todos os centros com grau hierárquico sub-regional, centro de zona e centro local ao longo dos trilhos da Companhia Paulista⁷⁰. Como a estruturação da rede urbana ocorre no período de transição da economia agrária para a urbano-industrial, a integração dos transportes ocorre consecutiva à industrialização⁷¹.

Com um padrão de ocupação linear, ao longo das vias de circulação, a rede urbana de Marília apresenta-se com uma forma espacial complexa, ou seja, nela ocorrem todos os níveis hierárquicos de centros; mais do que isto, os centros maiores como Tupã e Adamantina estão intersticialmente localizados, situando-se entre eles, centros hierarquicamente menores, como Osvaldo Cruz, centro de zona, e numerosos centros locais como Inúbia Paulista e Iacri. Nesta rede a produção, circulação e consumo se fazem com maior nível de complexidade. A divisão territorial e intra-regional do trabalho na Alta Paulista, foi capaz de organizar fluxos de mercado-

rias, pessoas e capital de acordo com as mais variadas direções, inclusive estabelecer ligações entre espigões distintos.

Outro aspecto que chama atenção nesta rede urbana é a distância regular e pequena entre os núcleos, que varia entre 10 e 15 Km. Isto expressa o modo pela qual a rede participa da divisão territorial do trabalho, a intensa necessidade de núcleos deveria auxiliar no processo de criação, apropriação e circulação do valor excedente. Sendo o transporte ainda incipiente, isto é, as estradas com más condições de conservação; e havendo elevado número de pequenos proprietários, com conseqüente multivariada e dispersa produção, necessário se fazia a existência de cidades que pudessem ser capazes de organizar a produção bem como oferecer bens e serviços à esta população rural para que a mesma pudesse existir e se reproduzir enquanto tal.

E aqui a complexidade funcional traduz-se em uma densidade elevada de pequenos centros urbanos. Das 38 cidades pertencentes a esta rede urbana regional, 27 são classificadas como centros locais, ou seja, cidades onde ocorre um mínimo de complexidade das atividades urbanas que garante um crescimento auto-sustentado e um domínio territorial⁷². Segundo SANTOS, estas cidades locais são aglomerações urbanas capazes de responder às necessidades mínimas reais ou criadas de toda uma população, função esta que implica em uma vida de relações⁷³. Portanto, uma rede urbana densa, onde cada centro mantinha relações com o espaço próximo, satisfazendo necessidades variadas da população.

Vejamos agora como ocorreu o desenvolvimento das atividades urbanas nas cidades da rede urbana de Marília.

3. A ANTIGA FUNCIONALIDADE DA REDE URBANA

3.1. O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES URBANAS

"Começava a vida urbana pela função hoteleira". É assim, que MONBEIG⁷⁴ descreveu o nascimento da função urbana para os patrimônios recém fundados na frente pioneira. A primeira construção era edificada para tornar-se um hotel, local por onde jardineiras com viajantes, compradores e comerciantes deveriam parar. O iniciar da vida urbana com a função hoteleira refletia a importância desta para o bom desempenho da atividade imobiliária. O número de pretendentes à compra de um lote era elevado necessitando-se de um local por onde os compradores pudessem permanecer até que as negociações se completassem. Portanto, esta função estava vinculada diretamente à venda dos lotes.

Iniciada a venda dos lotes rurais e urbanos, imediatamente tinha-se início a instalação da primeira atividade industrial: as serrarias. Sendo a região ainda coberta por mata, o desmatamento se fazia necessário para dar início aos trabalhos de produção agrícola. E as serrarias estavam presentes em quase todos os patrimônios a fim de transformar a floresta em matéria-prima para as construções. Resultava daí o fato de que, nestes patrimônios, a maior parte das edificações eram de madeira.

A partir da instalação das serrarias, novas atividades industriais se instalavam no futuro centro urbano. Eram as máquinas de descascar arroz, descaroçar algodão e despolpar café. E aqui se observa a primeira grande diferença em relação às atividades urbanas exercidas pelas cidades quando do predomínio da economia cafeeira. Nestas últimas, as máquinas de beneficiamento sobretudo do café, estavam ausentes. Localizavam-se no interior das fazendas sendo uma atividade eminentemente rural, já que a grande propriedade produtora de café tinha uma escala de produção capaz de suportar a presença de unidades de beneficiamento. Nas zonas pionei

ras as máquinas de beneficiamento estavam localizadas nas cidades e todos os pequenos proprietários tiveram acesso a elas. Um novo salto na divisão do trabalho foi dado, transferindo-se para os núcleos urbanos uma atividade que até então era rural e que vai corresponder a uma das dimensões do processo de exploração da cidade sobre o campo.

Como decorrência desta nova fase outra função específica em relação a produção passa a estar presente nas cidades: o sistema bancário. Este vinha desde o final do século passado, e mais intensamente a partir da crise do início do século, substituindo a figura tradicional do comissário. Estes eram os responsáveis pelo trabalho de intermediação entre o produtor e o exportador, tendo exercido ainda atividades de crédito aos fazendeiros, chegando mesmo a financiar a própria formação do café e parte dos custeios deste⁷⁵.

Com o desenvolvimento da atividade bancária, gradativamente os comissários foram desaparecendo e os bancos passaram a contribuir para a transformação do capital cafeeiro em "capitais" diferentes. Os pequenos bancos de crédito rural instalados no interior "... desempenharam uma função necessária (e não contingente) para o desenvolvimento e diversificação da atividade agrária, que era o que efetivamente movia a ocupação do território e conseqüentemente a expansão da própria rede urbana"⁷⁶.

Entretanto, na Alta Paulista, no transcorrer de sua ocupação, os bancos ainda eram poucos e foram num primeiro momento substituídos pela atuação do capital comercial representado pela figura, também tradicional, dos "maquinistas".

O pequeno produtor ao adquirir seu lote esgotava todo ou a maior parte de seu capital, necessitando de financiamento para dar início a produção. Sendo a atividade bancária ainda incipiente e voltada principalmente para os grandes proprietários, que lhes apresentavam garantias mais seguras, o pequeno produtor recorrerá a empréstimos dos maquinistas. Segundo MONBEIG⁷⁷ tanto o Banco do Brasil como o Banco do

Estado de São Paulo eram extremamente reticentes quando os empréstimos destinavam-se a novas culturas, além do que, as relações destes com os proprietários eram extremamente comerciais com grandes exigências como promissórias, avalistas, etc.

O pequeno e médio produtor, contudo, recorriam ao comerciante, ao negociante de café e algodão e aos maquinistas, proprietários de máquinas de beneficiamento de café, algodão e arroz, que sem grandes dificuldades lhes concediam o empréstimo.

"A contrapartida dessa generosidade aparente não deixará de ser dolorosa. Os juros dos empréstimos assim feitos são da ordem de 12%, ou 1% ao mês. As notas de compras dos fornecedores transformados em financiadores são automaticamente majoradas ... Os 'maquinistas', ou seus intermediários, fazendo tão humanamente os empréstimos, adquiriram o direito, por vezes tácito, mas quase sempre por escrito, de lhe comprar toda a colheita ... o sitiante perdeu o direito de dispor de sua safra"78.

A função de crédito exercida aqui num primeiro momento pelo capital comercial, passou a ser uma função urbana, extremamente necessária para a diversificação agrícola ao mesmo tempo que amparou a urbanização e industrialização em marcha. Mas, gradativamente a importância dos maquinistas como financiadores foi desaparecendo, pois os bancos a partir da década de 1950 na Alta Paulista já se faziam presentes na maioria das cidades e patrimônios. Substituição, portanto, das ligações extremamente personificadas por ligações impessoais nas quais a subordinação do pequeno e médio proprietário ao capital financeiro se fazia presente.

Beneficiamento da produção agrícola e atividade de crédito, tornaram-se importantes funções urbanas no oeste

pioneiro, capazes de responderem às demandas que a divisão territorial e social do trabalho impunha. Vinham em auxílio da execução destas funções outras como o transporte, que semelhantemente às anteriores tornou-se uma função urbana. Substituiu-se as tropas de muares pela ferrovia, que veio modernizar e ampliar a circulação, especificamente relacionada à produção agrícola. E na Alta Paulista antes que a ferrovia fosse completada, o transporte rodoviário se fazia presente.

O transporte rodoviário, personificado na figura das jardineiras e dos caminhões passou a ser atividade essencialmente urbana que fazia as ligações com o mundo rural e com os demais centros urbanos. O pequeno produtor transportava sua produção até a cidade e que daí em diante era transferida aos centros consumidores via caminhões.

E como parte das novas atividades exercidas pelas cidades, tinha-se a presença dos agentes coletores - re-expedidores da produção agrícola, ou seja, através de seus agentes a cidade passa a organizar a produção agrícola. Sendo o número de produtores muito elevado, a dispersão da produção agrícola era também elevada, composta por pequenas quantidades individuais oriundas de muitos produtores. Consequentemente toda a produção deveria ser coletada para posterior expedição aos centros consumidores. Entram em atuação os agentes coletores re-expedidores que comprando ou realizando a intermediação entre produtores e consumidores, faziam ligações entre o oeste pioneiro e a urbanização e industrialização no centro-leste do estado paulista.

As indústrias de transformação dos produtos agrícolas também tiveram uma função especificamente urbana, que estabeleceram o vínculo entre o desenvolvimento urbano e a atividade agrária, inicialmente expressas nas máquinas de beneficiamento de arroz, algodão e café. Foi com o desenvolvimento da cultura algodoeira que a grande indústria se fez presente na Alta Paulista, como um desdobramento das relações imediatas cidade e campo, ao mesmo tempo em que articulava a região ao processo geral da industrialização.

Estas indústrias de capital nacional e estrangeiros - Anderson Clayton, SANBRA, Matarazzo - fizeram-se presentes na região em tela através da produção de óleo de algodão e fibras para as indústrias têxteis, a partir de uma matéria-prima comum, o algodão. Estas indústrias sediavam-se principalmente na cidade de Marília, mas eram as responsáveis pela compra da produção agrícola regional.

As cidades ao serem fundadas exerceram funções como o comércio atacadista e varejista e prestação de serviços, tornando-se um meio pelo qual a distribuição, fundamentada na divisão do trabalho, se realizava efetivamente como etapa necessária entre produção e consumo.

Em seu princípio a rede urbana como um todo, tinha estas atividades voltadas basicamente para uma população rural. As tabelas apresentadas a seguir, da população total, urbana e rural em 1940 e 1950, evidenciam um predomínio numérico da população rural na maioria dos municípios. Os dados de 1940 não nos permitem evidenciar para toda a rede urbana tal predomínio pelo fato de muitas cidades ainda não existirem, pois a ocupação da região ainda estava em curso.

Sendo assim, a organização das atividades urbanas se fez calcada no mercado consumidor rural que se constituía na maior parcela da população total. Visava o comércio atacadista e o varejista suprir as necessidades de produtos indispensáveis à população. Este comércio era representado sobretudo pelos armazéns de secos e molhados, que além de venderem gêneros alimentícios, também vendiam instrumentos agrícolas e outros equipamentos necessários à produção agrícola. Estavam presentes ainda, os bazares, lojas de armarinhos, calçados e confecções.

Os serviços eram prestados de modo a atender as necessidades imediatas das populações como a saúde e a educação. Mas o que fica evidente no desenvolvimento das atividades urbanas para a maioria das cidades, é que o fundamento destas, estava na razão direta do desenvolvimento agrícola.

TABELA 14

POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL DOS MUNICÍPIOS DA
ALTA PAULISTA - 1940

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL
Garça	16.767	7.669	9.098
Vera Cruz	17.266	5.784	11.482
Álvaro de Carvalho*	8.301	521	7.780
Guaimbê*	9.021	833	8.188
Getulina	19.535	2.280	17.255
Marília	41.856	24.473	17.383
Oriente*	11.891	1.812	10.079
Pompéia	20.527	7.160	13.367
Quintana*	10.509	2.830	7.679
Herculândia*	5.270	1.419	3.851
Tupã	13.679	2.704	10.975
Iacri*	5.758	683	5.075
Bastos*	9.296	2.673	6.623
Rinópolis*	4.623	1.077	3.546

FONTE: IBGE. Censo Demográfico: São Paulo, 1940.

* Na data do recenseamento figuravam como distritos.

TABELA 15

POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL DOS MUNICÍPIOS DA
ALTA PAULISTA - 1950

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL
Garça	32.221	12.433	19.788
Vera Cruz	15.851	5.136	10.715
Álvaro de Carvalho	6.446	744	5.702
J. de Mesquita	3.557	812	2.745
Guaimbê	7.407	863	6.544
Getulina	15.578	2.617	12.961
Marília	46.129	35.742	10.387
Oriente	11.867	1.610	10.257
Pompéia	16.108	6.025	10.083
Queiroz	7.716	453	7.263
Quintana	9.715	2.135	7.581
Herculândia	5.813	823	4.990
Tupã	32.724	17.946	14.778
Iacri	13.007	833	12.174
Bastos	6.150	3.132	3.018
Rinópolis	16.631	1.937	14.694
Parapuã	12.804	2.656	10.148
Salmourão	6.255	300	5.955
Osvaldo Cruz	14.978	6.591	8.387
Sagres	5.789	328	5.461
Inúbia Pta.+	5.709	1.318	4.391
Lucélia	21.446	8.575	12.871
Adamantina	25.562	8.557	17.005
Mariópolis	9.661	1.544	8.177
Flórida Paulista	17.253	2.930	14.323
Pacaembu	14.977	3.048	11.929
Irapuru	4.449	2.003	2.446
Flora Rica	4.470	340	4.130
Junqueirópolis	7.426	1.909	5.517
Dracena	9.589	3.925	5.664
Tupi Paulista++	10.395	2.617	7.778
Ouro Verde	3.567	372	3.195
Monte Castelo	5.834	913	4.921
Santa Mercedes	898	442	456
Paulicéia	1.516	730	786
Panorama	1.013	154	859

FONTE: IBGE. Censo Demográfico: São Paulo, 1950

+ Na data do recenseamento denominava-se Ibirapuera (distrito de Lucélia).

++ Na data do recenseamento denominava-se Gracianópolis.

Emergiam cidades e com elas as funções urbanas visando dar condições à produção agrícola de modo que esta permitisse a reprodução de um capital local, regional e sobretudo daquele investido na indústria localizada na cidade de São Paulo. E como contrapartida, a população rural e urbana do oeste tornou-se efetivo mercado consumidor dos produtos industrializados. Organizou-se o espaço com a consumação da divisão entre campo e cidade, a última responsável pela organização da produção e distribuição dos bens e serviços. O elo de ligação necessário para dar o caráter dinâmico do sistema em desenvolvimento à rede urbana foi dado pelos transportes e rede bancária⁷⁹. Por eles, os fluxos de pessoas, mercadorias, informações se faziam nas mais variadas direções.

3.2. AS INTERAÇÕES ESPACIAIS

A rede urbana reflete a divisão territorial do trabalho, que em função de vantagens locacionais diferenciadas implica em uma hierarquia urbana e em especializações funcionais. Através de funções desempenhadas como o comércio atacadista, varejista e prestação de serviços, a distribuição se realiza efetivamente, constituindo-se etapa necessária entre produção e consumo.

A rede urbana de Marília, hierarquizada com base na teoria das Localidades Centradas permite-nos verificar como ocorreram as interações espaciais, em seu interior e fora dela, mas a ela interessando.

Após sua fundação os patrimônios passaram a exercer funções que se destinam num primeiro momento a satisfazer as necessidades de suas populações locais. Estabeleceram-se portanto, interações espaciais no nível mais local entre a população rural e seu respectivo núcleo urbano. A mobilidade espacial da população rural ainda era pequena, refletindo um nível de renda que tornava proibitivo um consumo mais diversificado.

Por sua vez, o núcleo urbano além de estabelecer relações com sua hinterlândia mais próxima, estabelecia também relações com as demais cidades da rede urbana de Marília e com outras redes.

Mas de que maneira estas relações espaciais se concretizavam?

Em primeiro lugar através da circulação de mercadorias. Os produtos produzidos na região eram direcionados em sua maior parte a um mercado consumidor centrado na porção oriental do estado. Era nesta porção do território paulista que se concentrava a maior parcela da população urbana e a maior concentração espacial das indústrias. Por outro lado, estas mesmas indústrias forneciam aos nascentes núcleos urbanos uma gama variada de produtos manufaturados destinados ao consumo da população. Entretanto, a aquisição de tais produtos não se fazia diretamente nas indústrias: estabeleceu-se uma rede de comércio atacadista localizada nas principais cidades da região, Marília e Tupã, que eram antes de tudo "bocas de sertão" e "ponta de trilhos" e que forneciam aos patrimônios localizados à oeste, os produtos necessários ao estabelecimento de um comércio.

Era através das casas atacadistas destas cidades que se fazia o abastecimento. Estas por sua vez estabeleciam relações diretamente com a capital, o grande centro industrial, atacadista e o principal centro de acumulação.

A rede bancária que se configurou na Alta Paulista a partir da década de 1950, consubstanciou-se em outro meio de drenar a mais-valia da região. Esta estabelecia relações diretas com a capital contribuindo para transformar o capital agrícola em outros capitais, como por exemplo, o industrial.

Através do comércio e da rede bancária estabeleciam-se interações espaciais do nível mais local-núcleo urbano e sua população local - ao nível mais elevado, embora às vezes.

não ocorressem diretamente mas por meio de relações intermediárias. Toda a rede urbana estava funcionalmente articulada e por meio desta drenavam-se salários, lucros e rendas, que parcialmente eram levados para o centro de acumulação.

Estas ligações eram garantidas pelo transporte rodoviário que com seus caminhões e jardineiras asseguravam as relações inter-regionais e as intra-regionais.

4. AS TRANSFORMAÇÕES NA REDE URBANA

4.1. AS RAZÕES DAS TRANSFORMAÇÕES

Sempre que a totalidade social passar por um processo de mudança, implicando em transformações nas relações sociais, econômicas e políticas, simultaneamente ocorrerão mudanças em relação ao espaço que se transformará para adaptar-se às novas exigências da sociedade⁸⁰. Isto ocorre porque a totalidade social apresenta-se espacializada e a cada vez que ela se altera, altera-se a concepção e o uso que o homem faz do espaço, resultando, via de regra, em modificações na organização espacial.

Tendo a rede urbana de Marília emergido e se estruturado no período que corresponde ao "final da hegemonia agrário-exportadora e início do predomínio da estrutura produtiva de base urbano-industrial"⁸¹, a sua estruturação e articulação se deu de modo a atender as necessidades da sociedade naquele momento determinado.

A organização espacial específica gerada naquele momento transformou-se. Processos foram engendrados que provocaram alterações na rede urbana, refletindo mudanças na totalidade social. Com o fim específico de buscarmos as razões das transformações na rede urbana, daremos a seguir indicações de processos, discutindo suas implicações na rede urbana.

A segunda metade da década de 1950 configurou-se em outro marco para a economia brasileira onde o padrão de acumulação capitalista urbano-industrial assumiu uma nova dinâmica. A dinâmica desta etapa da acumulação teve sua maior expressão nas transformações estruturais do sistema produtivo industrial, através da implantação da industrialização pesada no país.

Desde a década de 1930 a industrialização brasileira, destacando-se a paulista, vinha dando demonstrações de sua grande capacidade no sentido de substituir por etapas, as importações industriais. A partir da década de 1950 grande passo foi dado para a continuidade da industrialização e substituição das importações.

Esta nova fase do processo de industrialização deu-se sob o influxo das transformações e ampliações na função do Estado. Um maciço bloco de investimentos levados a efeito no período de 1956-1961, com a ação decisiva do Estado, daria condições para que este, intervindo na esfera produtiva, implantasse os setores de base da indústria nacional.

Acresce-se a penetração maciça de grandes corporações estrangeiras a partir de 1950, implantando-se nos setores automobilístico, de material elétrico pesado, de máquinas e equipamentos e de construção naval, que vinham a reforçar significativamente o setor de bens de capital que se implantava no Brasil. A implantação de indústrias estrangeiras foi preferencialmente dirigida ao complexo industrial paulistano "... por reunir condições excepcionais, como infra-estrutura básica ... mercado mais rico do país e indústrias fornecedoras"⁸², por exemplo, de peças e acessórios para reposição. Isto veio a contribuir para o reforço à metropolização paulista e iniciar o rápido crescimento das cidades sob sua influência direta como Campinas, São José dos Campos, Jundiaí, Sorocaba, etc.

Os anos de 1955-1960 corresponderam a um extraordinário crescimento da economia brasileira, que se configurou em

definitivo na implantação do padrão de acumulação industrial.

Após este período expansivo da economia brasileira, no qual instauraram-se as bases para a continuidade da industrialização no país, seguiu-se um período recessivo⁸³ em que diversas medidas institucionais foram postas em prática e tiveram importantes repercussões na urbanização: contenção salarial, criação de um sistema financeiro especializado que incluiu o desenvolvimento do crédito ao consumo de bens duráveis, e a criação do Banco Nacional de Habitação, no bojo do Sistema Financeiro Nacional⁸⁴.

Cessado o ciclo recessivo, a partir de 1967 inaugurou-se um ciclo expansivo que permaneceu até 1973, período que ficou conhecido como "milagre brasileiro". O crescimento econômico deste momento deu-se sob o influxo das reformas institucionais implantadas no período anterior.

Com a conjuntura favorável, a industrialização brasileira ampliou-se consideravelmente, galgando mais um degrau na substituição de importações. As indústrias que no período antecedente já tinham iniciado uma relativa desconcentração espacial, da metrópole para as cidades sob sua influência direta, reforçaram esta tendência, trocando as desconomias da metrópole pelas vantagens locacionais do interior paulista desde que o centro urbano escolhido estivesse articulado ao sistema viário.

Desde a década de 1950 o Estado passou a investir maciçamente na implantação da infra-estrutura que viria dar suporte às novas necessidades da produção. Foi através da atuação do Estado que se efetivou a transferência do sistema ferroviário para o sistema rodoviário. Sendo assim, este passou a ser consideravelmente ampliado com a construção de auto-estradas que agilizassem o fluxo dos principais eixos a partir e em torno da Grande São Paulo, bem como permitissem a integração nacional do país assentada sobre o sistema rodoviário. No período de 1967-1973, o sistema existente passou a ser fortemente reforçado e melhorado.

Findo o período do "milagre brasileiro", a industrialização até o final da década de 1970, "... teve um desempenho muito satisfatório. Entre 1975 e 1980, a produção industrial brasileira esteve crescendo à razão de 7,6% ao ano, contra 10,4% no período 1965/70 ..." ⁸⁵.

É sob o impacto da industrialização em seu novo patamar, com nova dimensão espacial, que verificaram-se transformações tanto no mundo rural como no urbano.

4.2. A NATUREZA DAS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO RURAL

A agricultura paulista no momento em que a rede urbana de Marília se estruturou, estava passando por transformações qualitativamente distintas que se articulavam ao processo geral da industrialização brasileira. Naquele momento a agricultura devia continuar com seu sub-setor de produção para exportação representado pelo café, de modo a "suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa" ⁸⁶.

Vimos anteriormente as formas assumidas para a manutenção da produção cafeeira com base na intervenção estatal.

Se por um lado ela deveria continuar a manter esse sub-setor, por outro deveria produzir produtos destinados ao consumo alimentar interno e matérias-primas, de modo a não obstaculizar a industrialização em marcha. Este sub-setor, através da crescente produção alimentar, permitia que o valor dos gastos com alimentação não se elevasse, favorecendo a acumulação urbano-industrial. Tal qual o anterior, a produção de matérias-primas, notadamente o algodão na Alta Paulista, supria parte das crescentes demandas das indústrias têxteis e alimentícias que se ampliavam naquele período.

Mas o caráter da sociedade urbano-industrial efeti

vamente implantado após 1955 trouxe para toda a sociedade redefinições nas relações sócio-econômicas exigindo mudanças correlatas no mundo rural, onde as novas formas de relações entre indústria e atividade agrária reorganizam esta última; verificando-se uma crescente subordinação da agricultura à acumulação industrial⁸⁷.

A subordinação da agricultura ao padrão da acumulação urbano-industrial passou a assumir traços mais nítidos após 1955, quando implantou-se no país a indústria pesada e bens de consumo durável. Profundas transformações na estrutura agrária foram implementadas: no uso da terra, na composição da mão-de-obra, no volume da produção, nos índices de tratorização, consumo de fertilizantes, financiamentos, habitat rural, etc.

Se até então a modernização da agricultura se fazia pautada principalmente nas importações, embora já houvesse uma indústria nacional dirigida para o fornecimento de máquinas e implementos agrícolas, foi efetivamente a partir da implantação da indústria pesada que a modernização técnica pôde generalizar-se. Estas transformações na base técnica produziram efeitos positivos para a produtividade da terra e do trabalho, no qual os produtos gerados pela indústria especializada passaram a dar maior autonomia à agricultura em relação aos recursos naturais. Assistiu-se a uma ampliação da produção agrícola, tanto dos produtos destinados à exportação como dos produtos para o abastecimento interno.

Paralelamente às transformações técnicas promovidas na agricultura "... ocorre o processo de fusão ou integração de capitais inter-setoriais"⁸⁸, onde o aspecto que mais se evidencia é a modernização dos complexos agroindustriais preexistentes em que a agricultura passou a ser dominada nos seus dois extremos por setores industriais de porte oligopólico: a "indústria para a agricultura", fornecedora de bens e insumos à produção e a "indústria da agricultura", processadora de matérias-primas de origem agrícola.

Neste contexto,

"o processo de modernização da agricultura brasileira afetou por outro lado, as relações sociais de trabalho, avançando a proletarização no meio rural, resultando no aumento do confronto capital-trabalho; generalizou-se as trocas monetárias em todos os níveis do processo de produção e às mais distantes regiões; substituiu sistemas tradicionais de comercialização e crédito por sistemas cooperativos ou de vendas diretas à agroindústrias (e supermercados), além de ter exigido mais do sistema oficial de crédito"⁸⁹.

No que tange às relações sociais de trabalho, importa ressaltar que crescentemente o trabalhador permanente foi sendo substituído pelo trabalhador temporário – o bôia-fria que, embora sendo um assalariado rural, reside nos centros urbanos e tem seu custo de reprodução determinado à nível do setor urbano⁹⁰.

Neste quadro de transformações, o sistema oficial de crédito passou a ser mais exigido, o crédito rural institucional foi se transformando para atender às demandas e estimular a modernização. Esta transformação possibilitou ultrapassar a política de produtos para a política de mercados em geral. Para tanto, o crédito subsidiado com taxas de juros reais negativas foi difundido, utilizando-se do sistema bancário institucionalizado. Tais alterações corresponderam às necessidades de financiamentos para fazer frente à modernização da agricultura através da elevação da capacidade produtiva. Com isto, as fontes usuárias tradicionais ligadas ao capital comercial foram sendo paulatinamente substituídas pelo capital bancário.

Mas é preciso acrescentar que, embora tenha havido melhorias no sistema oficial de crédito, nem todos os produ

tores tiveram acesso a ele, pois o mesmo permaneceu voltado principalmente para os grandes contratos⁹¹. Acresce-se a isto a atuação do Estado que exerceu papel fundamental no financiamento, geração e difusão de tecnologia. Na geração de tecnologia, fortaleceu o sistema nacional de pesquisas agropecuárias através da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias e na difusão de tecnologia, através da extensão rural. O estado contribuiu ainda para a transformação das relações sociais de trabalho através de medidas como as leis trabalhistas estendidas aos trabalhadores rurais e a criação do FUNRURAL integrado ao sistema INPS/INAMPS que contribuíram para as transformações do trabalhador permanente em trabalhador temporário. Entretanto, estas transformações se processaram sem que houvesse alterações na estrutura fundiária. Mais do que nunca a terra foi equivalente financeiro o que reforçou a especulação fundiária e a concentração de uso e propriedade da mesma.

Diante deste quadro a primeira das alterações a se manifestar no mundo rural diz respeito à distribuição da população. Na década de 1950 a população rural dos municípios da Alta Paulista representava 65,62% da população total enquanto na década de 1970 este percentual representava 41,74% e em 1980 apenas 32,29%. Observando-se as tabelas de número 16 e 17 evidencia-se que a população rural sucessivamente apresenta taxas de crescimento negativas para o conjunto da região, ressaltando-se, entretanto, os municípios do extremo oeste da Alta Paulista que apresentam uma dinâmica populacional diferenciada. Estes municípios até o final da década de 1950 apresentavam-se nos limites da fronteira agrícola, com baixos índices de ocupação e que ao longo das décadas subsequentes manifestaram vertiginoso crescimento. Tal crescimento ocorreu para a população total, urbana e rural até a década de 1970, a partir da qual começou a apresentar taxas negativas de crescimento. Isto implica que a dinâmica populacional para o extremo oeste da região manifestou-se temporalmente desigual.

TABELA 16

POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL DOS MUNICÍPIOS
DA ALTA PAULISTA - 1970

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL
GARÇA	33.826	21.936	11.891
VERA CRUZ	11.699	5.765	5.935
ÁLVARO DE CARVALHO	4.200	1.152	3.048
JÚLIO DE MESQUITA	4.661	1.165	3.496
GUAIMBÊ	4.458	1.752	2.706
GETULINA	9.422	4.328	5.094
MARÍLIA	81.060	73.217	7.843
ORIENTE	8.781	2.097	6.684
POMPEIA	13.682	8.718	4.964
QUEIROZ	3.403	1.036	2.367
QUINTANA	6.488	2.436	4.052
HERCULÂNDIA	5.741	2.484	3.257
TUPÃ	41.503	34.792	6.711
IACRI	6.422	1.347	5.075
BASTOS	9.657	6.454	3.203
RINÓPOLIS	14.420	4.538	9.882
PARAPUÃ	11.198	4.641	6.557
SALMOURÃO	4.954	877	4.077
OSVALDO CRUZ	21.759	13.809	7.950
SAGRES	4.083	535	3.548
INÚBIA PAULISTA	5.238	1.585	3.653
LUCÉLIA	18.393	10.130	8.263
ADAMANTINA	31.798	21.951	9.847
MARIÁPOLIS	5.763	1.392	4.371
FLÓRIDA PAULISTA	14.510	5.799	8.731
PACAEMBU	17.211	5.941	11.270
IRAPURU	12.058	4.879	7.179
FLORA RICA	4.561	937	3.624
JUNQUEIRÓPOLIS	22.638	8.723	13.915
DRACENA	31.245	23.976	7.269
TUPI PAULISTA	12.660	7.784	4.876
OURO VERDE	7.706	2.550	5.156

FONTE: IBGE. Censo Demográfico: São Paulo, 1980.

TABELA 17

POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL DOS MUNICÍPIOS
DA ALTA PAULISTA - 1980

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL
GARÇA	36.607	26.522	10.085
VERA CRUZ	11.429	6.869	4.560
ÁLVARO DE CARVALHO	3.919	1.710	2.209
JÚLIO DE MESQUITA	4.584	2.075	2.509
GUAIMBÊ	4.777	2.301	2.476
GETULINA	9.450	5.069	4.381
MARÍLIA	121.877	107.425	14.452
ORIENTE	6.474	2.546	3.928
POMPEIA	16.260	12.069	4.191
QUEIROZ	2.297	1.296	1.001
QUINTANA	4.912	3.320	1.592
HERCULÂNDIA	7.102	3.884	3.218
TUPÃ	56.656	46.317	10.339
IACRI	9.201	3.145	6.056
BASTOS	15.350	11.706	3.644
RINÓPOLIS	15.136	6.672	8.464
PARAPUÃ	12.275	5.753	6.422
SALMOURÃO	4.771	1.078	3.693
OSVALDO CRUZ	26.138	17.633	8.505
SAGRES	3.003	716	2.287
INÚBIA PAULISTA	4.294	1.697	2.597
LUCÉLIA	18.720	12.607	6.113
ADAMANTINA	32.027	24.235	7.792
MARIÁPOLIS	4.346	1.946	2.400
FLÓRIDA PAULISTA	15.167	6.650	8.517
PACAEMBU	15.721	6.917	8.804
IRAPURU	9.750	4.815	4.935
FLORA RICA	2.737	1.093	1.644
JUNQUEIRÓPOLIS	21.367	10.971	10.396
DRACENA	35.964	28.761	7.203
TUPI PAULISTA	16.316	9.602	6.714
OURO VERDE	5.408	3.057	2.351
N. GUATAPORANGA	2.720	1.245	1.475
MONTE CASTELO	6.111	1.921	4.190
S. J. DO P. 'ALHO	3.592	1.159	2.433
SANTA MERCEDES	2.361	940	1.691
PAULICÉIA	2.373	902	1.471
PANORAMA	8.073	5.746	2.327

FONTE: IBGE. Censo Demográfico: São Paulo, 1980.

Outro aspecto que cumpre ressaltar é que a diminuição da população rural não teve em todos os municípios correspondência em termos de aumento da população urbana. Tal fato demonstra que a população rural expulsa do campo, ao migrar, procurou centros urbanos maiores na própria região como por exemplo Marília, Tupã, Dracema, de onde podiam sazonalmente retornar ao campo como bôias-frias. Neste processo de êxodo rural, a população também dirigiu-se à capital paulista sendo incorporada em sua maior parte ao mercado citadino através do circuito inferior da economia⁹².

Embora não tenha havido correspondência entre a diminuição da população rural e aumento da população urbana em todos os municípios, esta última a partir de 1950 apresentase continuamente em crescimento, representando em 1970, 58,26% e em 1980, 67,70% do contingente demográfico total. A população total para o conjunto da região aumentou, mas este aumento se deu de forma diferenciada, onde os pequenos centros urbanos da rede continuamente perdem população em favor dos centros maiores.

Com relação a estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais dos municípios da Alta Paulista, transformações se processaram contribuindo para aumentar a concentração da terra. Para efeito de comparação utilizaremos os dados relativos a 1960 e a 1980.

Em 1960 a tabela de número 18 na página seguinte indica que os estabelecimentos com até 10 ha perfaziam um total de 28.187 representando 65,30% do total. Em termos de área estes mesmos perfaziam 13,81%, o que na média representa estabelecimentos com área de 5,3 ha. Estes dados ainda refletem o processo de ocupação pelo qual passou a região, no qual a grande maioria das terras foi loteada.

Os estabelecimentos com área entre 10 e 100 ha, predominavam na região representando 32,93% do número total e 30,41% em termos de área. Por outro lado os grandes estabelecimentos, ou seja, aqueles com área acima de 500 ha represen

ESTRUTURA DIMENSIONAL DOS ESTABELECIAMENTOS RURAIS DOS MUNICÍPIOS DA ALTA PAULISTA - 1960

MUNICÍPIOS	TOTAL ESTABELECI- MENTOS	ÁREA TOTAL (ha)	NÚMERO DE ESTABELECI- MENTOS COM ATE 10 ha	ÁREA (ha)	NÚMERO DE ESTABELECI- MENTOS DE 10 A MENOS 100 ha	ÁREA (ha)	NÚMERO DE ESTABELECI- MENTOS DE 100 A MENOS 500 ha	ÁREA (ha)	NÚMERO DE ESTABELECI- MENTOS DE 500 A MENOS 1000 ha	ÁREA (ha)	NÚMERO DE ESTABELECI- MENTOS COM MAIS 1000 ha	ÁREA (ha)
GAÇA	620	47.245	214	1.301	316	7.838	68	15.333	16	11.253	6	9.702
VERA CRUZ	441	23.535	142	833	245	8.318	50	10.408	3	2.161	1	1.815
ÁLVARO DE CARVALHO	350	18.041	230	1.314	93	13.179	20	3.962	4	2.793	3	7.495
JULIO DE MESQUITA	208	11.113	108	658	93	2.533	4	515	2	1.877	1	5.530
GUAIMBÉ	280	19.297	58	415	204	6.260	10	2.115	5	3.126	3	7.381
GETULINA	730	56.352	186	1.232	450	15.407	69	13.886	18	12.110	7	13.717
MARLIA	3.472	108.996	2.259	12.052	1.079	26.870	94	19.981	28	20.890	12	29.297
ORIENTE	805	18.773	539	3.079	237	5.787	23	4.848	4	2.397	1	2.662
POMPEJA	3.654	82.244	2.873	14.641	688	16.360	61	12.404	17	13.225	15	25.614
QUINTANA	1.078	35.693	744	4.196	299	7.706	21	4.699	7	5.167	7	13.925
HERCULÂNDIA	1.061	28.688	658	1.932	356	9.965	37	7.665	9	6.001	1	1.089
TUPÁ	2.941	77.713	1.790	10.311	1.043	25.242	86	17.199	12	8.449	10	16.459
IACRI	1.642	25.017	1.146	6.246	463	10.630	30	6.289	3	1.852	-	-
BASTOS	357	16.762	111	644	207	7.535	37	6.753	1	678	1	1.152
RINÓPOLIS	3.039	39.691	2.558	12.857	451	10.644	22	4.107	4	2.374	4	9.711
PARAPUÁ	1.252	31.782	843	4.903	349	8.117	54	11.286	4	2.462	2	5.014
SALMOURÃO	652	17.175	528	2.975	117	2.293	3	714	-	-	4	11.193
OSVALDO CRUZ	1.496	19.694	1.113	6.265	369	7.175	12	2.561	1	789	1	2.904
SAGRES	1.192	14.600	933	4.837	246	4.974	10	1.858	2	1.634	1	1.297
INÓBIA PAULISTA	356	8.476	278	1.462	721	1.541	2	237	3	2.945	1	2.291
LUCÉLIA	1.814	29.553	1.326	6.777	459	9.938	21	3.870	6	4.853	2	4.015
ADAMANTINA	1.026	40.765	447	2.479	505	15.450	66	12.970	3	2.613	5	7.253
MARIÁPOLIS	1.383	17.997	957	5.107	407	9.763	19	3.107	-	-	-	-
FLÓRIDA PAULISTA	1.456	44.834	845	4.841	546	14.469	49	10.003	10	6.739	6	8.782
PACAEMBU	1.854	26.623	1.293	6.770	546	12.925	11	2.047	1	726	3	4.155
IRAPURU	769	17.691	425	2.340	326	7.424	16	2.966	1	605	1	4.356
FLORA RICA	639	23.323	452	2.323	156	3.904	22	5.581	3	1.810	6	9.705
JUNQUEIRÓPOLIS	2.319	47.071	1.430	7.891	846	18.390	33	6.944	6	4.410	4	9.436
DRACENA	2.161	38.155	1.514	7.961	595	13.482	44	9.673	2	1.125	5	5.914
TUPI PAULISTA	930	21.811	444	2.400	465	12.084	19	3.818	-	-	2	3.509
OURO VERDE	1.272	21.765	988	6.270	260	5.498	19	4.376	10	3.159	2	4.651
NOVA GUATAPORANGA	163	5.177	43	218	111	3.459	9	1.500	-	-	-	-
MONTE CASTELO	847	25.103	500	2.819	321	8.376	21	4.498	2	1.367	3	8.043
S. JOÃO DO PAU D'ALHO	193	12.747	33	220	142	3.801	14	2.668	1	610	2	5.445
SANTA MERCEDES	336	18.100	76	523	274	7.078	12	2.418	-	-	4	8.180
PAULICEIA	98	25.667	18	84	58	2.174	7	1.207	5	3.630	10	18.572
PANORAMA	279	34.232	85	556	174	4.531	12	2.155	1	702	7	26.288

FONTE: IBGE. Censo Agrícola: São Paulo, 1960.

tavam 0,76% do total numérico enquanto sua área perfazia 37,26%.

Embora os loteamentos tenham favorecido a presença dos pequenos estabelecimentos isto não impediu a existência de grandes e os números apresentados acima nos dão evidência de tal fato: apenas 334 estabelecimentos detinham uma área de 309.076 ha.

A estrutura dimensional em 1980 (vide tabela 19) apresenta-se comparativamente a de 1960 bastante diferenciada, a começar pelo número total dos estabelecimentos rurais que de 43.165 em 1960, passaram para 24.981, representando uma diminuição de 42,12% do total. A diminuição do número de estabelecimentos não foi acompanhada pela diminuição da área total, o que indica um processo de concentração de terras.

O grupo que apresentou maior diminuição em termos numéricos e de área é o dos estabelecimentos com até 10 ha que passaram a perfazer 44,90% e 5,43% respectivamente. Em contrapartida, ocorreu aumento significativo no grupo de estabelecimentos com áreas de 100 a 500 ha — médias propriedades — que passaram a representar 6,58% do total numérico e 29,98% da área total. Em 1960 este mesmo grupo representou 2,56% do total de estabelecimentos e 19,13% da área. Nos estratos acima de 500 ha houve também um efetivo aumento numérico e área ocupada pelos estabelecimentos.

Sendo assim esta concentração fundiária reflete de um lado o sentido que a modernização agrícola assumiu através da configuração de empresas agrícolas articuladas ao aumento da capitalização do setor, buscando maiores taxas de produtividade e rentabilidade do capital investido; de outro a liberação da mão-de-obra permanente com crescentes taxas de crescimento do trabalhador temporário.

Vimos anteriormente que a região da Alta Paulista caracterizou-se por ser uma região tipicamente agrícola com grande participação na produção de alimentos: em 1940 era

ESTRUTURA DIMENSIONAL DOS ESTABELECIAMENTOS RURAIS DOS MUNICIPIOS

DA ALTA PAULISTA - 1980

MUNICIPIOS	TOTAL ESTABELECI- MENTOS	ÁREA TOTAL (ha)	NÚMERO DE ESTABELECI- MENTOS COM ATE 10 ha	ÁREA (ha)	NÚMERO DE ESTABELECI- MENTOS DE 10 A MENOS 100 ha	ÁREA (ha)	NÚMERO DE ESTABELECI- MENTOS DE 100 A MENOS 500 ha	ÁREA (ha)	NÚMERO DE ESTABELECI- MENTOS DE 500 A MENOS 1000 ha	ÁREA (ha)	NÚMERO DE ESTABELECI- MENTOS COM MAIS DE 1000 ha	ÁREA (ha)
GARÇA	554	52.094	129	756	317	9.592	84	21.227	18	11.921	6	8.593
VERA CRUZ	354	21.533	132	611	167	5.191	48	10.966	7	4.762	-	-
ÁLVARO DE CARVALHO	116	13.947	25	166	59	1.567	22	5.311	6	4.151	2	2.749
JÚLIO DE MESQUITA	87	11.407	20	58	45	1.635	19	3.626	1	912	2	5.169
GUAIMBÉ	210	22.250	39	218	135	4.733	23	4.902	10	7.206	3	5.186
GETULINA	461	61.062	92	589	258	8.983	87	18.949	13	9.370	11	24.176
MARÍLIA	1.055	109.670	210	954	638	20.729	159	35.912	31	21.757	17	30.314
ORIENTE	145	17.908	24	150	86	3.289	31	6.367	1	929	3	7.169
POMPEIA	493	68.449	97	490	254	10.223	110	23.611	23	17.053	9	17.067
QUEIROZ	139	26.110	14	76	75	2.772	36	7.733	9	6.644	5	8.879
QUINTANA	297	32.957	74	458	159	5.224	46	9.968	14	9.810	4	7.492
HERCULÂNDIA	618	34.877	200	1.103	341	11.728	65	12.694	10	6.918	2	2.423
TUPÃ	1.581	77.701	502	3.209	955	27.126	101	21.529	13	8.707	10	17.125
IACRI	860	30.111	393	2.604	417	10.289	42	10.104	5	3.112	3	3.997
BASTOS	356	15.596	135	700	182	6.064	37	7.067	1	549	1	1.210
RINÓPOLIS	1.268	31.373	631	4.115	596	12.582	33	5.614	5	3.164	3	5.893
PARAPUÁ	1.000	29.585	504	3.046	437	11.182	54	10.589	3	1.749	2	3.012
SALMOURÃO	274	18.848	116	798	140	3.362	13	2.225	1	667	4	11.790
OSVALDO CRUZ	848	21.806	372	2.305	450	11.141	24	4.507	1	557	1	3.293
SAGRES	355	13.765	133	695	193	6.113	25	3.683	3	2.024	1	1.246
INDÚBIA PAULISTA	148	10.747	62	347	71	1.733	8	1.519	4	2.741	3	4.402
LUCÉLIA	892	33.561	454	2.560	382	10.709	44	10.432	3	2.040	5	7.807
ADAMANTINA	1.242	39.863	594	3.480	570	14.014	71	14.176	3	2.103	4	6.056
MARIÁPOLIS	686	18.136	309	1.749	342	9.495	35	6.889	-	-	-	-
FLÓRIDA PAULISTA	1.501	51.642	790	4.757	631	15.737	60	12.659	14	9.758	6	8.726
PACAEMBU	1.167	55.000	554	3.270	578	13.906	28	6.151	4	2.760	3	7.509
IRAPURU	826	17.231	430	2.650	371	7.724	23	4.376	1	726	1	1.750
FLORA RICA	292	23.212	120	672	130	4.142	28	5.729	11	7.434	3	5.232
JUNQUEIRÓPOLIS	1.703	52.921	994	5.948	632	14.256	61	13.485	9	5.998	7	13.229
DRACENA	1.220	44.000	705	3.855	439	11.347	57	13.391	12	7.808	6	7.594
TUPI PAULISTA	1.244	23.414	741	4.494	478	10.155	21	4.052	2	1.437	2	3.267
OURO VERDE	546	26.093	279	1.575	231	4.686	23	4.773	8	5.616	5	9.437
NOVA GUATAPORANGA	292	3.626	211	1.241	78	1.643	3	739	-	-	-	-
MONTE CASTELO	735	24.218	390	2.289	312	7.132	27	5.879	3	1.650	3	7.258
SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO	430	14.952	241	1.501	175	3.335	10	1.613	-	-	4	8.498
SANTA MERCEDES	375	16.804	185	1.071	151	4.445	34	5.693	1	592	4	4.995
PAULICEIA	208	41.149	104	513	61	1.755	26	5.969	8	6.191	9	26.717
PANORAMA	403	32.610	212	1.145	148	4.390	28	6.097	6	4.404	9	16.570

responsável por 9,45% da produção estadual de arroz, 5,38% de feijão, 2,80% de milho, 12,28% de algodão e 9,79% de café. Em 1950 cresce ainda mais a importância da região: 9,75% de arroz, 10,20% de feijão, 4,72% de milho, 17,14% de algodão e 14,57% de café dos totais da produção estadual.

Mas a partir do momento que o papel da agricultura no desenvolvimento econômico paulista alterou-se, na Alta Paulista também houve alterações na agricultura.

As tabelas 20 e 21 referente aos principais produtos agrícolas apresentadas a seguir dão indicações dos novos papéis que a agricultura regional passa a cumprir. Em 1970 a agricultura regional evidenciava uma perda acentuada na sua importância enquanto produtora de gêneros alimentícios: 1,58% da produção estadual de arroz, 1,67% da produção de feijão e 3,00% de milho. De grande supridora de alimentos para uma crescente população que se urbanizava nas décadas anteriores, passou a desempenhar papel de pouca importância tendo este tipo de produção sido desenvolvida em outras regiões do estado. Para 1980, entretanto verifica-se uma certa estabilidade na quantidade produzida destes gêneros.

O algodão que ocupava grandes parcelas da área cultivada e era responsável por grande parte da produção estadual, teve sua área e produção drasticamente reduzida, representando em 1970 apenas 2,57% da produção estadual e em 1980 atinge o percentual de 0,95%.

Este produto foi em parte substituído na Alta Paulista pela produção de amendoim, que começou a assumir importância crescente a partir da década de 1950 tendo sua produção destinada às indústrias alimentícias, de óleos vegetais. Foi grande substituto do algodão correspondendo-lhe em 1970 o percentual de 36,87% do total da produção estadual. Em 1980 este tem sua participação reduzida para 70.308 toneladas mas que ainda representavam 27,32% do total estadual.

Em contrapartida o café que foi o grande impulsiona

TABELA 20

PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DOS MUNICÍPIOS
DA ALTA PAULISTA - 1970

MUNICÍPIOS	ARROZ (t)	FEIJÃO (t)	MILHO (t)	AMENDOIM (t)	ALGODÃO (t)
GARÇA	275	115	1.411	213	-
VERA CRUZ	165	39	469	789	-
ÁLVARO DE CARVALHO	91	15	462	576	-
JÚLIO DE MESQUITA	08	01	768	740	-
GUAIMBÊ	31	12	2.479	1.231	166
GETULINA	170	06	3.515	866	49
MARÍLIA	814	47	5.705	9.718	49
ORIENTE	103	17	816	2.415	04
POMPÉIA	285	25	4.211	18.897	558
QUEIROZ	83	-	1.406	2.831	359
QUINTANA	131	19	1.612	3.535	104
HERCULÂNDIA	191	17	1.976	6.641	22
TUPÁ	171	47	5.103	11.477	229
IACRI	128	13	1.171	3.447	14
BASTOS	27	2	1.124	294	09
RINÓPOLIS	390	51	2.607	2.500	161
PARAPUÁ	156	80	1.483	1.794	48
SALMOURÃO	137	11	725	1.384	193
OSVALDO CRUZ	420	138	2.035	2.475	257
SAGRES	120	10	1.601	4.155	227
INÚBIA PAULISTA	08	01	198	1.229	410
LUCÉLIA	52	08	1.959	7.192	1.014
ADAMANTINA	239	93	2.123	8.659	1.065
MARIÁPOLIS	177	68	1.360	8.353	289
FLÓRIDA PAULISTA	260	49	2.401	8.100	1.094
PACAEMBU	163	25	1.762	7.040	276
IRAPURU	232	03	1.316	5.727	881
FLORA RICA	56	12	718	4.481	1.616
JUNQUEIRÓPOLIS	246	79	3.276	8.064	1.377
DRACENA	180	05	1.729	5.636	607
TUPI PAULISTA	133	36	1.602	2.872	26
OURO VERDE	158	06	885	4.807	1.220
NOVA GUATAPORANGA	08	02	82	256	01
MONTE CASTELO	73	33	1.395	1.011	343
SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO	49	05	395	226	105
SANTA MERCEDES	101	02	1.301	2.642	1.592
PAULICÉIA	500	0	407	208	739
PANORAMA	43	10	252	761	428
TOTAL REGIÃO	6.578	1.102	63.839	153.242	15.532
TOTAL ESTADO	413.778	65.668	2.124.719	415.528	610.220
% REGIÃO/ESTADO	1,58	1,67	3,00	36,87	2,54

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário: São Paulo, 1970.

TABELA 21

PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DOS MUNICÍPIOS
DA ALTA PAULISTA - 1980

MUNICÍPIOS	ARROZ (t)	FEIJÃO (t)	MILHO (t)	AMENDOIN (t)	ALGODÃO (t)
GARÇA	86	189	2.137	153	-
VERA CRUZ	47	40	712	152	-
ÁLVARO DE CARVALHO	108	46	721	438	10
JÚLIO DE MESQUITA	11	37	344	161	01
GUAIMBÊ	13	18	2.056	152	04
GETULINA	45	100	5.183	1.690	27
MARÍLIA	102	142	4.914	3.496	17
ORIENTE	22	19	390	543	-
POMPÉIA	90	120	6.256	10.265	-
QUEIROZ	7	39	2.678	2.765	12
QUINTANA	41	24	1.569	7.103	31
HERCULÂNDIA	72	53	4.131	6.920	-
TUPÃ	196	121	6.366	7.152	-
IACRI	142	62	1.340	2.805	19
BASTOS	6	57	1.805	636	-
RINÓPOLIS	333	129	2.735	825	24
PARAPUÃ	475	75	1.452	314	-
SALMOURÃO	150	90	667	400	116
OSVALDO CRUZ	276	119	1.274	769	9
SAGRES	34	20	833	1.042	187
INÚBIA PAULISTA	64	23	2.483	473	7
LUCÉLIA	312	158	5.016	1.533	248
ADAMANTINA	432	182	3.164	4.128	93
MARIÁPOLIS	387	270	1.525	4.866	673
FLÓRIDA PAULISTA	487	289	4.488	4.227	891
PACAEMBU	399	97	3.074	1.226	131
IRAPURU	149	52	1.806	1.337	217
FLORA RICA	44	143	2.146	1.050	326
JUNQUEIRÓPOLIS	220	167	1.962	1.287	23
DRACENA	250	160	1.961	672	184
TUPI PAULISTA	265	141	1.763	62	324
OURO VERDE	34	37	1.138	408	179
NOVA GUATAPORANGA	121	08	91	-	-
MONTE CASTELO	112	27	1.427	177	183
SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO	74	25	434	0	-
SANTA MERCEDES	81	15	993	135	-
PAULICÉIA	368	234	235	314	146
PANORAMA	176	113	945	632	45
TOTAL REGIÃO	6.239	3.641	83.207	70.308	4.127
TOTAL ESTADO	327.972	193.225	2.218.031	257.292	433.388
% REGIÃO/ESTADO	1,90	1,88	3,75	27,32	0,95

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário: São Paulo, 1980.

TABELA 22

PRODUÇÃO DE CAFÉ NOS MUNICÍPIOS DA ALTA PAULISTA - 1970

MUNICÍPIOS	TOTAL PRODUÇÃO (t)	CAFEIROS EM PRODUÇÃO	CAFEIROS NOVOS
GARÇA	16.371	12.329.390	2.102.210
VERA CRUZ	5.372	4.616.088	875.440
ÁLVARO DE CARVALHO	2.255	2.110.486	242.325
JÚLIO DE MESQUITA	2.289	2.284.600	212.400
GUAIMBÉ	1.050	1.752.070	110.350
GETULINA	2.158	978.930	301.000
MARÍLIA	8.181	9.575.047	1.409.802
ORIENTE	1.014	1.605.222	95.990
POMPÉIA	1.104	1.282.321	178.332
QUEIROZ	08	24.300	5.200
QUINTANA	429	809.410	120.850
HERCULÂNDIA	1.073	1.128.445	126.986
TUPÃ	4.706	7.738.524	384.998
IACRI	2.169	3.773.480	69.986
BASTOS	44	41.450	2.400
RINÓPOLIS	5.707	6.820.257	312.379
PARAPUÃ	3.309	4.209.232	182.480
SALMOURÃO	1.274	1.763.950	109.653
OSVALDO CRUZ	5.177	7.027.970	232.540
SAGRES	658	933.130	32.200
INÚBIA PAULISTA	1.208	1.904.730	148.750
LUCÉLIA	3.634	4.048.250	377.405
ADAMANTINA -	3.496	3.970.364	297.036
MARIÁPOLIS	1.224	1.380.700	10.370
FLÓRIDA PAULISTA	3.521	5.372.180	369.260
PACAEMBU	3.195	4.633.788	119.340
IRAPURU	1.769	3.514.335	80.047
FLORA RICA	235	292.640	8.220
JUNQUEIRÓPOLIS	1.973	7.234.332	306.071
DRACENA	3.023	5.018.791	144.842
TUPI PAULISTA	1.226	7.018.428	216.152
OURO VERDE	811	2.044.811	65.121
NOVA GUATAPORANGA	415	1.325.200	58.100
MONTE CASTELO	206	3.523.400	42.759
SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO	118	2.449.240	30.900
SANTA MERCEDES	191	2.125.694	47.160
PAULICÉIA	23	141.600	2.150
PANORAMA	36	864.820	25.000
TOTAL REGIÃO	85.812	127.667.605	9.456.204
TOTAL ESTADO	466.757	558.450.494	76.329.197
% REGIÃO/ESTADO	18,38	22,86	12,38

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário: São Paulo, 1970

TABELA 23

PRODUÇÃO DE CAFÉ NOS MUNICÍPIOS DA ALTA PAULISTA - 1980

MUNICÍPIOS	TOTAL PRODUÇÃO (t)	CAFEIROS EM PRODUÇÃO	CAFEIROS NOVOS
GARÇA	19.392	16.021.392	1.507.105
VERA CRUZ	5.797	5.185.974	594.288
ÁLVARO DE CARVALHO	4.372	2.860.600	171.200
JÚLIO DE MESQUITA	3.897	2.787.575	343.000
GUAIMBÉ	3.586	2.562.300	544.894
GETULINA	5.066	4.731.710	404.422
MARÍLIA	13.423	10.114.964	1.818.572
ORIENTE	1.869	1.121.603	105.150
POMPEIA	2.144	1.599.300	254.430
QUEIROZ	126	136.000	89.000
QUINTANA	671	648.550	114.200
HERCULÂNDIA	1.346	1.568.281	429.455
TUPÃ	6.607	8.201.945	1.214.380
IACRI	6.612	5.564.470	846.050
BASTOS	475	857.500	458.275
RINÓPOLIS	9.205	8.643.978	633.609
PARAPUÃ	6.684	6.967.540	956.790
SALMOURÃO	2.218	2.609.460	276.590
OSVALDO CRUZ	8.022	7.607.800	701.565
SAGRES	2.577	2.255.220	276.300
INÓBIA PAULISTA	2.860	1.825.852	304.978
LUCÉLIA	5.240	5.793.782	433.120
ADAMANTINA	5.310	6.443.212	627.510
MARIÁPOLIS	2.185	1.786.755	423.915
FLÓRIDA PAULISTA	6.874	7.060.725	394.030
PACAEMBU	7.037	5.896.110	823.393
IRAPURU	5.080	4.398.858	500.830
FLORA RICA	823	919.077	403.400
JUNQUEIRÓPOLIS	7.324	9.144.379	825.960
DRACENA	5.528	5.759.216	644.956
TUPI PAULISTA	6.111	6.651.350	657.005
OURO VERDE	3.536	2.964.400	460.520
NOVA GUATAPORANGA	2.213	1.584.200	124.234
MONTE CASTELO	3.975	4.063.655	852.885
SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO	2.362	2.711.590	134.755
SANTA MERCEDES	2.230	2.004.200	729.282
PAULICÉIA	99	115.945	76.960
PANORAMA	535	600.200	144.550
TOTAL REGIÃO	173.358	161.769.678	20.302.558
TOTAL ESTADO	793.870	832.783.592	184.739.435
% REGIÃO/ESTADO	21,83	19,42	10,90

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário: São Paulo, 1980.

dor da ocupação na região da Alta Paulista teve sua participação relativa na produção estadual paulatinamente ampliada: em 1950 a participação na produção foi de 14,57% e 30,09% para os cafeeiros novos; em 1970 a produção elevou-se para 18,38% diminuindo a participação dos cafeeiros novos para 12,38%; em 1980 representou 21,83% da produção enquanto os cafeeiros novos 10,90%, conforme pode ser constatado nas tabelas 22 e 23, apresentadas anteriormente.

Embora tenha havido uma diminuição em termos absolutos entre 1950 e 1970, a partir de então a produção volta a ser ampliada inclusive em termos de área ocupada. Assim de 151.166 ha em 1970 passa para 175.682 ha em 1980, o que significa a permanência da cultura cafeeira na região em tela.

Paralelamente à permanência da cultura cafeeira outras culturas como a cana-de-açúcar começam a ter destaque, principalmente na década de 1980. Esta cultura em 1970 produziu um total de 115.062 toneladas que representou 0,37% da produção estadual, ocupando uma área de apenas 4.117 ha. Em 1980 a produção elevou-se para 610.590 toneladas, representando 0,84% do total enquanto a área ocupada representou 13.769 ha. Em termos percentuais o aumento na produção significou mais de 500%, enquanto a área ocupada foi acrescida em mais de 200%. Se a área ocupada com o café, principal cultura na região foi ampliada, isto significou que a expansão da área ocupada pela cana-de-açúcar foi equivalente a área anteriormente destinada às culturas alimentares.

Com relação a pecuária não se verifica para a região aumento significativo em termos de área destinada às pastagens, nem tão pouco para o número efetivo de bovinos existentes. O efetivo de bovinos em 1970 representou 7,52% do total estadual e em 1980 7,53% o que em termos absolutos representou um acréscimo de 195.122 reses.

O destaque fica por conta da avicultura, produto da colonização nipônica. A avicultura na Alta Paulista, voltada basicamente para a produção de ovos, representou em 1970, 21,43% do total estadual. Deste percentual destaca-se

TABELA 24

PRODUÇÃO DE OVOS NOS MUNICÍPIOS DA ALTA PAULISTA 1970/1980

MUNICÍPIOS	1970		1980	
	EFETIVO DE AVES*	PRODUÇÃO DE OVOS(MIL DÚZ)	EFETIVO DE AVES*	PRODUÇÃO DE OVOS(MIL DÚZ)
GARÇA	46.719	189	125.327	429
VERA CRUZ	112.585	1.917	142.575	2.171
ÁLVARO DE CARVALHO	3.232	03	6.173	0
JÚLIO DE MESQUITA	38.830	455	30.206	310
GUAIMBÊ	226.206	1.640	211.830	1.702
GETULINA	176.428	1.466	256.532	1.483
MARÍLIA	248.417	2.310	681.028	5.297
ORIENTE	39.052	111	50.425	639
POMPÉIA	189.148	1.262	216.683	2.828
QUEIROZ	436	-	470	-
QUINTANA	21.201	64	36.107	627
HERCULÂNDIA	17.894	09	158.058	1.382
TUPÃ	405.004	3.454	285.093	3.447
IACRI	423.609	2.501	199.989	3.507
BASTOS	2.124.499	22.405	3.962.628	59.083
RINÓPOLIS	45.211	58	64.779	267
PARAPUÃ	239.591	1.949	601.052	4.033
SALMOURÃO	22.718	32	10.731	7
OSVALDO CRUZ	284.813	1.908	749.239	8.065
SAGRES	33.810	242	33.340	230
INÚBIA PAULISTA	22.400	134	31.114	362
LUCÉLIA	113.675	672	143.070	1.897
ADAMANTINA	98.554	549	167.125	1.533
MARIÁPOLIS	31.069	16	34.677	71
FLÓRIA PAULISTA	228.265	923	316.083	2.037
PACAEMBU	420.528	2.456	563.316	3.773
IRAPURU	155.907	1.007	156.150	1.893
FLORA RICA	38.469	107	15.380	187
JUNQUEIRÓPOLIS	276.237	825	271.735	1.403
DRACENA	118.641	317	190.737	1.938
TUPI PAULISTA	103.447	84	41.889	30
OURO VERDE	24.399	41	19.939	176
NOVA GUATAPORANGA	6.112	02	36.532	3
MONTE CASTELO	59.161	354	59.926	724
SÃO JOÃO DO PAU D'ALHO	12.450	14	12.232	19
SANTA MERCEDES	15.585	81	22.550	160
PAULICÉIA	10.307	05	410	0
PANORAMA	19.549	25	2.795	0
TOTAL REGIÃO	6.454.158	49.587	9.907.925	113.651
TOTAL ESTADO	50.208.370	231.293	97.042.829	495.017
% REGIÃO/ESTADO	12,85	21,43	10,20	22,95

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário: São Paulo, 1970, 1980.

* galos, galinhas, frangos, frangas e pintos

o município de Bastos que sozinho representou 9,68% do total estadual da produção de ovos. Em 1980 a participação da região ampliou-se para 22,95%. Bastos novamente mantém seu destaque contribuindo com 11,93%. Merece destaque também o município de Osvaldo Cruz que ampliou significativamente sua produção: em 1970 esta foi de 1.098 (em mil dúzias) representando 0,82% da produção estadual e em 1980 foi de 8.065 (mil dúzias) representando 1,62%, num estado que é o maior produtor do país (ver tabela número 24).

Este quadro de transformações no mundo rural expressa a subordinação da agricultura à acumulação industrial, manifesta no aumento da concentração da terra, na liberação da mão-de-obra rural, na transformação da propriedade agrícola em empresa agrícola e no desenvolvimento de outras atividades agropecuárias à exemplo da avicultura. Sendo assim, a agricultura, na Alta Paulista, continua a ser a atividade predominante combinando um subsetor para exportação através da produção do café e um subsetor voltado para a produção alimentar da população. Embora esta última já não seja destinada para outras regiões, sendo praticada para o auto-consumo e o pequeno excedente vendido aos centros urbanos da região, esta produção ainda cumpre seu papel de não elevar o custo da alimentação e da reprodução da população.

4.3. AS TRANSFORMAÇÕES DAS FUNÇÕES URBANAS

Se na década de 1950 a organização das atividades urbanas se fazia calcada no mercado produtor e consumidor rural que se constituía na maior parcela da população total, hoje não mais se verificam as mesmas funções urbanas nem tão pouco o predomínio do mesmo mercado sobre as atividades das cidades.

As modificações em termos do mercado consumidor podem ser apreciadas nas tabelas de número 16 e 17 apresentadas nas páginas 91 e 92 referente a população total, urbana e rural, que demonstram

o predomínio da população urbana na maioria dos municípios da Alta Paulista em 1970 e em 1980. Sendo assim, aquele grande mercado consumidor da década de 1950, a população rural que demandava uma série de atividades face aos seus respectivos núcleos urbanos, transformou-se, exigindo como consequência transformações nas funções urbanas.

A primeira das transformações dessas funções está no desaparecimento das serrarias. Estas progressivamente foram deixando de ser atividade importante tendo em vista que a partir da década de 1950 quase toda a região, à exceção do extremo oeste da Alta Paulista, estava efetivamente ocupada, o que significava o desmatamento quase completo da região. A razão de existir das serrarias na grande maioria dos núcleos urbanos havia desaparecido. Entretanto é preciso acrescentar que a existência das serrarias possibilitou a instalação em alguns centros urbanos de pequenas indústrias moveleiras como por exemplo em Tupã, Osvaldo Cruz e Adamantina e que continuaram suas atividades através da importação da principal matéria-prima, a madeira.

Referimo-nos anteriormente que a vida urbana nas frentes pioneiras começava pela instalação da função hoteleira, que se tornava extremamente importante para o desempenho da atividade imobiliária – a comercialização dos lotes rurais e urbanos. Todavia estes lotes rapidamente foram comercializados resultando em uma contínua diminuição do fluxo populacional que demandava à função hoteleira. Tal fluxo não se resumia apenas aos candidatos em potencial à compra de um lote, mas também à mão-de-obra que se deslocava em busca de melhores condições de trabalho – representada na época por melhores salários e pela permissão das culturas intercalares – bem como por uma parcela da população que intencionava instalar atividades de comércio ou prestação de serviços. A diminuição do fluxo populacional para a Alta Paulista resultou na diminuição da função hoteleira para a maioria das cidades da rede urbana de Marília.

Durante o início da ocupação na Alta Paulista, os

pequenos proprietários em sua grande maioria voltavam-se para a produção de alimentos como arroz, feijão, milho e matérias-primas como o algodão, além do café. Os dados já apresentados evidenciam tal fato. Diante da elevada produção agrícola, se fazia necessário a existência de atividades industriais que dessem suporte àquelas, como as máquinas de descascar arroz, descaroçar algodão e despolar café. Essa atividade industrial de beneficiamento da produção agrícola, localizadas nos centros urbanos, garantia a todos os pequenos produtores a venda de sua produção. Correspondia também a uma dimensão do processo de exploração da cidade sobre o campo a partir do momento que as unidades de beneficiamento foram transferidas para as cidades, pois até então, como ocorria em outras regiões paulistas povoadas anteriormente, estas estavam localizadas no interior das grandes propriedades produtoras de café.

Mas a atividade agrícola transformou-se. Sucessivamente o cultivo de produtos agrícolas alimentares foi cedendo lugar à atividade cafeeira resultando em uma diminuição acentuada dos primeiros. Desta forma as máquinas de beneficiamento de tais produtos progressivamente foram diminuindo já que não havia mais matéria-prima em quantidade para ser beneficiada. As máquinas de despolar café ainda estão presentes embora em número menor nos centros urbanos da rede de Marília, dado que a produção cafeeira ainda é a atividade predominante em grande parte dos municípios. Mas estas máquinas de beneficiamento não mantêm as mesmas características.

Em primeiro lugar, passaram por transformações técnicas, com renovação dos equipamentos, o que lhes proporciona maior rapidez e condições de beneficiar maiores volumes. A segunda grande diferença está nas próprias atividades desenvolvidas, ou seja, anteriormente estas unidades forneciam aos seus clientes além do beneficiamento, o armazenamento da produção até que fosse vendida. Entretanto, hoje a atividade de armazenagem reduziu-se acentuadamente pois o pequeno produtor ou vende a produção após a safra ou a armazena em ou-

tros locais – Cooperativas, armazéns da FEPASA – como forma de superar o compromisso com o maquinista que poderá não lhe oferecer o melhor preço.

Associa-se a este fato a instalação das cooperativas agrícolas nos municípios da Alta Paulista principalmente a partir da década de 1960 que contribuíram para a diminuição das atividades dos maquinistas: as cooperativas oferecem melhores condições ao produtor.

A terceira grande diferença das máquinas de beneficiamento está no fato de que estas não mais realizam empréstimos em dinheiro. Na região em tela os maquinistas, representantes do capital comercial, exerceram importante papel de financiadores dos pequenos produtores rurais que necessitavam de recursos para dar início ou continuidade à sua atividade produtiva. Isto se tornava possível pelo fato de ainda não haver se implantado em definitivo o sistema bancário em todos os centros da rede urbana. Sendo assim, o capital comercial desempenhou a função de financiador da produção agrícola, uma vez que o sistema bancário já instalado em alguns centros urbanos estava voltado principalmente ao fornecimento de empréstimos ao grande produtor.

Entretanto, a partir da década de 1950 a rede bancária disseminou-se pela Alta Paulista, e em função de empréstimos baseados em baixas taxas de juros e voltados ao pequeno produtor, deixa de existir a necessidade do capital comercial financiar a produção. Sendo assim, a subordinação do pequeno e médio produtor ao capital financeiro gradativamente foi se efetivando na Alta Paulista.

Associada às transformações da produção agrícola, outra função que teve muito destaque na região em estudo também passou a desaparecer. Trata-se da coleta e re-expedição da produção realizada por um grande número de agentes. Estes agentes comprando ou realizando intermediação entre produtores e consumidores faziam as ligações entre o oeste paulista e a urbanização e industrialização na porção leste do terri-

tório paulista. A partir do momento que a produção alimentar e de matérias-primas começou a declinar, os agentes também diminuíram suas atividades, uma vez que não há mais produção significativa para ser comercializada pela cidade.

Vimos que o transporte na Alta Paulista constituiu-se desde o princípio em uma atividade urbana, na qual o transporte rodoviário antecedeu ao ferroviário. Mesmo após a ferrovia ter estendido seus trilhos até o extremo oeste da região, o transporte rodoviário continuou a ser predominante e foi fortemente estimulado a partir da década de 1960 quando o principal eixo rodoviário, a SP 290 - Comandante João Ribeiro de Barros - foi totalmente pavimentado. Isto possibilitou à região ligações inter e intra-regionais muito mais rápidas e garantiu a continuidade desta função urbana.

As indústrias por sua vez, implantadas na região a partir do desenvolvimento algodoeiro, constituindo-se em um desdobramento das relações imediatas entre cidade e campo e que se articulavam ao processo geral da industrialização por multiplicarem as possibilidades de inversão de excedentes na transformação de produtos agrícolas, diminuíram suas atividades.

O algodão começou a ter sua produção e área diminuída a partir da década de 1960 o que impediu as indústrias como Anderson Clayton, SANBRA e Matarazzo de darem prosseguimento às suas atividades de produção de óleos vegetais. Entretanto, uma outra matéria-prima veio a substituir o algodão: o amendoim. Este, desde a década de 1950 começou a se destacar na Alta Paulista atingindo nas décadas subsequentes elevada produção. Mas ao passo que esta matéria-prima se estabilizava, novas matérias-primas para a produção de óleos vegetais eram desenvolvidas, como por exemplo, a soja. Isto implicou no deslocamento parcial das indústrias para as áreas de sua produção, fora da região da Alta Paulista.

Embora tais modificações estejam relacionadas principalmente à cidade de Marília, principal centro industrial

regional, verifica-se que novas indústrias ligadas à produção de óleos vegetais se instalaram na região. É o caso da GRANOL Indústria, Comércio, Exportação S.A. com unidades de beneficiamento em Osvaldo Cruz, Tupã, Junqueirópolis, Lucélia e Pacaembu. Tal indústria tem como matéria-prima a soja, obtida junto às áreas de produção como na região de Assis, no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Por outro lado, as cidades desempenham funções como o comércio atacadista e varejista e a prestação de serviços. Na década de 1950, como já foi salientado, estas funções estavam prioritariamente voltadas para o seu principal mercado consumidor que era a população rural.

O comércio atacadista e varejista visavam, naquele momento, suprir as necessidades de produtos indispensáveis à vida da população e eram representados sobretudo pelos armazéns de secos e molhados. Mas esta função urbana passou por transformações. A primeira delas está no mercado consumidor principal que desde a década de 1970 passou a ser o urbano, dado o êxodo rural. Com relação ao comércio atacadista, este gradativamente foi perdendo importância tanto pela redução da população rural como pelo fato de que a citada população desloca-se continuamente ao núcleo urbano para satisfação de suas necessidades, o que foi possível graças a melhoria do sistema de transporte e do padrão de consumo.

A segunda transformação está na própria diminuição do número de armazéns de secos e molhados que foram paulatinamente substituídos pelos supermercados⁹³. Estes começaram a se implantar de forma efetiva a partir da década de 1970, que corresponde ao período de transformações em termos de mercado consumidor. Entretanto, os supermercados não se implantaram em todas as cidades da rede urbana, mas somente naquelas com maior grau hierárquico, ou seja, nos centros locais estes não se fazem, regra geral, presentes. Neles ainda predominam os armazéns, empórios, mercearias com características que, muitas vezes, os aproximam do circuito inferior; a prática da caderneta de contas à pagar ainda está presen-

te. Tal fato está relacionado fundamentalmente a questão do nível de renda da população, que à primeira vista não comporta a implantação de supermercados pois não dispõe em geral de salários compatíveis com pagamentos à vista, nem tão pouco veículos para o transporte da mercadoria adquirida. Acrescesse a isto, o fato dos centros locais possuírem pequena população total, conseqüentemente pequeno mercado consumidor. Entretanto, aquela parcela da população dos centros locais com maior poder aquisitivo desloca-se aos centros urbanos onde estão presentes os supermercados para efetuarem suas compras.

Mas nas cidades com maior grau hierárquico os armazéns de secos e molhados cederam lugar aos supermercados, podendo este último ser uma evolução do primeiro.

Se o comércio varejista da década de 1950 de uma maneira geral para a rede urbana se resumia além do já citado comércio de gêneros alimentícios, na presença dos bazeres e das lojas de armarinhos, hoje encontram-se gêneros comerciais muito mais variados. Aparecem os comércios especializados como os representantes de máquinas e implementos agrícolas, de sementes e produtos químicos para a agricultura, de revenda de veículos, de comércio de artigos importados, dentre outros. Semelhante ao que aconteceu para o comércio de gêneros alimentícios, a implantação de tais gêneros comerciais se deu preferencialmente nos centros que comportavam um mercado consumidor maior e com maior nível de renda.

Quanto aos serviços prestados observam-se transformações quantitativas e qualitativas. Em primeiro lugar, os serviços oferecidos quantitativamente foram ampliados, sendo os municípios da Alta Paulista servidos por estabelecimentos e unidades de educação, saúde, saneamento, comunicação, energia, administração pública em nível municipal, estadual e federal. Qualitativamente os serviços foram melhorados, como por exemplo na saúde, com implantação de clínicas especializadas; na educação além do ensino de 1º e 2º graus, foram implantadas instituições de nível superior em Marília, Tupã,

Lucélia, Adamantina e Dracena. Da mesma forma que as demais funções urbanas, estas não aconteceram para todo o conjunto de municípios: os serviços especializados foram implantados nos centros de maior nível hierárquico enquanto os serviços de infra-estrutura por exemplo estão presentes em todos os centros urbanos.

Verificam-se ainda outras transformações, como por exemplo o grande desenvolvimento da atividade imobiliária implantando loteamentos urbanos, construindo, por exemplo, edifícios residenciais e comerciais com até 17 andares. O desenvolvimento desta atividade não ocorre somente nas cidades de Marília e Tupã, principais centros da região, mas também nas cidades de Osvaldo Cruz, Lucélia, Adamantina e Dracena. Além de atuarem construtoras de origem extra-regional, atuam também aquelas de origem regional e local como por exemplo a Construtora Campoy S.A. de Osvaldo Cruz, responsável pela construção de três edifícios na referida cidade.

Tais transformações expressam o caráter que a sociedade urbano-industrial passou a adquirir a partir da implantação de uma nova dinâmica de acumulação de capital assentada sobretudo na industrialização pesada. As alterações na estrutura produtiva industrial exigiram mudanças correlatas no mundo rural, que passou a ser crescentemente subordinado à acumulação industrial através do desenvolvimento de segmentos de bens de produção voltados para o setor agrícola. Este passou a assumir traços cada vez mais de tecnificação e quimificação, resultando no incremento da produtividade do trabalho e da produção, possibilitando a incorporação de novas culturas bem como transformações nas relações de trabalho. E na Alta Paulista, como em outras regiões, à medida que avançavam as modernizações agrícolas o impacto destas repercutem diretamente sobre as cidades. Crescentemente a mão-de-obra rural urbaniza-se; alteram-se os hábitos de alimentação e consumo. O terciário das cidades⁹⁴ se desenvolve incorporando novos requisitos nas formas de comercialização, de financiamento, ao mesmo tempo em que se ampliam as necessidades de transporte, armazenagem, comunicação, etc.

Correlatas a estas mudanças alteram-se o comércio de mercadorias, as atividades sociais e os serviços prestados, posto que as novas formas de comercialização e consumo vinculados à crescente massificação e mudanças nos hábitos alimentares intensificam-se. Entretanto, tais mudanças não se manifestam nem simultaneamente nem igualmente por todos os municípios da rede urbana, estando pois as diferenças vinculadas à própria dinâmica interna regional e ao peso das cidades na própria rede urbana.

Sendo assim, a complexidade assumida pela urbanização na Alta Paulista, bem como em outras regiões, torna-se sinônimo de diferenciação do trabalho social, com novos padrões da divisão do trabalho entre campo e cidade e entre estas.

4.4. AS NOVAS INTERAÇÕES ESPACIAIS

As interações espaciais desenvolvidas hoje na Alta Paulista são muito mais complexas, resultado das próprias transformações anteriormente citadas. Esta complexidade é correspondente à uma economia de mercado, na qual a atividade industrial moderna está presente, desempenhando o papel de motor da economia em geral.

À nível mais local as interações ocorrem entre a população rural e seu respectivo núcleo urbano; as primeiras demandas às cidades para satisfazerem suas necessidades de consumo. Diferentemente do que ocorria na década de 1950, estas ligações locais não expressam apenas o nível de renda que as obrigue a se abastecerem única e exclusivamente no centro urbano mais próximo, via de regra, a sede municipal. As transformações ocorridas nos meios de transporte, de comunicação, nos hábitos alimentares e de consumo, associados ao nível de renda, possibilitam que esta população possa satisfazer suas necessidades em outros centros urbanos regionais ou então na própria capital paulista. Neste

contexto, as ligações de um centro urbano com os demais da rede urbana concretizam-se num primeiro momento através do comércio e dos serviços.

Uma segunda forma das ligações se efetuarem é através da circulação de mercadorias. Se na década de 1950, o fluxo estabelecia-se principalmente com o envio de produtos agrícolas da região para outras regiões e cidades extra-regionais, em destaque a capital estadual, que em contrapartida enviava uma gama multivariada de produtos industriais, hoje as ligações são diferenciadas.

O fluxo de produtos agrícolas, sobretudo o café, é direcionado para Santos e através de seu porto é destinada à exportação ou consumo interno. Não mais se verifica o envio de outros produtos como arroz, feijão, milho para São Paulo, tendo em vista as transformações na agricultura. Por outro lado, a capital paulista fornecia produtos industrializados que através de atacadistas localizados em Tupã e Marília redistribuíam às demais cidades localizadas à oeste. Este mecanismo, embora ainda existente, não mais predomina, pois os supermercados da região passaram a abastecer-se diretamente nas indústrias localizadas na Grande São Paulo, ou através de grandes atacadistas que por comercializarem grandes quantidades podem oferecer melhores preços. Estes atacadistas estão localizados sobretudo na Grande São Paulo.

Entretando, além deste fluxo de mercadorias, existe outro de produtos industriais que vão da Alta Paulista em direção a Grande São Paulo. São por exemplo, as indústrias de óleos vegetais e de móveis estofados que tem na referida metrópole seu principal mercado consumidor.

A rede bancária estabelecida na Alta Paulista constituiu-se em outro mecanismo através do qual se realizam as ligações. Tal mecanismo continua a ser o meio pelo qual drena-se a mais valia da região, que contribui para transformar o capital agrícola em outros capitais como por exemplo o industrial. Mas é preciso acrescentar que parte de mais valia

permanece na própria região. Isto pode ser observado com maior clareza nos centros urbanos com grau hierárquico de centro de zona e centro sub-regional, onde constantemente vê-se surgir novos empreendimentos com capitais locais. É o caso, por exemplo, de hotel de três estrelas surgidos em Osvaldo Cruz, assim como de indústrias em Adamantina e, até mesmo nos centros locais como em Salmourão através da implantação de um frigorífico.

Há que se acrescentar também, que parcela de mais valia é direcionada a outras atividades como a pecuária, através da compra de propriedades localizadas sobretudo no Mato Grosso do Sul e no Norte do Paraná, com vistas à criação de gado para corte. Este tem seu principal mercado consumidor nos frigoríficos da Alta Sorocabana destacando-se o Kaiowa e o Bordon.

Estas ligações continuam a ser garantidas pelo transporte rodoviário que a cada dia na Alta Paulista torna-se mais eficiente com contínuas pavimentações de estradas secundárias e com aumento das ligações intra e inter-regionais.

N O T A S

- ¹ Cf. OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Petrópolis: Vozes, 1987, p.14, é a "Revolução de 1930 que marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtora de base urbano-industrial".
- ² HOLLOWAY, Thomas. Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934. (Tradução por Eglê Malheiros). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p.62.
Antes de 1871, algumas tentativas já haviam sido feitas como as do Senador Nicolau Vergueiro que introduziu em sua fazenda de Ibicaba famílias de alemães, suíços, portugueses e belgas em 1847/57.
Para maiores informações, ver:
PRADO Jr., Caio. História Econômica do Brasil. 36. ed., São Paulo: Brasiliense, 1988.
MOBEIG, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. (Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva). São Paulo: Hucitec - Polis, 1984.
- ³ MAMIGONIAN, Armen. O Processo de Industrialização em São Paulo. In: Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, nº 50, 1976. p.90.
- ⁴ SAES, Flávio Azevedo. As ferrovias de São Paulo: 1870-1940. São Paulo: Hucitec/INL/MEC, 1981. p.20.
- ⁵ HOLLOWAY, Thomas. Op Cit., p.22.
- ⁶ SAES, Flávio Azevedo. Op Cit., p.22.
- ⁷ Cf. MAMIGONIAN, Armen. Op Cit., p.86.
- ⁸ OHTAKE, Maria Flora Gonçalves. O Processo de Urbanização em São Paulo: Dois Momentos, Duas Faces. São Paulo, 1982. (Dissertação de Mestrado). p.34.
- ⁹ Ibid. p.15-36.

- 10 STOLCKE, Verena. Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980). (Tradução de Denise Bottmann e João R. Martins Filho). São Paulo: Brasiliense, 1986, p.59.
- 11 Ibid.,p.61.
- 12 Ibid.,p.62.
- 13 HOLLOWAY, Thomas. Op cit., p.119.
- 14 Para maiores informações sobre o processo de acúmulo de capital por parte dos colonos, vejam-se dentre outros:
HOLLOWAY, Thomas. Op cit.
MONBEIG, Pierre. Op cit.
ALVIN, Zuleika M. F. Brava gente! Os italianos em São Paulo, 1870-1920. 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 1986.
- 15 PRADO Jr., Caio. História Econômica do Brasil. 36.ed., São Paulo: Brasiliense, 1988. p.214-215.
- 16 TARTAGLIA, José Carlos, OLIVEIRA, Osvaldo Luz de. Agricultura paulista e sua dinâmica regional: 1920-1980.Relatório de Pesquisa: A interiorização do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo (convênio SEPLAN/FECAMP). UNICAMP, 1987, p.2.
- 17 PRADO Jr., Caio. Op cit., p.210-211.
- 18 MAMIGONIAN, Armen. Op cit., p.83.
- 19 Ibid.,p.91.
- 20 Ibid.,p.93.
- 21 Ibid., p.93, apud DEMANGEON, 1921.
- 22 Ibid., p.94.

- 25 ABREU, Dióres Santos. Formação histórica de uma cidade pioneira: Presidente Prudente. Presidente Prudente, F.FCLP.P, 1972, p.42.
- 24 MONBEIG, Pierre. Op cit., p.195-196.
- 25 DEBES, Célio. A Caminho do Oeste (História da Companhia Paulista de Estrada de Ferro). Edição Comemorativa do Centenário da Companhia Paulista de Estrada de Ferro. São Paulo: Ind. Gráfica Bentivegna Editora Ltda., 1968. p.91-117.
- 26 SAES, Flávio A. Op cit., p.29.
- 27 ABREU, Dióres Santos. Op cit., p.41.
- 28 MONBEIG, Pierre. Op cit., p.197-200.
- 29 Ibid.,p.193.
- 30 Ibid.,p.230.
- 31 Informações obtidas em entrevista com o Sr. José Alvarenga (morador antigo de Osvaldo Cruz) em 04/06/89.
- 32 STOLCKE, Verena. Op cit., p.122-123.
- 33 Ibid.,p.127.
- 34 OSVALDO CRUZ. Edição d"O Trabalho" Comemorativa ao 10º Aniversário da Cidade. 1951. sem paginação.
- 35 Parenteses nossos.
- 36 MONBEIG, Pierre, Op Cit., p.212.
- 37 OHTAKE, Maria Flora Gonçalves. Op cit., p.54.

- 38 Ibid.,p.54.
- 39 MONBEIG, Pierre. Op cit., p.221-222.
- 40 CARNEIRO, Honório de Souza. A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. 1928-1961). (Dissertação de Mestrado apresentada à Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo). São Paulo, 1985. p.11.
- 41 Ibid.,p.11.
- 42 Ibid.,p.12.
- 43 A utilização de dados para a maioria dos municípios da Alta Paulista só é possível a partir de 1950 pois até então a maioria figurava como distrito.
- 44 MONBEIG, Pierre. Op cit., p.151.
- 45 OHTAKE, M.F.G. Op cit., p.58.
- 46 A exposição que segue está em grande parte apoiada em:
MONBEIG, Pierre. Op. cit.
OHTAKE, M.F.G. Op cit.
- 47 OHTAKE. M.F.G. Op cit., p.60.
- 48 Ibid.,p.60.
- 49 MONBEIG, Pierre. Op cit., p.280-281.
- 50 OHTAKE, M.F.G. Op cit., p.65.
- 51 Ibid.,p.65.
- 52 MONBEIG, Pierre. Op cit., p.280-291.
- 53 Ibid.,p.290.

- 54 OHTAKE, M.F.G. Op cit., p.68.
- 55 MONBEIG, Pierre. Op cit., p.339.
- 56 SANTOS, Milton. Pensando o espaço do homem. 2. ed., São Paulo: Hucitec, 1986, p.37.
- 57 SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985. p.49.
- 58 Ibid., p.50.
- 59 LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. (Tradução por T.C. Netto) São Paulo: Documentos, 1969. p.83.
- 60 Ibid., p.83.
- 61 CORRÊA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. 2. ed., São Paulo: Ática, 1987, p.77.
- 62 SANTOS, Milton. Espaço e método ... p.52.
- 63 Idem, p.57.
- 64 Idem, p.57-58.
- 65 CORRÊA, Roberto Lobato. A rede urbana. São Paulo: Ática, 1989. p.8.
- 66 Ibid., p.87.
- 67 Ibid., p.70 e 71.
- 68 CHRISTALLER, Walter. Central Places in Southern Germany. (Tradução do alemão por Carlisto Baskin). Englewood cliffs, Prentice Hall INC, 1966.
- 69 CORRÊA, Roberto Lobato. A rede urbana ... p.30.

- 70 Sobre a questão da aplicação da Teoria das Localidades Centrais no Brasil e a identificação da rede urbana de Marília, veja-se:
CORRÊA, Roberto Lobato (coordenador). Regiões de Influência das Cidades. Rio de Janeiro: IBGE-MHU, 1987.
AZEVEDO, Lília M.P. de e CARDOSO, Maria F.T.C. Rede de Localidades Centrais: uma tipologia aplicada ao Brasil. In: RBG, Rio de Janeiro, 44(4)639-675, out./dez., 1982.
- 71 SANTOS, Milton. A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. (Tradução por Antonia de Dêa Erdens e Maria Auxiliadora da Silva). 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1982. p.99.
- 72 SANTOS, Milton. Espaço e sociedade: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982, pp.69-75.
- 73 Ibidem, p.71.
- 74 MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo ... p.359.
- 75 Ibidem, p.111.
- 76 OHTAKE, Maria Flora Gonçalves. O processo de urbanização em São Paulo: dois momentos, duas faces ... p.78
- 77 MONBEIG, Pierre. Op cit., p.224.
- 78 Ibidem, p.225.
- 79 OHTAKE, Maria F. Gonçalves. Op cit., p.79-80.
- 80 Cf. SANTOS, Milton. Pensando o espaço do homem... p.37.
- 81 OLIVEIRA, Francisco de. Economia brasileira: crítica à razão dualista. São Paulo: Brasiliense, 1977. p.11.
- 82 Cf. MAMIGONIAN, Armen. Op Cit., p.97.

- 83 Para uma consulta detalhada acerca da interpretação da economia brasileira através dos ciclos longos ou Koudratieff e ciclos curtos ou Juglar, ver:
- RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. Revista de Economia Política. Brasiliense, vol. 1, n.4, - out/dez. 1981.
 - _____ . Economia: milagre e ante-milagre. 2. ed., Rio de Janeiro; Jorge Zahar Editor, 1986.
- Sobre o assunto, ver ainda:
- MAMIGONIAN, Armen. Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel. Geosul. Florianópolis: Editora da UFSC, n.3, ano 3, 1987.
- 84 OHTAKE, Maria Flora Gonçalves. Op Cit., p.174.
- 85 RANGEL, Ignácio. Economia: milagre e anti-milagre. 2. ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986. p.45.
- 86 OLIVEIRA, Francisco de. Op Cit., p.15.
- 87 Ibid., p.87.
- 88 TRATAGLIA, José C. e OLIVEIRA, Osvaldo L. Op Cit., p.48.
- 89 Ibid., p.48.
- 90 Sobre este assunto, veja-se, dentre outros:
- GRAZIANO DA SILVA, José. Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981.
- 91 TARTAGLIA, L.C. e OLIVEIRA, O.L. Op Cit., p.50,52.
- 92 SANTOS, Milton. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- 93 PINTANDI, Silvana Maria. Op Cit.
- 94 NEGRI, Barjas; GONÇALVES, Maria Flora; CANO, Wilson. O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980). Relatório da Pesquisa: A interiorização do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo. (Convênio SEPLAN/FECAMP). UNICAMP, 1987.

III - OSVALDO CRUZ E INÚBIA PAULISTA EM 1950

- A PLENITUDE DAS RELAÇÕES FUNÇÕES-FORMA

1. A GÊNESE DAS CIDADES

1.1. A ATUAÇÃO DOS AGENTES DE VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

É no contexto de uma intensa especulação fundiária praticada pelos proprietários das terras que se deu a valorização do território de Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista. Os agentes desta valorização eram proprietários de terras que em parte atuaram através de loteamentos visando pequenos e médios estabelecimentos rurais, bem como lotes urbanos. Para o loteamento de Osvaldo Cruz foi criada a Colonização Alta Paulista, empresa especialmente constituída para tal fim, enquanto para Inúbia Paulista os trabalhos foram feitos à cargo dos proprietários das terras, tendo sido estes os responsáveis diretos pelo empreendimento, sem a constituição formal de uma empresa. Vejamos como se deu o processo em Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista.

As terras que compõem o município de Osvaldo Cruz pertenciam outrora a duas vastas glebas denominadas Fazenda Guataporanga e Fazenda Monte Alegre, localizadas respectivamente ao norte e ao sul do espigão divisor da bacia hidrográfica dos rios Peixe e Aguapeí¹.

Através de um longo processo de especulação e valorização fundiária que se iniciou durante a década de 1840, verificaram-se sucessivas divisões de terra, originando as fazendas acima indicadas. Neste processo a terra passou para

as mãos de especuladores e loteadores que extrairam da terra uma renda resultante da especulação. Estes especuladores eram representantes da oligarquia fundiária paulista, de comerciantes de exportação e importação, de industriais, de profissionais liberais enriquecidos e de políticos.

As fazendas Monte Alegre de 5.000 alqueires e a Fazenda Guataporanga de 13.940 alqueires constituíam o então domínio territorial do município de Osvaldo Cruz que era de 18.940 alqueires, ou seja, 45.456 ha. Esta ampla gleba veio mais tarde a ser subdividida dando origem ao que hoje corresponde a área territorial dos municípios de Osvaldo Cruz, Salmourão e aproximadamente metade do município de Inúbia Paulista.

A origem do atual município de Osvaldo Cruz deve-se a um homem, Max Wirth, suíço, que veio ao Brasil pela primeira vez em 1898 instalando-se em Pederneiras. Aí permaneceu cinco anos desenvolvendo atividades junto à uma máquina de beneficiamento de arroz e arrendando terras para a produção cafeeira. Retornando à Suíça em 1902 desenvolveu atividades junto à indústria têxtil de propriedade da família em Dietfurt, indústria esta que após a venda em 1920 rendeu capital à Max Wirth para retornar definitivamente ao Brasil e iniciar a compra de vastas extensões de terras no oeste paulista que superaram 60.000 alqueires, ou seja, 144.000 ha².

As glebas adquiridas no Oeste Paulista localizavam-se principalmente na região da Noroeste e Alta Paulista. Adquiriu também terras no Norte do Paraná a partir de meados da década de 30. Além de latifundiário e produtor especialmente de café, algodão e cereais, tornou-se industrial tendo sido

"... um dos maiores acionistas do Leite Vigor em São Paulo, possuía fábrica de óleo no estado do Paraná, fábricas de amidos no sul do Brasil - Itajaí, SC; Rio do Sul, SC; Ibirama, SC; Tubarão, SC, e Imbituba, SC - além de indústria algodoeira e cafeeira"³.

Foi também comerciante de exportação e importação sendo proprietário da Max Wirth S.A. Comissária e Mercantil com matriz em Santos e filiais em Osvaldo Cruz e Adamantina. Era portanto, um capitalista com investimentos nos mais variados ramos, incluindo-se também a especulação fundiária tendo sido, o agente responsável pela valorização do território em Osvaldo Cruz.

Adquiridas as glebas iniciou suas atividades agrícolas com vistas à produção cafeeira em terras próximas ao atual município de Valparaíso na região da Noroeste; entretanto, foram interrompidas diante do surto de malária que alastrou-se pelo vale do rio Tietê em 1921⁴. Após tal tentativa direcionou suas atividades agrícolas para outras glebas onde a ocupação era mais intensa, como em Lins e Cafelândia, ambas na Noroeste e em Oriente na região da Alta Paulista. Cabe frisar que em 1921 quando da tentativa da ocupação em Valparaíso, a região da Noroeste já era servida pela estrada de ferro, embora a ocupação fosse ainda um tanto rarefeita.

Neste contexto, as glebas Guataporanga e Monte Alegre permaneceram intactas até o final da década de 1930 quando então as frentes pioneiras atingiram efetivamente a área. A estrada de rodagem que liga Tupã à Adamantina já havia sido construída pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro o que garantia as ligações, além do que já estava prevista a expansão dos trilhos da referida companhia. Outros núcleos urbanos já haviam sido fundados como Canaã, atual cidade de Parapuã, e Lucélia.

As terras já estavam fortemente valorizadas em função da elevada procura pelos ex-colonos que com seus poucos recursos aspiravam à condição de pequenos produtores rurais. A partir de então, o proprietário das glebas inicia suas atividades visando dar início ao loteamento das mesmas.

Para tanto, em 1938 e 1939 tem-se início os levantamentos topográficos para a efetiva demarcação das terras e

subdivisão das mesmas em lotes. Em 1940 é constituída a empresa Colonização Alta Paulista, com sede em Oriente junto à Fazenda Paredão de propriedade de Max Wirth. Esta empresa foi a responsável por todos os trabalhos necessários para o empreendimento desde a execução da planta urbana do futuro patrimônio até a venda dos lotes. Contava para isto com todo apoio técnico necessário de engenheiros, agrônomos, topógrafos, tendo sido Hans August Schweizer, Hans Klotz, Arno Kiefer, Yutaka Abe, Ernest Mellan, Walter Schiller seus principais funcionários⁵.

No mesmo ano em que a Colonização Alta Paulista foi constituída, 1940, tiveram início os trabalhos de venda dos lotes, tendo sido previamente preparado um programa de vendas constituído por cartazes, publicidade nas rádios e contratação de vendedores. Por todo o estado de São Paulo iniciaram-se as vendas dos lotes rurais e urbanos, antes mesmo do patrimônio ter sido fundado, embora já estivesse previsto.

De todas as técnicas utilizadas para a venda dos lotes a mais eficiente foi a do vendedor ou agenciador que percorria grandes regiões como a Noroeste, Araraquarense e Alta Sorocabana à procura de compradores. Estes vendedores não resumiam seus trabalhos apenas aos centros urbanos das referidas regiões; mas percorriam também as fazendas visitando as "colônias" de trabalhadores, oferecendo-lhes lotes e todos os esclarecimentos necessários a respeito da localização, meios de transporte, hospedagem, cidade, preços e condições de pagamento.

"Em 1941 apareceu um tal de Valdemar Pio de Oliveira que era um agente de venda na minha casa lá no córrego da Onça e pediu para que eu ajeitasse as coisas para que meu sogro comprasse um lote. Viemos para cá ver as terras no próprio carro do Valdemar e dormimos no Hotel Califórnia. Vimos as terras mas

meu sogro não fechou negócio na hora. Voltamos para casa e depois o Valdemar foi em casa e disse ao meu sogro que fechava o negócio por Um Conto e Cem Mil Rêis o alqueire. Meu sogro foi a Taquaritinga e fechou o negócio de 30 alqueires" (L.M.)

Rapidamente a maior parte dos lotes foi vendido. Embora a atuação dos vendedores tenha se dado por todo o estado de São Paulo, a maior parte dos novos proprietários rurais vieram da região da Noroeste, Alta Araraquarense e da própria Alta Paulista, prioritariamente dos municípios de Garça, Vera Cruz, Pompéia e Marília, nos quais a ocupação se fazia há aproximadamente duas décadas. Eram marcadamente de origem italiana, portuguesa, espanhola e japonesa, em sua maior parte ex-colonos do café que estavam adquirindo seu primeiro lote ou então ex-colonos que já possuíam pequenas propriedades e as vendiam para adquirir outra com área maior, além de meeiros e parceiros⁶. Os nordestinos, por sua vez, que afluíram à região, localizaram-se preferencialmente em Vila Drumond, atual município de Sagres, cuja área na época estava sendo loteada por uma empresa estrangeira denominada Boston Cattle, dedicando-se principalmente à cotonicultura (J.A.).

Quando do início das vendas o alqueire, ou 2,4 ha era comercializado à razão de um conto de réis, mas este preço rapidamente aumentou atingindo em 1946 a cifra de Cr\$ 5.000,00 o alqueire, enquanto os lotes urbanos, que variavam de um conto e duzentos à um conto e seiscentos mil réis, passaram a ser vendidos, em pleno centro da cidade por até Cr\$ 150.000,00 em outubro de 1946⁷.

É preciso que se acrescente que embora em aproximadamente cinco anos a grande maioria dos lotes rurais e urbanos tivesse sido vendida, a revenda dos mesmos ocorria aceleradamente, refletindo a intensa especulação fundiária. A revenda dos lotes ocorria pelos mais variados motivos. O fato

do proprietário não ter se habituado ao local era um deles. A atração que as terras roxas do Norte do Paraná exerciam era outro; e finalmente a especulação, ou seja, entre os compradores existiam aqueles que eram profissionais liberais enriquecidos em outras regiões, que adquiriam terras visando apenas a valorização e a revenda mais tarde, quando então auferiam grandes rendas.

Entretanto, o processo de venda posto em prática pela Colonização Alta Paulista, possibilitava que muitos ex-colonos adquirissem suas terras através de pagamentos parcelados. As vendas à vista não eram infrequentes, mas predominavam aquelas à prazo com uma parcela no ato do fechamento do contrato e o valor restante subdividido em duas ou três prestações anuais sem a cobrança de juros⁸. O pagamento das prestações era realizado normalmente após a venda das safras que no princípio eram de arroz, feijão e algodão.

Da área total da gleba, 45.456 ha, cerca de 86% da mesma foi objeto de loteamento e os 14% restantes foram reservados ao proprietário para abertura de suas próprias fazendas. Estas que atingem cerca de 6.500 ha estão localizadas no atual município de Inúbia Paulista que fora desmembrados do município de Osvaldo Cruz.

Em Inúbia Paulista o processo de valorização das terras se deu de maneira diferente do ocorrido em Osvaldo Cruz. Em primeiro lugar, as terras que compõem o domínio territorial do município não pertenciam a um único proprietário, ou seja não correspondiam a apenas uma gleba.

As terras que estão localizadas ao norte do espigão divisor da bacia hidrográfica do Peixe-Aguapeí pertenciam a Max Wirth e eram parte integrante da gleba Guataporanga adquirida pelo mesmo em 1921. Estas terras que somam cerca de 6.500 ha não foram objeto de loteamento, sendo pois, reserva pessoal que se constituiu em fazendas da família. Com relação as terras que estão localizadas ao sul do espigão, não

se tem informações completas de todos os proprietários.

Parcela das terras ao sul do já citado espigão correspondia outrora ao vasto domínio da gleba Monte Alegre da qual foi vendida ao Dr. João Zeferino Velloso uma propriedade de 1.055,16 ha. Após sua morte e com o inventário realizado, as terras passaram a pertencer em comum ao Desembargador Pedro Rodovalho Marcondes Chaves, Maria Hortência Velloso Chaves, Dr. Augusto Ferreira Velloso, Alice Martinez Velloso, José Ferreira Velloso, Alfredo Augusto Santos Roos, Maria Clementina Velloso Roos, Hélio Velloso de Andrade e Beatriz Ferreira de Carvalho Andrade. Tais proprietários em 06 de setembro de 1941 venderam toda a propriedade a Keisku Tanabe⁹. Este tornou-se o principal agente para a valorização das terras em Inúbia Paulista.

Após a compra das terras, Keisku Tanabe iniciou loteamento de 736,8 ha reservando para si 318,36 ha para constituição de sua propriedade. Para a realização do loteamento, entretanto, não se constituiu nenhuma empresa estando os trabalhos aos cuidados diretos do proprietário.

As terras que foram objetos do loteamento foram subdivididas em 22 parcelas cujas áreas variavam de 7,2 a 117,6 ha. Importa assinalar que de todos os compradores 15 eram de origem nipônica. Acresce-se a estas terras outra propriedade de 480 ha pertencente a Kaiti Fugita, da qual 240 ha foram objetos de loteamento (M.M.).

Com relação às terras restantes que compõem o município de Inúbia Paulista, sua origem está vinculada diretamente a Lucélia já que o primeiro foi até 1958 seu distrito. Neste contexto, a parcela restante das terras teve como um dos agentes de valorização do território o Sr. Luiz Ferraz Mesquita que era o principal proprietário destas terras que foram objeto de loteamento num processo similar ao que ocorreu em Osvaldo Cruz.

Cabe ressaltar que antes do início da ocupação das terras em Inúbia Paulista, o que se deu a partir do início da década de 1940, já haviam nela se fixado alguns pioneiros japoneses. Estes eram da Alta Sorocabana e por picadas abertas a partir de Presidente Prudente demandavam à Lucélia no início da década de 1930, mas acabaram estabelecendo-se no que hoje corresponde ao domínio territorial de Inúbia Paulista. É por esta razão que oficialmente cabe ao Sr. Kano Ueji, um dos pioneiros, a atribuição de fundador da cidade. Porém, os reais responsáveis por tal ato foram Keisku Tanabe, Keiji Muramatsu, Sedano Otani, Sr. Ide e Sr. Namussi (M.M. e S.F.).

Apesar de poucas informações relativas ao empreendimento loteador de Inúbia Paulista, observa-se que tanto no referido município como em Osvaldo Cruz, a valorização das terras se deu a partir da expansão das frentes pioneiras. Os loteamentos eram a garantia da obtenção de rendas através da venda de pequenos lotes, dada a existência de uma camada potencialmente compradora representada fundamentalmente pelos ex-colonos, arrendatários, parceiros e profissionais liberais enriquecidos. A venda de grandes lotes tornava-se difícil tendo em vista que no início da década de 1940 em meio a Segunda Guerra Mundial, as exportações cafeeiras encontravam-se prejudicadas e, desta forma, o investimento em terras por parte dos grandes cafeeicultores tornava-se comprometido. Ademais, a venda de grandes lotes não garantia de imediato a ocupação das terras; a dinâmica da economia urbano-industrial estava por requisitar uma gama multivariada de produtos alimentares e matérias-primas para abastecerem respectivamente a crescente população urbana e a industrial. Diante de tais circunstâncias impelia-se à ocupação através de pequenos proprietários.

1.1.1. O PATRIMÔNIO DE OSVALDO CRUZ

Como parte integrante do loteamento levado à cabo pela Colonização Alta Paulista, a fundação de um patrimônio estava previsto. Tratava-se do patrimônio de Califórnia, primeiro nome recebido por Osvaldo Cruz. Este nome tinha sido escolhido pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro no projeto de expansão de seus trilhos (E.W.). Conhecendo tal fato, o proprietário das terras ao elaborar o planejamento do patrimônio deu a este o mesmo nome proposto pela Companhia, Califórnia.

A presença de um núcleo urbano era condição sine qua non para que o empreendimento fosse bem sucedido. Este era de fundamental importância para oferecer aos novos proprietários das terras os bens e serviços necessários à sobrevivência, como também o responsável, através de seus agentes, pela organização da produção rural. Não seria viável aos pequenos proprietários, normalmente com poucos recursos financeiros, percorrer grandes distâncias para vender sua produção e satisfazer suas demandas. Neste contexto, a fundação de um patrimônio visava fundamentalmente atender a população do campo: era um organismo urbano para o campo.

Sendo assim, em novembro de 1940 tem início a derrubada de uma área de 4,8 ha destinada ao primeiro acampamento e construção do primeiro hotel do novo núcleo (vide foto 1). Além de primeiro hotel, foi também a primeira edificação construída, dada a importância do mesmo. Foi nele que os novos compradores puderam permanecer durante o período de procura e seleção dos lotes e acordos finais do contrato. No momento em que se iniciavam as vendas dos lotes, iniciou-se também as derrubadas para a construção das primeiras edificações do futuro núcleo urbano, da primeira serraria e da primeira olaria (foto 2).

Embora oficialmente o núcleo de Califórnia não houvesse ainda sido fundado, os desmatamentos progrediam para

HOTEL CALIFORNIA NO SEU APOSELHO 1942



FOTO 1 - Primeiro hotel construído no Patrimônio de Califórnia em 1940 pela Colonização Alta Paulista. A presença de um hotel tornava-se de fundamental importância no processo de venda das terras loteadas. Nele permaneciam os pretendentes à compra de um lote até que as negociações fossem realizadas. Este hotel - Hotel Califórnia - foi em realidade a primeira edificação construída no patrimônio. Na placa, a direita da foto, lê-se:
 "COLONISAÇÃO Alta Paulista
 MAX WIRTH Terras à Prestações
 Escritório Central: ORIENTE CP".

Embora as transações de venda de terras ocorressem no patrimônio, o contrato final era assinado em Oriente onde se localizava o escritório central da Colonização. O termo ORIENTE CP era uma indicação da localização do núcleo urbano, ou seja, ao longo dos trilhos da Companhia Paulista de Estrada de Ferro.

FONTE: Arquivo pessoal de José Siqueira. Osvaldo Cruz (reprodução).

OLARIA HELVETIA 1941



FOTO 2 - Construção da primeira olaria no Patrimônio de Califórnia em 1941 - Olaria Helvêtia - onde hoje localiza-se o Asilo São Vicente de Paula (Av. Felipe Carmona). A presença de uma olaria no núcleo urbano era de fundamental importância à ocupação pois fornecia materiais para a construção das edificações, telhas e tijolos.

Observe-se a magnitude da edificação que abrigou a olaria, os restos da vegetação que foi objeto de desmatamento e ao fundo a presença da exuberante mata primária.

FONTE: Arquivo pessoal de José Siqueira, Osvaldo Cruz (reprodução).

a futura área urbana e a medida que os lotes iam sendo vendidos, seus novos proprietários rapidamente afluíam iniciando a limpeza dos terrenos e construindo casas. Tendo em vista que já existia a planta urbana do futuro núcleo, rapidamente os trabalhos de arruamento do quadrilátero central da cidade foram realizados. A planta fora concebida na forma de tabuleiro de xadrez e seu sítio definido sobre o espigão divisor da bacia hidrográfica do Peixe-Aguapeí. Trata-se do espigão por sobre o qual passa a estrada de rodagem que interliga Tupã ao Porto das Marrecas, no rio Paranã, e por onde passa os trilhos da Companhia Paulista (vide foto 3). Dada a importância dos trilhos no processo de ocupação da área, no ato da elaboração da planta urbana já se reservou as terras por onde passaria a ferrovia e futuramente foram doadas à referida Companhia.

Decorridos sete meses desde as primeiras derrubadas do novo patrimônio, este já contava com uma centena de novos moradores e algumas edificações, quando então oficialmente é fundada a Vila Califórnia.

O ato de fundação não fugiu à regra: uma construção rudimentar abrigou a primeira igreja, uma cruz foi levantada e a primeira missa foi realizada sob a responsabilidade do Padre Gaspar de Aquino. Estava oficialmente fundado o patrimônio de Califórnia aos 6 de junho de 1941, cabendo a Max Wirth a responsabilidade de fundador (vide foto 4 e 5).

A condição de patrimônio e a denominação permaneceram por muito pouco tempo pois em "... 16 de novembro de 1942 pelo decreto lei estadual nº 13.050 a então Vila de Califórnia, sob a administração de Walter Wild foi elevada à categoria de distrito de 2ª zona com sede em Baliza, no município de Martinópolis e Comarca de Presidente Prudente"¹⁰. A través deste decreto a então Vila de Califórnia passou a denominar-se Osvaldo Cruz, em homenagem ao sanitarista de mesmo nome.

Dois anos depois o distrito de Osvaldo Cruz foi ele



FOTO 3 - Trecho da estrada SP 294 (Comandante João Ribeiro de Barros) no sentido Osvaldo Cruz - Marília em 1941. Esta estrada foi construída pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro antes cedendo, em muito, a chegada dos trilhos. Através deste eixo rodoviário, construído em etapas sucessivas sobre o espigão divisor da bacia hidrográfica do Peixe-Aguapeí, as frentes pioneiras puderam avançar no sentido leste-oeste na região da Alta Paulista.

Destaca-se a presença das "jardineiras", nome popular dado aos ônibus que executavam as ligações regionais e inter-regionais, bem como dos caminhões que realizavam o transporte dos pertencentes dos novos habitantes de Califórnia, hoje Osvaldo Cruz. Ao fundo ressalta-se a presença da mata primária.

FONTE: Arquivo pessoal de José Siqueira. Osvaldo Cruz (reprodução).

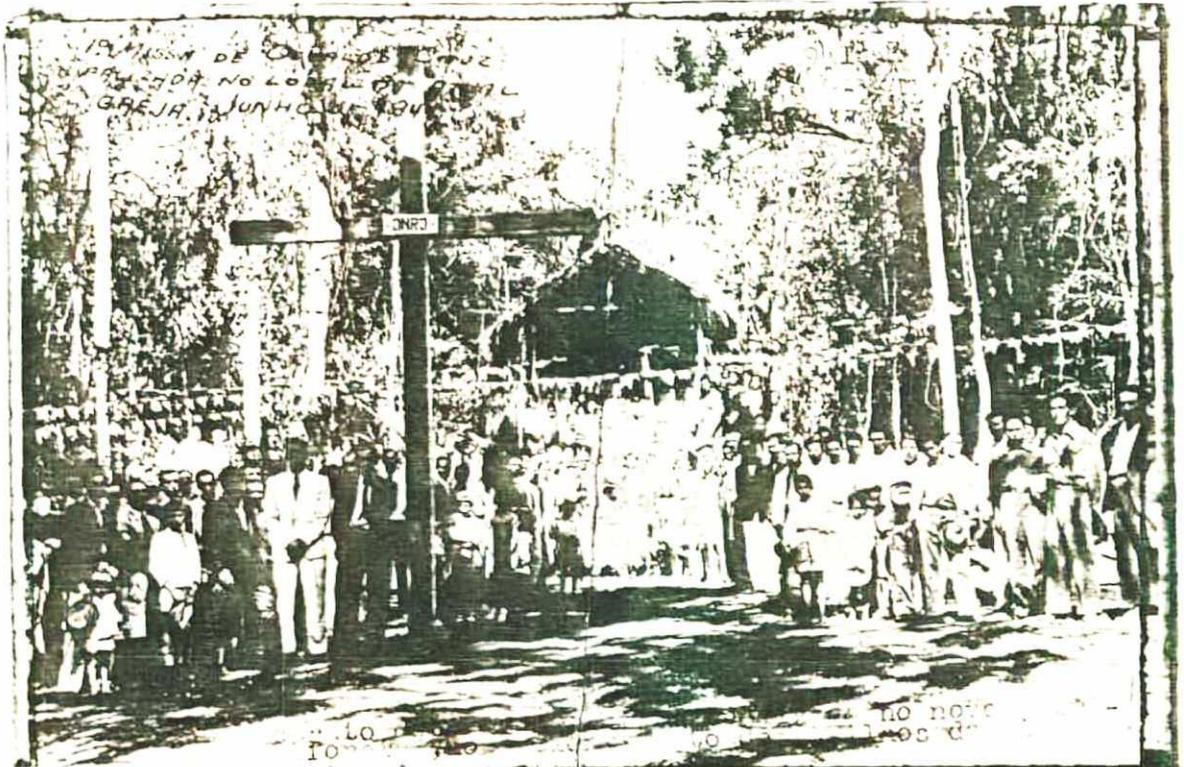


FOTO 4 - Primeira Missa realizada no Patrimônio de Califórnia, hoje Osvaldo Cruz, no dia 06 de junho de 1941. A cerimônia religiosa foi realizada pelo Padre Gaspar de Aquino e marcou oficialmente a data de fundação do patrimônio.

O local onde ocorreu a cerimônia corresponde atualmente à localização da igreja matriz de São José, ou seja, à rua Salgado Filho. Observe-se o caráter rudimentar da edificação que obrigou a igreja e o número de pessoas presentes ao ato, que se constituíam em trabalhadores da Colonização Alta Paulista, empresa responsável pelo loteamento das terras do atual município de Osvaldo Cruz, e os novos proprietários dos lotes urbanos ou rurais.

Ressalte-se ao fundo a exuberância da vegetação primária classificado segundo IBGE. Mapa de Vegetação do Brasil, escala 1:5.000.000 como mata semicaducifolia.

FONTE: Arquivo pessoal de José Siqueira. Osvaldo Cruz (reprodução).

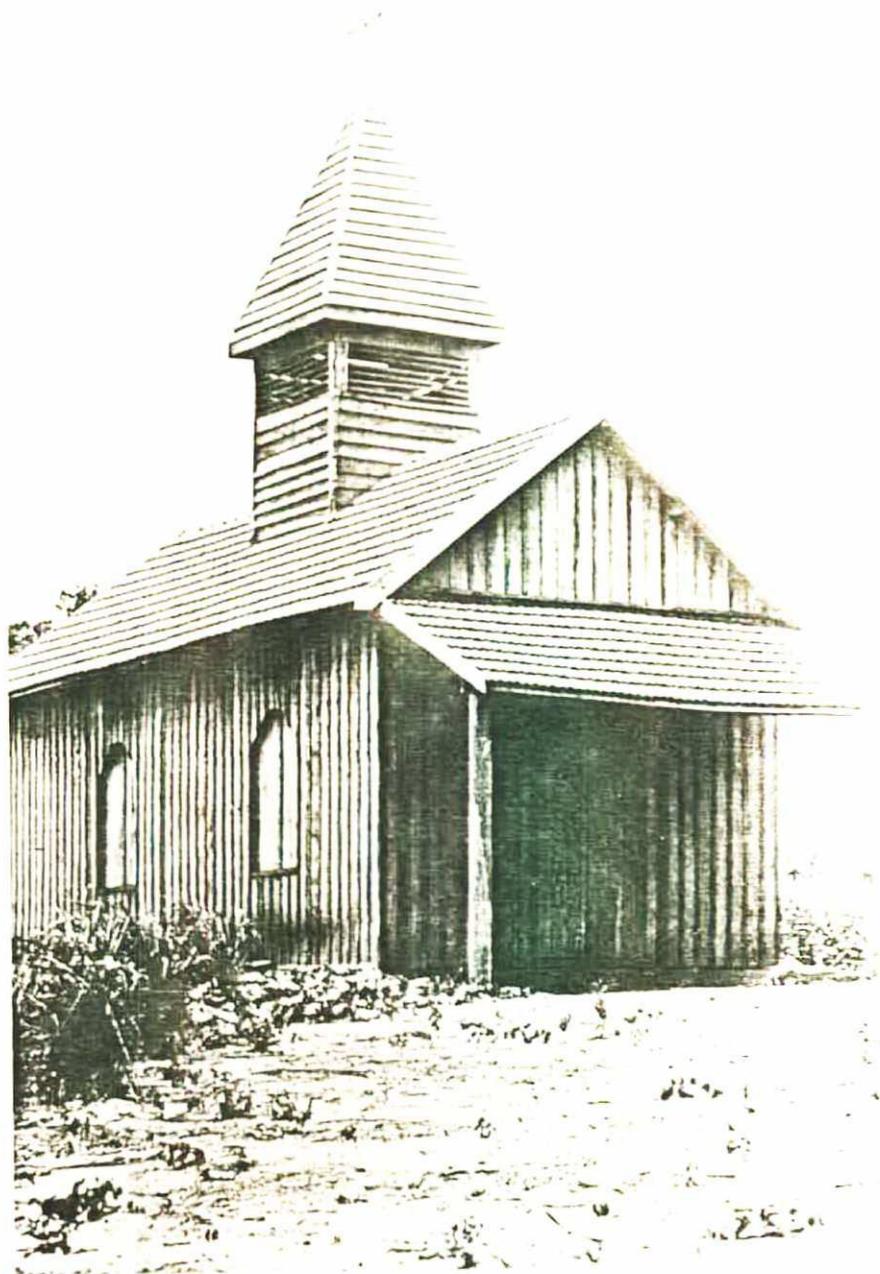


FOTO 5 - Primeira igreja edificada no Patrimônio Califórnia em 1942. Construída pela colonização Alta Paulista constituía-se em "local de encontro" dos novos habitantes da área rural e urbana, que aos domingos se reuniam para assistirem ao ato religioso. A edificação da igreja em madeira, no local onde hoje se ergue a atual igreja matriz (rua Salgado Filho) indica o aproveitamento da madeira obtida a partir dos desmatamentos.

FONTE: Arquivo pessoal de José Siqueira. Osvaldo Cruz (reprodução).

vado à categoria de município pelo decreto lei nº 14.334, de 30 de novembro de 1944 com fundamento na lei Orgânica Nacional nº 311, de 02 de maio de 1944, tendo suas terras sido desmembradas do município de Martinópolis¹¹.

Ressalta-se a rapidez com que todos estes fatos acima citados transcorreram: do início do desmatamento em novembro de 1940, decorreram apenas 4 anos até a elevação à categoria de cidade. Em todas as entrevistas realizadas, sempre ressaltou-se a rapidez com que o povoamento ocorreu, referindo-se ademais à quantidade de caminhões que diariamente afluíam ao núcleo urbano trazendo os pertences dos novos moradores. Para se ter uma idéia da dimensão do avanço desta ocupação, basta citar que em 1943, segundo o Memorial para Criação do Município, o mesmo já contava com 15.000 habitantes dos quais 11.000 na zona rural e 4.000 na área urbana (vide foto 6, 7, 8 e 9).

Em todo o processo do loteamento da gleba havia sido previsto apenas um patrimônio que daria suporte a todo o empreendimento. Entretanto, no decorrer das vendas que se realizavam, tornou-se necessário a fundação de outra vila a ser localizada na porção noroeste da mesma.

*"A existência dos 33 quilômetros que separam aquele ponto do Rio Aguapeí demonstrava a necessidade de uma povoação satélite, de modo a atender melhor a articulação social-econômica do plano geral de colonização, na plenitude de suas futuras previsões"*¹²

Sendo assim, a fundação daquela vila foi destinada basicamente a ser um ponto de apoio àqueles novos proprietários, que distanciados da estrada de rodagem principal e da futura ferrovia, necessitavam de um núcleo urbano para suprir-lhes as demandas básicas. E para tanto foi fundada em 1942 a Vila Massapé, cabendo também a Max Wirth o título de fundador.



FOTO 6 - Vista parcial do Patrimônio de Califórnia em 1941. Este momento corresponde ao início da derrubada da mata e à construção das primeiras edificações dos novos habitantes. Característica fundamental deste momento é a presença das construções todas em madeira, que se constituía em matéria-prima abundante. Marcante se torna a presença de casas em meio aos restos da vegetação recentemente retirada bem como a existência de pontos localizados onde a vegetação ainda é queimada. Ao fundo destaca-se a presença da imponente mata semicaducifolia.

FONTE: Arquivo pessoal de José Siqueira. Osvaldo Cruz (reprodução).

7 - VISTA PARCIAL DO PATRIMÔNIO CALIFÓRNIA A PARTIR DO CRUZAMENTO DA ATUAL AV. BRASIL COM A RUA ENG. KIEFER EM 1941.

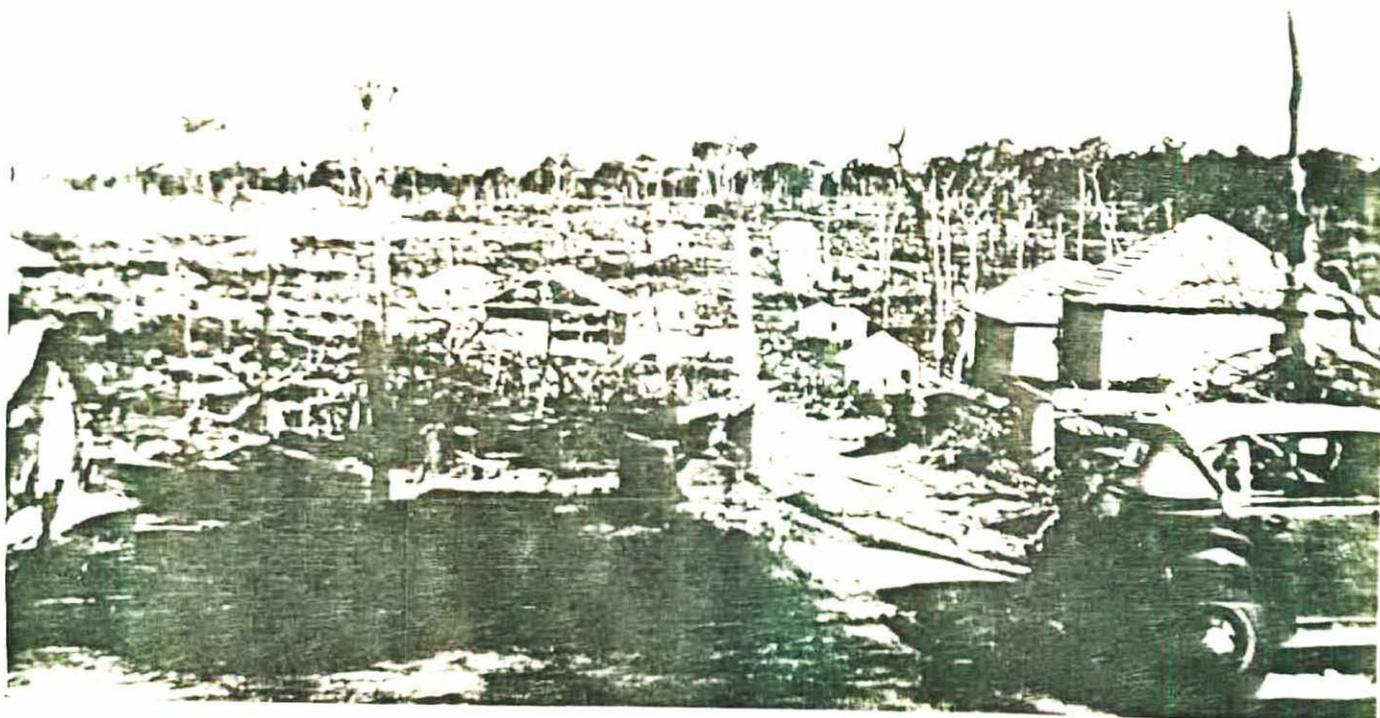


FOTO 7 - Vista parcial do Patrimônio Califórnia a partir do cruzamento da atual Av. Brasil com a rua Eng. Kiefer em 1941. Neste momento observa-se um melhor arruamento do núcleo urbano bem como a forte presença das casas construídas em madeira em meio a restos da vegetação.

FONTE: Arquivo pessoal de José Siqueira. Osvaldo Cruz (reprodução).

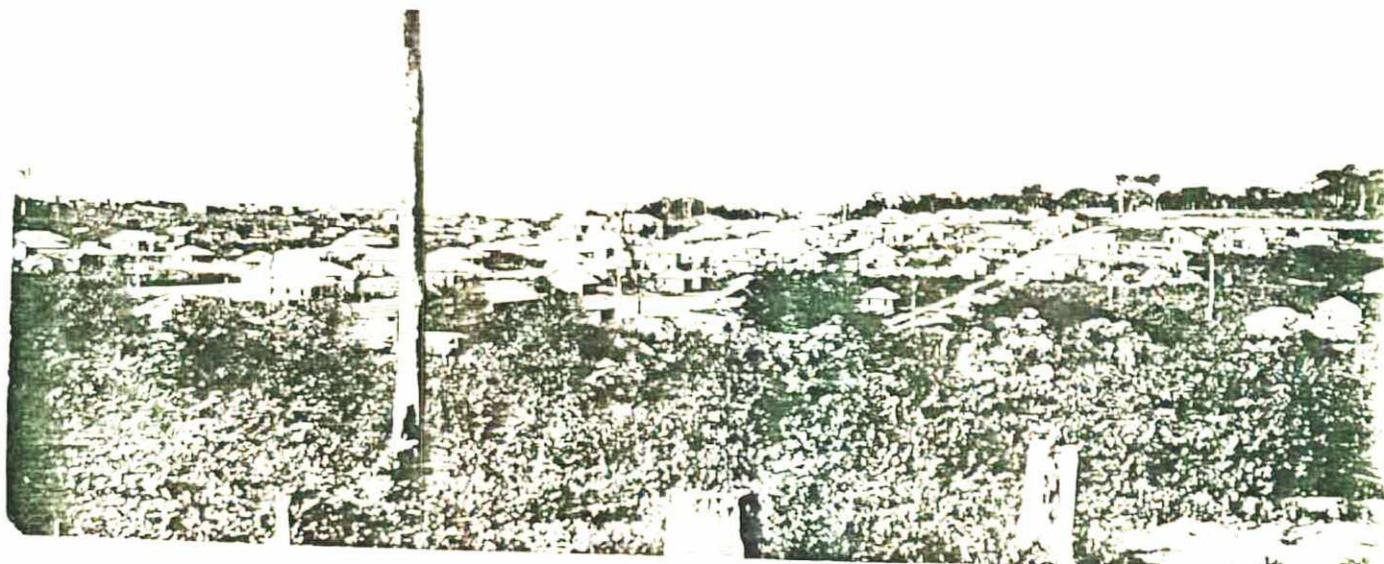


FOTO 8 - Vista parcial de Osvaldo Cruz em 1944. Neste momento o núcleo urbano já apresentava um novo aspecto em termos de arruamento, de aumento de casas bem como do material utilizado para a construção. Verifica-se o aumento de edificações em alvenaria, o que era sinônimo de "prosperidade", ou seja, que seus proprietários já haviam conseguido obter excedentes financeiros que eram reinvestidos na melhoria de suas habitações. Ressalte-se a rapidez com que este novo aspecto do núcleo urbano é implantado.

FONTE: Arquivo pessoal de José Siqueira. Osvaldo Cruz (reprodução).



FOTO 9 - Vista parcial de Osvaldo Cruz em 1952. Comparando-se esta foto com as de número 6, 7 e 8 ressalta-se o caráter eminentemente urbano que o núcleo assumiu, com presença de casas predominantemente em alvenaria, com melhor arruamento e servido por energia elétrica. Assinala-se também a rapidez com que estas transformações se processaram: em cerca de uma década o nascente patrimônio transformou-se em uma pequena cidade.

FONTE: Arquivo pessoal de José Siqueira. Osvaldo Cruz (reprodução).

Porém,

"... lugares onde não havia estrada de ferro seria apenas uma vilinha, um ponto de apoio para a população rural. Ninguém esperava que a Vila progredisse..."
(E.W.).

Mas a Vila Massapê ao cumprir suas funções, alcançou em 1948 pelo decreto nº 233 a categoria de distrito pertencente ao município de Osvaldo Cruz com o nome de Salmourão. Em 1958 é elevado à categoria de cidade tendo sido as terras do município desmembradas de Osvaldo Cruz.

O fato é que aquele núcleo urbano ao ser fundado contava com uma população rural em seu domínio territorial que obtinha elevados rendimentos com as terras recém desmatadas, e mesmo que a base do trabalho fosse braçal e contando com transporte deficiente, os lucros obtidos com a produção agrícola eram em grande parte reinvestidos na própria Vila, o que lhe possibilitou ascender à categoria de sede municipal.

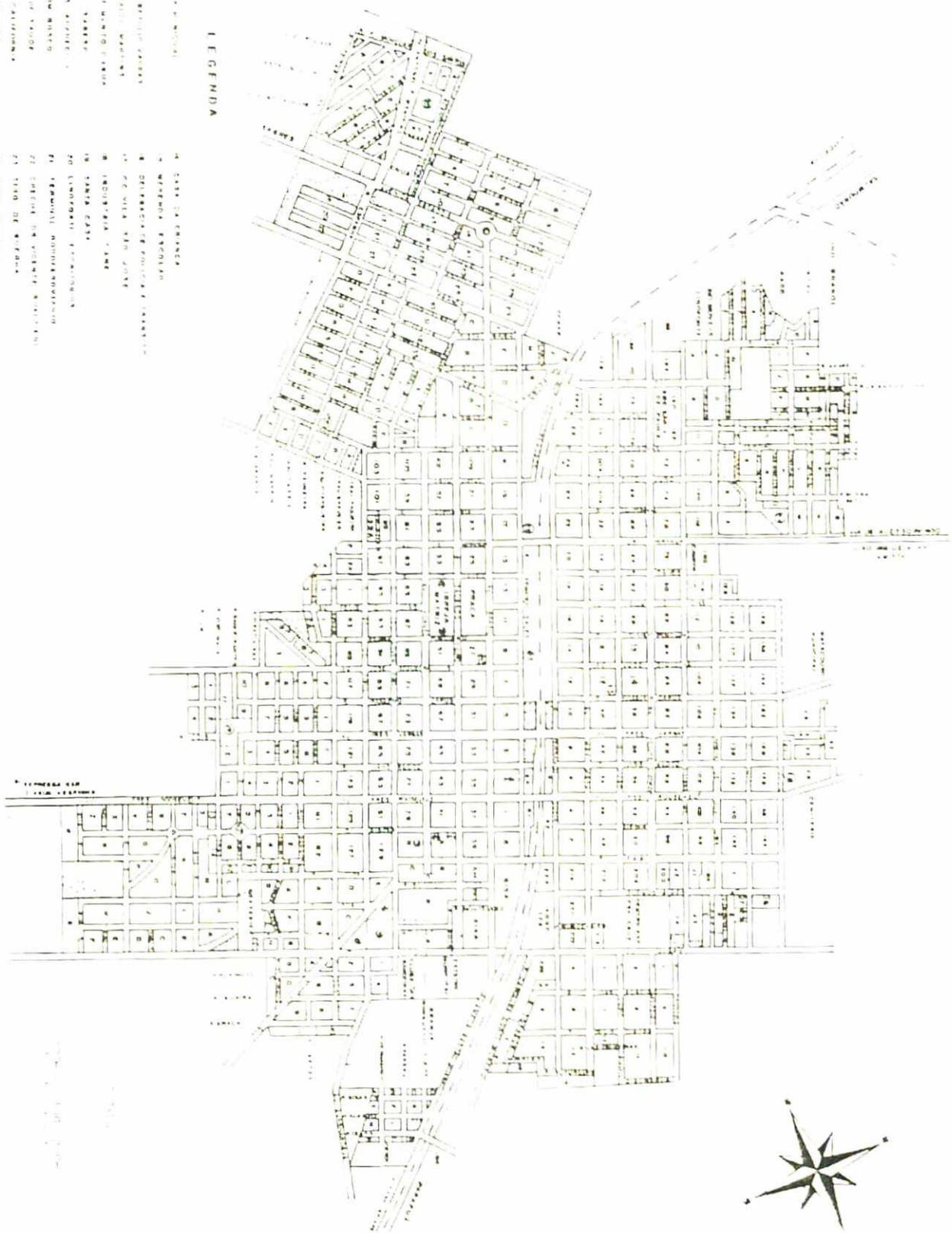
Ao contrário, o patrimônio de Califórnia fora planejado para rapidamente tornar-se cidade o que pode ser detectado pela dimensão da planta urbana apresentada a seguir.

1.1.2. O PATRIMÔNIO DE INÚBIA PAULISTA

A fundação do patrimônio de Ibirapuera, primeiro nome recebido pela atual cidade de Inúbia Paulista, ocorreu de maneira muito mais organizada que os loteamentos rurais realizados.

Para que se desse a fundação do mesmo, constituiu-se uma sociedade entre cinco proprietários rurais: Keishu Tanabe, Keiji Muramatsu, Sedano Otani, Sr. Namussi e Sr. Ide. O

OSVALDO CRUZ - 1990



LEGENDA

- 1. ZONAS DE RESIDÊNCIA
- 2. ZONAS DE COMÉRCIO
- 3. ZONAS DE SERVIÇOS
- 4. ZONAS DE INDÚSTRIA
- 5. ZONAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS
- 6. ZONAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE
- 7. ZONAS DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO
- 8. ZONAS DE SERVIÇOS DE CULTURA
- 9. ZONAS DE SERVIÇOS DE RECREAÇÃO
- 10. ZONAS DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES
- 11. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR
- 12. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR COMERCIAL
- 13. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR RESIDENCIAL
- 14. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR INDUSTRIAL
- 15. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR PÚBLICO
- 16. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE SERVIÇOS
- 17. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE SERVIÇOS PÚBLICOS
- 18. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE
- 19. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO
- 20. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE SERVIÇOS DE CULTURA
- 21. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE SERVIÇOS DE RECREAÇÃO
- 22. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE TRANSPORTES
- 23. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR
- 24. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR COMERCIAL
- 25. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR RESIDENCIAL
- 26. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR INDUSTRIAL
- 27. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR PÚBLICO
- 28. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS
- 29. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS PÚBLICOS
- 30. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE
- 31. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO
- 32. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS DE CULTURA
- 33. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS DE RECREAÇÃO
- 34. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE TRANSPORTES
- 35. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR
- 36. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR COMERCIAL
- 37. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR RESIDENCIAL
- 38. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR INDUSTRIAL
- 39. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR PÚBLICO
- 40. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS
- 41. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS PÚBLICOS
- 42. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE
- 43. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO
- 44. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS DE CULTURA
- 45. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS DE RECREAÇÃO
- 46. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE TRANSPORTES
- 47. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR
- 48. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR COMERCIAL
- 49. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR RESIDENCIAL
- 50. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR INDUSTRIAL
- 51. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR PÚBLICO
- 52. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS
- 53. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS PÚBLICOS
- 54. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE
- 55. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO
- 56. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS DE CULTURA
- 57. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS DE RECREAÇÃO
- 58. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE TRANSPORTES
- 59. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR
- 60. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR COMERCIAL
- 61. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR RESIDENCIAL
- 62. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR INDUSTRIAL
- 63. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR PÚBLICO
- 64. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS
- 65. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS PÚBLICOS
- 66. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE
- 67. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO
- 68. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS DE CULTURA
- 69. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS DE RECREAÇÃO
- 70. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE TRANSPORTES
- 71. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR
- 72. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR COMERCIAL
- 73. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR RESIDENCIAL
- 74. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR INDUSTRIAL
- 75. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR PÚBLICO
- 76. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS
- 77. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS PÚBLICOS
- 78. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE
- 79. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO
- 80. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS DE CULTURA
- 81. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS DE RECREAÇÃO
- 82. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE TRANSPORTES
- 83. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR
- 84. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR COMERCIAL
- 85. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR RESIDENCIAL
- 86. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR INDUSTRIAL
- 87. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR PÚBLICO
- 88. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS
- 89. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS PÚBLICOS
- 90. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE
- 91. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO
- 92. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS DE CULTURA
- 93. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS DE RECREAÇÃO
- 94. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE TRANSPORTES
- 95. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR
- 96. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR COMERCIAL
- 97. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR RESIDENCIAL
- 98. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR INDUSTRIAL
- 99. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR PÚBLICO
- 100. ZONAS DE SERVIÇOS DE ALUGAR DE ALUGAR DE SERVIÇOS

FONTE: Prefeitura Municipal de Osvaldo Cruz.

primeiro era o proprietário de uma gleba de 1.055,16 ha da qual 69,83% foi efetivamente loteada. Do restante, 60 ha foram destinados à fundação do patrimônio; os demais sócios participaram com 15 ha cada um, somando-se no total 120 ha destinados à futura área urbana.

Visando alcançar o objetivo proposto, em 1941 os cinco sócios contrataram o arquiteto Raphael Pinheiro de Ulhoa Cintra Filho que foi o responsável pelos levantamentos topográficos, demarcação das terras e elaboração da planta urbana. Esta como a maioria das cidades da rede urbana de Marília apresentou a forma quadrangular. O sítio escolhido encontrava-se sobre o espigão divisor da bacia hidrográfica do Peixe-Aguapeí.

Segundo Shiguenobu Fukuda, morador antigo da cidade, o objetivo dos sócios que vieram todos de Pompéia era a "... fundação de uma colonia japonesa similar a Bastos". Tal fato explica a supremacia dos japoneses entre os compradores dos lotes postos a venda pelo Sr. Keishu Tanabe. Eram eles, em sua grande maioria provenientes de Pompéia e adjacências. Portanto, não se tratava apenas de um loteamento, mas um loteamento com vistas à implantação de uma colonia japonesa que, de acordo com o citado morador, seria uma "... Bastos em tamanho pequeno".

Após a concepção do loteamento e realizados os preparativos, iniciou-se as vendas dos lotes urbanos tendo sido os proprietários das terras os próprios agentes das vendas. Embora as vendas tenham se iniciado em 1941 a data oficial da fundação só se deu no ano seguinte, em 07 de janeiro de 1942. A partir de então estava fundado o patrimônio de Ibiraquera.

O futuro planejado para o patrimônio, entretanto, não foi alcançado. No ano de 1942 o principal proprietário das terras veio a falecer o que causou grandes transtornos para a referida sociedade, ocorrendo inclusive o total desin

teresse na continuidade do loteamento por parte dos outros sócios. As vendas foram temporariamente suspensas e somente um ano mais tarde foi nomeado novo responsável para a continuidade do empreendimento. Após a morte do principal proprietário, todavia, seu inventário não foi imediatamente realizado, o que impedia que os novos lotes que iam sendo vendidos tivessem suas escrituras definitivas. Isto veio a prejudicar em muito a continuidade do loteamento pois muitos que demandavam ao patrimônio para aquisição de lotes não realizavam o negócio pela incerteza da propriedade jurídica.

Tal situação só foi resolvida no final da década de 1950 quando uma comissão de moradores interveio junto aos órgãos competentes para legalização das terras e obtenção das escrituras definitivas dos lotes (S.F.).

Diante da irregularidade das terras muito dos possíveis compradores desistiam e acabavam por instalar-se em outros patrimônios. Muitos comerciantes também tentaram instalar-se mas a questão legal os impedia. Sendo assim, o patrimônio de Ibirapuera permaneceu com muitos de seus lotes ainda por serem comercializados, o que retardou um maior crescimento.

Entretanto, tais fatos não impediram que o mesmo em 24 de dezembro de 1948 fosse elevado à categoria de Distrito de Paz, com nome de Inúbia Paulista, pertencente ao município de Lucélia.

Diferente do que ocorreu com Osvaldo Cruz, que rapidamente ascendeu à condição de município, o Distrito de Inúbia Paulista só se tornou município em 18 de fevereiro de 1959.

Trata-se de um patrimônio que à exemplo de outros fundados na região da Alta Paulista, contou com planejamento e adoção de critérios técnicos. Entretanto, não conseguiu

lograr o êxito esperado tendo sido uma das causas a problemática da legalização jurídica das terras. É preciso acrescentar que esta não foi a única causa mas influiu poderosamente sobre sua evolução.

1.2. O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA EM OSVALDO CRUZ E INÚBIA PAULISTA

Com base numa ocupação realizada através de pequenas e médias propriedades rurais, a estrutura fundiária de Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista caracterizou-se pelo domínio da pequena unidade de produção. Assim, em Osvaldo Cruz no ano de 1950, 92,89% do número dos estabelecimentos rurais e 47,56% da área estavam associados aos estabelecimentos com até 100 ha. Os grandes estabelecimentos por sua vez representavam na referida data apenas 1,07% do total de propriedades enquanto suas terras somavam o elevado percentual de 37,36%.

Em Inúbia Paulista¹³, a estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais tornava-se mais agravante ainda, pois os grandes estabelecimentos com áreas superiores a 500 ha, em 1960 representavam 1,12% do total numérico enquanto suas áreas correspondiam a 61,77%. As pequenas propriedades detinham 98,13% em termos numéricos e suas áreas apenas 35,42%. Por outro lado, em Osvaldo Cruz em 1960, 99,05% do número de estabelecimentos rurais e 68,24% da área estavam associados aos estabelecimentos com até 100 ha. As grandes propriedades por sua vez representam 0,12% do número de estabelecimentos e 18,74% da área total.

Tais dados expressos nas tabelas 8 e 18 nas páginas 55 e 94 respectivamente evidenciam que, embora tenha ocorrido loteamentos com base em pequenas e médias propriedades, houve desde o começo uma concentração de terras nas mãos de poucos proprietários. Em Inúbia Paulista, apenas 4 proprietários detinham 5.236 ha das terras utilizadas com atividades agropecuárias de um total de 8.476 ha.

Sendo predominante o número de pequenos proprietários e contando com poucos recursos financeiros, já que a maior parte de suas economias foram despendidas no pagamento do lote, estes passavam logo após a derrubada da mata, a plantar gêneros alimentícios a fim de garantirem o sustento de suas famílias. Plantava-se um pouco de tudo: feijão, arroz, milho, tubérculos, frutas, etc.

Mas de todos estes produtos os principais eram o arroz e o milho, além do feijão. Tal preferência dava-se pelo fato de que tais produtos, além de serem de subsistência tinham um mercado consumidor garantido fundamentado basicamente, nas décadas de quarenta e cinquenta, no aumento da urbanização que se verificava na porção leste do território paulista. Tal fato estimulava estes agricultores a darem prosseguimento a produção, enquanto os cafeeiros se desenvolviam. Isto lhes dava a garantia de lucros para pagarem as demais prestações de seu lote. Acresce-se também que embora as técnicas utilizadas não fossem modernas, a elevada produtividade das culturas era garantida pela fertilidade do solo que recentemente havia sido desmatado. Por outro lado, boa parte desta produção agrícola alimentar foi obtida das culturas intercalares.

Além dos produtos alimentares, as matérias primas também foram amplamente difundidas com destaque especial para o algodão. Este produto visava atender às demandas das indústrias de óleos vegetais e às indústrias têxteis. Grandes e pequenos proprietários passaram a cultivá-lo em função das vantagens que apresentava: fornecimento eficiente de sementes através do Posto de Revenda de Sementes da Secretaria da Agricultura, que no ano de 1950 distribuiu para o município de Osvaldo Cruz 12.000 sacas de sementes; mercado consumidor garantido representado pelas máquinas de descaroçar algodão de Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista e um sistema de transporte rodoviário que garantia o escoamento da produção.

Aqui é preciso que se esclareça como funcionava o

escoamento da produção agrícola de ambos os municípios até o final dos anos 40.

Vimos anteriormente que as primeiras penetrações que se verificaram na Alta Paulista foram laterais, provenientes da região da Noroeste e da Alta Sorocabana. Contudo, somente a partir da construção da estrada de rodagem que liga Marília ao Rio Paran e que a ocupa avançou, num movimento de leste a oeste. Entretanto, a estrada de ferro da Companhia Paulista muito demorou em estender seus trilhos, o que causava certo desconforto para o escoamento da produção nas épocas de chuva, pois as distâncias a serem percorridas até a estação mais próxima eram longas. Diante disto a Estrada de Ferro Sorocabana, que há muito estava em pleno funcionamento, e com o intuito de prolongar seu raio de ao criou uma empresa de transporte rodoviário com o fim de recolher a produção agrícola da Alta Paulista e export-la por sua ferrovia. Para tanto, montou escritórios em Bastos e Rancharia, a partir dos quais partiam caminhões para o recolhimento da produção. Desta forma, até o final da década de 1940, boa parte da produção agrícola da região em estudo foi escoada pela Estrada de Ferro Sorocabana.

A maior parte do algodão produzidos em Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista era beneficiado pelas máquinas de Rancharia. Ao final da década de 1940 concretizou-se a extensão dos trilhos da Companhia Paulista. Isto se deu em abril de 1949 e a partir de então as ligações começaram a se fazer preferencialmente por ela (J.A.).

Mas além da produção de gêneros alimentícios e do algodão, o café continuava a ser produzido. Em uma tpica propriedade agrícola as culturas estavam assim distribuídas: o café ocupava as terras junto ao espigão, terras estas menos sujeitas às geadas; os produtos alimentares estavam intercalados ao café enquanto este ainda não produzia, enquanto nas terras alagadiças verificava-se a produção de arroz, bem como encontravam-se as pastagens que eram de pequena expressão; nas en-

costas localizava-se a cultura algodoeira (vide figura 1).

Embora a ocupação das terras em ambos os municípios tenha se realizado com base na diversificação agrícola, o café era o produto que ocupava a maior área. Para se ter uma idéia da dimensão de seu cultivo basta citar que em 1943 já haviam sido plantados em Osvaldo Cruz 6.500.000 pés de café, conforme Memorial Descritivo para a criação do município.

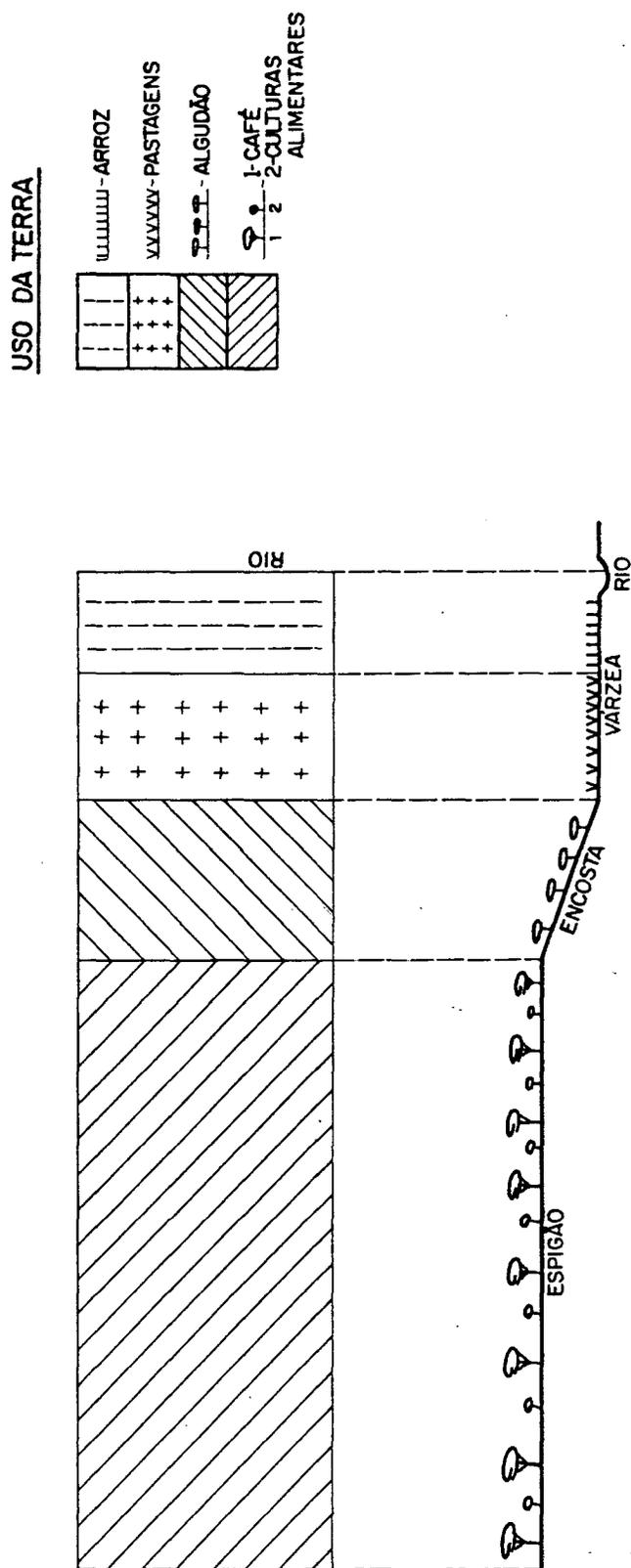
Este desenvolvimento agrícola posto em prática em ambos os municípios gerava elevados rendimentos que as terras recentemente ocupadas proporcionavam, embora a utilização de técnicas e implementos agrícolas não estivessem disseminadas por todas as propriedades. Em razão de ser a maior parte dos produtores rurais ex-colonos que haviam gasto grande parte de seus recursos na aquisição da propriedade, a incorporação de máquinas e implementos era dificultada. Por isso, a produção agrícola apoiava-se principalmente no trabalho braçal, na força animal e nas carroças, responsáveis pelo transporte de grande parte da produção até os centros urbanos.

2. A FUNCIONALIDADE PLENA

Foi no transcorrer de 1950 que Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista apresentaram a plenitude das relações funções-forma, ou seja, foi neste momento que as formas criadas corresponderam plenamente às funções que lhes foram atribuídas.

Se as cidades, não exclusivamente, podem ser consi-

FIGURA 1 - ESQUEMA DE USO DA TERRA EM PEQUENA PROPRIEDADE NO OESTE PAULISTA POR VOLTA DE 1950



deradas como formas socialmente criadas e produzidas, um arranjo ordenado de objetos, estas se tornam relevantes se um valor social lhes é atribuído, valor que está vinculado a uma função. Uma forma sempre desempenha uma ou mais funções. Não há forma sem função e quando a primeira não cumpre o papel que lhe foi atribuído, tende a desaparecer.¹⁴

Analisar a funcionalidade de ambos os centros, entre tanto, não pode, única e exclusivamente ser realizada através das categorias forma e função. Embora se privilegie esta relação, as categorias de estrutura e processo tornam-se relevantes para se verificar como ocorrem as interações que criam e moldam o espaço social através do tempo. Caso contrário teria-se uma descrição empirista e idiográfica que se esgota na ilusão das aparências únicas, porque desconectada da estrutura e dos processos.

Sendo assim, para que a ocupação das terras que hoje correspondem aos municípios de Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista se efetivasse era preciso que núcleos urbanos fossem construídos. Estes núcleos urbanos deveriam cumprir determinado papel, deveriam exercer determinadas funções urbanas. Caso não houvesse correspondência entre a forma e a função, a primeira tenderia ao desaparecimento.

Como ambos os centros só foram criados em 1941, a funcionalidade plena só ocorreu alguns anos mais tarde, quando a forma estava pronta para desempenhar as funções que lhes foram atribuídas naquele momento.

A funcionalidade plena de Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista em 1950 está expressa no desempenhar de funções como a comercialização de produtos rurais, produção industrial, vendas varejistas e prestação de serviços diversos.

No desempenhar destas funções que se reportam diretamente aos processos sociais como a criação, apropriação e circulação do valor excedente, ambos os núcleos urbanos

cumpriam o papel que a divisão intra-regional do trabalho da rede urbana de Marília lhes conferia.

2.1. AS ATIVIDADES URBANAS EM OSVALDO CRUZ

2.1.1. O COMÉRCIO ATACADISTA

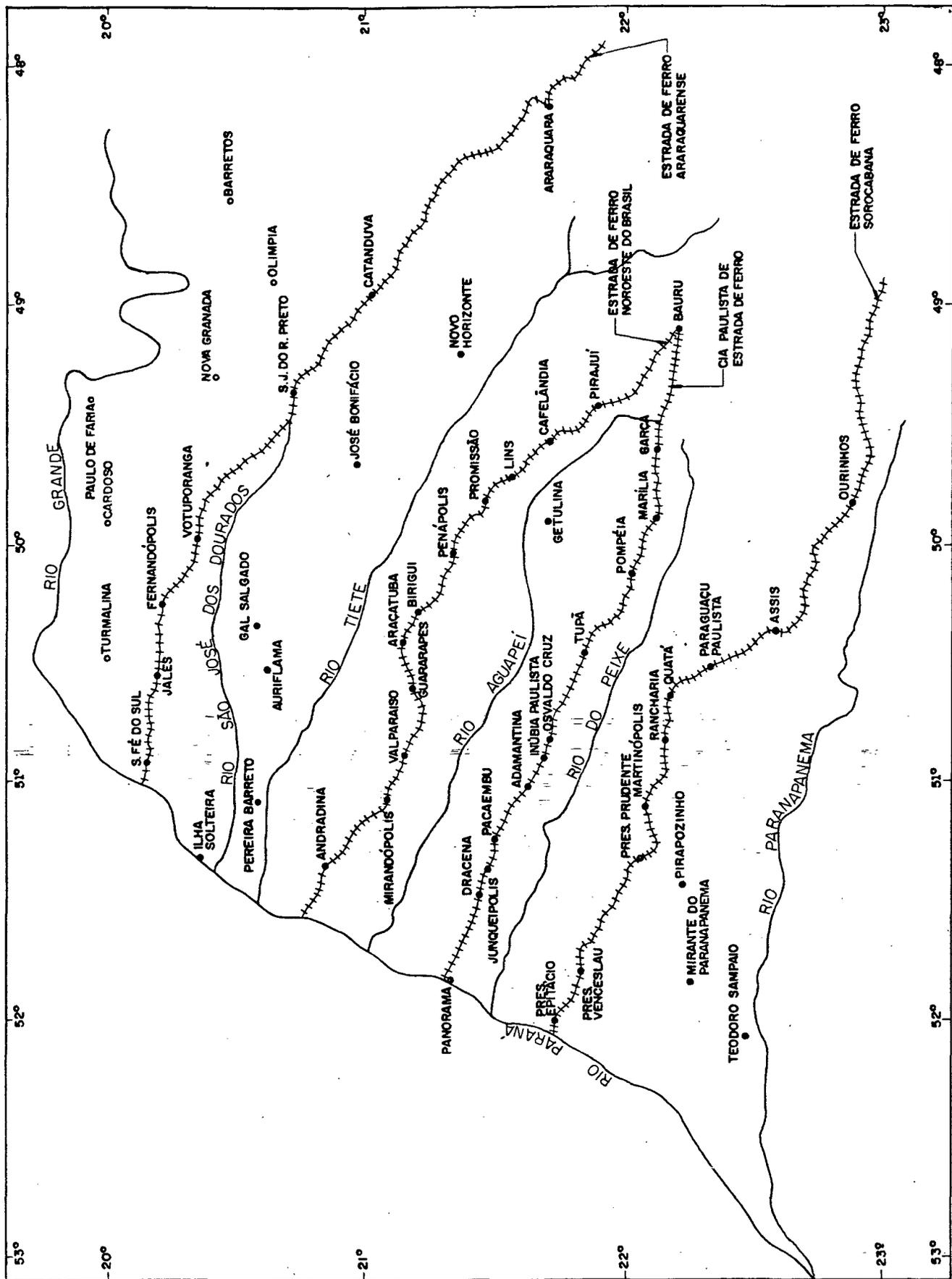
O comércio atacadista desenvolvido em Osvaldo Cruz representou uma importante função destinada sobretudo ao pequeno comércio de produtos alimentícios e bebidas¹⁵. Iniciou-se o desenvolvimento desta atividade com a necessidade de abastecer pequenos estabelecimentos comerciais varejistas localizados principalmente na zona rural, afastados do núcleo urbano. Estes pequenos estabelecimentos eram os responsáveis pelo fornecimento de produtos básicos à população rural que não podia recorrer ao centro urbano constantemente para satisfazer suas demandas.

O abastecimento destes pequenos varejistas era efetuado por armazéns de secos e molhados localizados em Osvaldo Cruz, que além de venderem à varejo, trabalhavam como atacado.

Mas os atacadistas não se restringiam apenas à hinterlândia do núcleo urbano. Atuavam também em outros municípios tendo como principal mercado consumidor aqueles pequenos armazéns localizados às margens e confluências de estradas, nas vilas e nos patrimônios da Alta Paulista e da Alta Sorocabana. Um dos mais importantes atacadistas de Osvaldo Cruz atuava no início da década de 1950 nos municípios de Osvaldo Cruz, Salmourão, Sagres, Parapuã, Rinópolis, Iacri, Bastos, Martinópolis, Indiana, Regente Feijó, Caiabu, Mariápolis, Adamantina, Flórida Paulista, Irapuru, Junqueirópolis e Dracena (M.K.). Em muitos destes municípios era o responsável principal pelo abastecimento dos armazéns de secos e molhados localizados na área urbana (vide mapa 4).



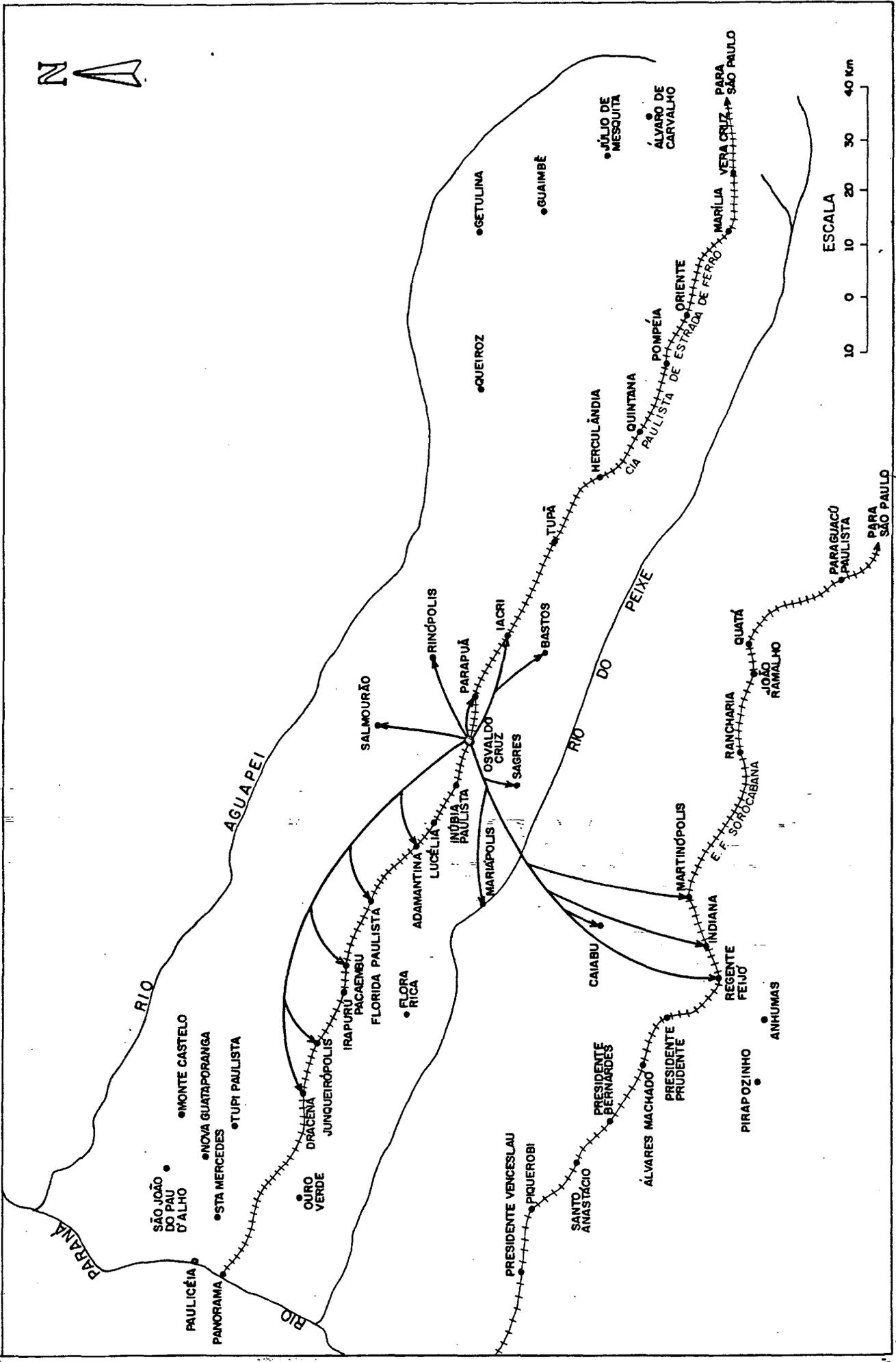
MAPA 3 - OESTE PAULISTA - ESPIGÕES, FERROVIAS E PRINCIPAIS CIDADES - 1950



MAPA 4 - ÁREA DE ATUAÇÃO DA FIRMA ATACADISTA - CASA CALIFÓRNIA - DE OSVALDO CRUZ POR VOLTA DE 1950

49°30' 21"

52° 21"



22°30'

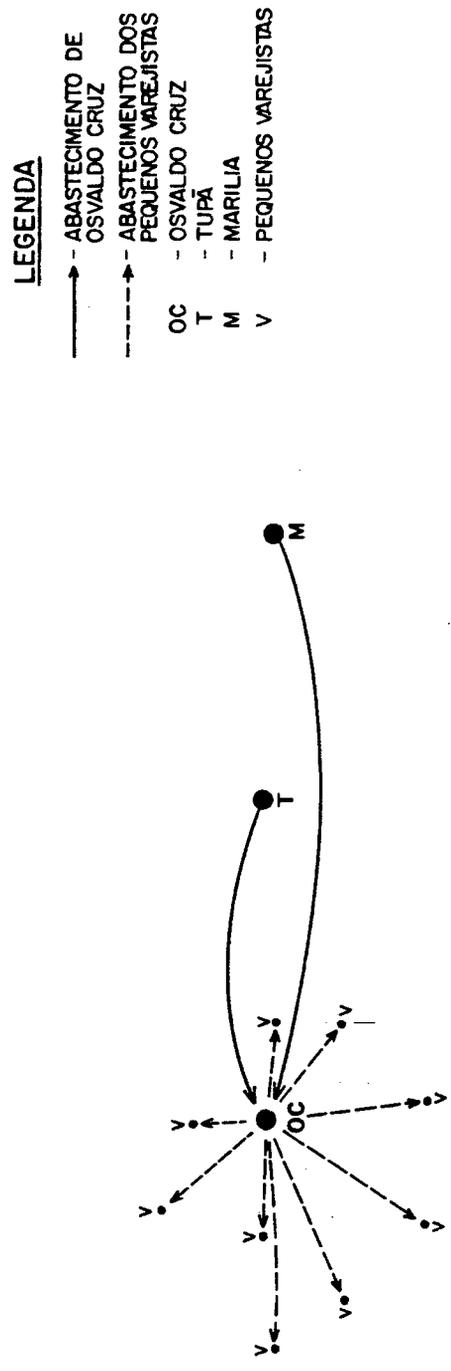
Para a realização de tal atividade contavam os atacadistas com vendedores, em média 3, que semanalmente percorriam as "linhas" para a obtenção dos pedidos. Realizados os pedidos, semanalmente eram efetivadas as entregas através de caminhões próprios ou fretados. O sistema de pagamento oferecido pelo atacadista era quinzenal, sendo os vendedores os responsáveis também pela cobrança das compras efetuadas.

Os produtos comercializados pelos atacadistas não se resumiam apenas aos gêneros alimentícios, embora estes fossem os principais. Estavam inclusos no rol dos produtos o querosene, instrumentos agrícolas, arames farpados e lisos, destinados estes últimos, sobretudo à população rural.

Os atacadistas de Osvaldo Cruz, por sua vez, eram abastecidos por grandes congêneres localizados em Tupã e Marília, destacando-se a Casa Universal, Irmãos Martins e Irmãos Dias que desde o início da fundação do núcleo urbano supriam as necessidades dos comerciantes ali instalados. Tendo sido Tupã durante muito tempo "boca de sertão" pôde esta implantar um comércio atacadista que fornecesse aos pioneiros os gêneros necessários para fazer avançar a marcha de ocupação. E por isto, quando da fundação de Osvaldo Cruz, os atacadistas de Tupã, que por sua vez substituíram os de Marília ou eram suas filiais, já contavam com uma estrutura em termos de vendedores e transporte capaz de abastecer as cidades e patrimônios fundados à oeste.

Os atacadistas de Osvaldo Cruz realizavam suas compras quinzenalmente através de vendedores; os pagamentos realizados à prazo com 30, 60 e 90 dias e os produtos entregues através de caminhões. Entretanto há variações neste sistema pois quando o atacadista de Osvaldo Cruz era proprietário de caminhão, ele mesmo se encarregava da realização do transporte dos produtos com vistas à diminuição dos seus custos. Através da figura 2 pode-se visualizar o principal esquema de abastecimento dos atacadistas de Osvaldo Cruz e dos pequenos varejistas de outros núcleos urbanos a partir de Osvaldo Cruz.

FIGURA 2 - ESQUEMA DE ABASTECIMENTO DE OSVALDO CRUZ E DOS PEQUENOS ESTABELECIMENTOS VAREJISTAS POR VOLTA DE 1950.



Mas além dos atacadistas localizados em Tupã e Marília, os comérciantes do núcleo urbano de Osvaldo Cruz também se abasteciam junto às indústrias como por exemplo a Indústria e Comércio Sasazaki situada em Marília, fabricante de implementos agrícolas manuais como plantadeiras de algodão, cereais, etc.; junto às indústrias fabricantes de querosene em Guarulhos; junto à Frigoríficos em Bauru como o Swift e Anglo. Para este sistema de compras diretas às indústrias, o transporte era preferencialmente realizado pelo próprio atacadista ou os produtos eram despachados através da Companhia Paulista de Estrada de Ferro que desde abril de 1949 estava em funcionamento.

O desenvolvimento do comércio atacadista de gêneros alimentícios em Osvaldo Cruz se deu num primeiro momento para abastecer a população de sua hinterlândia como o Distrito de Vila Drumond (Sagres), e o distrito de Massapê (Salmourão), além dos pequenos estabelecimentos varejistas localizados na área rural do município. Entretanto, diante do rápido crescimento demográfico pelo qual passou a Alta Paulista, criou-se um mercado consumidor forte o suficiente para que os atacadistas ampliassem seu raio de atuação. Acrece-se ainda que os grandes atacadistas, sobretudo de Tupã e Marília procuravam, naquele momento, como mercado consumidor principal os núcleos urbanos maiores, o que resultava em mercados consumidores menores para os atacadistas de Osvaldo Cruz. Naquele momento a atividade contava ainda com uma outra vantagem representada pela proximidade das áreas a serem abastecidas.

Um outro setor do comércio atacadista era aquele representado pelos agentes coletores - expedidores da produção rural. Estes agentes desenvolviam importante função no que se refere a comercialização da produção. Os mais importantes agentes eram aqueles vinculados ao comércio de cereais e algodão que em 1950 eram 17 enquanto os de café eram apenas 4. A fraqueza dos agentes do café explica-se pela grande quantidade de máquinas de beneficia-

mento do mesmo cujos proprietários agiam também como coletores. O elevado número de agentes ligados ao comércio de cereais e algodão explica-se em primeiro lugar porque o algodão cultivado devia ser encaminhado à outros núcleos urbanos pelos motivos já analisados. Neste caso os agentes adquiriam o algodão do produtor e depois o comercializavam com os beneficiadores de Rancharia, Tupã e Marília. Neste mecanismo o agente funcionava como intermediário detendo uma grande margem de lucros em detrimento do lucro de produtor rural. Mecanismo similar acontecia para os cereais onde os agentes adquiriam pequena quantidade de arroz, feijão e milho dos agricultores e os comercializava com outros núcleos urbanos. Para os cereais a presença dos agentes assumia grande importância pois eram eles que adquiriam a dispersa produção agrícola para depois comercializá-la em grandes quantidades.

Resta-nos ainda assinalar a presença dos atacadistas vinculados ao comércio da madeira. Estes atacadistas eram os responsáveis pela compra da madeira bruta da região, que era comercializada com as serrarias locais e regionais.

2.1.2. O BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS RURAIS

Em 1944, segundo o Memorial Descritivo para a Criação do Município, existiam em Osvaldo Cruz 6 máquinas de beneficiamento de arroz. Vimos anteriormente que ao se iniciar a produção agrícola (vide tabela 9 e 10 nas páginas 55 e 56 respectivamente) na região esta era direcionada aos produtos alimentícios, destacando-se o arroz. Este produto já havia se tornado uma cultura comercial que garantia aos produtores a obtenção de dinheiro para darem prosseguimento às suas atividades. A produção de arroz era elevada face à fertilidade do solo recém desmatado e contava com mercado consumidor garantido. Justifica-se então a presença das máquinas de descascar arroz como a primeira unidade de beneficiamento de produtos rurais a se instalar não só em Osvaldo Cruz mas em toda a Alta Paulista. Como o custo de tais máquinas era

relativamente baixo, elas estavam presentes em todos os núcleos urbanos da região.

A produção de arroz obtida pelos agricultores era transportada, em sua maior parte por carroças, até o núcleo urbano para o beneficiamento e venda. Normalmente o pequeno produtor retirava uma parte desta produção para sua subsistência e o restante era vendido ao maquinista, que beneficiava o produto e era, num primeiro momento, o responsável pela comercialização da mesma com outros núcleos urbanos. Note-se que o produtor não tinha outra possibilidade de comercialização que não fosse através do maquinista. De certa forma era obrigado a entregar suas safras ao preço que lhe era oferecido pelo maquinista. Mesmo atrelado a este mecanismo de comercialização, o pequeno produtor obtinha sua renda que garantia a subsistência de sua família e pagamento das prestações dos lotes até que o café começasse a produzir.

Sendo assim, a instalação de máquinas de despolar café só ocorreu em Osvaldo Cruz após 1945, quando tem-se o início da produção cafeeira. A origem destas unidades de beneficiamento estava, por outro lado, estritamente vinculada a uma evolução das máquinas de descascar arroz, que passaram a processar ambos os produtos.

Estas máquinas desempenharam papel muito importante para o município e correspondente núcleo urbano, papel este vinculado não somente ao beneficiamento do produto rural, mas também à função de crédito. Os proprietários das máquinas, exemplos locais do capital comercial, foram os responsáveis pela concessão de créditos a inúmeros pequenos proprietários, empréstimos destinados à manutenção da família nos períodos anteriores à colheita. No transcorrer da década de 1940 e mesmo no início da década de 1950, os bancos, embora presentes no núcleo urbano, não possuíam programas de créditos voltados aos pequenos proprietários que não obtinham empréstimos junto às unidades bancárias pelas poucas garantias que ofereciam. Como forma de suprir tal deficiência e uma outra

alternativa para obtenção de lucros, os proprietários das máquinas passam a desempenhar o papel de financiadores dos agricultores. De maneira bastante simples o empréstimo era concedido existindo, entretanto algumas contrapartidas: os juros cobrados atingiam a cifra de 1% ao mês; realizando o empréstimo o maquinista adquiria o direito às vezes por escrito, às vezes tácito, de dispor da safra de café do pequeno produtor (C.M.).

Neste contexto, o produtor agrícola

"... caía numa espécie de prisão ... muito vantajosa para o maquinista porque o lavrador entregava a produção e os preços eram aviltados pelo maquinista ... Em muitos casos, o lavrador entregava a safra e ficava devendo um pouco" (J.A.).

Embora os representantes do capital comercial estivessem desempenhando uma função de crédito ainda incipiente no núcleo urbano, a contrapartida era bastante prejudicial aos pequenos e médios proprietários.

Entretanto, as unidades de beneficiamento utilizavam-se de outros mecanismos de comercialização para obterem maiores taxas de lucros, ou seja, os proprietários das máquinas realizavam acordos tácitos para a fixação de preços máximos ao produto. Desta forma, quando aquela parcela de agricultores que não havia recorrido à empréstimos junto aos maquinistas procurava os melhores preços encontravam-no fixado igualmente em todas as unidades beneficiadoras e eram via de regra, sempre abaixo do preço de mercado (J.A.). Ressalte-se que em 1950 existiam no núcleo urbano 11 máquinas de beneficiamento de arroz e 6 máquinas de café.

Anteriormente verificamos que a instalação das máquinas de beneficiamento da produção rural nos núcleos urbanos significou um salto na divisão do trabalho, pois foi ca-

paz de transferir às cidades uma atividade que era eminentemente rural. Antes disso tais unidades estavam localizadas no interior das grandes fazendas cafeicultoras, que tinham uma escala de produção capaz de suportar a presença das máquinas em seu interior.

Entretanto, em Osvaldo Cruz como na região da Alta Paulista, as pequenas e médias propriedades eram predominantes o que não lhes permitia a implantação das máquinas de beneficiamento em seu interior. Transferiu-se então esta atividade para o núcleo urbano o que garantiu o acesso de todos os agricultores ao beneficiamento da produção. Contudo, a existência de unidades de beneficiamento em grandes propriedades se fazia presente no município de Osvaldo Cruz, embora fossem em número bastante reduzido.

Os maquinistas ao adquirirem a produção cafeeira responsabilizavam-se pelo transporte da área rural até o núcleo urbano através de caminhões próprios ou fretados. Normalmente a aquisição da produção era efetuada com pagamentos à vista. Após tal procedimento, o café era descascado e armazenado nos barracões da própria "máquina" até que as vendas fossem realizadas. Para a execução das vendas contavam os maquinistas com "corretores", normalmente residentes em São Paulo ou em Santos. Pela transação comercial, os corretores recebiam em média 0,5% do total das vendas realizadas (C.M.)¹⁶.

Até 1949 o café beneficiado bem como outros produtos agrícolas eram transportados por caminhões da Estrada de Ferro Sorocabana até as estações de Rancharia, de onde seguiam para Santos. Embora este esquema fosse o mais usual, também remetia-se a produção através de caminhões até Tupã a partir da qual prosseguia via Companhia Paulista de Estrada de Ferro até Santos.

Após 1949 toda a produção passou a ser transportada pela supra citada companhia que cobrava um preço relativamente baixo pelo transporte do produto (C.M.).

Com relação às máquinas de descaroçar algodão não existe nenhuma referência a respeito da existência das mesmas no núcleo urbano até 1950. Toda a produção obtida no município era vendida às máquinas de Rancharia na Alta Sorocabana ou àquelas localizadas em Tupã e Marília (J.A.).

2.1.3. O COMÉRCIO VAREJISTA

"... Era um comércio ativo, burburento, um formigueiro de gente na rua. Cavalos arreados, carroças, carrinhos, muitas histórias. Sábado era o dia das compras, dos negócios. Todo mundo se enterrava na roça durante a semana ... A gente via que a cidade estava pulsando forte para se tornar uma grande cidade" (A.V.).

O comércio varejista de um núcleo urbano fundado na franja pioneira iniciava-se, via de regra, com a instalação de um armazém de secos e molhados. Importante se tornava a presença deste estabelecimento comercial para suprir as necessidades básicas dos pioneiros.

Em Osvaldo Cruz o primeiro estabelecimento comercial varejista instalado, um armazém de secos e molhados, foi em 1941, ano da fundação do então patrimônio. Era a casa Califórnia de Eizo Sanuki instalada "... em um casarão de tábuas com cinco portas de duas folhas com frente para a Avenida Brasil"¹⁷, principal rua do patrimônio.

Embora tais estabelecimentos fossem denominados de armazéns de secos e molhados, a variedade de artigos vendidos não se restringia apenas àqueles referenciados na denominação. Além dos gêneros alimentícios, comercializavam produtos que estavam vinculados diretamente às atividades rurais como instrumentos agrícolas, arames, inseticidas, semen

tes, cordas, ferragens e até mesmo produtos de utilidade doméstica como louças, alumínio, lamparinas, querosene, etc. Até que outros estabelecimentos especializados não se implantassem, comercializavam tecidos, calçados e chapéus. Eram os armazéns os responsáveis pelo fornecimento dos bens para a satisfação imediata da população local.

A dinâmica das vendas dos armazéns de secos e molhados nos finais de semana era totalmente diferente daquela que ocorria no transcorrer da semana. Tendo o município uma elevada população rural, que correspondia ao principal mercado consumidor, esta durante a semana estava vinculada às suas atividades rurais, o que lhes dificultava a ida ao núcleo urbano para a realização de suas compras. Isto só ocorria nos finais de semana destacando-se os sábados, quando então grande parte da população rural afluía ao centro urbano. É neste contexto que se coloca que a cidade fervilhava, ou seja, era neste momento que o grande mercado consumidor se realizava, ao contrário do que acontecia no transcorrer da semana onde o movimento era constante pela já fixada população urbana.

Para as compras efetuadas pela população predominavam, de uma maneira geral, os pagamentos à vista, embora em menor escala ocorressem os pagamentos à prazo. Não se detectou nenhuma outra forma de pagamento como aquela vinculada à safra, ou seja, quando da comercialização das safras agrícolas, o produtor liquidava seus débitos junto aos armazéns (J.A. e M.K.).

Existia entretanto um outro mecanismo de pagamento que estava vinculado aos maquinistas, qual seja, quando da realização de empréstimos pelo maquinista ao produtor rural, o primeiro se comprometia em liquidar os débitos de alimentação realizados pelo lavrador junto ao varejista. Isto significava para o armazém de secos e molhados o pagamento à vista ou em prazos curtos.

Com relação à reposição dos estoques por parte destes estabelecimentos comerciais, estes possuíam várias fontes para tal fim. A mais importante delas, pela quantidade de gêneros adquiridos, estava centrada nos atacadistas situados em Tupã e Marília. De Tupã destacava-se os Irmãos Martins, Casa Universal, Barradas e Cia, Casa Ebes; de Marília destacava-se a Casa Dias que possuía também filial em Tupã. Estes atacadistas possuíam vendedores que percorriam as "linhas" efetuando os pedidos com uma periodicidade quinzenal. As entregas eram realizadas por via rodoviária que, eram predominantes, ou por via férrea. Contavam os comerciantes com uma forma de pagamento à prazo, sendo parcelado em 30, 60 ou 90 dias, pagos aos vendedores. Mesmo que este fosse o mecanismo predominante para a comercialização com os atacadistas, ocorriam esquemas diferentes como a ida direta dos varejistas aos atacadistas, sendo os primeiros os responsáveis pelo transporte com veículos próprios ou fretados.

Além destes fornecedores existiam as indústrias como a SANBRA, MATARAZZO, NESTLÉ que através de seus representantes retiravam os pedidos, os quais eram entregues de maneira similar ao anteriormente descrito. As duas primeiras indústrias vendiam produtos como sabão, sabonete, manteiga, etc. e a segunda tinha como principal produto o leite condensado (J.A. e M.K.).

Acresce-se também os produtos adquiridos no próprio núcleo urbano como o arroz e feijão. O feijão era comprado diretamente do produtor rural e pago à vista. O arroz era comprado dos maquinistas já descascado ou do produtor rural, sendo neste caso entregue às "máquinas" para beneficiamento mediante pagamento de pequenas taxas. A compra destes produtos destinava-se a abastecer principalmente a população urbana, pois a rural normalmente era abastecida pela produção própria. O armazém de secos e molhados era o estabelecimento varejista mais representativo deste comércio em Osvaldo Cruz.

Outro importante comércio varejista era aquele vin

culado às revendedoras de automóveis existentes no núcleo urbano. Tendo em vista que o principal sistema de transporte utilizado era o rodoviário, tanto para a produção agrícola como transporte de passageiros, faziam-se presente em Osvaldo Cruz, revendedoras de veículos das marcas Chevrolet e Ford, destacando-se para a última a revenda de tratores. Existia ainda Concessionária da International Harvester Máquinas S.A., revendedora de motoniveladoras dentre outras máquinas.

Os postos de gasolina por sua vez somavam a quatro, sendo invariavelmente acompanhados de vendas de peças e acessórios e de oficinas mecânicas¹⁸.

Além destes haviam os bazares, estabelecimentos que comercializavam artigos de armarinhos, confecções, brinquedos, perfumarias; as lojas de ferragens, com material para construção e representantes das máquinas de costura da marca Pfifer. Enfim, do armazém de secos e molhados instalado em 1941, o núcleo urbano de Osvaldo Cruz passou a contar, em 1944, com 83 estabelecimentos varejistas segundo o referido Memorial. Em 1950 contava com 175 estabelecimentos que comercializavam produtos alimentícios, bebidas e fumo, 10 de produtos farmacêuticos, 42 de tecidos, artefatos de tecidos, artigos do vestuário, acessórios e relojoaria, 5 estabelecimentos de venda de máquinas de uso doméstico, móveis, artigos de cozinha, 4 de ferragens, ferramentas e material de construção, 2 de papel, papelão e livraria e 1 de sacarias, totalizando 238 estabelecimentos comerciais varejistas¹⁹.

2.1.4. OS SERVIÇOS

Osvaldo Cruz em 1950 era um núcleo urbano que exercia funções industriais, comerciais e de prestação de serviços. A prestação de alguns serviços desde a fundação do patrimônio foi instaurada, ampliada e melhorada como decorrência da própria necessidade da população local em satisfazer várias demandas.

Um serviço de fundamental importância para o município era o transporte. Este era um dos elos de ligação que dava o caráter dinâmico do município. Através do transporte os fluxos de pessoas, mercadorias, informações, investimentos e lucros se faziam nas mais variadas direções.

Foi através do transporte rodoviário que a ocupação do município se efetivou e foi com base no mesmo sistema que a Colonização Alta Paulista construiu estradas intermunicipais que garantiam o acesso da população rural e de sua produção ao centro urbano.

Este importante serviço já contava em 1951 com 260 km de rodovias municipais bem como com equipamentos para sua conservação e ampliação. Mas a complementação do serviço de transporte foi dada somente em 1949, quando efetivou-se a extensão dos trilhos da Companhia Paulista de Estrada de Ferro até o núcleo urbano. A partir de então Osvaldo Cruz passou a ser servido por um sistema rodoferroviário de transportes. Em 1950 contava o município com a "Empresa de Transportes Coletivos São Bento" que era a responsável pela ligação entre a sede do município e o distrito de Massapê, itinerário que incluía várias fazendas e vilas e era realizado em 4 horários a partir de Osvaldo Cruz num total de 6 ônibus²⁰.

Um outro elo de ligação que associava-se à dinâmica de Osvaldo Cruz, era o sistema bancário. Esta atividade especificamente urbana, através de financiamentos, empréstimos e operações diversas, próprias do setor bancário, criava condições potenciais de apoio à produção agrária e à produção urbana. Ao mesmo tempo em que criava tais condições tornava-se uma importante atividade para o controle sobre o processo de criação, apropriação e circulação do valor.

Sendo assim, Osvaldo Cruz em 1944 já possuía uma

agência do Banco Brasileiro de Descontos S.A. - BRADESCO - instalada em 28 de agosto de 1944. Em 1951 o número de estabelecimentos bancários já somava quatro, com o Banco Bandeirantes do Comércio S.A., o Banco Noroeste do Estado de São Paulo S.A. e a Caixa Econômica Estadual. Em 1953, além dos já citados, acresce-se o Banco Nacional Paulista S.A. cuja matriz situava-se em Pederneiras.

A partir de então a função de crédito desempenhada pelos proprietários de máquinas de beneficiamento aos pequenos e médios proprietários paulatinamente começa a desaparecer em razão de novas linhas de créditos passarem a ser dirigidas aos lavradores que abdicaram do atrelamento aos maquinistas. Progressivamente estes passaram a ser subordinados ao capital financeiro.

Por outro lado, a instalação de determinados serviços no núcleo urbano dependia não somente de um mercado consumidor capaz de absorver a oferta, mas também da força política do município, representada pelo seu fundador e seus administradores, junto aos governos estaduais. Esta força política era utilizada principalmente para a aquisição de equipamentos públicos.

Acresce-se também que parte dos serviços prestados resultou da iniciativa privada dos moradores, como por exemplo a fundação da Casa de Saúde Osvaldo Cruz S.A., em 28 de abril de 1949. À este serviço soma-se a presença do Posto de Assistência Médico-Sanitária além de 20 profissionais vinculados à saúde.

Desde a fundação do patrimônio os serviços educacionais foram instalados. Em 1944 haviam duas escolas estaduais e duas municipais. Em 1950 eram 3 estabelecimentos estaduais e 27 municipais. Essas unidades municipais em realidade eram sala de aulas instaladas na zona rural, nas vilas e nas fazendas que ofereciam apenas o curso primário. Na maioria das vezes estas unidades funcionavam apenas durante um ano a fim

de promoverem a alfabetização e logo após eram transferidas para outros lugares.

Após a criação oficial do município teve início a instalação de serviços diretamente vinculados à função administrativa como a Prefeitura, Delegacia de Polícia, Casa da Lavoura, Posto de Instituto Biológico, Posto Fiscal Estadual, Coletoria Fiscal, Agência Postal, dentre outros. Vinculado ainda à função administrativa rapidamente iniciaram-se as obras de melhorias urbanas como calçamento das vias públicas, obras de saneamento básico, fornecimento de água potável, energia elétrica, etc. Estas melhorias foram acompanhadas de melhorias das residências que progressivamente iam sendo construídas em alvenaria, o que explica a existência de 12 olarias e cerâmicas em Osvaldo Cruz no ano de 1950.

2.1.5. AS INDÚSTRIAS

A função industrial de um patrimônio iniciava-se, na frente pioneira, com a instalação das serrarias, unidades responsáveis pelo beneficiamento da madeira advinda dos desmatamentos. As serrarias forneciam a madeira necessária para a construção das edificações, para as indústrias moveleiras, bem como para a extensão dos trilhos da estrada de ferro.

A primeira serraria instalou-se em Osvaldo Cruz em 1941 e em 1944 já somavam 4. Estas unidades industriais não restringiam sua atuação apenas aos limites territoriais do município, adquirindo madeira bruta nos mais variados lugares. Neste momento as principais áreas fornecedoras localizavam-se a oeste onde a ocupação e correspondente desmatamento eram mais recentes e intensos.

Mas as serrarias tinham, via de regra, uma existência relativamente curta dado que sua razão de ser estava estritamente vinculada à existência da vegetação original. A

partir do momento que a ocupação se intensificava com consequente ampliação da área agrícola, as serrarias diminuiam gradativamente sua atuação até o encerramento de suas atividades.

Paralelamente a instalação das serrarias, teve-se em Osvaldo Cruz a implantação de outras unidades industriais, as olarias. Estas olarias estavam vinculadas diretamente ao fornecimento de tijolos e telhas destinados às construções das edificações. Em 1941 teve-se a instalação da primeira olaria que em 1944 eram 3. Sua importância tornou-se crescente no núcleo urbano recém fundado, pois à medida que se consolidava a ocupação, as edificações construídas em madeira eram paulatinamente substituídas por alvenaria, justificando a presença de 13 estabelecimentos industriais de cerâmicas, olarias e fábrica de ladrilhos em 1950.

Se a função industrial do núcleo urbano recém fundado na frente pioneira estava diretamente vinculada à necessidades dos pioneiros em se estabelecerem, a partir de 1950 o quadro industrial de Osvaldo Cruz apresentava-se bastante diferenciado, refletindo uma ampliação desta importante função. Tal ampliação estava ligada, por um lado, à consolidação de um mercado consumidor, à elevada produção agrícola e por outro a consolidação de outras funções urbanas como o comércio atacadista e varejista.

Verificou-se que novos tipos de indústrias passou a se instalar como por exemplo, as fábricas de carroças e carrocerias para caminhões. A implantação destas unidades estava vinculada ao sistema de transporte existente naquele momento, onde os pequenos produtores rurais constituíam-se no principal mercado consumidor para as carroças, utilizadas para o transporte da produção agrícola do campo até o núcleo urbano.

TABELA 25

INDÚSTRIAS EM OSVALDO CRUZ - 1950

INDÚSTRIAS	QUANTIDADE
Olarias	9
Cerâmicas	3
Ladrilhos	1
Bebidas	2
Torrefação de Café	1
Serrarias	4
Carroças e Carrocerias	3
Móveis	4
Sabão	1
Implementos Agrícolas	1
Colchão	2
Editorial/Gráfica	1
Alimentícias	11
TOTAL	43

FONTE: OSVALDO CRUZ, Prefeitura Municipal. Fichas de Comércio, Indústria e Profissões, 1950.

A indústria de implementos agrícolas constituía-se no único representante do ramo metalúrgico e estava também vinculada à atividade agrícola, fundamento econômico do município. Tratava-se de uma unidade industrial de pequeno porte com pequena produção, sendo que os implementos agrícolas – pás, enxadas, enxadões, rodos, machados – comercializados basicamente no município de Osvaldo Cruz. Naquele momento, os produtores rurais do município constituíam-se em amplo mercado consumidor capaz de absorver a oferta dos produtos supra citados.

Por outro lado as indústrias moveleiras apresentavam-se com um mercado consumidor mais amplo. Embora se tratassem de pequenas unidades industriais, a produção era comer

cializada em Adamantina, Lucélia, Osvaldo Cruz e Parapuã.

No caso das indústrias de colchões (de campim) o mais importante fabricante do núcleo urbano tinha como mercado consumidor os núcleos localizados ao longo dos trilhos da Companhia Paulista de Estrada de Ferro de Marília até o Panorama. O capim utilizado para o enchimento dos colchões era obtido em Bastos e Iacri por preços módicos enquanto o tecido era obtido junto a uma indústria têxtil de Santo André (SP) e a produção média era de 180 colchões por mês (L.F.).

Contudo, as indústrias presentes em Osvaldo Cruz nos anos 1950 eram bastante modestas contando com poucos recursos financeiros, com mão-de-obra familiar ou com um pequeno número de funcionários.

No momento em que o fundamento econômico do município era a atividade agrícola, o desenvolvimento da função industrial em Osvaldo Cruz retrata muito bem a importância que a recente sede municipal assumiu.

2.2. AS ATIVIDADES URBANAS EM INÚBIA PAULISTA

O núcleo urbano de Inúbia Paulista fundado em 1942 sob a denominação de Ibirapuera figurou como patrimônio até 1949 quando então foi elevado à categoria de Vila. Somente em 1958 é que se torna sede municipal tendo sido o município desmembrado de Lucélia. Sendo assim, a análise da funcionalidade plena deste núcleo diferencia-se da anterior, Osvaldo Cruz, pela sua própria evolução. Mas por outro lado, a forma espacial existente em 1950 cumpria plenamente as funções que lhe foram atribuídas e que estavam expressas no desenvolvimento do comércio varejista, no beneficiamento de produtos rurais e alguns serviços prestados. Figurava então este núcleo urbano como um ponto de apoio para uma restrita população rural localizada em uma restrita hinterlândia.

Mas por que razão Inúbia Paulista teve uma evolução tão diferenciada da de Osvaldo Cruz?

A primeira das razões está expressa na questão da propriedade jurídica das terras. Tendo o proprietário principal das terras do núcleo urbano falecido logo após sua fundação, houve muita demora até que o inventário fosse realizado e a propriedade das terras legalizada. Diante das implicações que a não regularização da propriedade poderia gerar, muitos comerciantes preferiam instalar-se em outro núcleo urbano.

Um outro motivo está relacionado à própria dimensão quantitativa das terras loteadas em propriedades agrícolas. A área que efetivamente foi objeto de parcelamento em pequenas e médias propriedades era pequena. Esta área rural estava circundada por fazendas, o que não garantia ao núcleo urbano nem mercado consumidor para o comércio, indústria e serviços, nem tão pouca produção agrícola suficiente à ser comercializada pelo núcleo urbano. Isto ocorria porque as fazendas, em sua maioria da família Wirth possuíam seus próprios mecanismos de beneficiamento e transporte da produção agrícola.

Naquele momento o desenvolvimento de Inúbia Paulista estava vinculado diretamente à produção agrícola, era ela que garantia sua "raison d'être" para a implantação do comércio, indústria e prestação de serviços. Mas como grande parte da produção agrícola verificava-se nas fazendas, isto significava um número muito pequeno de proprietários fundiários para dar movimento ao núcleo urbano, ou seja, para demandarem funções urbanas bem como para realizarem investimentos no núcleo.

Contudo, havia correspondência entre a forma espacial existente e as funções, embora a funcionalidade exercida se caracterizasse por um nível de complexidade bastante reduzido.

2.2.1. O COMÉRCIO ATACADISTA

O comércio atacadista presente em Inúbia Paulista em 1950 era representado apenas por agentes coletores e re-expedidores da produção rural. Estes agentes comercializavam a produção de cereais e algodão produzidos pela hinterlândia da Vila. Além destes agentes que somavam, na data referenciada, a 4 havia apenas um que comercializava madeira, num mecanismo similar ao descrito para Osvaldo Cruz. Não estava presente naquele momento o comércio atacadista de secos e molhados que representava uma importante função para a vizinha Osvaldo Cruz.

Em um momento em que o comércio atacadista constituía uma função urbana fundamental, sua limitada importância em Inúbia Paulista retrata muito bem a importância do pequeno e recente núcleo.

2.2.2. O BENEFICIAMENTO DE PRODUTOS RURAIS

Ao se iniciar a produção agrícola, esta tinha por base primeiramente o cultivo do arroz, produto que garantia aos proprietários rurais a obtenção de rendas permitindo a subsistência de sua família e o pagamento da prestação do lote até que a principal cultura, o café, entrasse em produção.

Sendo assim, a instalação de unidades de beneficiamento de arroz era uma necessidade fundamental. Em 1950 o distrito contava com 3 máquinas de beneficiamento do referido produto²¹. A produção de arroz era encaminhada ao núcleo e adquirida pelo maquinista, que após o beneficiamento, a comercializava com outros núcleos urbanos. Neste processo o maquinista também beneficiava, mediante pagamento das taxas, uma parte da produção que ficaria com o produtor para a subsistência de sua família.

Naquele momento não havia no núcleo urbano unidades de beneficiamento de café, o que impunha que a produção cafeeira fosse, enviada ou para Lucélia ou para Osvaldo Cruz, cujos maquinistas se encarregavam da execução do transporte do produto.

As unidades de beneficiamento existentes no distrito, porém, estavam no interior das grandes fazendas, pois havendo uma produção em grande escala, comportavam a instalação de uma máquina em seu interior destinada exclusivamente ao beneficiamento da produção interna.

Por outro lado, a não existência destas unidades de beneficiamento para o café no núcleo urbano impossibilitava o desenvolvimento da função de crédito e financiamento praticada pelos seus proprietários. Os maquinistas de arroz não tinham capital suficiente para a realização desta função tendo em vista que o preço do arroz, normalmente mais baixo que o café, não gerava um movimento de capital importante.

Neste sentido, quando os pequenos proprietários necessitavam de empréstimos recorriam principalmente aos maquinistas de Lucélia e em menor escala aos de Osvaldo Cruz.

De uma maneira geral, isto significava que a produção existente na hinterlândia da Vila não comportava a presença destas unidades de beneficiamento para o café mas somente para o arroz.

2.2.3. O COMÉRCIO VAREJISTA

O comércio varejista de Inúbia Paulista representava a mais importante função desempenhada pelo núcleo urbano. Tinha como seu principal representante os armazéns de secos e molhados, estabelecimentos que comercializavam além dos gêneros alimentícios, produtos destinados à produção rural

como instrumentos agrícolas, arames, sementes, inseticidas, etc.

Os armazéns de secos e molhados destinavam-se basicamente à suprirem as necessidades básicas da população do distrito em termos de bens indispensáveis à sobrevivência. O mais importante mercado consumidor era representado pela população rural que em 1950 abrangia 76,91% da população total do distrito.

Tal qual ocorria em Osvaldo Cruz, o comércio varejista no transcorrer da semana apresentava um pequeno movimento, uma vez que a população urbana era constituída de 1.318 habitantes. Era aos sábados que o principal mercado consumidor afluía ao núcleo urbano para satisfazer suas necessidades.

Ao adquirirem seus produtos, os pequenos proprietários rurais efetivavam seus pagamentos à vista, enquanto que os colonos das fazendas adquiriam-nos à prazo. O mecanismo funcionava da seguinte maneira: o proprietário da fazenda autorizava o proprietário do armazém a vender aos seus colonos. Após a realização das mesmas, o fazendeiro saldava os débitos (S.F.). O número de colonos atendidos por este mecanismo era bastante elevado, representando uma parcela significativa das vendas dos armazéns de secos e molhados (S.F.).

Após o pagamento das compras realizadas pelos colonos, o valor era debitado de seus vencimentos, pressupondo-se neste ato que o colono jamais poderia gastar acima de seus ganhos.

Com relação aos mecanismos de abastecimento dos armazéns de secos e molhados, que em 1950 somavam 11 estabelecimentos²², estes eram similares aos de Osvaldo Cruz.

Tinham como principal fonte de abastecimento os atacadistas situados em Tupã e Marília, destacando-se a Casa

Dias (Irmãos Dias), com estabelecimentos em ambos os centros urbanos, a Casa Ebes de Tupã e a Casa Okimoto de Marília(S.F.).

Para a realização das compras os proprietários dos armazéns deslocavam-se a Tupã e Marília pois até então os vendedores não incluía Inúbia Paulista em suas "linhas". Com caminhões próprios ou fretados realizavam as compras e as transportavam mediante pagamento à vista.

A partir de 1950 os vendedores das casas atacadis-tas começaram a abastecer os armazéns. Quinzenalmente eram feitos os pedidos e os produtos adquiridos entregues por caminhões das casas atacadistas. Eram os próprios vendedores os responsáveis pelo recebimento do pagamento das compras, as quais se faziam em prazos que variavam de 30 a 90 dias.

O arroz e o feijão, por sua vez, eram adquiridos junto aos maquinistas de Inúbia Paulista e, principalmente, de Osvaldo Cruz (S.F.).

Outras atividades que complementavam o comércio varejista estavam representadas por 1 posto de gasolina, 2 ba-zares que comercializavam produtos de armarinho, confecções e brinquedos, 3 estabelecimentos que comercializavam tecidos e confecções e 3 que comercializavam artigos de selaria e cal-çados.

De um modo geral o comércio varejista presente em Inúbia Paulista destinava-se a fornecer à população local apenas os bens que satisfaziam suas necessidades básicas. Tendo em vista o restrito número de pequenos proprietários ru-rais, isto implicava para o núcleo urbano uma restrita produ-ção agrícola para ser comercializada por ele. Isto ocorria porque as fazendas, responsáveis pela maior parte da produ-ção, possuíam mecanismos próprios de comercialização. Mais do que isto, os pequenos proprietários representavam também um pequeno mercado consumidor o qual, embora com nível de renda elevado, pouco investia no núcleo urbano. Neste contex

to, o comércio varejista instalado era expressão do seu mercado consumidor.

2.2.4. OS SERVIÇOS

Os serviços prestados pelo núcleo urbano de Inúbia Paulista em 1950 eram bastante inexpressivos sendo representados basicamente por 4 estabelecimentos de alojamento e alimentação, 3 de manutenção e reparos e serviços de saúde através de 1 médico e 2 dentistas.

Uma das funções tão importante para o núcleo urbano como os serviços de transporte não se faziam presente, ou seja, não havia nenhuma empresa que realizasse as ligações entre a população rural e urbana. O sistema de transporte era o rodoviário apoiado nas carroças, cavalos e caminhões que partiam das fazendas. Em 1949 a ferrovia atinge o núcleo urbano, o que veio a contribuir em muito para a concretização do transporte intermunicipal e inter-regional.

Os bancos por sua vez não se faziam presentes, o que significava que a população do distrito tinha que recorrer às agências bancárias instaladas principalmente em Lucélia, dificultando assim a criação de condições potenciais de apoio à agricultura e à produção urbana.

A precariedade dos transportes e a não existência da função bancária não criavam condições favoráveis ao desenvolvimento do núcleo urbano, pois os dois elos de ligação que dariam caráter dinâmico ao mesmo e à rede urbana não se faziam presentes.

Sendo Inúbia Paulista um distrito na escala administrativa, este não possuía através de seus representantes, força política suficiente para obter junto ao governo do estado

serviços como educação, saúde, saneamento dentre outros. Por conseguinte, os serviços de educação eram representados apenas por unidades isoladas onde lecionava-se as quatro primeiras séries do primeiro grau; os serviços médicos eram representados por apenas 1 médico; saneamento e energia não existiam.

No contexto analisado verifica-se que o núcleo urbano desempenhava, de uma maneira geral, somente alguns dos serviços necessários à satisfação da sua população. Esta deficiência nos serviços está diretamente vinculada ao próprio desenvolvimento agrícola anteriormente analisado que era o fundamento econômico do mesmo.

3. AS INTERAÇÕES ESPACIAIS

3.1. AS INTERAÇÕES CIDADE-CAMPO

Fundados os núcleos urbanos, estes passavam a exercer determinadas funções que se destinavam num primeiro momento a satisfazer as necessidades de sua população. Era através das funções que se estabeleciam as interações espaciais no nível mais local, entre a população rural e seu respectivo núcleo urbano.

Vimos anteriormente as funções desempenhadas por Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista que, como decorrência dos diferenciais de demanda e oferta de bens e serviços, apresentavam-se distintos em termos de centralidade.

Mas era efetivamente através do comércio e dos serviços que se realizava um primeiro nível de interações espaciais. A distribuição de bens e serviços constituía-se num mecanismo pelo qual a mais-valia se realizava e circulava. A revenda sucessiva dos produtos comercializados pelos vare

jistas das cidades pequenas, desde a produção industrial até seu estabelecimento, o armazém de secos e molhados, passava por várias etapas e em cada uma delas era acrescentado uma margem de lucro. Neste processo resulta também que os preços dos produtos ao consumidor final, à população rural, são muito elevados devido a estes sucessivos acréscimos de lucro. Em realidade as extrações sucessivas de lucros comerciais constituem-se também em etapas necessárias do processo de realização do valor e da mais-valia²³.

Se a distribuição de bens e serviços são mecanismos através dos quais se estabelecem as interações espaciais, a comercialização da produção rural constitui-se em outro.

A obtenção da produção agrícola se dava, de uma maneira geral, dispersa. As centenas de pequenos produtores rurais espalhados pela área territorial do município de Osvaldo Cruz e distrito de Inúbia Paulista eram responsáveis por pequena produção por unidade, mas que no somatório geral tornava-se elevada. Toda esta produção agrícola precisava ser concentrada no núcleo urbano a partir de onde seria comercializada e enviada aos mercados regionais, extra-regionais e indústrias. A cidade tornava-se o centro da comercialização da produção rural.

Para tanto, contavam ambos os núcleos urbanos com agentes coletores re-expeditores que eram responsáveis pela aquisição da multivariada produção agrícola. Após a aquisição os agentes comercializavam a produção com as unidades de beneficiamento ou com outros mercados consumidores. Entretanto haviam outros processos para a comercialização como aquele em que o produtor rural enviava sua produção ao núcleo urbano, vendendo-a sem passar por intermediários.

Em qualquer um destes mecanismos, que não exclui a presença de outros, está implícita uma margem de lucro extraída pela cidade sobre campo. Isto ocorre porque a cidade sempre impõe um preço inferior àqueles praticados no meio ur

bano. Uma exemplificação de tal fato nos é dado pela fixação de preço máximo entre os maquinistas de Osvaldo Cruz, para a produção cafeeira.

Era fundamentalmente através da distribuição de bens e serviços e da comercialização da produção rural que as interações espaciais entre a população rural e seu respectivo núcleo urbano se faziam presentes.

Em um quadro rural marcado pela magnitude da pequena propriedade rural, lugar da produção e de residência do proprietário rural, era fundamentalmente através da distribuição de bens e serviços e da comercialização da produção rural que as interações espaciais entre a população rural e seu respectivo núcleo urbano se faziam presentes.

3.2. AS INTERAÇÕES REGIONAIS E INTER-REGIONAIS

Em um primeiro nível, as interações regionais ocorriam através da circulação de mercadorias. As indústrias localizadas principalmente na capital paulista forneciam uma gama variada de produtos manufaturados destinados ao consumo da população. Mas este fornecimento não se fazia diretamente aos núcleos urbanos de Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista. Embora já existisse a aquisição de determinados produtos, como querosene, diretamente das unidades produtoras, o mecanismo prevalecente para a renovação dos estoques dos estabelecimentos comerciais varejistas era através de atacadistas localizados em Marília e Tupã.

Estas cidades da rede urbana, que foram "boca de sertão" e "ponta de trilhos", haviam desenvolvido um comércio atacadista que lhes possibilitavam fornecer aos núcleos urbanos localizados à oeste os produtos necessários ao comércio varejista.

Os atacadistas de Tupã e Marília eram, quantitativamente, os mais importantes fornecedores de produtos manufaturados aos estabelecimentos comerciais de Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista e estabeleciam ligações diretas com a capital, grande centro atacadista e industrial.

Mas havia um outro fluxo de mercadorias que partia de Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista para outras regiões. Era a produção agrícola que partindo de ambos os núcleos urbanos era direcionada à capital ou a outros núcleos como por exemplo à Rancharia, na Sorocabana, que recebia a maior parte da produção de algodão e São Paulo e Santos, que recebiam a produção cafeeira. Estas interações podem ser observadas no mapa 5 (I).

Além das interações que ocorriam através da circulação de mercadorias, um outro processo estava vinculado aos bancos. Através dos financiamentos, empréstimos e operações bancárias diversas, os bancos tornavam-se uma fonte para a drenagem da renda fundiária, mais valias e salários do município e distrito. Com suas atividades criava-se condições para que o capital agrícola fosse transformado em outros capitais, bem como o capital de produção urbana fosse transformado em agrário.

Embora no núcleo urbano de Inúbia Paulista não se fizesse presente nenhuma agência bancária, a população utilizava-se das agências localizadas sobretudo na sede municipal, Lucélia.

Com a presença dos bancos os núcleos urbanos de Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista articulavam-se aos demais núcleos da rede urbana de Marília e a outras regiões. Estas interações eram garantidas pelo transporte rodoferroviário, destacando-se o rodoviário que em termos regionais era representado por empresas como o "Expresso Zona da Mata" e o Antigo "Expresso Adamantina", que com suas linhas servia grande parte dos núcleos urbanos da rede.

MAPA 5 - INTERAÇÕES ESPACIAIS DE E PARA OSVALDO CRUZ POR VOLTA DE 1950 (I).

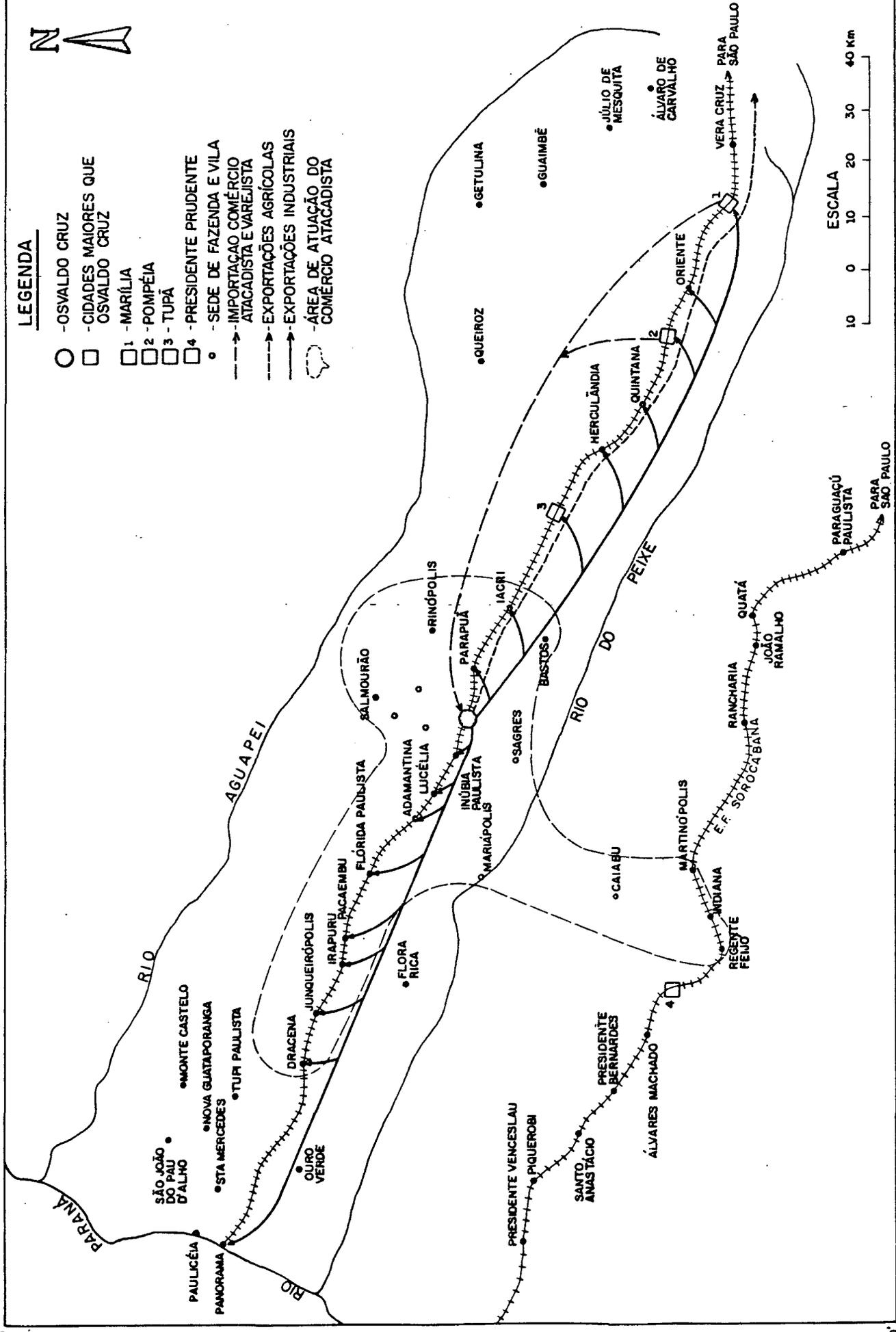
49°30' 21"

.183.

22°30' 52"

52° 21'

22°30' 52"



Ocorria um outro nível de interações espaciais através da estrutura político-administrativa, onde ambos os núcleos urbanos estavam vinculados à Comarca de Presidente Prudente. Neste sentido muitas ligações se efetivavam com a região da Sorocabana interessando principalmente às questões jurídicas. As interações realizadas a partir do transporte rodoviário e das relações administrativas, encontram-se representadas no mapa 5 (II).

N O T A S

¹ A primeira delas, Fazenda Guataporanga, que compreendia o extenso vale do Rio Aguapeí foi apossada em 1845 por Francisco Rodrigues de Campos. Este, por escritura particular de 11 de março de 1852, vendeu toda a gleba a Manoel Ignácio Moreira, pagando o último o imposto de "Siza" em 02 de junho de 1852. Manoel Ignácio Moreira por sua vez revendeu toda a propriedade a Joaquim Francisco Rezende em 23 de setembro de 1876; este que por escritura de 13 de novembro de 1895 revendeu as terras a Amadeu de Almeida Santos por título registrado na então Comarca de São Paulo dos Agudos. Este último depois de "... haver separado uma certa gleba situada nas nascentes do Rio Aguapeí, a qual medida e dividida judicialmente passou a ser conhecida pelo nome de "Perímetro Judicial", dividiu as terras restantes em quatro partes ideais reservando uma para si e alienando as outras três: uma ao Dr. Augusto Eliseo de Castro Fonseca, outra a Antonio Januário de Vasconcellos e a terceira a Joaquim Rodrigues Sobrinho. Este último, por sua vez, vendeu-a ao Dr. Alfredo de Campos Sales e outros por escritura de 07 de dezembro de 1904. Amadeu de Almeida Santos que reservou uma quarta parte de todo o vale para si, vendeu-a por escritura de 01 de julho de 1911 a Luiz de Toledo Piza; este que, por sua vez, em escritura de 18 de novembro de 1920 registrada na Comarca de Penápolis a transferiu a Lélío Piza & Irmãos. Destes últimos, Lélío Piza & Irmãos, em 21 de junho de 1921 conforme registro levado a efeito sob o número 3084 na Comarca de Penápolis, adquiriu o Sr. Max Wirth 13.940 alqueires que passaram a constituir a Fazenda Guataporanga".

A Fazenda Monte Alegre por divisão judicial procedida em 1918 veio a pertencer a José Joaquim Cardoso de Mello Júnior, o qual, posteriormente, em 23 de janeiro de 1924 transferiu 5.000 alqueires a Max Wirth de acordo com a transcri

ção nº 4832 feita no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Presidente Prudente.

- 2 CAMARGO, Jorge Nogueira. Um suíço no Brasil: Max Wirht. s. l., s. ed., 1967. p.17.
- 3 CAMARGO, Jorge N. Op cit., p. 20 e 21.
- 4 MAX WIRTH S.A. COMISSÁRIA E MERCANTIL: Album comemorativo ao jubileu de prata da Fundação de Max Wirth S.A. Comissária e Mercantil. s.l., s. ed., 1958. n.p.
- 5 EDIÇÃO d"TRABALHO" comemorativa ao 10º aniversário de Fundação da cidade de Osvaldo Cruz. s.l., s. ed., 1951. n. p.
- 6 Em 1950, segundo Censo Demográfico do IBGE existiam em Osvaldo Cruz, 1877 estrangeiros e 79 brasileiros naturalizados.
- 7 MONBEIG, Pierre. Op cit., p.357.
- 8 Esta informação foi obtida junto a todos os entrevistados que adquiriram terras em Osvaldo Cruz.
- 9 SÃO PAULO. 14º Tabelião de Notas. Leveu Vampré; Escritura de Compra e Venda de Imóveis. São Paulo, 1952. (Livro 01, 2º Translado, fls.45 v.).
- 10 EDIÇÃO d"TRABALHO". Op cit., n.p.
- 11 MEMORIAL Descritivo para criação do município de Osvaldo Cruz. Osvaldo Cruz, s. ed., 1943, datil.
- 12 EDIÇÃO d"TRABALHO". Op cit., n.p.
- 13 Dados referentes à estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Inúbia Paulista só a partir de 1960 pois até 1958 este figurou como distrito pertencente à Lucélia.

- 14 SANTOS, Milton. Espaço e Método ...
LEFEBVRE, Henri. O Direito à cidade ...
- 15 Segundo Censo Comercial do IBGE - 1950, existiam em Osvaldo Cruz 7 estabelecimentos comerciais atacadistas, mas segundo a Prefeitura Municipal haviam 27, dos quais onze de produtos alimentícios e 16 de madeira. Note-se que nos dados da Prefeitura já estão exclusas as informações referentes aos distritos de Massapê e Drumond. Existiam ainda, segundo os dados da Prefeitura 2 estabelecimentos atacadistas vinculados ao comércio de aves e ovos.
- 16 Cabe ressaltar que além dos maquinistas que realizavam o mecanismo descrito de comercialização do café beneficiado, existia em Osvaldo Cruz uma unidade de beneficiamento da Max Wirth S.A. Comissária e Mercantil que após a compra e benefício do produto no município remetia diretamente ao porto de Santos (E.W.) e outra filial da cafeeira Belluzo S.A. que remetia a produção para a Matriz em São Paulo.
- 17 ALVARENGA, José. Vidas e caminhos: crônicas e pequenas histórias. Osvaldo Cruz, s.ed., 1988. p.39.
- 18 O proprietário do Posto Esso de Osvaldo Cruz era também o proprietário do posto em Lucélia, Adamantina, Flórida Paulista e Pacaembú.
- 19 Dados obtidos junto a Prefeitura Municipal de Osvaldo Cruz através das fichas de Comércio, Indústria e Profissões para o município no ano de 1950. Os totais apresentados são apenas para o núcleo urbano. Entretanto estes dados não correspondem aos apresentados pelo IBGE no mesmo ano, que era de 136 estabelecimentos varejistas.
Assinala-se que dos estabelecimentos comerciais varejistas vinculados à venda de ferragens e materiais de construção, 1 deles era filial, cuja matriz localizava-se em Garça.

- ²⁰ EDIÇÃO d"TRABALHO" op cit., n.p.
- ²¹ Os dados referentes ao beneficiamento de produtos rurais, o comércio varejista e prestação de serviços foram obtidos a partir de: LUCÉLIA. Prefeitura Municipal. Imposto de indústrias e profissões e anexos de Lucélia, 1950.
- ²² Nestes dados apresentados estão inclusos também pequenos estabelecimentos varejistas localizados na área rural.
- ²³ CORRÊA, Roberto Robato. A rede urbana ... p.68.

IV - OSVALDO CRUZ E INÚBIA PAULISTA NOS ANOS 80

- A REDEFINIÇÃO FUNCIONAL

O presente capítulo pretende analisar as cidades de Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista no presente, considerando-se primeiramente as transformações gerais verificadas na área onde se localizam e, a seguir, os impactos dessas transformações em ambos os centros.

1. AS TRANSFORMAÇÕES GERAIS E SUAS ESPECIFICAÇÕES EM OSVALDO CRUZ E INÚBIA PAULISTA

Nesta parte do estudo pretende-se verificar como as transformações que ocorreram se manifestam em Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista. Mais especificamente, analisa-se neste sub-capítulo as transformações na agricultura e as transformações na circulação.

1.1. AS TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA

1.1.1. AS TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA FUNDIÁRIA, NA PRODUÇÃO E NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

É no conjunto das transformações que se verificaram na agricultura brasileira desde a década de 1950 que se inserem as mudanças na estrutura fundiária e nas relações de produção em Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista. A partir da referi-

da data a agricultura brasileira sofre transformações quantitativas e qualitativas, envolvendo, entre outros o uso da terra, o sistema agrícola, as relações sociais de produção, o habitat rural, as necessidades de emprego, o uso crescente de insumos, etc. Estas mudanças estavam relacionadas, de um lado, à implantação de um setor industrial nacional voltado para o fornecimento de máquinas e implementos agrícolas, além de insumos químicos através dos quais a modernização agrícola podia generalizar-se. De outro, as transformações estavam vinculadas ao desenvolvimento de tecnologias através de órgãos como a EMBRAPA e EMATER; à atuação do Estado que passou a estimular a modernização através do crédito rural institucional bem como a criação do FUNRURAL integrado ao sistema INPS/INAMPS que contribuía para a transformação do trabalhador permanente em trabalhador temporário, acrescentando-se a estes as leis trabalhistas. Crescentemente a política de produtos era substituída pela política de mercadorias; crescentemente os complexos agroindustriais passaram a ser ampliados e no seu bojo novas formas de produção através do uso intensivo de capital e tecnologia e das novas relações de produção, passam a alijar o campesinato. De tal modo que os subsetores da produção alimentar e matérias-primas para o consumo interno e o subsetor para exportação, estavam garantidos.

Com transformações desta natureza que abarcavam os mais diversos aspectos da estrutura agrária, o município de Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista passaram a ser incorporados aos processos de mudanças. Esta incorporação, entretanto, não se deu ao mesmo tempo nem em todos os aspectos já que cada lugar não acolhe nem todas nem as mesmas variáveis, nem os mesmos elementos, nem as mesmas combinações¹. Cada lugar é singular e sua singularidade advém de uma combinação específica de variáveis.

Diante deste quadro a primeira das alterações a se manifestar está vinculada à diminuição da população rural, afetando, entre outros, o habitat rural. Observando-se as tabelas de número 15, 16 e 17 nas páginas 81, 91 e 92, respectivamente verifica-se que a população ru-

ral de Osvaldo Cruz vai progressivamente diminuindo sua participação em relação à população total: 55,99%, 36,53% e 32,53% em 1950, 1970 e 1980 respectivamente, deixando de ser majoritária. Em Inúbia Paulista, ao contrário, a população rural continua até os anos 80 a ser predominante, correspondendo a 76,91%, 69,74% e 60,47% nos anos de 1950, 1970 e 1980 respectivamente. Ressalta-se, contudo, que em termos absolutos esta população diminui durante o período em tela.

Com relação à estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista entre 1960 e 1980, expressos nas tabelas 18 e 19 nas páginas 94 e 96, verifica-se um processo de concentração que afetou a referida estrutura.

Em Osvaldo Cruz a concentração fundiária está representada inicialmente no número total de estabelecimentos, que de 1496 em 1960 passou para 848 em 1980. Esta diminuição não foi acompanhada pela da área total que, ao contrário, sofreu uma ampliação em cerca de 10%. Os estabelecimentos com até 10 ha que perfaziam em 1960 74,39% do total e 31,81% em termos de área, tiveram sua participação acentuadamente reduzida em 1980 correspondendo a 43,86% do total de estabelecimentos e 10,57% da área total. Paralelamente a esta diminuição os estabelecimentos com áreas entre 10 e 100 ha foram os que passaram a apresentar maior importância relativa. Estes representavam em 1960 24,66% do total de estabelecimentos e 36,43% em termos de área. Em 1980 estes valores passam a corresponder a 53,06% e 51,09%.

Os médios estabelecimentos também apresentaram crescimento em termos de número e de área correspondendo em 1960 a 0,80% e 13,0% respectivamente. Em 1980 estes valores se elevam para 2,83 e 20,66%. Os grandes estabelecimentos, ou seja, aqueles com área acima de 500 ha não apresentaram diferenças significativas nem em relação a área nem em relação ao número.

Em Inúbia Paulista a concentração fundiária também

reflete-se primeiramente na diminuição do número total dos estabelecimentos que de 356 em 1960 passa para 148 em 1980, significando uma diminuição de 58,42%, acompanhada pelo aumento da área total que passou de 8.476 ha para 10.747, representando uma ampliação efetiva de 26,79%.

Os estabelecimentos com áreas de até 10 ha que perfaziam em 1960 78,08% do total numérico e 17,24% da área total, passaram a corresponder em 1980 a 41,89% e 3,22% respectivamente. Aqueles com áreas entre 10 e 100 ha apresentaram em 1980 comparativamente a 1960 um aumento de 27,76% mas este aumento não foi acompanhado pelo da área correspondente. Os médios estabelecimentos apresentaram crescimento tanto em número quanto em área correspondendo em 1960 a 0,56% e 2,79% e em 1980 estes valores se elevam a 5,40% e 14,13% respectivamente. Mas os grandes estabelecimentos foram os que apresentaram maiores taxas de crescimento: em 1960 estes correspondiam a 1,12% do total numérico e 61,76% da área total; em 1980 estes valores se elevam para 4,72% e 66,41%.

Isto significa para Inúbia Paulista uma elevada concentração da propriedade da terra onde apenas 7 proprietários detêm 66,41% de todas as terras agrícolas do município. Esta concentração, entretanto, não ocorreu fundamentalmente a partir das transformações da agricultura; a estrutura dimensional do município já nasceu concentrada, posto que foi neste município que a família Wirth utilizou parte de suas reservas de terras para exploração. Em realidade, houve apenas um aumento relativamente pequeno de tal concentração.

Em Osvaldo Cruz, por outro lado, não houve aumento de concentração nesta classe de estabelecimentos, mas nos pequenos e médios.

Com relação à produção agrícola, vimos anteriormente que ambos os municípios caracterizavam-se pela expressiva participação na produção agrícola alimentar e de matérias-primas, destacando-se o algodão e o amendoim. A produção

agrícola, entretanto, paulatinamente diminuiu não tendo sido substituída por outros produtos. Observando-se as tabelas de número 10, 11, 13, 20, 21, 22 e 23 verifica-se que em 1950 a produção alimentar era bastante elevada destacando-se o arroz, feijão e milho, e o algodão. O café, porém, era a cultura principal, a que ocupava maior área, já que a política de sustentação dos preços garantia sua comercialização no mercado.

Mas se em 1950 e anos subsequentes a produção de gêneros alimentícios era elevada, à medida que a principal cultura, o café, entrou em ascensão, isto implicou o início da redução dos gêneros alimentícios que em grande parte eram cultivados intercalados ao café. O algodão, a partir da década de 1950, começa gradualmente a ser substituído pelo amendoim que até os anos 70 apresenta-se como produto importante. A partir de então começa sua redução não tendo sido substituído por outra matéria-prima, por exemplo, a soja. Estas alterações na produção agrícola podem ser visualizadas na tabela 26.

TABELA 26

PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE OSVALDO CRUZ E
INÚBIA PAULISTA - SAFRA 1987/1988

MUNICÍPIO	Arroz (t)	Feijão (t)	Milho (t)	Algodão (t)	Amendoim (t)	Café Bene- ficiado (t)
Oswaldo Cruz	360	954	4.500	450	457,6	1.680
Inúbia Paulista	60	246,6	2.700	525	77,5	860,7

FONTE: SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Divisão Regional Agrícola de Presidente Prudente. Estimativa de Safra da Delegacia Agrícola de Oswaldo Cruz.

Por outro lado a produção cafeeira que desde 1950 vinha crescendo, apresenta redução em 1970 o que se deve aos reflexos da política de erradicação do café implantada pelo governo na década de 1960 e que vigorou até 1967. A partir de então a produção volta a crescer, inclusive com aumento de cafeeiros novos; porém, a área destinada à sua produção decresce.

Esta diminuição da produção agrícola foi acompanhada pelo aumento significativo das terras ocupadas por pastagens. Em 1970 as pastagens naturais e artificiais ocupavam em Inúbia Paulista 2.617 ha e em 1980 5.070 ha, significando uma ampliação de 93,73%, que em relação as terras utilizadas com agropecuária significativa 47,17%. Em Osvaldo Cruz não se verifica crescimento desta amplitude pois em 1970 as pastagens ocupavam 8.308 ha e em 1980 9.009 ha, significando um aumento de apenas 8,41%. Entretanto, em relação às terras utilizadas com agropecuária significava 41,31% da terra total. Segundo a Delegacia Agrícola de Osvaldo Cruz em sua estimativa de safras para 1987/88 no referido município as pastagens ocupavam 9.554 ha e em Inúbia Paulista 4.782 ha não demonstrando, portanto, alterações importantes.

A cana-de-açúcar, por outro lado, não representava em ambos os municípios cultura de destaque. Em 1970 Osvaldo Cruz, segundo dados do IBGE, a produção foi de apenas 49 toneladas em uma área de 6 ha enquanto Inúbia Paulista não apresenta dados. Em 1980, Inúbia Paulista apresenta produção de 572 toneladas enquanto Osvaldo Cruz não apresenta dados. Em 1987/88 segundo a referida Delegacia Agrícola a produção em Inúbia Paulista foi de 88 mil toneladas em uma área de 980 ha, e em Osvaldo Cruz de 56 mil toneladas em uma área de 700 ha.

Verifica-se, em realidade, que a agricultura a partir da década de 1970 começa a sofrer um processo de substituição, inicialmente por pastagens – que teve seu ponto de inflexão na década de 1960 – e depois pela cana-de-açúcar,

refletindo as transformações pelas quais a agricultura passou. Em Inúbia Paulista embora não se tenha verificado a implantação efetiva de um complexo agroindustrial de cana-de-açúcar, isto ocorreu no município vizinho, Lucélia, o que resultou na incorporação de grandes áreas de Inúbia Paulista destinadas à produção do referido produto.

Em Osvaldo Cruz o complexo agroindustrial da cana-de-açúcar fundado em 23/03/81 - Destilaria de Álcool Califórnia Ltda. - DACAL - teve sua matriz instalada na sede municipal enquanto sua unidade produtora foi instalada em Parapuã. Esta localização assim se procedeu pelo fato de que em Parapuã as terras eram menos valorizadas que em Osvaldo Cruz, além de estarem mais próximos do eixo rodoviário - SP 425 - que dá acesso a Presidente Prudente e Ourinhos onde estão localizados alguns dos principais consumidores da produção de álcool (C.T.). A partir de então grandes áreas do município de Parapuã e Osvaldo Cruz passaram a ser incorporadas à produção canavieira. Normalmente as terras que tiveram seu uso destinado ao plantio de cana eram aquelas até então ocupadas por pastagens ou cafezais de baixa produção.

Além da implantação dos complexos agroindustriais, outro motivo que colaborou para a substituição da agricultura - principalmente a de alimentos, algodão e amendoim - pelas pastagens foi a diminuição da fertilidade do solo, bastante acentuada pela não utilização de técnicas agrícolas adequadas, principalmente pelos pequenos produtores que para manterem-se como tais retornaram acentuadamente à prática dos cultivos intercalares. Isto se deve ao fato de que o crédito rural destinado aos pequenos produtores tornou-se bastante dificultado em função das altas taxas de juros: e como conseqüência os investimentos na modernização agrícola tornaram-se quase que impraticáveis. Sendo assim, parte das terras agrícolas foram transformadas em pastagens o que para o produtor rural era garantia de sua propriedade bem como permitia auferir rendimentos para sua manutenção. Assinale-se que muitos agricultores preferem transformar suas terras em

pastagens, até que novos produtos agrícolas sejam incentivados, como forma de superar a subordinação aos bancos e evitar a perda de suas terras (J.A.).

Uma outra importante transformação relacionada à agricultura desta área diz respeito à mão-de-obra. Vimos anteriormente que ambos os municípios caracterizaram-se por um processo de ocupação calcado em pequenos e médios proprietários. Estes novos proprietários mormente ex-colonos de origem italiana, espanhola, portuguesa e japonesa, tornaram-se os responsáveis diretos pela exploração agrícola juntamente com suas famílias. Neste sentido a necessidade de mão-de-obra complementar para a execução das tarefas tornava-se pequena, à exceção do momento da colheita em que contratava-se auxiliares que podiam inclusive ser outros pequenos proprietários que, tendo terminado suas colheitas, dispunham-se juntamente com suas famílias a um trabalho extra. Mas, se por um lado, os pequenos produtores não demandavam de maneira sistemática uma mão-de-obra assalariada, havia aquela parcela de proprietários que empregava um relativo número de assalariados rurais. Neste caso, havia sempre uma família contratada que residia no próprio estabelecimento. Acresce-se ainda que nas fazendas existentes em ambos os municípios a "colônia" estava presente.

Sendo assim, o número de trabalhadores rurais permanentes, tornava-se relativamente elevado, ao passo que os trabalhadores temporários (bóias-frias) eram bastante reduzido. Esta situação em termos de mão-de-obra foi sendo alterada pois o trabalhador permanente foi sendo substituído pelo bóia-fria. Tal fato se deve primeiramente à redução das áreas agrícolas, ou seja, a substituição da agricultura pelas pastagens. Esta atividade por suas características — destinada ao corte e praticada de forma extensiva — demanda um pequeno número de mão-de-obra. A partir do momento que a agricultura presente passou a modernizar-se com a utilização de insumos químicos, força mecânica, dentre outras inovações, a demanda por mão-de-obra passou também a reduzir-se. Se por

um lado a modernização resulta na melhoria dos índices de produção e produtividade, por outro lado ela implica na redução da mão-de-obra que até então era necessária. Inclui-se também como um dos fatores que passou a contribuir para a alteração na composição da mão-de-obra foi a extensão das leis trabalhistas ao trabalhador rural. Como consequência muitos proprietários abdicaram do trabalho permanente em favor do temporário.²

A população alijada do processo produtivo passou a se direcionar aos núcleos urbanos de Osvaldo Cruz, Inúbia Paulista, e outros de maior porte, tanto regionais como extraregionais, caracterizando-se então por seu domicílio não rural. Esta mão-de-obra, entretanto, residindo nos núcleos urbanos pode retornar periodicamente ao campo como bôias-frias, embora seu custo de reprodução seja determinado pela cidade.

Os processos que incidiram sobre os municípios de Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista, não exclusivamente, repercutiram diferenciadamente. No núcleo urbano de Osvaldo Cruz onde a complexidade funcional é maior, parte da mão-de-obra alijada do campo pôde ser incorporada à economia citadina mesmo que através do circuito inferior da economia ou como operários das indústrias existentes na cidade. Em Inúbia Paulista, por outro lado, não houve possibilidade de parte desta mão-de-obra ser incorporada à economia urbana tendo em vista que se trata de um pequeno núcleo onde as atividades são bastante reduzidas.

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Inúbia Paulista cêrca de 50% de sua população urbana constitui-se em bôias-frias que trabalham com o corte da cana-de-açúcar. Trabalham eles principalmente nas grandes fazendas que tem sua produção destinada à Central de Álcool Lucélia Ltda., localizada em Lucélia ou em Parapuã, onde estão localizados canaviais que fornecem sua produção à DACAL, localizada no referido município.

Com relação aos bôias-frias de Osvaldo Cruz estes prestam seus serviços principalmente à DACAL e aos seus fornecedores, sendo que tal prestação de serviços se dá por intermédio da "Serviços de Assistência Técnico Agrícola SC Ltda. - SERVIÇAL". Esta empresa é a responsável pela contratação e transporte dos trabalhadores temporários, sendo que os custos destes serviços são pagos pela DACAL e seus fornecedores. Para a execução de tal tarefa a SERVIÇAL conta com 2 turmas em Osvaldo Cruz perfazendo 110 bôias-frias, 1 turma em Inúbia Paulista de 44 bôias-frias, 1 turma em Parapuã de 73 bôias-frias, 1 turma em Sagres de 64 e 1 turma em Vila Escócia de 47 bôias-frias³.

Assinala-se também que muitos bôias-frias de Osvaldo Cruz não estão vinculados ao corte da cana-de-açúcar, mas sim à produção cafeeira: seus serviços são intermediados por agentes denominados "gatos" que se responsabilizam pela contratação e transporte da mão-de-obra sem que as leis trabalhistas sejam cumpridas. Os custos destes serviços são depois reembolsados pelos proprietários rurais que os contrataram. Acrescente-se que a área de atuação dos "gatos" é bastante imprecisa pois, segundo a SERVIÇAL, em Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista atuam agentes de Tupã, Rinópolis, Parapuã além daqueles do município.

Como alternativa para desestimular à atuação dos "gatos", foi criada em Osvaldo Cruz, no ano de 1984, a Cooperativa dos Trabalhadores Rurais Volantes - COTRAVAN. Esta cooperativa fundada pelo Ministério do Trabalho, tinha por objetivo a eliminação da atuação dos "gatos", tornando-se a responsável pela contratação dos trabalhadores rurais e pelo pagamento de todos os direitos legais trabalhistas. Para tanto, o proprietário interessado em tal serviço pagava os custos da mão-de-obra mais uma taxa de 10% destinada à manutenção da cooperativa e se responsabilizava pelo transporte. Como contrapartida a cooperativa fornecia assistência médico-hospitalar através do FUNRURAL. No ano de 1985 a COTRAVAN possuía 150 associados. Segundo o ex-presidente da cooperati

va, Sr. Nelson Luiz França, a idéia central acabou sendo desvirtuada, o que transformou a cooperativa em um outro tipo de "gato". No final do segundo ano de atuação ela deixou de funcionar pois os bôias-frias se recusavam a filiar-se à cooperativa.

As transformações ocorridas na agricultura, acabaram também por afetar os mecanismos de comercialização da produção rural, onde o aspecto que mais se ressalta é a substituição do sistema tradicional por sistemas cooperativos e de vendas diretas às agroindústrias.

Se na década de 1950 os produtos rurais eram vendidos em grande parte aos maquinistas e agentes coletores-expedidores que os revendiam para outros agentes, atualmente este mecanismo não mais predomina. As cooperativas agrícolas tornaram-se o principal elemento de comercialização da produção. Além de realizarem a comercialização também prestam assistência técnica, vendem insumos, possuem unidades de consumo e de crédito rural. É o caso, por exemplo, da Cooperativa Central Agrícola Sul Brasil de Osvaldo Cruz que em 1986 apresentava um total de 350 cooperados e da Cooperativa Agrária de Cafeicultores do Sul de São Paulo Ltda. de Osvaldo Cruz. Estas cooperativas instaladas a partir da década de 1960 progressivamente foram oferecendo melhores vantagens aos produtores rurais e com isso foi possível superar aqueles mecanismos tradicionais de comercialização como aquele entre o produtor e o maquinista. Inclusive porque as cooperativas oferecem também serviços do tipo beneficiamento e armazenamento da produção de café.

Se para determinados produtos as cooperativas agricolas tornaram-se o principal mecanismo de comercialização, para outros como a cana-de-açúcar a venda é realizada diretamente às agroindústrias o que garante que a intermediação seja inexistente. Por outro lado, produtos como o milho são revendidos tanto às cooperativas como aos avicultores existentes nos municípios de Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista que são os próprios responsáveis pelo fabrico da ração destinada às aves.

1.1.2. O PROCESSO MIGRATÓRIO

A partir do momento que novas relações de produção são introduzidas na agricultura, estas passam a suscitar outras mudanças como por exemplo, alteração da distribuição da população que, por vezes, repercute em processos migratórios.

Vimos que desde a década de 1960 e 1970 começou a alterar-se significativamente o papel da agricultura nos municípios de Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista. De produtores de gêneros alimentícios, matérias-primas e café, os dois primeiros foram cedendo lugar às pastagens artificiais e a partir dos anos 80 também à cana-de-açúcar destinada à produção de álcool. Além das alterações no uso da terra, ocorreram transformações na base técnica da agricultura o que acarretou mudanças positivas na produtividade do trabalho e nos rendimentos do solo. Sistemáticamente eram incorporados à agricultura insumos químicos, novas espécies e mecanização o que contribuiu para tornar a atividade altamente capitalizada possibilitando a generalização da liberação da mão-de-obra permanente.

De tal forma estas transformações se processaram, que paralelamente ocorreram alterações na distribuição e evolução da população de Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista embora o comportamento em ambos seja diferenciado.

Através da análise das tabelas de número 15,16 e 17 nas páginas 81,91 e 92 verifica-se que em Inúbia Paulista a população rural continua sendo predominante. Esta predominância, entretanto, apresenta-se desde a década de 1970 com taxas negativas de crescimento e a supremacia da população rural só é possível pela também contínua diminuição da população total. Em Osvaldo Cruz, entretanto, a dinâmica populacional comportou-se diferenciadamente. Até a década de 1960 a população rural era a predominante no município sendo que a partir de então perde esta posição, refletindo uma taxa de crescimento negati-

va. Em contrapartida, a população total e urbana aumentam. Nos anos 80 a população rural volta a apresentar taxas positivas de crescimento, reflexo direto do crescimento vegetativo da mesma.

Estes dados demonstram que, ao contrário da década de 1950 quando o saldo da migração foi acentuadamente positivo, a década de 1970 mostra-se como um ponto de inflexão na evolução da população. O município de Inúbia Paulista com contínuas taxas de crescimento negativo para a população reflete que o mesmo passou por um processo migratório, ou seja, que sua população passou a dirigir-se a outros municípios e correspondentes sedes urbanas. Isto fica expresso pelas baixas taxas de crescimento da população urbana desde a década de 1970. Sendo o núcleo urbano de Inúbia Paulista um centro local que apresentava uma funcionalidade urbana bastante reduzida, não comportava a incorporação da população expulsa do campo à sua economia. Desta forma o fluxo migratório foi direcionado aos principais centros urbanos da Alta Paulista ou aos grandes centros industriais do estado.

Por outro lado, o êxodo rural do município de Osvaldo Cruz teve um comportamento diferenciado, principalmente pelo fato de que a sede municipal foi capaz de incorporar à sua economia parcela dos migrantes. Neste caso, o fluxo migratório direcionado ao núcleo urbano pôde sazonalmente ser invertido em direção ao campo: são os bóias-frias para o corte da cana-de-açúcar ou para a cafeeicultura. Outra parcela da população expulsa do campo tal qual em Inúbia Paulista, também direcionou-se aos maiores centros da região ou para os centros industriais do estado.

Assinale-se que os fluxos migratórios puderam intensificar-se graças às maiores possibilidades de circulação, ou seja, a partir das melhorias do sistema de transporte e comunicação.

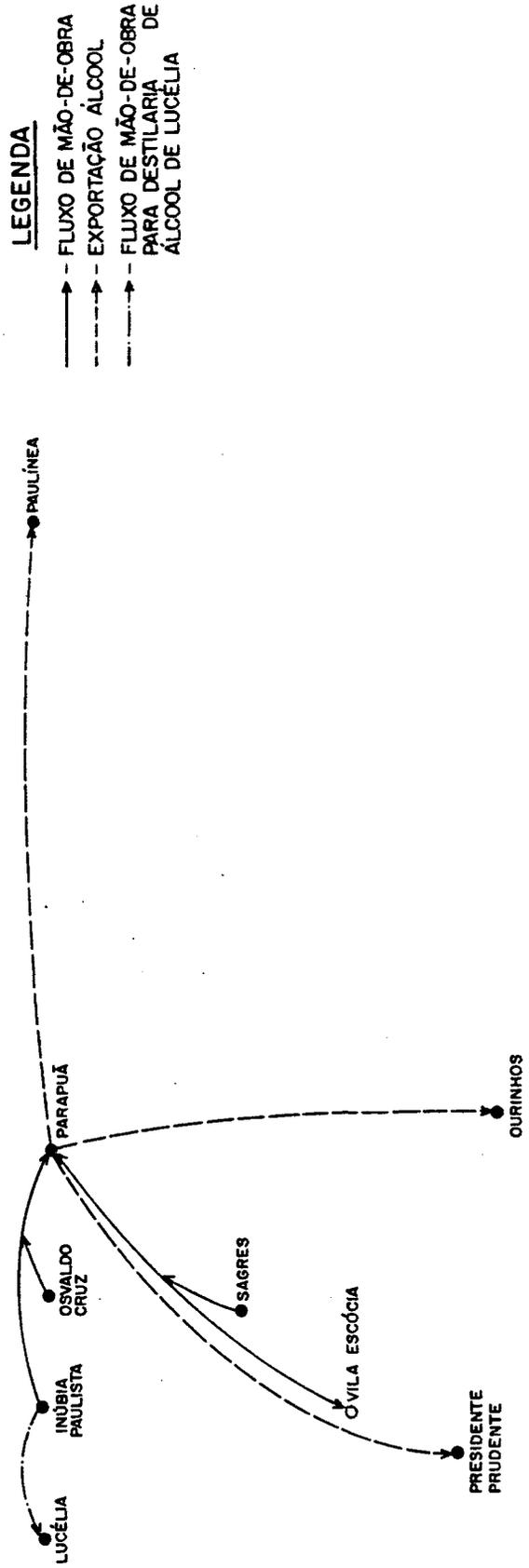
1.1.3. AS INOVAÇÕES

Com as transformações na agricultura a partir do final da década de 1950, instaurou-se, em muitos casos, a industrialização do processo de produção agrícola que inclui transformações mecânicas, químicas e biológicas além de um novo padrão tecnológico⁴.

Como reflexo desta nova etapa da agricultura alterou-se o papel desempenhado por este setor da economia nos municípios em tela, conforme verificamos anteriormente. Culturas alimentares e matérias primas bem como os cafezais de baixa produtividade foram substituídos por pastagens e cana-de-açúcar. As relações espaciais mantidas pela agroindústria canavieira encontram-se representadas na figura 3. A pecuária bovina praticada é destinada principalmente ao corte, tendo também evoluído em aspectos como a melhoria das pastagens, introdução de novas variedades de forragens, implantação de banco de sêmen com incentivo à inseminação artificial. Num primeiro momento, a transformação das terras agrícolas em pastagens significava para muitos produtores apenas a manutenção da sua propriedade, mas rapidamente esta atividade passou a receber grandes inversões de capital, tornando-se bastante dinâmica. Paralelamente ao maior desenvolvimento da pecuária no município de Osvaldo Cruz, implantou-se um frigorífico que tornou-se um dos principais mercados consumidores para os pecuaristas municipais (vide foto 10).

Vinculada a estes processos gerais ocorreu em Osvaldo Cruz a implantação da Cooperativa de Eletrificação Rural - CEROC - em 1970, visando a eletrificação rural do município e municípios vizinhos. Foi implantada com base em empréstimos do BADESP sendo que 80% do valor total era fornecido pelo referido órgão a juros subsidiados pagos em 10 anos - 2 anos de carência e 8 de amortização -; 17% foram recursos da Prefeitura Municipal e 3% dos cooperados, que hoje somam 1.330. Para o fornecimento da energia a CEROC tornou-se concessionária

FIGURA 3 - RELAÇÕES ESPACIAIS MANTIDAS PELA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA EM OSVALDO CRUZ E INÚBIA PAULISTA NOS ANOS 80.



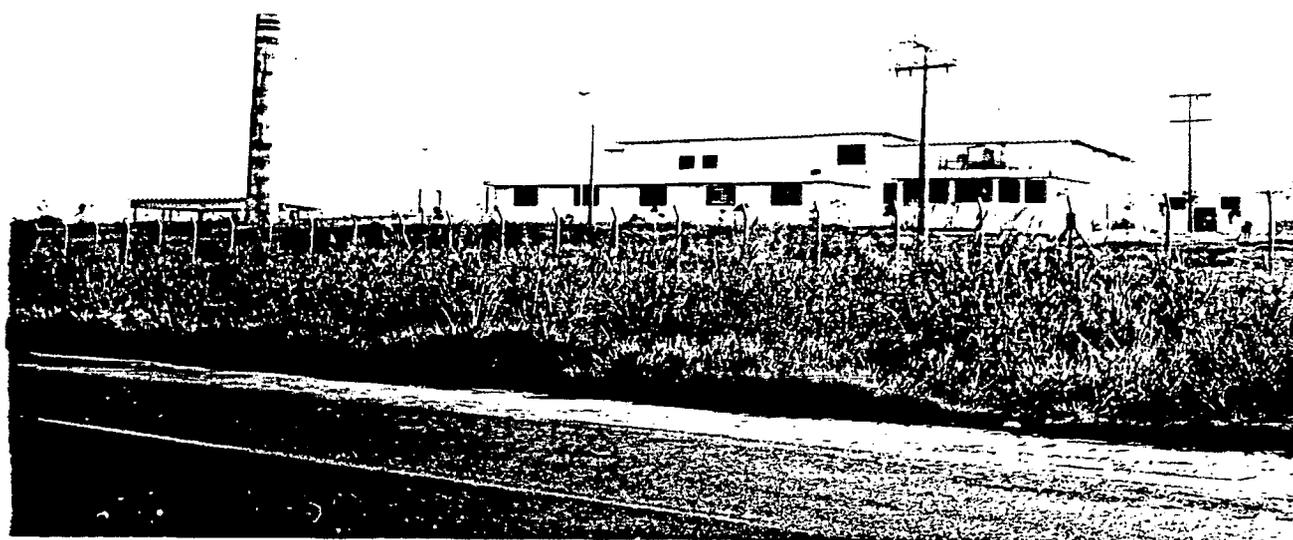


FOTO 10 - Frigorífico Frisane em Osvaldo Cruz, 1990. Localiza-se junto a via de acesso à SP 294. De origem local, iniciou suas atividades nestas instalações em 1989 e constituiu-se no principal mercado consumidor para os pecuaristas do município. Próximo à área do frigorífico, ao norte do núcleo urbano, deverá ser implantado o distrito industrial de Osvaldo Cruz em área de 12,1 ha., já adquirida pela Prefeitura Municipal.

FONTE: A autora.

ria da CAIUÁ, empresa responsável pela produção e fornecimento de energia à Alta Paulista e Alta Sorocabana. A cooperativa tem como área de atuação desde a sua fundação, os municípios de Osvaldo Cruz, Parapuã, Bastos, Rinópolis, Salmourão, Sagres, Lucélia, Adamantina, Inúbia Paulista e Mariápolis. Hoje a cooperativa conta com uma rede instalada que ultrapassa os 700 km para toda a área de atuação, além de indústria de artefatos de cimentos para a fabricação de postes que são utilizados na extensão da rede elétrica à zona rural (V.A.).

A avicultura que teve seu desenvolvimento em Osvaldo Cruz iniciado a partir da década de 60, tornou-se também uma importante atividade, voltada para a produção de ovos (vide foto 11). De um modo geral a avicultura iniciou-se como uma atividade bastante modesta, que contava com mão-de-obra familiar, com pequeno número de aves e pequena produção. O mecanismo básico de funcionamento das granjas em Osvaldo Cruz era bastante simples: a ração era fornecida pela Cooperativa Sul Brasil de Osvaldo Cruz, pela BRAVISCO de Bastos ou pela Ração Dutra de Tupã e a produção era vendida a grandes atacadistas de São Paulo e Rio de Janeiro.

A partir do início da década de 1970 (vide tabela de número 23) com a grande ampliação da avicultura no município muitas modificações foram realizadas a começar pelo aumento considerável das aves e por conseguinte da produção, pela alteração no abastecimento de ração, pela mudança e ampliação do sistema de comercialização e mercado consumidor.

A ração deixou de ser fornecida pelas cooperativas passando a ser preparada pelos próprios avicultores, adquirindo os ingredientes das mais variadas regiões — farinha de carne, adquirida junto aos frigoríficos da região da Alta Paulista; farelo de trigo de Goiás; farelo de ostra do Rio de Janeiro e Santa Catarina e milho da região da Alta Paulista — realizando na própria granja a mistura necessária. Este mecanismo de suprimento da ração explica por um lado a continuidade da produção do milho na região que tem seu mercado consumidor garantido pela avicultura. Com relação aos mecanismos de co-

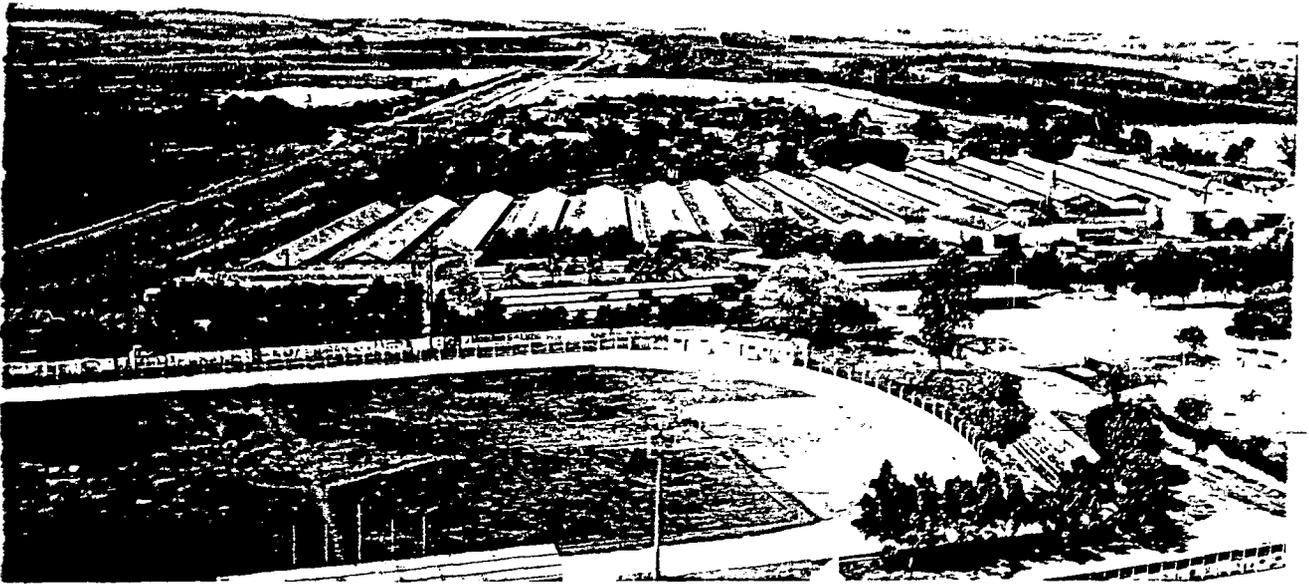


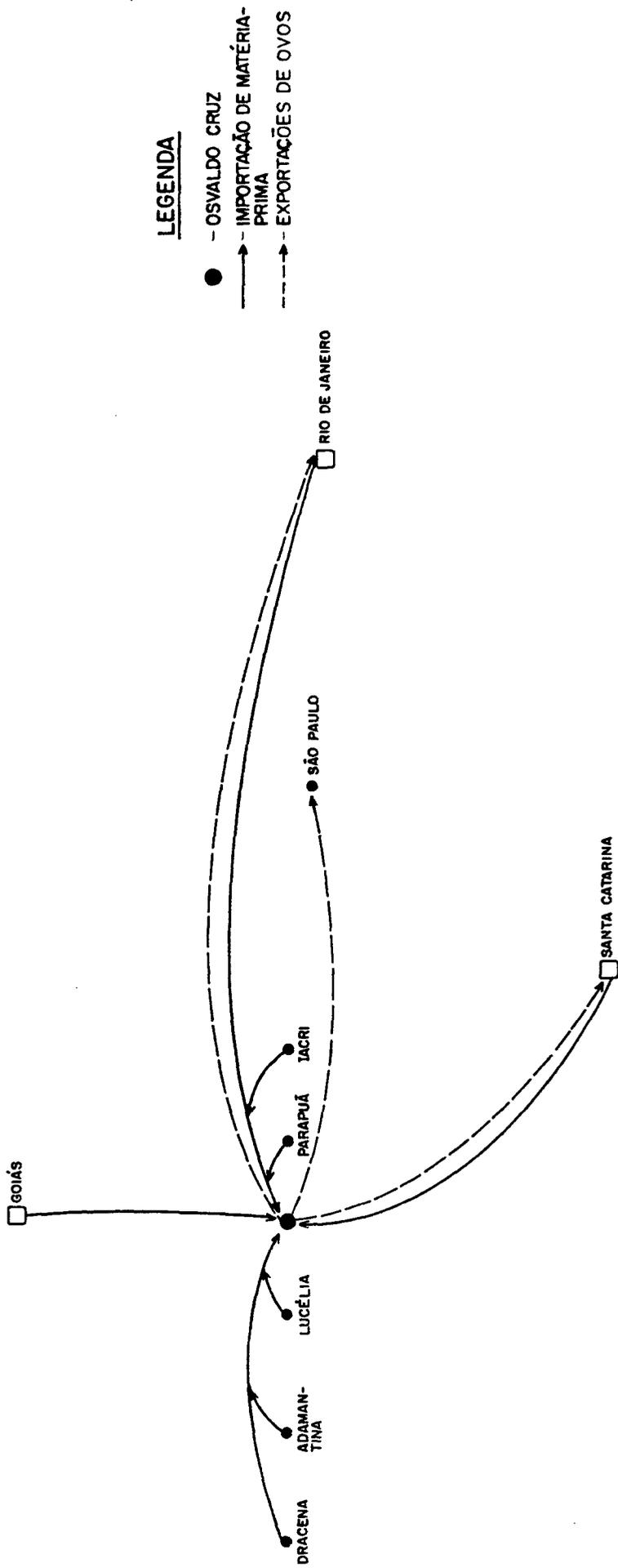
FOTO 11 - Vista parcial da Granja Borguetti em Osvaldo Cruz, 1990. A atividade avícola destinada à produção de ovos tornou-se importante para a cidade, que em 1980 foi responsável por 1,62% da produção do estado de São Paulo. As várias granjas presentes em Osvaldo Cruz são um traço marcante na paisagem urbana, localizando-se preferencialmente nos limites da área urbana. Adjacente à Granja Borguetti localiza-se o primeiro conjunto habitacional implantado em 1977 em Osvaldo Cruz, o Orlando Bergamachi com 84 casas. Ao fundo da foto destaca-se o prédio do Instituto Brasileiro do Café - IBC - atualmente com suas atividades encerradas. Resalte-se à esquerda da foto a presença da estrada de ferro, FEPASA, e paralelamente a rodovia municipal OVC 010 que dá acesso a SP 425 com destino à Presidente Prudente. Em primeiro plano o Estádio Municipal Breno Ribeiro do Val.

FONTE: A autora.

mercionalização e ampliação do mercado consumidor, a partir de meados da década de 1970 muitos avicultores deixaram de vender sua produção aos atacadistas paulistanos e cariocas, buscando novos mercados consumidores. Uma das alternativas encontradas foi a implantação na capital paulista de depósitos para venda dos ovos, eliminando assim a intermediação. Outra alternativa foi a busca de novos mercados consumidores, como o estado de Santa Catarina, onde em 1975 foi instalado um depósito da Granja Borguetti no município de São José que a partir de então abastece principalmente Florianópolis. A venda da produção é realizada diretamente aos supermercados Riachuelo, Angeloni, Pão-de-Açúcar, Imperatriz, Vitória e Santa Mônica, totalizando 90.000 dúzia por semana. Assinala-se que esta quantidade de ovos não é obtida somente junto a referida granja mas também é adquirida junto a outras granjas de Osvaldo Cruz (M.J.B.). As relações mantidas pela avicultura podem ser observadas na figura 4.

Uma outra atividade que passou a ser difundida em ambos os municípios foi a heveicultura a partir dos anos 80. Esta foi introduzida através da Cooperativa de Cafeicultores de Parapuã e rapidamente tornou-se uma cultura alternativa. Muitos produtores iniciaram sua cultura plantando as mudas intercaladas aos pés de café de baixa qualidade. Ao final do terceiro ou quarto ano, quando os seringais já estão relativamente crescidos os pés de café são cortados. No ano agrícola de 1984/85, segundo a Delegacia Agrícola de Osvaldo Cruz, existiam no município de Osvaldo Cruz 66.900 seringueiras e em Inúbia Paulista 53.500. Entretanto, segundo o Plano Especial para o Desenvolvimento Rural dos Municípios da Alta Paulista de 1986, um dos maiores problemas para a expansão da heveicultura na região é a falta de viveiros para a produção de mudas de qualidade⁵.

FIGURA 4 - - RELAÇÕES MANTIDAS PELA AVICULTURA DE OSVALDO CRUZ NOS ANOS 80.



1.2. AS TRANSFORMAÇÕES NA CIRCULAÇÃO

A circulação, etapa necessária entre a produção, distribuição e consumo, que se fazia presente em Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista na década de 1950 alterou-se. Processos foram engendrados que alteraram a circulação em ambos os municípios.

A primeira das transformações está relacionada à evolução dos sistemas de transporte e comunicação que passaram por grandes avanços. A partir da década de 1960 as estradas começaram a ser pavimentadas resultando na intensificação dos fluxos graças à maior flexibilidade dada pelos ônibus e caminhões. Na década de 1950 era este o sistema que predominava embora com presença da ferrovia, a sua eficácia era um tanto restrita.

Paralelamente a estas melhorias no sistema de transporte outras transformações se processaram junto às atividades produtivas, a exemplo da modernização da agricultura, que alterou os mecanismos de circulação. Quanto mais moderna se torna a atividade agrícola mais amplas se tornam suas relações e mais longínquo é seu alcance. Isto porque as inversões de capitais realizados nas atividades produtivas requerem que a transformação do produto em mercadoria o seja realizado no menor tempo possível, para reaver o capital investido e reiniciar o ciclo produtivo. A realidade das agroindústrias, principalmente da cana-de-açúcar nos municípios em tela, é um exemplo claro dos novos mecanismos de circulação no qual apenas a produção ocorre à nível local, pois suas relações em termos de tecnologia, capitais e informações passam a ser realizadas diretamente com os grandes centros urbanos. De tal forma que a produção agrícola já não está estritamente dependente de seu núcleo urbano, pois adquiriu quase que uma vida autônoma dele. Com isto aquela função tão importante desempenhada pelos núcleos urbanos na década de 1950 que era a organização da dispersa produção rural e conseqüente comercialização, acaba por reduzir-se. Com a melhoria dos sistemas de transporte,

com a modernização da atividade agrícola, com os novos mecanismos de comercialização, a produção é remetida diretamente das áreas produtoras aos centros consumidores.

A circulação se faz assim cada vez mais rápida, reflexo da própria necessidade da transformação do produto em mercadoria. E neste sentido cada vez mais os sistemas de transporte e comunicação se tornam eficientes.

2. O IMPACTO DAS TRANSFORMAÇÕES EM OSVALDO CRUZ E INÚBIA PAULISTA

No início da ocupação da região da Alta Paulista, os mesmos processos geravam a fundação de núcleos urbanos que se tornavam distintos apenas em termos de tamanho e funções centrais desempenhadas. Arquétipos desta situação eram os núcleos urbanos de Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista que gerados no mesmo tempo, no mesmo processo e na mesma região apresentavam-se, nos anos 50, diferenciados. A diferença estava assentada basicamente no tamanho e nas funções centrais desempenhadas por ambos. O primeiro apresentava-se com uma população bem maior e por um número de funções que evidenciavam uma maior complexidade funcional, enquanto o segundo tinha uma pequena população e um número de funções que se destinavam basicamente a suprir as demandas básicas da população local e da zona rural vizinha.

Mas a partir das décadas de 1960 e 1970, começou a se manifestar em ambos os núcleos urbanos uma série de mudanças que dão indicações que a funcionalidade exercida alterou-se. Alteraram-se as relações funções-forma, resultando a partir de então novas formas, novas funções, eliminação de formas anteriores e redefinição de funções para as formas existentes.

Se no momento em que Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista foram fundados os processos eram os mesmos, isto agora não mais ocorre: os processos que originam as mudanças tornam-se cada vez mais complexos. Esta complexidade é resultante do próprio movimento da totalidade social que modifica as relações entre os componentes da sociedade e que alteram os processos⁶.

Os processos são de ordem econômica, institucional e cultural emanados de todos os níveis de decisão e que incidem sobre os centros urbanos. A partir desta incidência novas funções são suscitadas a serem exercidas enquanto as formas geográficas se alteram ou mudam de valor, e o espaço se modifica para atender às transformações da sociedade⁷.

Mas a complexidade dos processos que incidem agora sobre os núcleos urbanos não resultam, como no momento de suas origens, em diferenças apenas no tamanho e nas funções centrais desempenhadas, pois um lugar não pode acolher nem todas nem as mesmas variáveis. E quando as acolhe, as combina de maneira singular embora muitas vezes as variáveis sejam comuns a vários lugares.

Há, pois, uma receptividade específica de cada lugar em relação aos processos emanados do movimento da totalidade social. Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista apresentam-se nos anos 80 bastante diferenciados em termos de relações funcionais demonstrando maneiras particulares de inserção de cada núcleo urbano na rede urbana de Marília.

2.1. O IMPACTO EM OSVALDO CRUZ

2.1.1. AS MUDANÇAS FUNCIONAIS

As alterações funcionais ocorridas em Osvaldo Cruz perpassam por funções como o comércio atacadista, o comércio

varejista, as indústrias e os serviços. Como decorrência dos processos que incidiram no núcleo urbano, algumas atividades desapareceram enquanto outras foram implantadas. Vejamos como as transformações afetaram a funcionalidade do núcleo urbano.

O comércio atacadista de gêneros alimentícios continua a ser uma importante função desempenhada por Osvaldo Cruz, atualmente praticada pelos supermercados ou por estabelecimentos vinculados apenas ao atacado⁸. A área de atuação do comércio atacadista continua a ser os núcleos urbanos da região da Alta Paulista e da Alta Sorocabana. O mais importante atacadista da cidade atua hoje em Dracena, Junqueirópolis, Irapuru, Pacaembu, Flórida Paulista, Adamantina, Osvaldo Cruz, Salmourão, Parapuã, Rinópolis, Iacri, Bastos, Martinópolis, Indiana e Regente Feijó. Esta área de atuação, entretanto, é menor que a de 1950 — vide mapa 4 — onde estavam inclusos também outros municípios.

Há, entretanto, uma grande diferença em relação ao mercado consumidor. Na década de 1950 este era representado em sua maior parte pelos pequenos estabelecimentos varejistas localizados na área rural. Isto hoje não mais ocorre. Os estabelecimentos varejistas abastecidos pelos atacadistas localizam-se nos núcleos urbanos e são em sua grande maioria pequenos estabelecimentos situados nas periferias dos mesmos. Ora, vimos que a partir da década de 1970 iniciou-se em toda a região da Alta Paulista grandes alterações em relação à população que passou a ser majoritariamente urbana verificando-se ao mesmo tempo a diminuição da população rural. Assim, aqueles estabelecimentos varejistas situados na zona rural que eram os responsáveis pelo fornecimento de produtos básicos à população diminuíram acentuadamente. Em contrapartida o número de pequenos estabelecimentos varejistas localizados no núcleo urbano ampliou-se. Tornam-se estes os principais consumidores dos atacadistas que, muitas vezes, localizam-se nas periferias dos núcleos urbanos.

Com relação aos produtos comercializados pelos ata

cadistas houveram também alterações, não estando mais presentes aqueles vinculados à atividade agrícola como instrumentos, sementes, arames, etc. Hoje opera-se basicamente com gêneros alimentícios de primeira necessidade.

O abastecimento dos pequenos varejistas continua a ser realizado por vendedores que semanalmente percorrem as linhas ou itinerários de vendas; as entregas são efetuadas via sistema rodoviário e os pagamentos são preferencialmente à vista ou com prazo de 10 dias.

Por outro lado, a renovação dos estoques dos atacadistas passou a ser realizada por outros atacadistas sobretudo aqueles localizados na capital paulista. A aquisição de produtos junto às indústrias também ampliou-se. Os principais fornecedores de estoques para os comerciantes atacadistas de Osvaldo Cruz são, entre as empresas atacadistas, a Cia. Comercial Ci Brasil, Benjamim, Casas Alô Brasil (filial de São Paulo), Lacerda de Curitiba, Alonso de Catanduva, Martins de Uberlândia e Atacadão do Norte do Paraná; entre as indústrias, destacam-se a Nestlé, Moinhos Santista, Gessy Lever, Johnson & Johnson, enquanto o açúcar, por exemplo, é proveniente da Copersucar.

A reposição dos estoques por parte dos atacadistas de Osvaldo Cruz se dá de dez em dez dias sendo que grande parte das compras são efetuadas por sistema telefônico o que significou uma redução do número de vendedores e da periodicidade com que os mesmos percorrem as linhas.

É preciso que se acrescente que hoje mais de 30 grandes atacadistas atuam na região (M.K.), o que se traduz em uma acirrada concorrência pelos grandes mercados consumidores. Já o mercado constituído pelos pequenos estabelecimentos varejistas dos núcleos urbanos e aqueles localizados às margens e entroncamentos de estradas são abastecidos por atacadistas locais e regionais de pequeno porte⁹.

Outros setores do comércio atacadista como os agentes coletores-expedidores e aqueles vinculados ao comércio da madeira já não se fazem mais presentes. Os agentes coletores-expedidores, tiveram seu desaparecimento ligado às transformações na agricultura sobretudo àquelas referentes aos mecanismos de comercialização. Os comerciantes de madeira tiveram sua atuação inviabilizada pela própria retirada da cobertura vegetal original.

Por outro lado, foi implantado o setor ligado à comercialização de produtos químicos de uso na agropecuária que além de fornecê-los aos produtores rurais de Osvaldo Cruz, atende também agricultores de Salmourão, Sagres e por vezes Inúbia Paulista.

O beneficiamento dos produtos rurais foi uma das funções que passou por grandes transformações tanto quantitativas como qualitativas, reflexo, por certo, das transformações pelas quais a agricultura passou até o momento. Em primeiro lugar as "máquinas" de beneficiamento não são a única possibilidade que o produtor rural tem para comercializar sua produção. Atualmente existem as cooperativas que além de fornecerem este serviço oferecem condições muito mais vantajosas ao produtor rural. Uma outra alteração refere-se à própria quantidade de produtos beneficiados que passou por sensíveis reduções. A função de crédito desempenhada pelos proprietários de tais unidades já não mais ocorre, tendo em vista a presença dos bancos e das cooperativas que em alguns casos oferecem linhas de crédito ao produtor rural. Todas aquelas atividades desenvolvidas pelas "máquinas" de beneficiamento como o benefício, armazenagem e transporte também passaram por sensíveis reduções.

Mesmo com todas as alterações pelas quais passou esta importante função, existiam em 1988 em Osvaldo Cruz 15 "máquinas" de beneficiamento de café e arroz e 1 de mamona e amendoim. Ressalta-se, entretanto, que muitas destas unidades ou já deixaram de exercer suas atividades, existindo ainda

seu cadastro junto à Prefeitura Municipal ou estão em processo de encerramento de suas atividades dando-nos claras demonstrações da diminuição da importância desta função desenvolvida pelos "maquinistas". A razão principal para a diminuição desta atividade tem sido a redução da produção agrícola principalmente do café e a concorrência que as cooperativas vêm exercendo (C.M.). Todas as vantagens oferecidas pelas cooperativas aos produtores rurais os levam a se filiarem às mesmas. Afora as 4 unidades presentes em Osvaldo Cruz, as cooperativas dos municípios vizinhos – Parapuã, Lucélia e Adamantina – exercem grande concorrência aos "maquinistas", tendo sido acentuadamente reduzida a produção extra-local obtida por eles.

O comércio varejista, por sua vez, foi uma das funções na qual muitas transformações se processaram, posto que a incidência de processos cada vez mais complexos passou a requerer novas formas de comercialização e consumo vinculadas à crescente massificação e mudanças nos hábitos alimentares. De tal forma que o comércio varejista se desenvolveu incorporando novos requisitos nas formas de comercialização e de financiamentos ao mesmo tempo em que se ampliaram as necessidades de transporte e comunicação.

Os armazéns de secos e molhados, estabelecimentos comerciais varejistas característicos dos núcleos urbanos da frente pioneira desapareceram. Em seu lugar foram introduzidos os supermercados, que passaram a se instalar em Osvaldo Cruz a partir do final dos anos 60 e início de 1970. A proliferação dos supermercados na capital paulista, segundo PINTAU¹⁰ DI se deu a partir de meados da década de 1950, coincidindo com o momento da implantação da industrialização pesada no país e com o grande aumento da população da capital paulista, que no período entre 1950 e 1960 cresceu 68,74%. Mas somente no final da década de 1960 é que o primeiro supermercado foi implantado em Osvaldo Cruz.

A origem destes estabelecimentos comerciais varejistas no núcleo urbano está vinculada a uma evolução dos arma-

zêns de secos e molhados já presentes ou através de novos estabelecimentos cujos proprietários não estavam vinculados a este gênero comercial.

No primeiro caso a evolução dos armazéns de secos e molhados para supermercados se deu a partir de contactos de seus proprietários com estabelecimentos do gênero instalados na capital paulista. A partir de tais contactos e do conhecimento das vantagens que este tipo de estabelecimento oferecia, iniciou-se a implantação dos supermercados¹¹.

Estes estabelecimentos comerciais

"... na medida em que operam com uma taxa de lucro menor (sobre grandes quantidades) e em condições de localização favoráveis ao escoamento de estoques, acelerando a rotatividade do capital, são estabelecimentos que impõem uma concorrência tão grande aos locais onde se implantam ... que na maior parte das vezes ao pequeno comerciante do setor nada mais resta que fechar sua loja ou mudar de ramo"¹².

E com a implantação dos supermercados em Osvaldo Cruz, progressivamente os pequenos armazéns de secos e molhados foram encerrando suas atividades ou direcionando suas localizações e atividades à periferia da cidade, destinados ao abastecimento da pouco numerosa população rural ou da população urbana que não tem um nível de renda compatível com pagamentos à vista das mercadorias adquiridas nos supermercados. Neste sentido tal comércio ainda opera com pagamentos à prazo, com as cadernetas para anotações e com pequenos estoques, dentre outras características.

Os supermercados de Osvaldo Cruz de uma maneira geral, a exceção da filial do grupo Gentil Moreira, têm sua renovação de estoque assentada basicamente nos grandes atacadis

tas localizados na capital paulista e junto às indústrias, destacando-se a Cia. Comercial Ci Brasil, Monteiro, Da Sé, J.A. Veríssimo, Benjamim, Moinhos Santista, Gessy Lever, Johnson & Johnson, Perdigão, Sadia, etc. As compras são efetuadas através de vendedores ou diretamente junto aos atacadistas, com pagamentos preferencialmente à vista. Em 1988, segundo a Prefeitura Municipal de Osvaldo Cruz, os supermercados eram 5 que, a exceção da filial da Gentil Moreira, tiveram sua origem a partir de investimentos locais¹³.

Os demais gêneros de comércio varejista também foram sendo ampliados em termos quantitativos e qualitativos. Quantitativamente através da implantação de outros gêneros de comércio, até mesmo de um comércio especializado, refletindo, por certo, a importância deste núcleo urbano e do nível de renda da população, suficiente para comportar a presença de tais estabelecimentos (vide foto 12). A tabela 27 nos dá uma demonstração do comércio varejista em Osvaldo Cruz.

TABELA 27

COMÉRCIO VAREJISTA EM OSVALDO CRUZ - 1988

ESTABELECEMENTOS	QUANTIDADE
- Produtos alimentícios, bebidas e fumo	135
- Produtos farmacêuticos, odontológicos, perfumaria, veterinários, limpeza, higiene doméstica, produtos químicos de uso na agricultura	28
- Tecidos, artefados de tecidos, artigos de vestuário, roupas, acessórios especiais para segurança, calçados e armarinho	69
- Máquinas e aparelhos elétricos e não elétricos de uso doméstico; móveis, artigos de colchoaria, tapeçaria, objetos de arte, antiguidade, artigos de uso doméstico para serviço de mesa, copa e cozinha; relojoaria e joalheria	23
- Ferragens, ferramentas, produtos metalúrgicos, vidros, tintas, madeiras, material de construção, material elétrico e eletrônico	27
- Veículos novos, usados, peças e acessórios	10
- Máquinas, aparelhos e equipamentos para uso industrial, para escritório e uso comercial, técnico e profissional, para comunicação, para agricultura e criação de pequenos animais, bombas e compressores inclusive peças e acessórios	04
- Combustíveis e lubrificantes	05
- Papel, papelão, cartolina, artigos escolares, papelaria e de escritório; livraria, bancas de jornais	05
- Diversos	09
T O T A L	317

FONTE: OSVALDO CRUZ. Prefeitura Municipal. Imposto sobre comércio, indústria e serviços, 1988.



FOTO 12 - Vista da avenida Brasil, a partir do cruzamento com a rua FEB, de Osvaldo Cruz em 1990. Trata-se da principal avenida da cidade onde localiza-se o mais importante comércio varejista, estabelecimentos bancários e outras atividades prestadoras de serviços.

FONTE: A autora.

Este comércio presente na sede municipal tem como principal mercado consumidor a população da sede e da área rural. Sua atuação, entretanto, é estendida também a outros municípios principalmente Salmourão e Sagres. Tais núcleos urbanos, com pequena expressão no seu comércio varejista, geraram a necessidade de sua população satisfazer parte de suas demandas na cidade de Osvaldo Cruz. O comércio é procurado também, por parte da população de outros municípios, como Inúbia Paulista, Parapuã e Rinópolis, sendo contudo um mercado consumidor de menor importância.

A indústria presente no núcleo urbano deu um salto quantitativo e qualitativo se comparada com aquela presente na década de 1950. Naquele momento a indústria estava voltada basicamente ao fornecimento de produtos manufaturados à agricultura e ao aproveitamento dos recursos naturais como a madeira e a argila. No momento atual, as unidades industriais estão voltadas para os mais distintos gêneros como pode ser observado pela tabela 28.

TABELA 28

INDÚSTRIAS EM OSVALDO CRUZ - 1988

INDÚSTRIAS	QUANTIDADE
- Madeira	09
- Mobiliário	10
- Vestuário, Calçado, Artefatos de Tecido	25
- Produtos alimentares	35
- Bebidas	01
- Editorial e Gráfica	06
- Construção Civil	08
- Carimbos	01
- Olaria e Cerâmica	03
- Artefatos de Metais	04
- Implementos e Instrumentos Agrícolas	03
- Artefatos de cimento e ladrilhos	05
- Indústria Plástica	01
- Mecânica	05
- Laminação	02
T O T A L	118

FONTE: OSVALDO CRUZ. Prefeitura Municipal. Imposto sobre comércio, indústria e serviços. 1988.

Destas indústrias presentes, algumas merecem destaque não só pelo seu valor de produção como também pelo seu mercado consumidor e mão de obra utilizada, como são os casos da Indústria de Móveis Linoforte e da GRANOL Indústria, Comércio e Exportação Ltda.

A Indústria de Móveis Linoforte foi implantada em Osvaldo Cruz em 1962, tendo evoluído a partir de uma pequena fábrica local de colchões de capim e de molas. Inicialmente contava basicamente com mão-de-obra familiar e a produção era, em média, de 2 jogos estofados por dia. As matérias-primas eram obtidas em Bauru - algodão, Campo Mourão no Paraná - madeira, e São Paulo - napa. Os produtos naquele momento inicial eram comercializados em toda a região da Alta Paulista e Sorocabana, desta última destacando-se as cidades de Presidente Prudente e Pirapozinho.

A partir dos anos 70 a unidade industrial passou por um amplo processo de reformulação técnica e econômica que resultou em grandes ampliações da mesma e o início da produção em escala, de cerca de 2000 jogos estofados por mês. Paralelamente a estas transformações em meados da década de 1970, foi instalada a primeira serraria em Caracol no Mato Grosso do Sul para fornecimento da madeira já beneficiada à indústria. Concomitantemente foi criada uma empresa de transporte rodoviário responsável pelo transporte da produção que era consumida, até então, nas regiões da Alta Paulista, Alta Sorocabana e Norte do Paraná. A produção continuamente foi ampliada e atualmente sua capacidade instalada é de 15.000 jogos por mês: a produção, contudo, tem atingido apenas 8.000 jogos por mês. Para a comercialização de toda esta produção, em 1977 começaram a ser instalados escritórios de representações em Porto Alegre, Curitiba, Lages, Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Recife, Fortaleza, Manaus, Teresina, Brasília, Belo Horizonte, Cuiabá, Campo Grande, Campinas (2 escritórios), Osvaldo Cruz (matriz) e São Paulo. O escritório de São Paulo foi o primeiro a ser instalado em 1976, destinado às vendas e à compra de matérias-primas e correspondente esto

cagem das mesmas. Isto porque as matérias primas são adquiridas das mais variadas regiões e estados do país. Assim, do Rio de Janeiro são provenientes espuma de nylon e plástico da Vulcan, enquanto os tecidos são provenientes da Grande São Paulo; de Camaçari na Bahia também chega a espuma de nylon, que também é importada do exterior via porto de Santos. Cerca de 90% destas matérias-primas são adquiridas pelo escritório de São Paulo enquanto, que a madeira é fornecida pela serraria de propriedade da indústria e que atualmente explora a madeira em Ponta Porã no Mato Grosso do Sul. A próxima área destinada à exploração madeireira é em São José do Rio de Prata no Mato Grosso, com cerca de 20.000 ha.

Da produção obtida pela indústria cerca de 28% é comercializada na capital paulista, 20% no interior do estado, 10% na região nordeste do país, 8% na região sul, cabendo aos demais estados brasileiros 37% da produção. Esta é em sua grande maioria revendida a grandes cadeias lojistas destacando-se a Arapuã (360 lojas no país), Mafhuz (110 lojas), Brasimac (110 lojas), Casas Bahia (68 lojas) dentre outras o que representa cerca de 15.000 pontos de vendas em todo o país. Hoje a indústria conta com 500 operários na unidade industrial, 80 motoristas da empresa de transporte que possui uma frota de 48 caminhões e cerca de 50 funcionários ligados à administração¹⁴.

A outra indústria de grande porte em Osvaldo Cruz é a GRANOL Indústria, Comércio e Exportação S.A. instalada no núcleo urbano em 1981. Trata-se de uma indústria de óleos vegetais cuja matéria-prima básica é a soja, proveniente de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Esta indústria conta com várias unidades instaladas na região da Alta Paulista, como em Junqueirópolis (unidade de esmagamento de amendoim), Paçaembu (no momento desativada), Adamantina (no momento desativada), Lucélia (fábrica completa, ou seja, esmagamento da soja, refino e enlatamento do óleo vegetal) e Tupã (fábrica completa). Estas unidades foram adquiridas a partir do início da década de 1970¹⁵.

A GRANOL teve sua origem em meados da década de 1960 em São Paulo como uma empresa destinada a compra e venda de soja e farelo de soja cujos proprietários eram os srs. José Gomes Codetti e João Serdan D'Alarico. A partir de 1972 a empresa de comercialização de soja amplia suas atividades incluindo-se a industrial, através da aquisição de várias unidades de processamento de algodão e amendoim já instalados. Futuramente estas unidades adquiridas foram reequipadas transformando-se em processadores de soja.

A unidade de Osvaldo Cruz desde a sua implantação opera apenas com o esmagamento sendo que o óleo bruto é remetido à Tupã para o conseqüente refino e enlatamento. A unidade do núcleo urbano em tela tem trabalhado com uma capacidade de esmagamento de 1.000 toneladas por dia de soja e com uma mão-de-obra de cerca de 350 funcionários fixos e 80 flutuantes. Conta ainda a unidade com empresa de transporte rodoviário estabelecida em 1989. A implantação desta empresa de transporte rodoviário em Osvaldo Cruz faz parte dos planos a médio prazo - 5 a 10 anos - de reorganização da GRANOL, que deverá encerrar as atividades de todas as demais unidades da região da Alta Paulista e concentrar todas as atividades em Osvaldo Cruz, ou seja, nela deverão estar presentes do Departamento Comercial, o Departamento Técnico-Agrícola e o Departamento Industrial de toda a organização. Neste projeto de reorganização a produção não deverá se restringir apenas ao óleo vegetal mas também a outros subprodutos da soja. Para tanto a GRANOL já adquiriu terreno no que deverá se consubstanciar em distrito industrial de Osvaldo Cruz (N.P.).

Das demais indústrias presentes no núcleo urbano merece também destaque as indústrias de implementos e instrumentos agrícolas das quais uma delas se encontra presente desde a década de 1950. Se naquele momento seu mercado consumidor era um tanto quanto restrito dada a sua pequena produção hoje esta unidade industrial apresenta-se com um mercado consumidor assentado em todo o interior paulista.

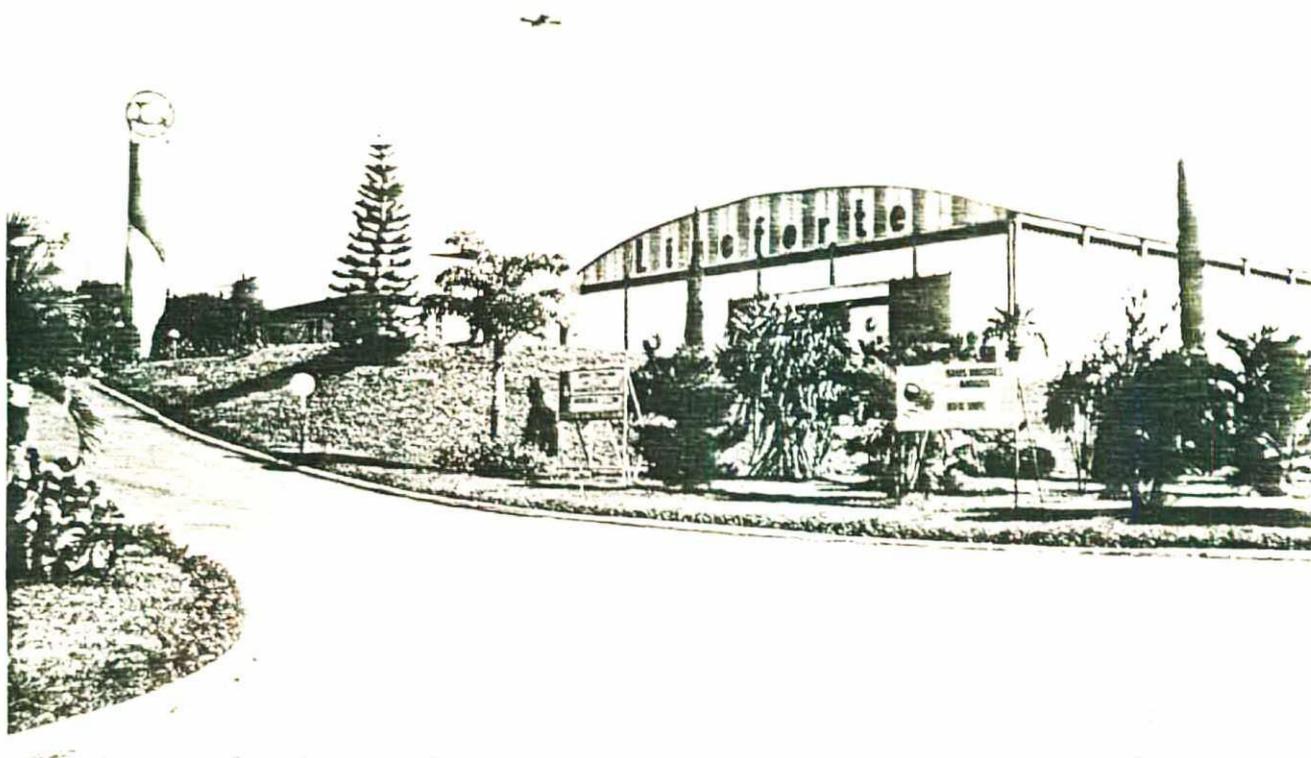


FOTO 13 - Indústria de Móveis Linoforte em Osvaldo Cruz, 1990. Localiza-se à avenida Felipe Carmona, cruzamento com a rodovia OVC 060 que dá acesso à Salmourão. De origem local, foi implantada em 1962 e atualmente constitui-se em uma das mais importantes indústrias municipais, empregando cerca de 500 operários com uma produção em torno de 8.000 jogos estofados por mês que são comercializados nacionalmente.

FONTE: A autora.

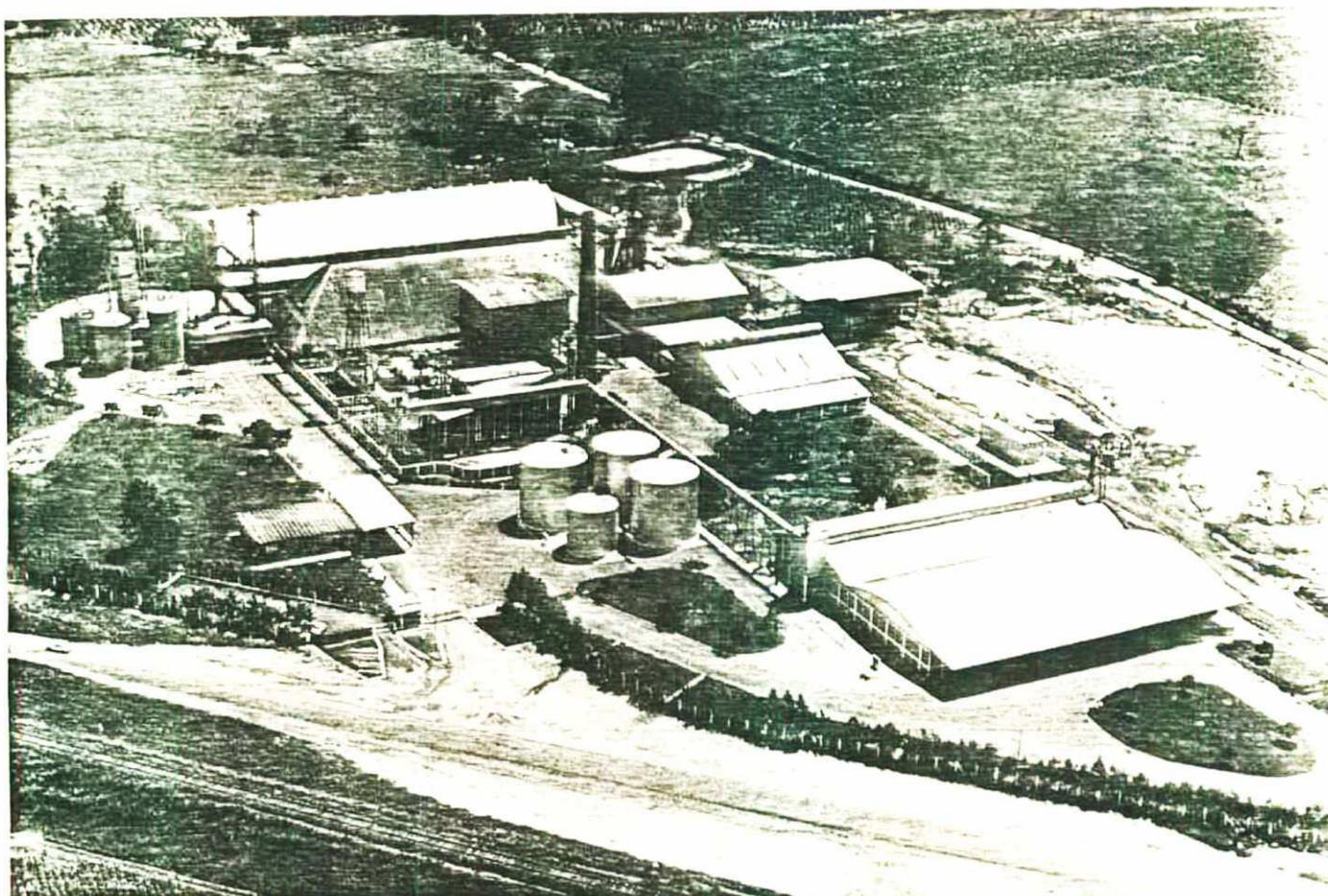


FOTO 14 - Vista da GRANOL Indústria, Comércio e Exportação S.A. de Osvaldo Cruz em 1989. Localiza-se junto à rodovia municipal OVC 060, paralela aos trilhos da FEPASA, à nordeste do núcleo urbano. De origem extra-local, foi implantada em Osvaldo Cruz em 1981 e destina-se à produção de óleo vegetal a partir da soja. Atualmente opera apenas com o esmagamento, empregando cerca de 350 operários. A GRANOL deverá encerrar as atividades das demais unidades instaladas na região da Alta Paulista e implantar em Osvaldo Cruz um grande complexo industrial para produção de óleo vegetal a partir da soja.

FONTE: Cine Foto Nelson, Osvaldo Cruz.

As demais indústrias presentes no núcleo urbano de Osvaldo Cruz são unidades de pequeno porte contando com um mercado consumidor local e às vezes regional.

Com relação aos serviços prestados pelo núcleo urbano houve uma série de melhorias nos mesmos abrangendo os mais variados tipos. Os de transporte foram amplamente melhorados a partir da década de 1960 quando verificou-se a pavimentação das estradas. Paralelamente ampliaram-se as linhas de ônibus regionais e inter-regionais. Desde a década de 1950 já se fazia presente uma empresa que realizava o transporte entre a sede municipal e os distritos e sedes de algumas fazendas. Atualmente existem duas empresas de transporte rodoviário local que realizam as ligações com o município de Salmourão e Sagres em cujo roteiros estão inclusos sedes de fazendas e vilas.

Os serviços de saúde foram ampliados, contando a sede municipal com 3 hospitais além de clínicas especializadas de pediatria, fisioterapia e ortopedia, bem como com profissionais das mais diversas especialidades. Esta função exercida por Osvaldo Cruz tem um raio de atuação que abrange também os municípios de Inúbia Paulista, Salmourão, Sagres e Rinópolis. A sede destes municípios não conta com equipamentos satisfatórios às necessidades da população.

Vê-se, no conjunto dos serviços prestados, melhorias qualitativas e quantitativas como por exemplo no serviço hoteleiro com implantação de hotel de 3 estrelas fruto da iniciativa privada local; na melhoria da infra-estrutura básica com extensão das redes de água, luz, esgoto, pavimentação; na moradia com novas aquisições de conjuntos habitacionais da esfera estadual e federal e no sistema de transporte urbano com implantação em 1989 de sistema de transporte coletivo urbano.

Outras inovações também se verificaram no núcleo urbano, como por exemplo a intensificação da especulação imo-

biliária com a abertura de loteamentos fechados destinados à classe média constituída basicamente por profissionais liberais, pequenos e médios produtores rurais e pequenos industriais. Inaugura-se a "verticalização" do núcleo urbano com a construção de 3 edifícios, sendo um residencial, um comercial e o terceiro em fase inicial de construção (Vide fotos 15 e 16). São edifícios de 17 e 07 andares, frutos de investimentos locais, construídos por empresa local - Construtora Campoy - que também está vinculada à fábrica de artefatos de cimento e ladrilhos. Mesmo com a constante produção de conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda, verifica-se um aumento de residências de baixa qualidade (vide foto 17). Delineia-se o processo de segregação residencial com o início da configuração de bairros com predomínio de residências destinadas às diferentes classes sociais da população urbana.

2.1.2. AS INTERAÇÕES ESPACIAIS

Através de transformações que se processaram na funcionalidade de Osvaldo Cruz, verifica-se que as interações espaciais passaram por significativas mudanças. Estas mudanças demonstram uma ampliação de áreas através das quais se realizam a circulação geográfica de bens e serviços, capitais, investimentos e pessoas. Tal ampliação está diretamente ligada à intensificação dos fluxos e às possibilidades crescentes de trocas, resultantes da atual inserção de Osvaldo Cruz na divisão territorial do trabalho.

É através do desempenhar de novas funções, novas não apenas no sentido de modernidade mas também por serem qualitativamente distintas, que se ampliam as interações espaciais. De tal forma que tanto o número, quanto a intensidade e a qualidade dos fluxos que chegam e saem se diversificam.



FOTO 15 - Edifício St. Moritz em Osvaldo Cruz, 1990. Localiza-se à rua Montevidéo, cruzamento com a rua Salgado Filho. Trata-se de um edifício de 17 andares construído pela Construtora Cam-poy em regime de condomínio, sendo um apartamento por andar. Os proprietários constituem-se em industriais, proprietários fundiários, profissionais liberais e comerciantes, todos de origem local.

FONTE: A autora.

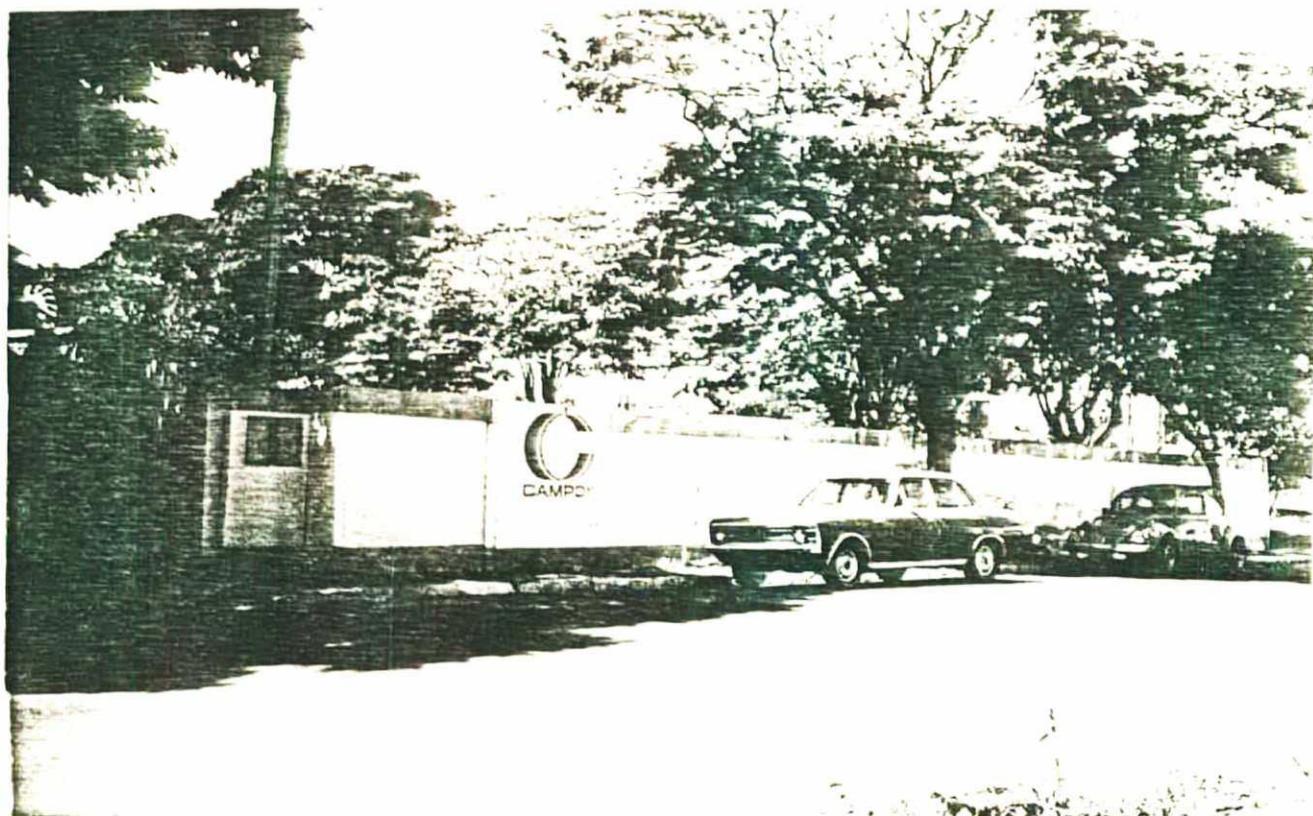


FOTO 16 - Terceiro edifício em construção em Osvaldo Cruz, 1990. Localiza-se à rua Kieffer, cruzamento com a rua Salgado Filho, sendo construído pela Construtora Campoy e terá uso residencial.

FONTE: A autora.



FOTO 17 - Vista parcial de Osvaldo Cruz em 1990. Comparando-se esta foto com a 6, 7, 8 e 9 verifica-se o destacado crescimento do núcleo urbano, inclusive com o início da construção de edifícios. O edifício à direita da foto com sete andares tem uso comercial tendo sido construído pela Construtora Campoy, de origem local, e entregue em 1989. Concomitante ao início da "verticalização do núcleo", ampliaram-se os conjuntos habitacionais. Ao fundo da foto estão localizados os conjuntos habitacionais Promorar com 600 casas, Nosso Teto com 204 casas e o Paraíso com 293 casas. São conjuntos destinados à população de baixa renda e localizam-se à oeste da área urbana de Osvaldo Cruz.

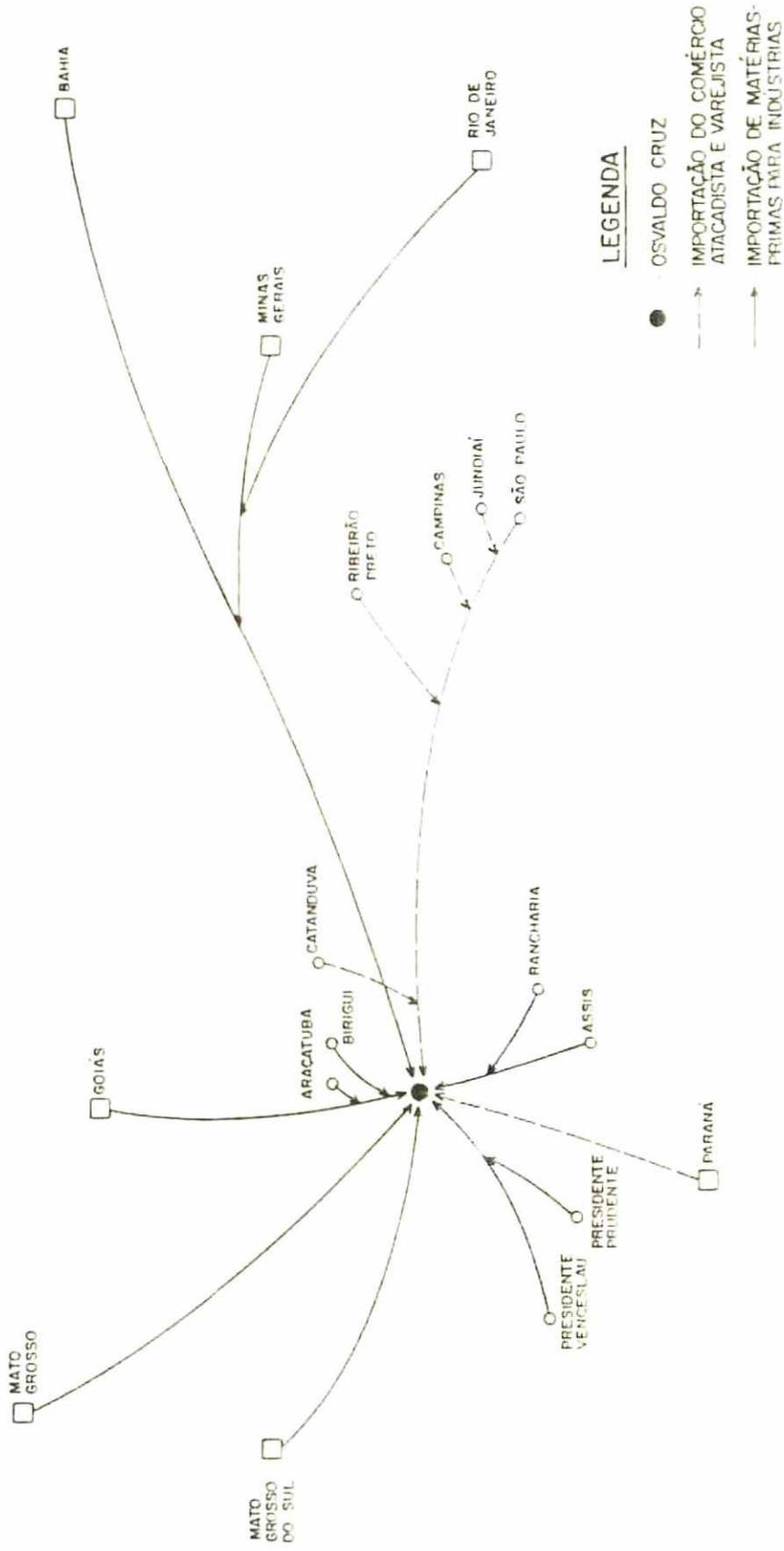
FONTE: A autora.

As interações espaciais que ocorreram a partir da circulação de mercadorias demonstram uma grande ampliação de área através da qual geograficamente se dá sua circulação. As mercadorias destinadas à renovação de estoques por parte do comércio atacadista e varejista são obtidas prioritamente junto à Grande São Paulo onde estão localizados grandes rezes atacadistas nacionais. Inserem-se ainda nesta renovação de estoques as indústrias que também estão localizadas na referida metrópole mas também no interior paulista como em Jundiaí, Campinas e Ribeirão Preto. Embora este fluxo de mercadorias seja o mais importante, ocorrem ainda fluxos provenientes de outra região paulista e outros estados através de atacadistas de Catanduva, e dos estados do Paraná e Minas Gerais.

A obtenção de matérias-primas por parte das indústrias do núcleo urbano, que na década de 1950 era em pequena quantidade e restrita praticamente à capital paulista, sofreu grandes alterações. As matérias-primas assinaladas anteriormente são hoje obtidas junto ao Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro. No caso do estado paulista ocorre obtenção de produtos tanto na capital como nas regiões da Alta Paulista, Alta Sorocabana - Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Assis, Rancharia - e na região da Noroeste - Birigui e Araçatuba, além das importações do exterior. Estas interações espaciais¹⁶ encontram-se representadas na figura 5 (1).

Se por um lado os fluxos de mercadorias e matérias-primas destinados ao núcleo urbano provêm das mais variadas regiões e estados, o fluxo que parte do núcleo urbano também é bastante amplo, alcançando inclusive escala nacional¹⁷. A produção agrícola que parte do núcleo urbano e que em sua grande maioria é constituída pelo café, destina-se à capital paulista e a Santos. Os demais produtos agrícolas como os gêneros alimentícios são agora comercializados localmente ou regionalmente, mas com uma amplitude bastante reduzida face à própria diminuição da produção. Por outro lado a avicultu

FIGURA 5 - INTERAÇÕES ESPECIAIS DE E PARA OSVALDO CRUZ NOS ANOS 80 (1)



ra apresenta fluxos direcionados basicamente à capital paulista, carioca e catarinense, sendo que para as duas primeiras converge a maior parte da produção municipal. Com o comércio atacadista, as interações se processam em escala regional e extra-regional tendo a última uma participação mais restrita.

Mas é com a produção industrial que o núcleo urbano estabelece as mais longínquas interações espaciais, onde sua produção atinge escala nacional. O fluxo de produtos é direcionado a Porto Alegre, Lages, Curitiba, Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Recife, Fortaleza, Manaus, Teresina, Brasília, Belo Horizonte, Cuiabá, Campo Grande, Campinas e São Paulo. Este fluxo é alcançado através da indústria de móveis estofados, enquanto as demais unidades industriais estabelecem interações com áreas mais restritas, assentadas basicamente no interior paulista e Norte do Paraná.

Por outro lado, muitas interações espaciais se estabelecem através do comércio varejista e da prestação de serviços, pois o núcleo urbano em tela, por apresentar maior número de funções que Sagres, Salmourão e Inúbia Paulista, torna-se a cidade preferencial para a satisfação de necessidades da população dos referidos municípios. Contudo a população de Osvaldo Cruz também estabelece interações, via comércio e serviços, com outros núcleos urbanos como Tupã, Marília, Presidente Prudente e a capital paulista, dentre outros, para satisfação de suas demandas.

Ocorre ainda um outro nível de interações espaciais através da circulação da mais-valia, da renda da terra e dos lucros comerciais. Verificou-se através das entrevistas realizadas que o excedente sobre a forma financeira gerado no município é em parte reinvestida no próprio município e correspondente núcleo urbano, através de investimentos em outras atividades como as indústrias a construção civil, a especulação imobiliária e o comércio; uma outra parte, entretanto, é reinvestida nas atividades agropecuárias do município, destinada à

implantação de novas tecnologias, enquanto que a maior parte desta mais-valia é destinada a investimentos fundiários principalmente na aquisição de terras no Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Em geral estas terras são ocupadas pela pecuária extensiva, ressaltando-se que também ocorrem grandes investimentos em termos de melhorias de pastagens, compra de reprodutores e inseminação artificial (vide mapa 6 apresentado a seguir).

2.2. O IMPACTO EM INÚBIA PAULISTA

2.2.1. AS MUDANÇAS FUNCIONAIS

Inúbia Paulista apresenta-se hoje como um pequeno núcleo urbano (vide foto 18) no qual não se verificaram importantes transformações nas relações funções-forma. Isto significa que os processos que incidiram sobre o núcleo urbano, embora sejam processos muito complexos, não foram capazes de provocar alterações significativas. Os processos de ordem econômica, institucional e cultural, emanados dos mais variados níveis de decisão, foram incorporados de modo muito particular não traduzindo-se, entretanto, em uma maior complexidade funcional.

Esta fraqueza na complexidade funcional nos é dada pelo fato do núcleo urbano não desempenhar muitas funções que garantiriam um crescimento auto-sustentado mais amplo. Resume-se, pois, a funcionalidade de Inúbia Paulista no desempenho de funções como o comércio varejista e a prestação de alguns serviços básicos que respondem, todavia, às necessidades vitais mínimas de sua população.

Esclarece-se, no entanto, que estas funções exercidas pelo núcleo urbano, que embora sejam basicamente as mesmas da década de 1950, são qualitativamente distintas. Esta distinção em termos qualitativos nos é dada pela incidência

MAPA 6 - INTERAÇÕES ESPACIAIS DE E PARA OSVALDO CRUZ NOS ANOS 80

LEGENDA

- - OSVALDO CRUZ
- - EXPORTAÇÕES DA INDÚSTRIA
- - - - - EXPORTAÇÕES DA AVICULTURA
- (gross) - REINVESTIMENTO DOS EXCEDENTES FINANCEIROS



ESCALA

150km 0 150 300 450km

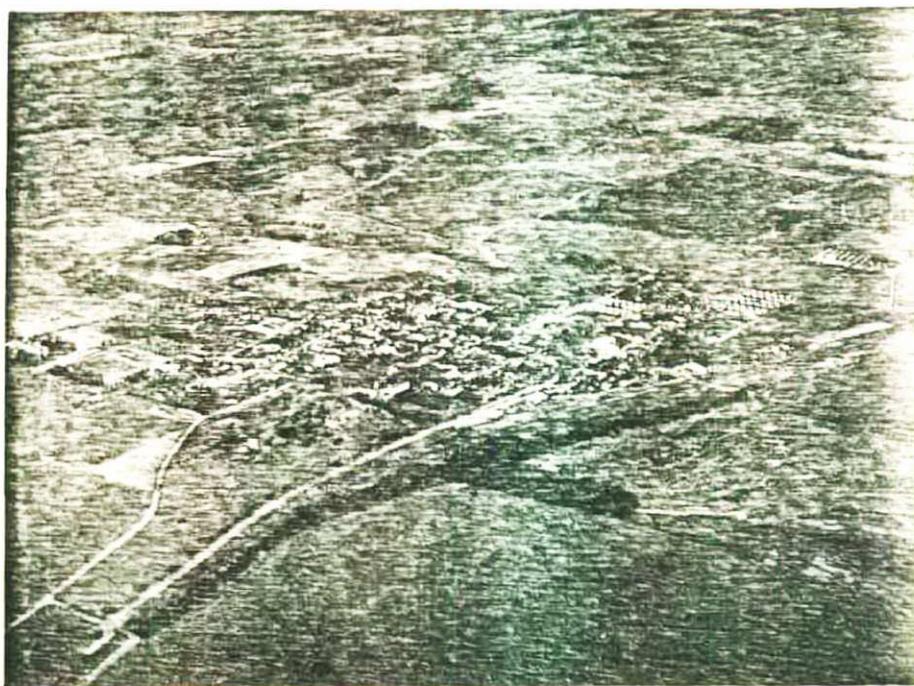


FOTO 18 - Vista de Inúbia Paulista em 1989. Pequena cidade construída sobre o espigão divisor da bacia hidrográfica do Peixe-Agua-peí. Observa-se um pequeno número de edificações correlatas à população urbana que em 1980 era de 1.697 habitantes. Note-se à direita da foto a presença de dois pequenos conjuntos habitacionais, um com 36 casas e o outro com 24 casas. Ressalte-se a presença dos trilhos da FEPASA, a via de acesso a SP 294 e a presença de muitas ruas da cidade sem pavimentação.

FONTE: Prefeitura Municipal de Inúbia Paulista.

de processos que transformaram as necessidades mínimas da população, ou seja, alteraram-se hábitos de alimentação e consumo para os quais novas formas de comercialização e novos produtos correlatamente se transforma.

O comércio varejista presente em Inúbia Paulista constitui-se em uma função urbana bastante distinta daquela exercida por Osvaldo Cruz. Esta distinção se dá tanto em qualidade como em quantidade. Abaixo apresentamos tabela de número 29 na qual está representada a evolução do comércio varejista no núcleo urbano de 1960 a 1988.

TABELA 29

EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE INÚBIA PAULISTA DE 1960 a 1988

COMÉRCIO VAREJISTA	ESTABELECEMENTOS			
	1960	1970	1980	1988
- Produtos alimentícios, bebidas e fumo	29	14	14	23
- Produtos farmacêuticos	03	01	01	02
- Tecidos, artefatos de tecidos, artigos do vestuário, roupas, acessórios, armarinho e calçados	05	02	02	03
- Combustíveis, lubrificantes, peças	01	01	01	01
- Ferragens, ferramentas, material para construção	-	-	01	02

FORTE: INÚBIA PAULISTA. Prefeitura Municipal. Livros de registro de alvarás de licença do município - 1960-1988.

Verifica-se que o principal representante deste tipo de comércio, aquele vinculado à comercialização de produtos alimentícios, apresenta um claro ponto de inflexão na década de 1960, resultando na diminuição acentuada do número

de tais estabelecimentos. O ponto de inflexão no desenvolvimento desta atividade é resultante da implantação, em Inúbia Paulista, de uma cooperativa de consumo, Cooperativa de Consumo de Inúbia Paulista, em 10 de novembro de 1961.

A implantação desta cooperativa foi iniciativa do Sr. Johann Viktor Baunngartner, genro de Max Wirth e que naquele momento era gerente do conglomerado de 10 fazendas de propriedade desta família. Sua gênese está relacionada à impossibilidade das fazendas pagarem melhores salários aos seus empregados e como forma de suprir tal deficiência deu-se início em 1957 a um esquema de aquisição de gêneros alimentícios de primeira necessidade e revenda dos mesmos aos empregados à preço de custo (J.V.B.).

Este esquema de abastecimento, entretanto, tinha sérios problemas relacionados a frequentes perdas nas sobras de mercadorias perecíveis, tendo funcionado até 1961.

"... como naquele momento as cooperativas eram isentas de ICM, como havia deficiência no abastecimento das fazendas ... resolvi fundar a cooperativa na cidade para que todas as fazendas pudessem se beneficiar bem como as demais propriedades da região" (J.V.B.).

Em 1961 foi fundada a cooperativa de consumo e instalada em prédio de 60 m² no centro da cidade de Inúbia Paulista. Inicialmente a maior parte dos associados eram os empregados das fazendas Wirth e

"... para aperfeiçoar o critério de trabalho, a cooperativa passou a atender os associados residentes nas fazendas através de listas de compras que os mesmos elaboravam em suas residências e encaminhavam à cooperativa através das administrações.

Cada administração se encarregava de transportar as mercadorias adquiridas e entregar à domicílio aos empregados, sem qualquer ônus, apenas com a finalidade de cooperar. Isto evitava que o empregado perdesse um dia de trabalho para efetuar suas compras na cidade, como também dessa maneira ele não sentisse o entusiasmo de comprar produtos supérfluos... Essa modalidade de atendimento se mantém até hoje para atender às fazendas mais distantes"10.

Um ano após a fundação da cooperativa o número de associados atingia 417. número este que continuamente foi se tornando mais amplo atingindo em 1985 11.380 associados dos quais 10.630 são ativos, ou seja, regularmente realizam suas compras (J.V.B.) (vide foto 19).

A área de atuação da cooperativa compreende os municípios de Tupã, Bastos, Jacri, Parapuã, Osvaldo Cruz, Lucélia, Adamantina, Flórida Paulista, Pacaembu, Irapuru e Piacatu¹⁰.

A referida cooperativa opera atualmente com cerca de 5.600 itens entre os quais estão os gêneros alimentícios, eletrodomésticos, instrumentos agrícolas, artigos de copa e cozinha, artigos do vestuário dentre outros. Em sua maioria estes produtos são obtidos predominantemente junto aos grandes atacadistas e indústrias localizadas na metrópole paulista, destacando-se entre os atacadistas a Cia. Comercial Ci Brasil, Cia. Mercantil e Industrial Parizoto, Comercial Ferreira Santos S.A., Benjamim Perfumaria e Cosmético, e entre as indústrias a Ailiram, Nestlé, Gessy Lever, Colgate/Palmolive, Anacol, Bayer, Johnson & Johnson dentre outros.

Importa assinalar que esta entidade mantém um estoque de produtos que lhe possibilita operar durante 4 meses em condições normais de venda sem que haja necessidade de re



FOTO 19 - Cooperativa de Consumo Inúbia Paulista em Inúbia Paulista, 1990. Situada à rua Marcílio Luz, representa o mais importante estabelecimento comercial varejista da cidade. Fundada em 1961 tornou-se paulatinamente a principal responsável pela diminuição do comércio varejista de Inúbia Paulista. A cooperativa de consumo opera atualmente com cerca de 5.600 itens que vão dos gêneros alimentícios aos eletrodomésticos e tem uma área de atuação regional.

FONTE: A autora.

novação do mesmo. Isto lhe é permitido pelo fato de que 80% das sobras finais, após deduzido os Fundos Legais obrigatórios, são utilizados para a atualização de estoques. Os 20% restantes das sobras líquidas são rateadas em forma de aumento de capital entre os associados²⁰.

Contudo, a presença desta cooperativa foi um fator inibidor para o desenvolvimento do comércio varejista no núcleo urbano. Trabalhando desde o início com grande quantidade de mercadorias a cooperativa tinha condições de oferecer melhores preços que os demais estabelecimentos, resultando no encerramento das atividades de muitos deles, tanto daqueles vinculados aos gêneros alimentícios como daqueles ligados a outros artigos como tecidos e confecções. Se por um lado o funcionamento da cooperativa de consumo resultava na comercialização de produtos com um preço acessível à população, dada as razões acima citadas, aqueles estabelecimentos que trabalhavam com pequena quantidade não tiveram condições de suportar a concorrência. Tem-se então um comércio varejista atualmente bastante reduzido em termos de unidades de vendas.

Por outro lado aqueles estabelecimentos que conseguiram manter suas atividades não evoluíram em termos qualitativos, ou seja, os armazéns de secos e molhados por exemplo, ainda se fazem presentes com vendedores realizando as vendas junto aos balcões (vide foto 20).

Há que se considerar uma evolução dos produtos comercializados, mas estes estabelecimentos estão sobretudo caracterizados pelo circuito inferior da economia com presença de vendas a crédito, anotadas em cadernetas, pequenos estoques, baixas aplicações de capital, etc. Regra geral, estes pequenos varejistas tem como principal mercado consumidor aquela parcela da população de baixa renda, sem emprego fixo, a exemplo dos bôias-frias. Assinale-se que do número de estabelecimentos presentes em 1988 vinculados aos produtos alimentícios, bebidas e fumo a maioria se constitui em bares.

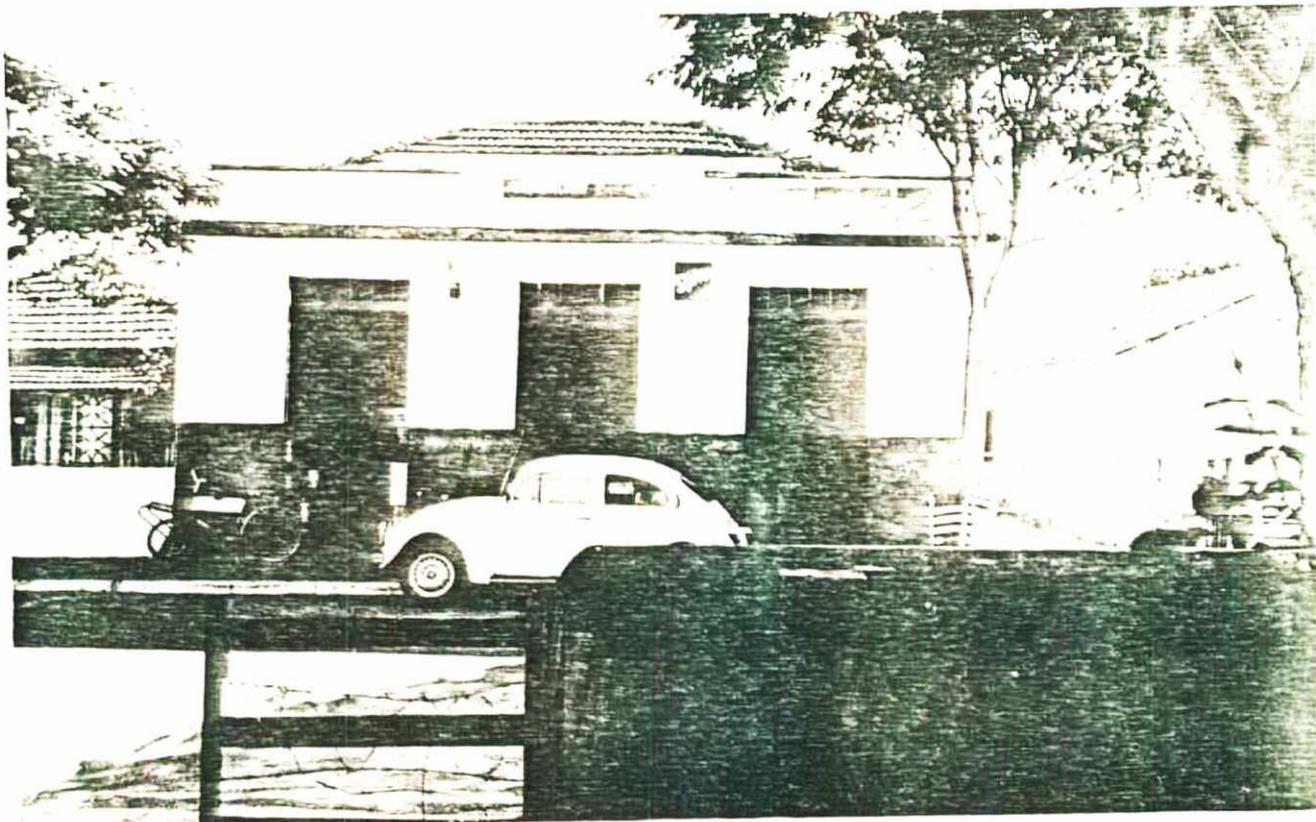


FOTO 20 - Aspecto de um armazém de secos e molhados de Inúbia Paulista em 1990. Situado à rua Almirante Tamandaré, é outro representante típico do comércio varejista de gêneros alimentícios. Neste estabelecimento, fundado em 1961, o atendimento é personalizado com a presença do vendedor, comercializando gêneros alimentícios, gás de cozinha, utensílios domésticos e por vezes instrumentos agrícolas.

FONTE: A autora.

lanchonetes e botequins (vide foto 21 e 22). De tal forma que atualmente a cooperativa de consumo constitui-se no mais importante representante do comércio varejista da sede municipal, localizando-se inclusive na área central do núcleo urbano.

O comércio atacadista, por sua vez, continua a ser uma atividade inexistente no núcleo urbano com o desaparecimento dos agentes coletores-expedidores da produção agrícola e daqueles vinculados à madeira.

Com relação às máquinas de beneficiamento da produção agrícola, encontram-se presentes 3 unidades das quais uma tem sua matriz em Osvaldo Cruz. Tal qual no núcleo urbano vizinho, estas máquinas reduziram suas atividades e no caso específico de Inúbia Paulista esta redução foi ainda mais acentuada dadas as alterações anteriormente analisadas. Normalmente estas máquinas de beneficiamento permanecem longos períodos sem exercêrem suas atividades.

Os serviços prestados são bastante modestos, destinados ao atendimento das necessidades imediatas da população. O transporte rodoviário de passageiros, por exemplo, é garantido por empresas regionais mas somente em 4 horários diários, o que causa grandes transtornos à população (vide foto 23).

O serviço médico-hospitalar é bastante modesto, contando apenas com um posto de atendimento sem recursos técnicos e profissionais satisfatórios, obrigando assim a população a deslocar-se a outros núcleos urbanos como Osvaldo Cruz onde tal serviço é mais satisfatório.

A função bancária, por sua vez, encontra-se representada apenas por uma agência da Caixa Econômica Federal e uma do Banco do Brasil dando-nos idéia da dimensão deste núcleo urbano²¹ (vide foto 24).



FOTO 21 - Vista de estabelecimentos comerciais de Inúbia Paulista em 1990. Estes estabelecimentos comerciais varejistas, situados à rua Almirante Tamandaré, constituem-se em representantes típicos do comércio presente naquele núcleo urbano. São bares, açougues e barbearias instalados em prédios antigos, onde normalmente os fundos são ocupados por residências. Ressalte-se a má conservação das edificações.

FONTE: A autora.

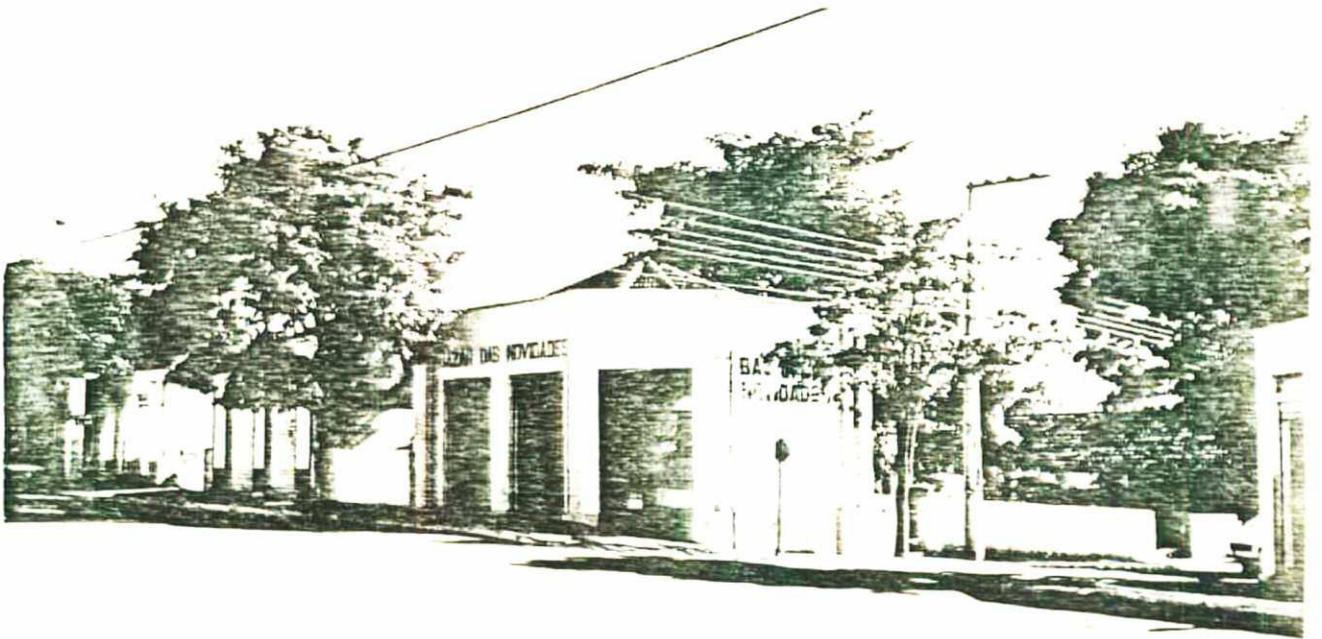


FOTO 22 - Aspecto de um bazar de Inúbia Paulista em 1990. Situado à avenida Campos Sales, constitui-se em outro representante do comércio varejista presente neste núcleo urbano. Trata-se do bazar, estabelecimento que comercializa armarinhos, brinquedos, calçados e confecções. Ressalte-se que na referida avenida há muitos prédios, onde normalmente funcionavam atividades comerciais, com as portas lacradas e em má estado de conservação.

FONTE: A autora.

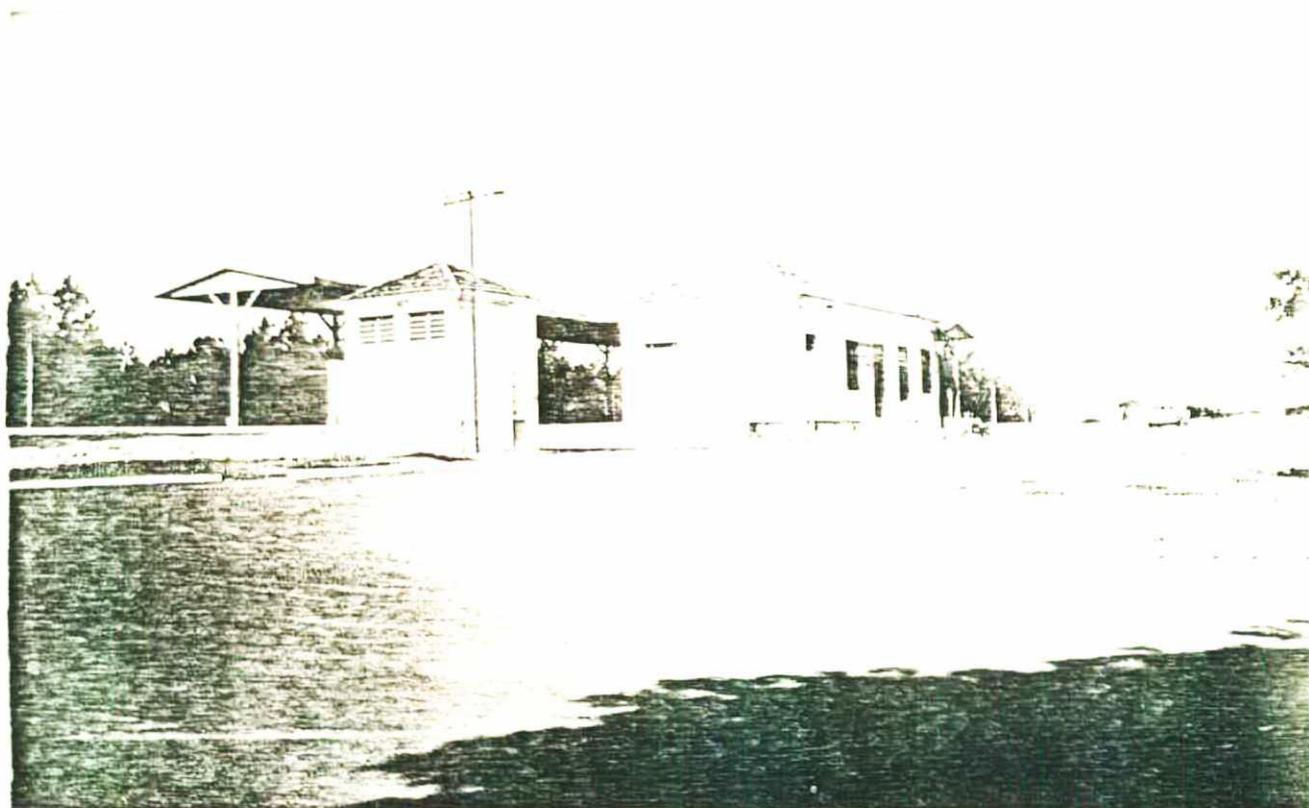


FOTO 23 - Estação ferroviária de Inúbia Paulista em 1990. Atualmente a estação da FEPASA está desativada sendo ocupada por um Destacamento da Polícia Militar. É a perda do transporte ferroviário para o núcleo urbano, tanto de passageiros como de produtos, sendo substituído pelo transporte rodoviário.

FONTE: A autora.



FOTO 24 - Vista da avenida Campos Sales de Inúbia Paulista em 1990. Trata-se da principal avenida do núcleo urbano. Se tradicionalmente nas pequenas cidades da Alta Paulista a avenida principal é ocupada pelo comércio varejista e atividades prestadoras de serviços, aqui a situação revela-se ímpar. Raros são os estabelecimentos comerciais varejistas e quando se fazem presentes constituem-se na maioria em bares, açougues, bazares e pequenas mercearias. O mais importante serviços instalado junto à avenida é o bancário, representado pelo Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil.

FONTE: A autora.

As pequenas indústrias só apareceram no núcleo urbano a partir de 1980 sendo representada por 1 indústria de artefatos de cimento, 2 de produtos alimentícios, 1 de confecção e 1 serraria. Em geral são pequenas unidades industriais que contam basicamente com mão-de-obra familiar e mercado consumidor local.

Sendo assim, Inúbia Paulista apresenta-se nos anos 80 como um pequeno núcleo urbano que consegue através das funções desempenhadas oferecer bens e serviços para satisfação das necessidades inadiáveis de sua população onde toda a função comercial varejista gira em torno da cooperativa de consumo.

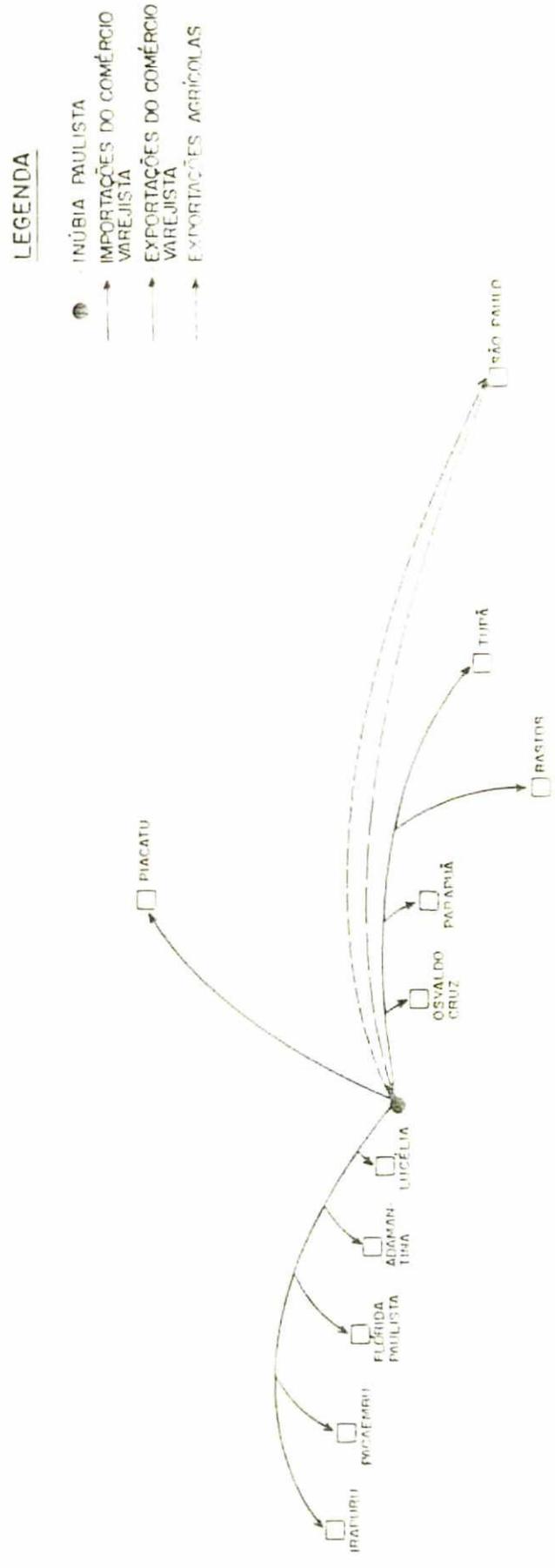
2.1.2. AS INTERAÇÕES ESPACIAIS

Não se verifica, para o momento analisado, transformações significativas nas interações espaciais de e para Inúbia Paulista. As interações espaciais estão representadas basicamente pela circulação de mercadorias destinadas à reposição de estoques dos estabelecimentos comerciais varejistas que têm como principal área fornecedora a metrópole paulista.

Ocorreu, entretanto, uma ampliação da área de atuação do comércio varejista representado unicamente pela atuação da cooperativa de consumo que tem como mercado consumidor a população dos municípios de Tupã, Bastos, Jacri, Parapuã, Osvaldo Cruz, Lucélia, Adamantina, Flórida Paulista, Pacaembu, Irapuru e Piacatu, este último localizado na região da Noroeste.

Por outro lado, o núcleo urbano continua a enviar produtos agrícolas especialmente o café para São Paulo. Estas interações espaciais encontram-se representadas na figura 6.

FIGURA 6 - INTERAÇÕES ESPACIAIS DE E PARA INHÍBIA PAULISTA NOS ANOS 80



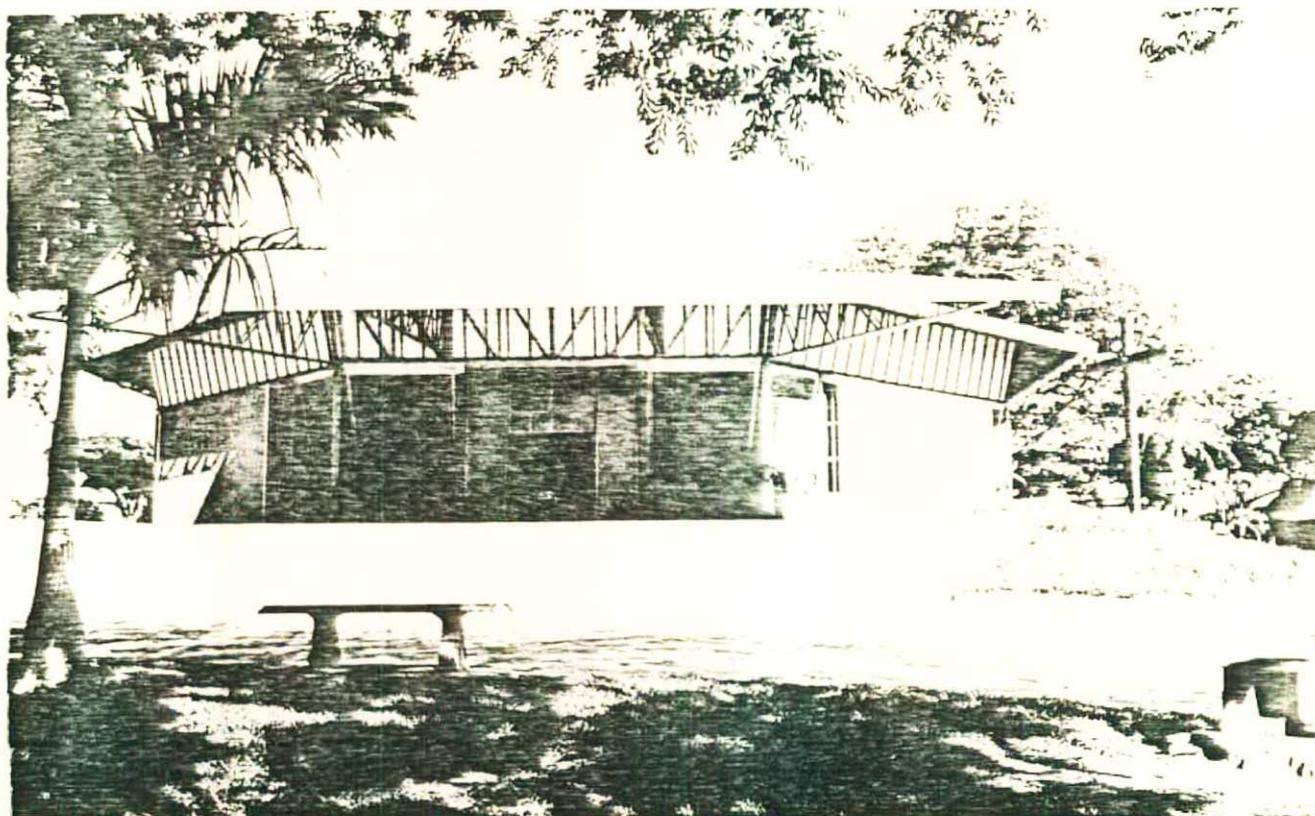


FOTO 25 - Igreja de Inúbia Paulista em 1990. Edificada em estilo moderno é a mais recente aquisição da cidade, inaugurada em 1990.

FONTE: A autora.

Um outro nível de interações espaciais nos é dado pelo comércio varejista e pela prestação de serviços onde a população, via de regra de maior poder aquisitivo, desloca-se constantemente à outros núcleos urbanos onde a complexidade funcional é maior, para efetivar suas demandas.

O exercício de funções mínimas capazes de responder às necessidades vitais de toda sua população, implica também que exista uma vida de relações. Estas relações, entretanto, são também correlatas à complexidade das atividades urbanas que mesmo sendo regularmente oferecidas, demandam restritas interações espaciais.

N O T A S

- ¹ SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo; Hucitec, 1988. p.58.
- ² Para maiores informações a respeito do processo de transformação do camponês em boia-fria, veja-se: INCAO, Maria Conceição de. O "bóia-fria": acumulação e miséria. Petrópolis, Vozes, 1983.
- ³ De acordo com o Plano Especial para o Desenvolvimento Rural dos Municípios da Alta Paulista, de fevereiro de 1986, estimava-se que em Osvaldo Cruz havia cerca de 800 famílias correspondendo a 4.000 pessoas vinculadas ao trabalho volante, enquanto que em Inúbia Paulista os números eram de 400 famílias e 2.000 habitantes. Isto significa que em Inúbia Paulista cerca de 50% de sua população total (4.294 em 1980) era constituída de trabalhadores volantes.
- ⁴ TARTAGLIA, J.C. e OLIVEIRA, O.L. A agricultura paulista e sua dinâmica regional: 1920-1980. Relatório da Pesquisa: A interiorização do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo. (Convênio SEPLAN/FECAMP). UNICAMP, 1987, p.47.
- ⁵ Segundo entrevistas realizadas em Osvaldo Cruz, verificou-se que tem ocorrido reuniões sistemáticas promovidas pela Associação Comercial e Industrial com os produtores rurais do município e representantes do comércio e indústria para discutirem novos rumos à agricultura municipal. As discussões perpassam basicamente pela questão de se encontrar outros produtos para cultivar tendo em vista que a cultura cafeeira não tem sido, do ponto de vista do produtor, suficiente rentável. Arelado a isto tem-se buscado através do Banco do Brasil e do Banco do Estado de São Paulo linhas de crédito rural para estes novos produtos. Dentre estes tem-se cogitado a produção de tomates, seringueira e frutas. Para as últimas discute-se a instalação de indústrias para processarem as mesmas objetivando a exportação.

- ⁶ SANTOS, Milton. Pensando o espaço do homem. 2^a ed., São Paulo: Hucitec, 1986, p.38.
- ⁷ Ibid., p.38.
- ⁸ Em 1980, segundo o Censo Comercial do IBGE existiam em Osvaldo Cruz 5 estabelecimentos vinculados ao comércio atacadista de gêneros alimentícios, bebidas e fumo. Em 1988, segundo a Prefeitura Municipal de Osvaldo Cruz este número era elevado a 8.
- ⁹ Segundo Massaki Kato seu estabelecimento comercial atacadista tem um movimento de capital mensal em média de US\$ 16.500,00.
- ¹⁰ PINTAUDI, Silvana M. Os supermercados na grande São Paulo: contribuição ao estudo das transformações do comércio varejista de gêneros alimentícios nas grandes metrópoles. São Paulo, 1981. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP). p.60-72.
- ¹¹ Um dos exemplos da evolução de armazéns de secos e molhados para supermercado em Osvaldo Cruz, exceção à filial da Gentil Moreira, se processou sem que houvesse de imediato o fechamento do armazém. Em 1972 foi instalado o supermercado mas o armazém funcionou até agosto de 1987. Segundo Massaki Kato havia um mercado consumidor para este tipo de estabelecimento comercial, a população rural, embora esta fosse continuamente diminuindo.
- ¹² PINTAUDI, Silvana M. Op cit., p.30.
- ¹³ O movimento de capital de um dos supermercados de Osvaldo Cruz em novembro de 1989 era em média de US\$ 94.500,00.
- ¹⁴ Os proprietários da indústria tem a médio prazo intenção em diversificar a produção industrial através da fabrica-

ção de móveis-dormitórios como também a possibilidade de implantar indústria mecânica. Esta indústria mecânica de máquinas e equipamentos para a produção seria uma decorrência de sua capacidade, já presente, de produção das mesmas através de suas oficinas. Estas oficinas no processo contínuo de reparos e consertos dos equipamentos industriais desenvolveram Know-How para sua fabricação. Isto ainda não ocorreu porque o interesse dos proprietários no momento atual está voltado para as atividades agropecuárias que desde 1976 vem sendo desenvolvidas principalmente no Mato Grosso do Sul. Visam basicamente a pecuária de corte sendo o gado comercializado com os frigoríficos Kaiowa de Presidente Epitácio e o Bordon de Presidente Prudente, ambos na região da Sorocabana.

15 Além destas unidades na Alta Paulista, a GRANOL conta com unidades em: Gurupi/TO (departamento de compras), Barreiras/BA (compra e armazenamento da soja), Canarana/MT (armazenamento), Alto Taquari/MT (armazenamento), Paranaguá/PR (entrepasto aduaneiro), Dourados/MS (armazenamento), Baús/MS (armazenamento), Anápolis/GO (fábrica completa), Mineiros/GO (armazenamento), Rio Verde/GO (departamento de compras), Jataí/GO (armazenamento), São Simão/GO (armazenamento e fábrica completa), Montividiu/GO (armazenamento), Jaboticabal/SP (entrepasto), Assis/SP (departamento de compra e armazenamento), Santos/SP (entrepasto) e São Paulo/SP (matriz da GRANOL).

16 Os mapas e figuras apresentados em nosso trabalho referentes as interações espaciais mantidas por Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista são ilustrativos. O fato de não termos conseguido informações referentes, por exemplo, às quantidades do produto adquiridos, produzidos e comercializados, nos impediu de elaborar mapas e figuras de forma a expressar as diferentes intensidades da interações mantidas pelos núcleos urbanos em tela.

- 17 Já alcançou inclusive escala internacional através de exportação de móveis estofados para América do Sul tendo sido suspenso por dificuldades em prestar assistência técnica.
- 18 Cooperativa é Modelo a ser Seguido. Supermercado Moderno. Vol. XIX, n.10, pp.54-60, janeiro 1988, p.56. Grifos nosso.
- 19 Ibidem, p.58.
- 20 Ibidem, p.59.
O movimento de vendas da cooperativa de consumo em outubro de 1989 foi de NCZ\$ 2.298.538,57 e nos primeiros 15 dias de novembro de 1989 foi de NCZ\$ 2.123.252,69.
- 21 Durante a década de 1960 foi fundada em Inúbia Paulista a Cooperativa de Crédito Agrícola de Ibirapuera pelo Sr. Am^o racy Costa. Era um banco local que supria o núcleo urbano em termos de função bancária até então inexistente no mesmo. Com a Reforma Bancária este teve suas atividades encerradas, sendo substituído por agência do Banco Brasileiro de Descontos S.A., que alguns anos mais tarde também encerrou suas atividades no núcleo urbano.

V. A GUIZA DE CONCLUSÃO: O PAPEL DAS PEQUENAS CIDADES NA REDE URBANA DO OESTE PAULISTA

A ocupação do Oeste Paulista, intensificada a partir da década de 1920, foi profundamente orientada pela especulação fundiária. Se este já fora negócio rendoso no século passado e início do atual, a partir da referida década, tornou-se generalizado, dando origem, inclusive, à atividade imobiliária. Neste ramo de atividade articulavam-se interesses de grandes proprietários, de companhias ferroviárias e, às vezes, do capital estrangeiro.

Através das frentes pioneiras o Oeste Paulista pôde ser incorporado à economia do estado no qual a produção agrícola era a principal atividade. Neste processo de incorporação de novas terras, o café era o grande impulsionador embora estivessem sendo postas novas exigências que suscitavam maior diversificação da agricultura.

No momento em que a ocupação se fazia com base nos loteamentos voltados principalmente à pequena propriedade — às vezes dominante em uma região como a Alta Paulista enquanto em outras convivia lado a lado com a grande, a exemplo da Alta Sorocabana — e na maior expansão da atividade agrícola, a presença de um sistema urbano tornava-se fundamental.

As redes urbanas regionais estruturadas no Oeste paulista evidenciaram um salto qualitativo na divisão territorial do trabalho, pois foram capazes de desenvolver serviços de apoio à produção rural e a uma atividade produtiva tipicamente urbana, como a transformação de produtos agrícolas.

As redes urbanas estruturadas a partir de então di

ferenciavam-se daquelas emergidas na porção lesta do território paulista no século XIX e início do século XX. As cidades e caracterizavam basicamente por fornecer à economia cafeeira comércio e serviços de apoio à produção agrícola, e principalmente por serem coletoras desta. Constituíam redes urbanas estruturadas principalmente pela cafeeicultura e como tal cada cidade caracterizava-se por exercer funções que atendessem às suas necessidades de modo a garantir sua existência e reprodução.

No entanto, as redes urbanas no Oeste paulista, nascidas no período em que a economia brasileira se diversificava, tornaram-se capazes de ampliar suas funções no que diz respeito à produção propriamente dita, ou seja, as cidades foram capazes de ultrapassar o papel predominante de intermediação para exercerem funções ligadas à produção, como o beneficiamento e transformação de produtos agrícolas, serviços financeiros, transporte, além do comércio e prestação de outros serviços de apoio à população.

Funções como o beneficiamento da produção rural tornaram-se de fundamental importância para o desenvolvimento da agricultura. A pequena escala de produção dos estabelecimentos rurais não comportava a presença de unidades de beneficiamento em seu interior, transferindo-se então às cidades esta função que até então era eminentemente rural.

Por outro lado, os serviços financeiros, através da função de crédito à produção rural tiveram um caráter eminentemente urbano, oferecendo sustentação aos processos em marcha. Mas pelo fato da ocupação no Oeste Paulista ter acontecido muito rapidamente, a função bancária não foi capaz de acompanhá-la pari passu, dando origem a presença dos "maquinistas" como financiadores da produção. Estes "maquinistas", no entanto, estenderam até a frente pioneira uma função urbana que até então não se fazia presente, contribuindo de maneira decisiva na ocupação do território. Com a expansão do sistema bancário, as relações pessoais entre "maquinista" e produ-

tor rural foram substituídas por relações impessoais nas quais o segundo tornou-se subordinado ao capital financeiro.

E através de mecanismos como os financiamentos, em préstimos e seus respectivos juros, depósitos em poupança e outras operações diversas, próprias do sistema financeiro, contribuiu para um controle sobre o processo de criação, apropriação e circulação do valor.

O serviço de transporte, por sua vez, agilizou e modernizou a circulação material da produção através das ferrovias e possibilitou às cidades tornarem-se um elo mais forte entre os fluxos. E no caso da região da Alta Paulista a rodovia antecedeu a ferrovia.

As novas funções suscitadas à agricultura, principalmente a ampliação da produção de matérias-primas às indústrias alimentícias e têxteis, geraram a possibilidade de implantação de indústrias dispersas no Oeste Paulista, mas intimamente associadas à industrialização da capital estadual.

Foi neste quadro geral que a rede urbana de Marília emergiu e se estruturou ou seja, no momento em que a organização espacial regional deveria atender às necessidades da economia que de base agrária-exportadora se transformava em economia urbano-industrial, atribuindo uma certa forma e de terminadas funções a esta mesma rede.

A forma assumida pela rede urbana de Marília — forma espacial complexa, onde ocorrem todos os níveis hierárquicos de centros; na qual os centros maiores localizam-se intersticialmente aos menores, sendo que a maioria dos núcleos urbanos alinham-se ao longo de uma rota, no caso, ao longo dos trilhos da Companhia Paulista de Estrada de Ferro — demonstra o modo pelo qual a rede urbana participa na divisão territorial do trabalho. Esta apresenta uma elevada densidade de núcleos urbanos, com distâncias médias entre eles variando de 10 a 15 Km.

A explicação da forma espacial assumida pela rede urbana está no próprio processo que originou sua implantação: a partir da década de 1920 a ocupação do território, centrada em grande parte nas pequenas propriedades e onde não se fazia presente a estrada de ferro mais apenas uma estrada de rodagem, resultava na intensa necessidade de núcleos urbanos que deveriam ser primeiramente responsáveis pela intermediação da produção rural e pelo fornecimento de bens e serviços à população. Cada localização de núcleo urbano continha maior ou menor racionalidade mas no geral, objetivava a minimização dos custos e a maximização dos lucros, participando diferenciadamente do processo de criação, apropriação e circulação do valor excedente.

Esta forma espacial, no entanto, só atinge sua plenitude, isto é, só termina seu processo de estruturação, no final da década de 1940, quando se verifica a fundação dos últimos núcleos urbanos no extremo oeste de seu território. Isto significa que somente a partir deste momento ocorre a plenitude das relações funções-forma, ou seja, a forma estava pronta para desempenhar as funções que lhe foram atribuídas naquele momento. Consideramos este momento como sendo a década de 1950.

A complexidade espacial que ela assumiu a partir de então passou a ser correlata à complexidade funcional da mesma. Esta complexidade funcional manifestava-se concretamente na elevada densidade de pequenos centros urbanos nos quais ocorria um mínimo de complexidade das atividades urbanas que eram capazes de responder às necessidades de sua população e da zona rural vizinha. Cada pequeno núcleo participava com maior ou menor intensidade dos processos sociais, como a criação, apropriação e circulação do valor excedente.

A estruturação da rede urbana de Marília se deu concomitante a maior concentração da industrialização em São Paulo e se articulava a ela através do fornecimento de matérias-primas, pelo fornecimento de gêneros alimentícios, como transformadora e beneficiadora de produtos agrícolas, além

de ser um grande mercado consumidor para os produtos industrializados. Nos anos 50 tinha-se uma produção industrial dispersa pela rede urbana, mas intimamente ligada à produção agrícola e que no conjunto gerava condições vantajosas para o desenvolvimento industrial na capital paulista.

No conjunto, a rede urbana de Marília caracterizava-se por dar condições efetivas para que a ocupação do território se concretizasse e por desempenhar funções tanto ligadas à produção agrícola como vinculadas ao fornecimento de bens e serviços à sua população.

Foi demonstrado ao longo do trabalho que o papel desempenhado pelas pequenas cidades da rede urbana de Marília na década de 1950 era:

- Em primeiro lugar os pequenos núcleos exercer um papel fundamental no processo de ocupação do território. A presença de uma "cidade do campo" era a garantia efetiva para que as terras fossem ocupadas por um elevado número de pequenos proprietários. Cada pequeno núcleo garantia o desenvolvimento de multivariadas atividades urbanas de apoio à produção e à população;
- Cada pequena cidade da rede urbana direta ou indiretamente exercia funções ligadas à produção propriamente dita. Estas funções foram exercidas diretamente, quando no núcleo urbano se faziam presentes as máquinas de beneficiamento, a função de crédito — exercido pelos bancos e/ou "maquinistas" e pela função de transporte que neste momento podia ser representada pelas ferrovias e/ou estradas de rodagem. Indiretamente estas funções foram exercidas por alguns núcleos urbanos através da atuação em seu território de agentes de outros núcleos, como por exemplo "maquinistas" que adquiriam a produção e desempenhavam atividades de crédito;
- Cada pequena cidade atendia, no mínimo, às deman-

das básicas de sua população e da zona rural em termos de bens e serviços;

- Todas as pequenas cidades participavam com maior ou menor intensidade dos processos de mobilização, extração e concentração do valor excedente.

Os pequenos núcleos tiveram suas formas criadas para desempenhar, no mínimo, as funções acima assinaladas. E no transcorrer da década de 1950 cada forma construída cumpriu plenamente as funções correspondentes. As relações funções-forma daquele momento específico estavam em sua plenitude.

Mas há que se considerar que as pequenas cidades da rede urbana de Marília já se apresentavam nos anos 50 diferenciadas quanto a forma e as funções. Geradas no mesmo tempo, no mesmo processo e na mesma região, apresentavam-se distintas em termos de tamanho e de funções centrais desempenhadas. Núcleos urbanos como Pompéia, Osvaldo Cruz, Lucélia e Adamantina apresentavam-se com uma população urbana bem maior variando entre 5.000 e 8.000 habitantes e pelo exercício de um número mais amplo de funções evidenciando uma maior complexidade funcional.

Por outro lado, faziam-se presentes núcleos urbanos com uma população entre 500 e 2.000 habitantes à exemplo de Quintana, Iacri, Salmourão, Inúbia Paulista e Irapuru nos quais o número de funções urbanas desempenhadas era bastante restrito. Não se verificava nestes núcleos urbanos o desenvolvimento de atividades como o comércio atacadista; as máquinas de despolar café nem sempre se faziam presentes e outras unidades industriais, como por exemplo as moveleiras, as fábricas de carroças e carrocerias eram inexistentes.

A maior complexidade funcional do primeiro grupo de cidades pequenas como Pompéia, Osvaldo Cruz, Lucélia, Adamantina era representada, por exemplo, pelo desenvolvimento de um comércio atacadista de gêneros alimentícios, por um comércio varejista mais diversificado e pela presença de unidades

industriais. Estas unidades estavam vinculadas tanto à transformação de produtos agrícolas, à exemplo do algodão e amendoim, quanto ao fornecimento de outros produtos industrializados. Estes últimos estavam representados pelos instrumentos agrícolas, pelas indústrias moveleiras, pelas olarias, artefatos de cimentos, carroças e carrocerias, dentre outras. À exceção das indústrias de transformação dos produtos agrícolas, representadas basicamente por unidades da SANBRA, Anderson Clayton e Matarazzo, as demais eram pequenas unidades, normalmente de origem local, que satisfaziam as demandas da população e davam apoio à agricultura.

Porém, neste período (anos 50), mesma diferenciando se em termos de tamanho e de funções desempenhadas, as pequenas cidades da rede urbana de Marília eram muito similares. No geral as diferenças manifestavam-se mais em termos quantitativos do que qualitativos.

Mas a partir das décadas de 1960 e 1970 começou a se manifestar em toda a rede urbana uma série de mudanças que alteraram a funcionalidade exercida pelas pequenas cidades. As relações funções-forma foram modificadas, resultando a partir de então novas formas, novas funções, eliminação de formas anteriores e redefinição de funções em relação às formas existentes.

A incidência de processos nos núcleos urbanos cada vez mais complexos originaram mudanças que se tornaram igualmente mais complexas, resultado do próprio movimento da totalidade social que modifica as relações entre os componentes da sociedade e que alteram os processos.

A partir do momento em que os processos – que são de ordem econômica, institucional e cultural e emanados de todos os níveis de decisão e resultantes da própria dinâmica econômico-social – incidem sobre os núcleos urbanos, novas funções são suscitadas a serem exercidas. E para que isto aconteça as formas geográficas se alteram ou mudam de valor e o espaço se modifica para atender às transformações da sociedade. Impõe-se então uma nova organização espacial.

A complexidade dos processos que incidem agora sobre os núcleos urbanos não resultam, como no momento de suas origens, em diferenças apenas no tamanho e nas funções centrais desempenhadas, pois um lugar não pode acolher nem todas nem as mesmas variáveis. E quando as acolhe, as combina de maneira singular embora muitas vezes as variáveis sejam comuns à vários lugares.

Sendo assim, ao longo das décadas de 1960 e 1970 os processos incidentes sobre as pequenas cidades foram sendo recebidos de maneiras singulares demonstrando que ocorreu uma receptividade específica de cada lugar em relação aos processos emanados do movimento da totalidade social.

Isto implica que as cidades pequenas na década de 1980 apresentem uma nova funcionalidade urbana, isto é, o papel exercido por elas se alterou. Mas as alterações processadas não foram as mesmas para todas as cidades posto que a realidade manifesta-se espacialmente diferente.

Evidencia-se no conjunto uma evolução diferenciada entre as pequenas cidades, ou seja, entre aquelas que se apresentavam na década de 1950 com maior complexidade funcional e aquelas onde ocorria o mínimo de atividades urbanas.

As primeiras, à exemplo de Pompéia, Bastos, Osvaldo Cruz, Lucélia, Adamantina e Dracena, que nos anos 80 apresentaram uma população variando entre 22.000 e 28.000 habitantes, foram ao longo das décadas de 1960 e 1970 incorporando processos que incidiram sobre seus núcleos de modo que suas formas foram sendo gradativamente adaptadas às novas funções que lhes eram atribuídas. Não somente adaptadas, mas também novas formas foram sendo criadas destruindo, muitas vezes, as originais. Assim, aquelas funções ligadas à produção, tão importantes na década de 1950, foram sendo paulatinamente alteradas pois sua importância foi decrescendo, haja vista que as transformações processadas na agricultura já não as tornavam dependentes diretamente do núcleo urbano mais próximo. Hoje a agropecuária instaurada pode funcionar quase que autonomamen

te em relação ao seu núcleo urbano próximo.

Por outro lado, o contínuo aumento da população urbana oriunda do êxodo rural, ocorrido tanto no domínio territorial da cidade como em municípios vizinhos, implicou em novos reordenamentos das atividades ligadas ao comércio e aos serviços.

Se anteriormente o comércio praticado era fundamentalmente de origem ^{local} e ou pequeno porte, atualmente faz-se presente além deste, um comércio tipo filial que envolve grandes empresas do ramo.

Alteraram-se o comércio de mercadorias, as atividades sociais, e os serviços prestados, pois as novas formas de comercialização e consumo vinculadas à crescente massificação e mudanças nos hábitos alimentares intensificaram-se. Com isto o terciário das cidades se desenvolveu incorporando novos requisitos nas formas de comercialização, de financiamento e ao, mesmo tempo, ampliando as necessidades de transporte, armazenagem e comunicação.

Cidades como Bastos, Pompéia, Osvaldo Cruz, Adamantina foram capazes de incorporar processos que resultaram em uma certa "substituição" de atividades: aquelas ligadas basicamente à produção agrícola suscitaram outras atividades urbanas dentre as quais, as industriais.

Grande parte das pequenas unidades industriais que se faziam presentes nas pequenas cidades, na década de 1950 foram preservadas e até mesmo de ampliadas. A maior importância assumida pelas indústrias passa a ocorrer a partir da década de 1970, coincidindo com o período do "milagre brasileiro" e com o processo de desconcentração espacial da indústria metropolitana paulista. Expandiram-se as indústrias alimentícias, permaneceram as pequenas indústrias moveleiras, ampliaram-se as pequenas metalúrgicas dentre outras. Enquanto isto, as unidades industriais transformadoras de produtos agrícolas, no caso algodão e amendoim, permaneceram estagna-

das. Isto ocorreu porque todas as unidades instaladas na dé cada de 1950 e 1960 que processavam o algodão e o amendoim foram, a partir da década de 1970, reduzindo suas atividades face às transformações da agricultura.

Mas nos anos 80 o que se verifica em relação as in dústrias transformadoras de produtos agrícolas é uma reorganização, ou seja, há a tendência de que todas as unidades presentes nas pequenas cidades sejam fechadas e, em contrapartida seja instalado em uma única e pequena cidade um gran de complexo industrial, processando a soja. Isto é o que tende a acontecer por exemplo com a GRANOL Indústria, Comér cio e Exportação S.A., que deverá encerrar as atividades cor respondentes em várias cidades da região da Alta Paulista, e instalar em Osvaldo Cruz uma grande unidade industrial.

Verifica-se que, os processos que incidiram sobre este grupo de pequenas cidades ao longo das décadas de 1960 e 1970 valorizaram suas localizações que de modo geral atendem melhor à lógica capitalista de acumulação. Sendo assim, estas pequenas cidades tornaram-se pontos preferenciais para os investimentos em setores industriais. Continuamente vê-se nestas cidades a ampliação de unidades industriais, principalmente aquelas voltadas aos bens de consumo.

Este processo de industrialização no Oeste Paulista, pouco conhecido, precisa ser estudado de modo a se compreender melhor a dinâmica regional. É preciso verificar em que medida as classes dominantes nestas cidades participam no processo de industrialização. Uma outra questão que suscita maiores aprofundamentos refere-se aos investimentos em atividades agropecuárias na região Centro-Oeste brasileira a partir destas pequenas cidades do Oeste Paulista. Verificar a origem e a dimensão deste capital investido constitui-se em um importante campo de pesquisa.

Ao se observar o mapa 2 onde está representada a re de urbana de Marília verifica-se que a localização destas ci dades é intersticial aos núcleos urbanos menores. Como conse

quência, as primeiras participam de modo mais intenso na divisão social e territorial do trabalho suscitando, correlatamente, maior escala de interações espaciais facilitada pelos novos modos de circulação.

A este maior desenvolvimento de cidades como Pompéia, Osvaldo Cruz, Adamantina e Dracena, opõe-se uma certa estagnação de cidades menores como Iacri, Sagres, Salmourão, Inúbia Paulista, dentre outras.

Em contrapartida, aqueles pequenos núcleos que na década de 1950 satisfaziam as necessidades básicas da população e davam o mínimo de apoio à produção, tiveram uma evolução bastante diferenciada. Estes não foram capazes ao longo das décadas subsequentes, de incorporar os vários processos que incidiram sobre os mesmos. Exemplos destas cidades são Oriente, Iacri, Salmourão, Sagres, Inúbia Paulista, Mariápolis, Flora Rica, que nos anos 80 apresentavam-se com uma população de até 5.000 habitantes.

Tendo sua razão de ser centrada na atividade agrária, a partir do momento que se realizaram alterações na agricultura estas imediatamente impactaram nos núcleos urbanos.

Continuamente, a agricultura foi sendo substituída pela pecuária e por complexos agroindustriais de cana-de-açúcar. Estes novos setores não demandam do núcleo urbano, de funções diretamente ligadas a eles, funcionando quase que autonomamente em relação à cidade mais próxima. Paralelamente ocorreu o esvaziamento do campo e a população expulsa direcionou-se para as cidades de maior hierarquia urbana, como por exemplo, os centros de zona, centro sub-regionais e capital regional.

Os próprios núcleos foram perdendo suas populações que migravam em busca de novos mercados de trabalho, normalmente atraídas pelos empregos gerados no setor industrial da metrópole paulista. Neste processo uma parcela da população que não migrou, transformou-se em bóias-frias.

Não se verifica nestas pequenas cidades o desenvolvimento de novas funções especificamente urbanas como as atividades industriais e a prestação de serviços especializados. Seu papel nos anos 80 restringe-se basicamente a fornecer a população local bens e serviços necessários para satisfazer suas demandas vitais de sobrevivência e reprodução.

No transcorrer dos processos de modernização da agricultura e substituição das lavouras por pastagens e canaviais, estas pequenas cidades tornaram-se pontos preferenciais para a residência da população alijada da produção. Despojados dos seus meios de produção que lhes garantiam seu sustento, os camponeses transformaram-se em trabalhadores assalariados, em bôias-frias.

A presença desta força de trabalho tornou-se um elemento de fundamental importância na alteração de funcionalidade exercida por este grupo de cidades. É na oferta de uma força de trabalho, constituída basicamente por bôias-frias para trabalhar nas atividades agropecuárias da região, que consiste atualmente o principal papel exercido por cidades como Inúbia Paulista, Sagres, Salmourão, dentre outras.

Do ponto de vista dos processos sociais estas cidades mobilizam, extraem e concentram parcelas do valor excedente. A parcela concentrada no núcleo urbano, entretanto, é diminuta, sendo que a maior parte é reinvestida extra-regionalmente. Isto não significa que nas outras pequenas cidades parte do valor excedente não seja reinvestido extra-regionalmente, mas a parcela reinvestida nos núcleos urbanos é maior.

Mantém-se estas pequenas cidades da rede urbana com uma participação bastante restrita na divisão territorial do trabalho, funcionando mais como locais de abrigo de força-de-trabalho rural.

Vista por outro ângulo, a rede urbana de Marília na década de 1950 teve nas pequenas cidades o apoio necessá-

rio para o povoamento de seu território e mais ainda, teve nestes pequenos núcleos o seu mais importante representante de apoio aos processos de acumulação. Naquele momento a acumulação centrava-se basicamente na produção agrícola.

Mais tarde, quando o padrão de acumulação capitalista firmou-se na produção industrial que modernizou a agricultura e paralelamente retraiu a força de trabalho rural, começou o esvaziamento do campo. Nestes processos, as pequenas cidades da rede urbana passaram a funcionar como "exportadoras" de força de trabalho para onde ela se fazia necessária, ou seja, para a indústria concentrada na metrópole paulista.

Muitas destas pequenas cidades, no entanto, foram capazes de se integrarem às transformações que se processaram, rearticulando suas formas para realizarem novas funções enquanto que outras permaneceram com suas formas antigas ou adquiriram um número bastante restrito de novas funções para as quais houve um reordenamento espacial com criação de novas formas.

VI - BIBLIOGRAFIA

- ABLAS, Luiz Augusto de Queiroz. A teoria do lugar central: bases teóricas e evidências empíricas. São Paulo: IPE/USP, 1982.
- ABREU, Dióres Santos. Formação histórica de uma cidade pioneira: Presidente Prudente. Presidente Prudente: FFCLPP, 1972.
- ALVARENGA, José. Janelas do tempo: crônicas da cidade de Osvaldo Cruz. Osvaldo Cruz: s.ed., 1986.
- _____. Vidas e caminhos: crônicas e pequenas histórias. Osvaldo Cruz, s.ed., 1988.
- AZEVEDO, L.M.P. de; CARDOSO, M.F.T.C. Rede de localidades centrais: uma tipologia aplicada no Brasil. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 44(4), out/dez. 1982, p.639-676.
- ALVIN, Zuleika M.F. Brava gente! os italianos em São Paulo. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CAMARGO, J.N. Um suíço no Brasil: Max Wirth. s.l., s.ed., 1967.
- CHEPTULIN, Alexandre. A dialética materialista: categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa-omega, 1982.
- CHRISTALLER, Walter. Central places in southerny Germany. (Tradução do alemão por Carlisle W. Baskin). Englewood. Cliffs; Prentice-Hall INC, 1966.
- COMPANHIA DE AGRICULTURA, IMMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. Relatório da directoria para assembléia geral em 23/03/1935, 30/03/1936 e 30/03/1937. São Paulo, Empreza Graphica da Revista dos Tribunaes, 1937. (Relatórios 1, 2, 3).

COMPANHIA DE AGRICULTURA, IMMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. Relatório da directoria para assembléia geral em 31/03/1938. São Paulo, Empreza Graphica da Revista dos Tribunaes, 1938. (Relatório 4).

. Relatório da directoria para assembléia geral em 20/04/1939. São Paulo, Empreza Graphica da Revista dos Tribunaes, 1939. (Relatório 5).

. Relatório da directoria para assembléia geral em 16/05/1940. São Paulo, Tipografia Siqueira, 1940. (Relatório 6).

. Relatório da directoria para assembléia geral em 20/01/1941. São Paulo, Tipografia Siqueira, 1941. (Relatório 7).

. Relatório da directoria para assembléia geral em 03/03/1942. São Paulo, Tipografia Siqueira, 1942. (Relatório 8).

COMPANHIA DE AGRICULTURA, IMMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. Relatório da directoria para assembléia geral em 15/03/1943. São Paulo, Indústria Gráfica Siqueira, 1943. (Relatório 9).

. Relatório da directoria para assembléia geral em 16/03/1944. São Paulo, Indústria Gráfica Siqueira, 1944. (Relatório 10).

. Relatório da directoria para assembléia geral em 28/03/1946. São Paulo, Indústria Gráfica Siqueira, 1946. (Relatório 12).

. Relatório da directoria para assembléia geral em 31/03/1947. São Paulo, Indústria Gráfica Siqueira, 1947. (Relatório 13).

. Relatório da directoria para assembléia geral em 28/04/1948. São Paulo, Indústria Gráfica Siqueira, 1948. (Relatório 14).

. Relatório da directoria para assembléia geral em 25/04/1949. São Paulo, Sociedade Impressora Brasileira, 1950. (Relatório 15).

COMPANHIA DE AGRICULTURA, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO. Relatório da diretoria para assembléia geral em 27/04/1950. São Paulo, Sociedade Imprensa Brasileira, 1950. (Relatório 16).

_____. Relatório da diretoria para assembléia geral em 23/04/1951. São Paulo, Papelaria Sul da Sé, 1951. (Relatório 17).

_____. Relatório da diretoria para assembléia geral em 23/04/1952. São Paulo, OIAL, 1952. (Relatório 18).

_____. Relatório da diretoria para assembléia geral em 09/04/1953. São Paulo, Lemes de Almeida, 1953. (Relatório 19).

_____. Relatório da diretoria para assembléia geral em 29/04/1954. São Paulo, s.ed., 1943. datil. (Relatório 20).

_____. Relatório da diretoria para assembléia geral em 28/04/1955. São Paulo, Papelaria Sul da Sé, 1955. (Relatório 21).

COOPERATIVA é modelo a ser seguido. Supermercado moderno. Vol. XIX, n. 10, p.54-60, ja. 1988.

CORRÊA, Roberto Lobato (coordenador). Cidade e região no Sudoeste Paranaense. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 32(2), 1970, p.03-155.

_____. Repensando a teoria das localidades centrais. In: SANTOS, Milton (org.). Novos rumos da geografia brasileira. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. Região e organização espacial. 2. ed., São Paulo: Ática, 1987.

_____. (coordenador). Regiões de influência das cidades. Rio de Janeiro: IBGE-MHU, 1987.

_____. A rede urbana. São Paulo: Ática, 1989.

_____. A rede de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro : IBGE: 50(1), jul/mar. 1988, p.61-83.

CORRÊA, Roberto Lobato. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 50(2), abr/jun. 1988, p.107-124.

_____. A periodização da rede urbana da Amazônia. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 49(3), jul/set. 1987, p.39-68.

DEBES, Cêlio. A caminho do Oeste (História da Companhia Paulista de Estrada de Ferro). Edição comemorativa do centenário da Companhia Paulista. São Paulo: Indústria Gráfica Bentivegna Editora, 1968.

DESTILARIA DE ALCOOL CALIFÓRNIA - DACAL. Relatório 81. Araçatuba, 1981.

_____. Relatório 82. Araçatuba, 1982.

EDIÇÃO d'"O TRABALHO" Comemorativa ao 10º aniversário de fundação da cidade de Osvaldo Cruz. s.l., s.ed., 1951, n.p.

_____. Comemorativa ao 12º aniversário de fundação da cidade de Osvaldo Cruz. Osvaldo Cruz, s.ed., 1953, n.p.

GRANOL presente em sete estados brasileiros. Agrícola GRANOL. Junqueirópolis, ano 3, n. 34, p.9, agosto 1989.

HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.

HOLLOWAY, Thomas H. Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo 1886-1934. (Tradução por Eglê Malheiros) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IBGE. Censo Demográfico: São Paulo/População Quadros Sinóticos por município quadro de distribuição segundo a situação do domicílio. Rio de Janeiro: IBGE, 1950. (Série Regional, pt. 17, t.2, 1940). 560p.

_____. Censo Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços: São Paulo. Quadros de totais referentes ao estado e de distribuição segundo os municípios. Rio de Janeiro: IBGE, 1950. (Série Regional, pt.17, t.3, 1940) 601p.

- IBGE. Censo Demográfico: São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1954. (Série Regional, v.25, t.1, 1950). 266p.
- _____. Censo Agrícola: São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1955. (Série Regional, v.25, t.2, 1950). 485p.
- _____. Censos Industrial, Comercial e dos Serviços: São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1955. (Série Regional, v.25, t.3, 1950). 257p.
- _____. Censo Demográfico: São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. (Série Regional, v.1, t.13, 1960). 185p.
- _____. Censo Agrícola: São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. (Série Regional, v.2, t.11, 1ª e 2ª p., 1960).
- _____. Censo Comercial e dos Serviços: São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1960 (Série Regional, v.3, t.8, 1960). 89p.
- _____. Censo Demográfico: São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1973. (Série Regional, v.1, t.18, 1ª, 2ª e 3ª p., 1970).
- _____. Censo Agropecuário: São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. (Série Regional, v.3, t.18, 1ª e 2ª p., 1970).
- _____. Censo dos Serviços: São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. (Série Regional, v.7, t.18, 1970). 177p.
- _____. Censo Industrial: São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. (Série Regional, v.4, t.18, 1970). 337p.
- _____. Censo Demográfico: São Paulo. Dados distritais. Rio de Janeiro: IBGE, 1982. (Série Regional, v.1, t.3, n. 17, 1980). 611p.
- _____. Censo Demográfico: São Paulo. Dados gerais - migração - instrução - fecundidade - mortalidade. Rio de Janeiro: IBGE, 1982. (Série Regional, v.1, t.4, n.19, 1980). 673p.
- _____. Censo Demográfico: São Paulo. Mão-de-obra. Rio de Janeiro: IBGE, 1982. (Série Regional, v.1, t.5, n.19, 1980). 357p.

- IBGE. Censo Demográfico: São Paulo. Famílias e domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 1982. (Série Regional, v.1, t.6, n. 19, 1980). 264p.
- _____. Censo Agropecuário: São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1984. (Série Regional, v.2, t.3, n.19, 1980). 1926p.
- _____. Censo Comercial: São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1984. (Série Regional, v.4, n.19, 1980). 627p.
- _____. Censo Industrial: São Paulo. Dados gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1984. (Série Regional, v.3, t.2, p.1, n. 19, 1980). 357p.
- _____. Censo dos Serviços: São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1984. (Série Regional, v.5, n.19, 1980). 336p.
- _____. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Municípios do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro, CNG/CNE, 1957, v.28.
- _____. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Municípios do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro, CNG/CNE, 1957, v.29.
- _____. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Municípios do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro, CNG/CNE, 1958, v.30.
- INCAO, Maria Conceição de. O "bóia-fria": acumulação e miséria. Petrópolis: Vozes, 9. ed., 1983.
- INÚBIA PAULISTA. Prefeitura Municipal. Livros de Registro de Alvarás de Licença do Município de 1960, 1970, 1980, 1988. Inúbia Paulista, 1960/1988.
- KOSIK, Karel. A dialética do concreto. (Tradução por Célia Neves e Alderico Toríbio). 4. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- LAPA, José Roberto de A. A economia cafeeira. 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. (Tradução por T.C.Netto). São Paulo: Documentos, 1969.
- LIMA, Sandra L. Lopes. O Oeste Paulista e a República. São Paulo: Vértice, 1986.

- LIPIETZ, Alain. O capital e seu espaço. (Tradução por Manoel F.G. Seabra). São Paulo: Nobel, 1988.
- LOJKINE, Jean. O estado capitalista e a questão urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LUCÉLIA. Prefeitura Municipal. Imposto de indústrias e profissões e anexos de 1950. Lucélia, 1950.
- MAMIGONIAN, Armen. O processo de industrialização em São Paulo. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, n.50, 1976, p.85-102.
- _____. Introdução ao pensamento de Ignácio Rangel. Geosul. Florianópolis: Editora da UFSC, n.3, ano 3, 1987.
- MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. 3. ed., São Paulo, Petrópolis: Polis/Vozes, 1985.
- MAX WIRHT COMISSÁRIA E MERCANTIL. Álbum comemorativo ao jubileu de prata da fundação da Max Wirth Comissária e Mercantil. s.l., s.ed., 1958.
- MELLO, Zélia M. Cardoso de. Metamorfoses da riqueza São Paulo: 1845-1895. Contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil escravista à economia exportadora capitalista. São Paulo: Hucitec - Prefeitura Municipal de São Paulo - Secretaria Municipal de Cultura, 1985.
- MEMORIAL Descritivo Para Criação do Município de Osvaldo Cruz. Osvaldo Cruz, s.ed., 1943. datil.
- MILLIET, Sérgio. Roteiro do café e outros ensaios: contribuição ao estudo histórico, econômico e social do Brasil. 4^a ed., São Paulo: Hucitec - INL, 1981.
- MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. (Tradução por Ary França e Raul de Andrade e Silva). São Paulo: Hucitec - Pólis, 1984.
- NEGRI, Barjas; GONÇALVES, Maria Flora; CANO, Wilson. O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no Estado de São Paulo: 1920-1980. Relatório de Pesquisa: A interiorização do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo. (Convênio SEPLAN/FECAMP). UNICAMP, 1987.
- OHTAKE, Maria Flora Gonçalves. O processo de urbanização em São Paulo: dois momentos, duas faces. São Paulo, 1982. (Dissertação de Mestrado).

OSVALDO CRUZ. Prefeitura Municipal. Fichas de Comércio, Indústria e Profissões de 1949-1950. Osvaldo Cruz, 1949-50.

_____. Imposto sobre Comércio Indústria e Serviços de 1980, 1985, 1986, 1987, 1988. Osvaldo Cruz, 1980/1988.

PINTAUDI, Silvana Maria. Os supermercados na grande São Paulo: contribuição ao estudo das transformações do comércio varejista de gêneros alimentícios nas grandes metrópoles. São Paulo, 1981 (Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP).

PRADO JR., Caio. História econômica do Brasil. 36 ed., São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. Formação do Brasil contemporâneo. 19 ed., São Paulo: Brasiliense, 1986.

PRANDE, A.M. Max Wirth: o bandeirante suíço. s.l., s.ed. 1967.

RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. Revista de Economia Política. Brasiliense, vol.1,n.4,out/dez.1981.

_____. Economia brasileira contemporânea. São Paulo: Bie-
nal, 1987.

_____. Economia: milagre e anti-milagre. 2 ed., Rio de Ja-
neiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

SAES, Flávio Azevedo. As ferrovias de São Paulo: 1870-1940.
São Paulo: Hucitec - INL - MEC, 1981.

_____. A grande empresa de serviços público na economia ca-
feeira: 1850-1930. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Milton. Uma revisão da teoria dos lugares centrais.
In.: Economia espacial: críticas e alternativas. (Tradução
por Maria Irene de A.F. Szmrecsanyi). São Paulo: Hucitec,
1979.

_____. O espaço dividido: os dois circuitos da economia ur-
bana dos países subdesenvolvidos. (Tradução por T. Rego
Viana). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton. Espaço e sociedade: ensaios. 2 ed., Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. Urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. (Tradução por Antonia D. Erdens e Maria A. da Silva). 2 ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

_____. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. Por uma geografia nova. 3. ed., São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. Pensando o espaço do homem. 2. ed., São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Plano especial para o desenvolvimento rural dos municípios da Alta Paulista. s.l., 1986. datil.

_____. _____. Divisão Regional Agrícola de Presidente Prudente. Estimativa de safra das delegacias agrícolas de Adantina, Dracena e Osvaldo Cruz: 1970/71 à 1987/88. s.l., 1989.

_____. _____. Divisão Regional Agrícola de Osvaldo Cruz. Cadastro rural: ano agrícola 1984-1985. Osvaldo Cruz, 1989.

_____. COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DO ESTADO. Exploração do rio do Peixe. 2. ed., São Paulo, Typ. Brazil de Rothschild & Cia., 1913.

_____. 14º Tabelião de Notas. Leveu Vampré. Escritura de Compra e Venda de Imóveis. São Paulo, 1952. (Livro 101, 2º Translado, fls.45v.).

SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. 7. ed., São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

SINGER, Paul. Economia política da urbanização. 10 ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.

SPINDEL, Cheya R. Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

STOLCKE, Verena. Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980). (Tradução por Denise Bottmann e João R.M. Filho). São Paulo: Brasiliense, 1986.

TARTAGLIA, José Carlos, OLIVEIRA, Oswaldo Luiz de. Agricultura paulista e sua dinâmica regional: 1920-1980. Relatório de Pesquisa: A interiorização do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo. (Convênio SEPLAN/FECAMP). UNICAMP, 1987.

LISTA DAS ENTREVISTAS

- A.C.P.O. - Antonio Cesar Pedroso de Oliveira: gerente da Associação dos Fornecedores de Cana da Região da Alta Paulista - ASSOCAP. Entrevistado em 16/11/89 em Lucélia.
- A.V. - Arthur Verri: descendente de italiano, farmacêutico e advogado. Instalou-se em Osvaldo Cruz em 1946 exercendo até hoje a profissão de advogado, foi por várias vezes vereador. Entrevistado em 04/06/89 em Osvaldo Cruz.
- C.M. - Celso Mazzoni: descendente de italiano, família era proprietária de máquina de beneficiamento de arroz desde 1929; estabeleceu-se em Osvaldo Cruz em 1943 como proprietário de máquina de benefício de arroz e café exercendo até hoje a atividade, é proprietário fundiário. Entrevistado em 07/06/89 em Osvaldo Cruz.
- E.M. - Emil Wirth: suíço, filho do loteador do município de Osvaldo Cruz, é proprietário fundiário em Inúbia Paulista, Salmourão, etc. Entrevistado em 08/06/89 em Salmourão.
- G.G. - Geraldo Gomes: de família mineira, veio para Osvaldo Cruz em 1943 como arrendatário e proprietário de lote urbano. Transferiu-se para Inúbia Paulista em 1945 como comerciante de secos e molhados. Hoje é funcionário público municipal. Entrevistado em 08/06/89 em Inúbia Paulista.
- J.A. - José Alvarenga: descendente de italiano, proprietário fundiário, funcionário público municipal de

1948 a 1981. Entrevistado em Osvaldo Cruz em 19/01/89 e 03/06/89.

- J.V.B. - Johann Viktor Baumgartner: suíço, genro de Max Wirth; chegou ao Brasil em 1948; em 1952 fixa residência em Inúbia Paulista. É proprietário fundiário e fundador-presidente da Cooperativa de Consumo de Inúbia Paulista. Entrevistado em 17/11/89 em Inúbia Paulista.
- L.F. - Lino Ferrari: descendente de italiano; foi colono de café; parceiro; instalou-se em Osvaldo Cruz em 1950 como proprietário de colchoaria; hoje é proprietário da indústria de móveis estofados. Entrevistado em 06/06/89 em Osvaldo Cruz.
- L.M. - Luiz Massarente: descendente de italiano, foi colono de café, parceiro. Estabeleceu-se em Osvaldo Cruz em 1946 como meeiro; tornou-se pequeno proprietário e hoje está aposentado. Entrevistado em 05/06/89 em Osvaldo Cruz.
- M.J.B. - Milton José Borgueti: descendente de italiano, estabelecido em Osvaldo Cruz desde 1954, exerceu atividades rurais junto à propriedade do pai; em 1969 instala granja para produção de ovos que exerce até hoje. Entrevistado em 05/06/89 em Osvaldo Cruz.
- M.K. - Massaki Kato: japonês, imigrou para o Brasil em 1918. Foi colono de café, arrendatário e comerciante de secos e molhados à varejo e atacadista em Osvaldo Cruz de 1945 a 1987. Hoje é proprietário de supermercado e atacadista. Entrevistado em 05/06/89 em Osvaldo Cruz.
- M.M. - Mário Muramatsu: descendente de japonês, filho do principal loteador da cidade de Inúbia Paulista; instalado no núcleo urbano desde 1941, hoje é pro

prietário fundiário. Entrevistado em 25/01/89 em Inúbia Paulista.

- N.P. - Natal Pedrini: gerente da GRANOL, Indústria, Comércio, Exportação S.A., filial de Osvaldo Cruz. Entrevistado em 16/11/89 em Osvaldo Cruz.
- S.F. - Shiguenobo Fukuda: japonês, veio para o Brasil em 1932; chegou a Inúbia Paulista em 1946 instalando comércio de secos e molhados; desenvolveu atividades avícolas como proprietário de granja e hoje é proprietário de posto de gasolina. Entrevistado em 09/06/89 em Inúbia Paulista.
- V.A. - Vicente Antonio: descendente de italiano; família de colonos de café; arrendatário; instalaram-se em Osvaldo Cruz em 1949 como pequeno proprietário; tornou-se comerciante em 1960 exercendo até hoje a atividade. É presidente da Cooperativa de Eletrificação Rural de Osvaldo Cruz - CEROC - Entrevistado em 07/06/89 em Osvaldo Cruz.